



Universidade de Évora - Escola de Ciências Sociais

Mestrado em Sociologia

Área de especialização | Recursos Humanos

Dissertação

União de Freguesias de São Gregório e Santa Justa. Quem é esta gente? - Uma abordagem sociológica

Maria da Luz Casas Novas Barbeiro Ana

Orientador(es) | Bruno Dionísio

Évora 2024



Universidade de Évora - Escola de Ciências Sociais

Mestrado em Sociologia

Área de especialização | Recursos Humanos

Dissertação

União de Freguesias de São Gregório e Santa Justa. Quem é esta gente? - Uma abordagem sociológica

Maria da Luz Casas Novas Barbeiro Ana

Orientador(es) | Bruno Dionísio

Évora 2024



A dissertação foi objeto de apreciação e discussão pública pelo seguinte júri nomeado pelo Diretor da Escola de Ciências Sociais:

Presidente | Rosalina Pisco Costa (Universidade de Évora)

Vogais | Bruno Dionísio (Universidade de Évora) (Orientador)
Ema Pires (Universidade de Évora) (Arguente)

O meu orgulho

Lembro-me o que fui dantes. Quem me dera

Não me lembrar! Em tardes dolorosas

Eu lembro-me que fui a primavera

Que em muros velhos fez nascer rosas!

As minhas mãos outrora carinhosas

Pairavam como pombas... Quem soubera

Porque tudo passou e foi quimera,

E porque os muros velhos não dão rosas!

São sempre os que eu recordo que me esquecem...

Mas digo para mim: «Não me merecem...»

E já não fico tão abandonada!

Sinto que valho mais, mais pobrezinha:

Que também é orgulho ser sozinha,

E também é nobreza não ter nada!

Floribela Espanca

1923 - livro de «Doror Saudade»

Agradecimentos

Pode não ser a parte mais difícil de fazer, mas não é por certo a mais fácil de escrever.

Quando penso em agradecer alguma coisa, a primeira pessoa que vem ao meu pensamento é, sem dúvida, e sem surpresa, a minha filha. A ela quero agradecer por tudo em que me tem ajudado e apoiado mesmo quando falamos de decisões que nos fazem mudar de vida. Se voltei à minha terra para terminar o que tinha deixado por fazer, como é exemplo este trabalho e a conclusão deste ciclo, posso agradecer-lhe por me permitido seguir em frente de consciência tranquila porque a meu lado, sempre tive e tenho, uma grande Mulher. Obrigada!

Aos meus país, que nunca percebendo muito bem o que é isto de Universidade nem por que motivo é que com 50 anos voltei à escola, agradeço o facto de me terem ajudado a conseguir chegar aqui.

À minha irmã, cunhado e sobrinhos o facto de me terem recebido em sua casa, como se fosse minha, enquanto terminava a parte letiva e já estava outra vez a trabalhar.

Por falar em trabalho, agradecer a quem um dia teve a melhor ideia de sempre, oferecer-me *uns trocos* para poder voltar a viver. Renasci, voltei a casa e a uma nova vida que a cada dia se revela uma surpresa repleta de coisas boas. A quem agora faz parte desta vida, obrigada por me fazer sentir feliz!

Claro que não posso esquecer quem sempre me acompanhou na minha vida académica, muito pobre por sinal no que respeita a convívios e sociabilidades. Eram outros tempos, mas que deixam sempre boas memórias. Agradeço a todos os Exmos. Senhores Professores que me acompanharam entre 1993 e 1998, mas quero, se me permitem, agradecer ao Professor Francisco Ramos, que infelizmente já não está entre nós. Obrigada pela motivação, incentivo e ensinamentos. Devo a este Senhor o facto de estar aqui hoje a concluir esta etapa, que me ajudou a iniciar.

Voltando ao presente, agradeço ao meu Caríssimo orientador, Professor Bruno Dionisio, por ter aceitado o meu convite para este desafio, que espero seja de sucesso para ambos. A paciência e a confiança demonstrada foram fundamentais para alguém que se divide por várias vertentes.

Agradeço ainda, a todos os docentes e colegas e em especial a esta população que contribuíram, de forma direta ou indireta, para poder levar este trabalho a bom porto.

Por último, agradeço a todos os que, um dia, se cruzaram comigo e me ajudaram a ser a pessoa que sou hoje!

Resumo

O presente trabalho de dissertação, teve a sua gênese na análise dos resultados (preliminares) dos Censos 2021. A possibilidade de obter dados estatísticos, em vários domínios, ao nível local, foi o mote para querer conhecer as gentes desta terra. A variação negativa (mais de 20%) da população na UF, faz antever um processo de diminuição da população até ao despovoamento total. Baseámos a nossa investigação em alguns dos indicadores mais relevantes nesta matéria, a análise das condições de vida, as dinâmicas demográficas (a distribuição da população por sexo, idade e local de residência e trabalho, número de filhos e constituição das famílias). Analisamos população, famílias, instituições e empresas e o modo como se relacionam com o espaço social envolvente. Recolhemos informação por via de inquérito, entrevista, conversa informal, estivemos no terreno enquanto participantes. Se os mais velhos têm partido para *outros lugares*, os mais novos, munidos de diferentes formas de vida e de saberes vão chegando e deixando as suas marcas. A população é certamente diferente, vai-se renovando. Mesmo que os números não consigam acompanhar esta evolução ela está a ocorrer e não parece ter fim à vista.

Palavras-chave: Mundo Rural; Condições de Vida; Despovoamento; Envelhecimento; Sociabilidades.

Title: Union of Civil Parishes of São Gregório and Santa Justa. *Who are these people?* - A sociological approach

Abstract

The present dissertation originated in the analysis of the (preliminary) results of the 2021 Census. The possibility of obtaining statistical data in various domains at the local level was the driving force behind wanting to get to know the people of this land. The negative variation (over 20%) in the population of the Union of Civil Parishes suggests a process of population decline leading to total depopulation. We based our research on some of the most relevant indicators in this matter, such as the analysis of living conditions, demographic dynamics (population distribution by sex, age, place of residence and work, number of children, and family composition). We analyzed the population, families, institutions, and businesses and how they relate to the surrounding social space. We collected information through surveys, interviews, informal conversations, and were on the ground as participants. If the older generations have moved to other places, the younger ones, armed with different ways of life and knowledge, are arriving, and leaving their marks. The population is certainly different, it is renewing itself. Even if the numbers cannot keep up with this evolution, it is happening and doesn't seem to have an end in sight.

Keywords: Rural World; Living Conditions; Depopulation; Aging; Social Interactions.

Índice

| | |
|--|-----|
| Agradecimentos | iii |
| Resumo..... | iv |
| Abstract | v |
| Índice | vi |
| 1. Introdução | 1 |
| 2. Enquadramento Teórico | 3 |
| 2.1. O Mundo Rural | 3 |
| 2.1.1. O mundo rural - entre a teoria e a prática, uma perspetiva histórica | 3 |
| 2.1.2. O mundo rural - uma perspetiva de desenvolvimento | 13 |
| 2.2. As Condições de Vida | 22 |
| 2.2.1. Condições de vida, objetividade, subjetividade e parentescos do conceito | 22 |
| 2.2.2. As condições, a qualidade de vida - o rural e o urbano | 36 |
| 2.3. O Despovoamento | 51 |
| 2.3.1. A população, ou a falta dela, uma realidade - Portugal e o Alentejo | 51 |
| 2.3.2. A população. Uma realidade – O Município de Arraiolos | 58 |
| 2.4. O Envelhecimento da População | 65 |
| 2.4.1. Envelhecer, uma realidade ou uma fatalidade?..... | 65 |
| 2.4.2. Envelhecer - o outro lado, a outra versão desta história | 82 |
| 2.5. Sociabilidades..... | 92 |
| 2.5.1. Viver ou conviver em contexto rural?..... | 92 |
| 3. Métodos e Técnicas..... | 100 |
| 3.1. Metodologia | 100 |
| 3.1.1. Algumas considerações teóricas | 100 |
| 3.1.2. Tipo de estudo, população e amostra..... | 103 |
| 3.1.3. Técnicas de recolha, tratamento, análise de dados e interpretação dos resultados..... | 103 |
| 4. Ética e Sociologia..... | 107 |
| 4.1. Observações éticas..... | 107 |
| 5. Análise de Dados e Interpretação dos Resultados..... | 109 |
| 5.1. Enquadramento geográfico da UF | 109 |
| 5.2. As empresas com maior impacto na UF..... | 115 |
| 5.3. A População (dados oficiais) | 127 |
| 5.3.1. A População Residente..... | 127 |
| 5.3.2. Os Óbitos e os Nascimentos..... | 136 |

| | | |
|--------|--|-----|
| 5.4. | A População Residente (dados recolhidos na investigação) | 139 |
| 5.4.1. | Definição de residente e recenseamento da população..... | 139 |
| 5.4.2. | As famílias | 149 |
| 5.5. | Emprego, escola, salários e pensões de reforma..... | 156 |
| 5.5.1. | O emprego e o desemprego e as profissões..... | 156 |
| 5.5.2. | A escola | 160 |
| 5.5.3. | Salários e Pensões de Reforma | 162 |
| 5.6. | Habitação e condições de vida..... | 163 |
| 5.6.1. | A habitação..... | 163 |
| 5.6.2. | O quintal..... | 168 |
| 5.7. | Informação, conhecimento, espaços públicos e rotinas..... | 170 |
| 5.7.1. | O acesso à informação | 170 |
| 5.7.2. | Os espaços públicos, ou a falta deles..... | 171 |
| 5.7.3. | As atividades recreativas e de lazer, ou a falta delas..... | 175 |
| 5.7.4. | As Rotinas | 177 |
| 5.8. | Relações familiares e sociais | 178 |
| 5.8.1. | A família e os vizinhos | 178 |
| 5.9. | Relação com as Instituições, Empresas e Serviços..... | 182 |
| 5.9.1. | A UF de São Gregório e Santa Justa | 182 |
| 5.9.2. | Os Centros de Saúde da UF | 195 |
| 5.9.3. | As associações da UF..... | 198 |
| 5.9.4. | As Igrejas da UF | 208 |
| 5.9.5. | Os cafés da UF | 212 |
| 5.10. | Os resultados dos inquéritos, justificação e análise | 221 |
| 5.11. | Passado, presente e perspectivas de futuro..... | 222 |
| 6. | Discussão dos resultados | 225 |
| | Apresentação da UF em fotografias e imagens | 227 |
| | Apresentação das aldeias da UF em imagens..... | 240 |
| 7. | Conclusão | 247 |
| 8. | Referências Bibliográficas | 250 |
| | Apêndices..... | 259 |
| | Apêndice 1..... | 259 |
| | Apêndice 2..... | 261 |
| | Apêndice 3..... | 264 |
| | Apêndice 4..... | 266 |
| | Apêndice 5..... | 268 |

Apêndice 6..... 298

1. Introdução

O trabalho que se apresenta, elaborado com vista à conclusão do Mestrado em Sociologia, área de especialização em Recursos Humanos, procura dar a conhecer a população de uma determinada região do Alentejo Central, no caso em concreto da UF de São Gregório e Santa Justa, no Concelho de Arraiolos, Distrito de Évora.

Para quem viveu numa aldeia, até há cerca de 30 anos, passa 20 anos numa das zonas mais urbanizadas e populosas do país, onde todos os dias contacta diretamente com pessoas de todos os quadrantes sociais e económicos e volta à casa de partida, o tema que aqui se pretende desenvolver representa antes de mais uma motivação e um desafio pessoal. Por outro lado, quando se conhece, mesmo que superficialmente, a suposta preocupação com as questões relacionadas com o ambiente e o desenvolvimento sustentável, as zonas de baixa densidade ou em vias de desertificação e os inúmeros programas e projetos edificados para combater esta realidade, consideramos que podemos ter uma palavra a dizer.

Esta UF agora assim designada passou por um processo de agregação em 2013 fruto do reajustamento territorial imposto pelo governo da altura. Antes, São Gregório e Vale do Pereiro eram duas freguesias independentes, cada uma com autonomia para gerir e dotar as suas aldeias de equipamentos e serviços que melhor se adaptassem à sua realidade. Como veremos esta União não veio trazer à população uma alteração visível no que se refere às suas condições de vida, mas será que alterou as dinâmicas e as diferenças entre cada uma das aldeias. Não é visível, podemos inferir que, independentemente da junção das freguesias, a vida e o percurso natural de cada uma seguiu o seu curso natural. Não houve alteração nas abordagens das entidades públicas nem criação de infraestruturas de peso capazes de alterar o rumo que se vem vindo a definir. A iniciativa privada embora exista não é suficiente para criar ou alterar as condições de vida da população.

Mas, o objetivo principal do nosso trabalho é conhecer a população da UF com vista a perceber de que forma a diminuição da população em termos oficiais se reflete no quotidiano e no modo de vida da população, de que forma a diminuição da população pode ou não levar à desertificação destas aldeias que, ao que tudo indica estão cada vez mais envelhecidas. Faremos o contraponto entre o rural e urbano com vista a perceber até que ponto estas aldeias e mais em concreto o Carrascal desenvolvem o seu quotidiano como comunidade rural ou como se de um bairro urbano se tratasse.

E porque falamos de influências e de interação entre rural e urbano procuramos também apurar quem são os novos residentes, quem veio para ficar e quem vem ao fim de semana em busca do sossego da pacata aldeia a 150 Km de Lisboa. De que forma a chegada destes forasteiros vem ou não equilibrar a diminuição da população e dinamizar

as relações de sociabilidade, a economia local e a relação entre a oferta e a procura de habitação.

No que respeita ao mundo rural procuramos identificar se, e de que forma, este se tem modificado, ou não, por influência da industrialização, das políticas públicas de desenvolvimento regional e local e dos programas de apoio comunitário. As alterações visíveis nos campos é ou não uma mais-valia para a população da aldeia. Procuramos saber como é que se vive, se melhor hoje, com melhores condições de vida e mais qualidade tendo por referência os tempos passados e o que se espera para o futuro.

De uma forma mais concisa poderíamos dizer que objetivo geral deste trabalho é identificar e contextualizar a população da UF do ponto de vista sociológico recorrendo à base teórica que elaboramos tendo em conta o objeto de estudo. Do ponto de vista mais específico é nosso objetivo descrever e relacionar o território com as gentes desta terra e desmistificar a imagem que se passa, ou se quer passar, das vivências e do quotidiano de quem vive numa aldeia alentejana teoricamente à espera que o tempo passe. Vamos fazê-lo mais em concreto no que respeita à aldeia do Carrascal dado que como diz o povo, “só quem vive no convento, sabe o que lá vai dentro”.

2. Enquadramento Teórico

2.1. O Mundo Rural

2.1.1. O mundo rural - entre a teoria e a prática, uma perspetiva histórica

Na perspetiva de Varela (1992), no início da história do nosso país (Portugal) no tempo dos primeiros Reis, já havia aquilo a que se pode chamar uma tentativa de organização da ocupação do território. Ao longo dos séculos houve sempre a manifestação de interesse e preocupação com o espaço rural sendo que na maior parte das vezes os projetos não saíram do papel. Havia a noção de que era necessário tomar medidas. Eram pensadas, mas raramente implementadas.

O Alentejo esteve desde sempre relacionado com a atividade agrícola sendo esta a principal ocupação da população, contudo a época dos descobrimentos e as riquezas vindas de fora permitiram que, de alguma forma, os terrenos e a agricultura fossem em alguns casos deixados em situação de abandono.

Nos tempos que se seguiram as várias propostas para o desenvolvimento da agricultura em território nacional bem como para a fixação da população foram na grande maioria dos casos infrutíferas. Já no séc. XIX início do séc. XX surgem as políticas protecionistas da cultura do trigo. A campanha do Trigo tem início em 1929 e a situação agrícola da Região Alentejo pode ser descrita desta forma:

De facto, na década de 1930 e, pelo menos, até à década de 1960, a agricultura do Alentejo destacava-se por evidenciar os efeitos das políticas agrícolas públicas, bem como dos condicionalismos edafoclimáticos. (...) O predomínio do trigo era de tal ordem que, nas décadas de 1930 a 1960, a produção deste cereal, no Alentejo, era mais do triplo do que qualquer outro. (...) o olival compensava do ponto de vista económico, tal como o montado aqui não tratado por se tratar de uma produção florestal, os anos de pousio que a pobreza dos solos e as duras condições do clima alentejano impunham à produção intensiva de trigo. (Faísca, 2019, p. 57)

Em complemento à descrição meramente agrícola, Barreto (2017) mais atento às questões humanas, descreve desta forma a condição social da generalidade da população alentejana na mesma época, “A condição social e económica dos assalariados rurais do Sul é das mais desfavoráveis de todo o País (...) No Alentejo, o campesinato é pouco numeroso e não tem poder (...)” (p. s/n)

Nesta sequência, deixa-nos ainda uma visão da situação política do país nesta época em que se percebe um início de século dominado pela instabilidade.

A apropriação do Estado pelos republicanos, depois de duas décadas de crises políticas e de mal-estar económico, não resolveu nada: os conflitos prosseguiram e agravaram-se ponto durante 16 anos até 1926. 46 governos tomaram posse, alguns dos quais não ficaram em funções mais do que poucos dias. Sem hegemonia social nem direção política, faltava autoridade. As forças armadas estavam divididas, envolvidas frequentemente em lutas partidárias, mas agindo também com a sua própria autonomia política. Os militares intervieram múltiplas vezes na vida política: golpes, intentonas e levantamentos sucediam-se. O Mundo rural vivia relativamente à margem destas lutas. (...) No sul, no Alentejo e no Ribatejo a situação é diferente. A grande propriedade domina, aí se desenvolveram as principais empresas do capitalismo agrário, a produção é geralmente comercializada e são numerosos os assalariados agrícolas.” (Barreto, 2017, p. s/n)

Também Portas, (1976) nos fala da realidade vivida no início do séc. XX e da relação direta entre o êxodo rural e as consequências para a atividade agrícola em Portugal. Quem trabalha sabe que a terra já não é vista como um símbolo de prosperidade. Encara-se cada vez mais como solução a emigração para outros países da Europa, “(...) antes trabalhar como operário, num país além-Pirenéus, do que viver dumas dezenas de hectares de terra no silúrico alentejano... O problema é o êxodo, não são as crises de trabalho.” (p. 202)

Esta descrição mostra de forma muito clara aquilo que aconteceu no Alentejo em meados do século passado e a facilidade com que a população foi abandonando a agricultura e a terra onde vivia. O Alentejo não assistiu nessa altura a uma alteração na forma de fazer agricultura. Na grande maioria dos casos os campos ficaram ao abandono.

Os resultados das políticas para fixação da população foram considerados pouco expressivos, “(...) no início da década de 50 a Junta tinha instaladas, nos baldios, uma meia dúzia de colónias agrícolas e fixado pouco mais de duas centenas de famílias (...)” (Varela, 1992, p. 37)

Em suma, Varela (1992) considera que a agricultura portuguesa não era, à data, considerada fundamental tendo andado sempre envolvida em políticas protecionistas que a impediram de se desenvolver. Os baixos salários e os preços baixos, os baixos níveis de vida e poder de compra dominavam os territórios agrícolas.

Em complemento a esta perspetiva apresentada por Varela (1992), Avillez (2016) faz esta descrição da realidade nacional no que respeita à importância do setor agrícola no contexto da economia, “No início dos anos 50, Portugal era um país essencialmente agrícola. O setor agrícola nacional era, então, responsável por mais de 30% do PIB e a população ativa representava mais de 40% da população ativa total.” (p. s/n)

Alargando e contextualizando esta realidade, podemos dizer que, do ponto de vista social, a década de sessenta é marcada por vários fatores que provocam mudanças relevantes para a história do nosso país, de acordo com Barreto (2003) um dos fatores que pesou nesta transformação foi o início da queda do império colonial, a queda de Goa, o início das guerrilhas de independência em Angola e mais tarde, “já a guerra alastrara à Guiné e a Moçambique, já o principal esforço económico do país seria dirigido para a defesa do ultramar e já a maior parte da juventude seria mobilizada para as operações militares” (p. 23).

A acrescer a esta situação em que o país passou a viver, importa referir outras duas dimensões que claramente tiveram impacto na nossa sociedade, a emigração que deixa de ser para as Américas e para África e passa a ser maioritariamente para a Europa, em número cada vez mais expressivo e “os turistas europeus que, às centenas de milhares, passam a deslocar-se a Portugal, a fim de aqui passar as suas férias. Podem, pois, calcular-se as profundíssimas consequências sociais, culturais, económicas e políticas que estes fenómenos virão a ter.” (Barreto, 2003, p. 23)

A crescente imigração registada na década de 60 e inícios da década de 70, bem como a deslocação do interior para os centros urbanos deixa também as suas marcas no que respeita à agricultura e ao meio rural que vê partir grande parte da sua população ativa.

Em face do exposto, já se percebeu que o mundo rural não é apenas território. Esse território é povoado. E antes de avançar convém deixar uma nota da forma como pode ser entendido o território de que falamos.

O conceito de *território*, que, entretanto, foi adquirindo forma, pode ser definido como um espaço socialmente construído, possuidor de recursos naturais e detentor de uma história construída pelos homens que nele habitam, através de convenções de valores e regras, de arranjos institucionais que lhes conferem expressão, e de formas sociais de organização da produção. (Marques, 2016, p. 110)

As gentes destas terras não têm sido esquecidas pelo menos do ponto de vista de quem se interessa e procura conhecer esta realidade. Um dos exemplos, talvez um dos mais carismáticos é sem dúvida a análise desenvolvida por José Cutileiro, publicada em Oxford em 1971, em língua inglesa, e publicado em Portugal pela primeira vez em 1977, falamos da obra *Ricos e Pobres no Alentejo (Uma Sociedade Rural Portuguesa)*. A obra que, consideramos merece o nosso destaque, é o resultado do trabalho desenvolvido por um antropólogo social (como assim se autodenomina) que investiga a sua própria sociedade¹. Cutileiro estudou a estrutura social de uma freguesia alentejana a que deu o nome de *Vila Velha*. Tal como argumenta o próprio autor estudar em pormenor algumas pequenas aldeias pretende-se contribuir para o conhecimento mais rigoroso do

¹ Prefácio à edição portuguesa, p. X.

Alentejo no que respeita ao sistema político-social, com ênfase na estrutura fundiária alentejana e nas relações sociais existentes nos últimos anos do salazarismo.

De leitura fácil, à boa moda dos antropólogos (como refere o próprio Cutileiro) esta obra descreve ao pormenor a realidade social de *Vila Velha*. Passa pela estratificação social, pela família e vizinhos, estrutura política, patrocínio e religião. No que respeita, em concreto, ao enquadramento desta obra neste capítulo, importa salientar a relação efetivamente verificada entre a posse da terra e a forma como esta que determina o lugar que cada um ocupa na estrutura social.² Estamos assim perante uma verdadeira interligação entre o território e a população que o habita.

O trabalho de campo, em *Vila Velha*, decorreu entre os anos de 1965 e 1967 e, tal como o próprio autor faz notar, as pessoas são reais, os locais também, mas os nomes são fictícios “Daí o terem-se modificado ou omitido nomes de pessoas e de lugares. A sua identidade é irrelevante em estudos desta natureza (...)” (Cutileiro, 1972, p. 266)

Dando destaque à importância da posse da terra, Cutileiro (1972) refere que “Num país pouco industrializado e tradicionalmente agrícola como Portugal, a terra era o investimento que maior segurança oferecia. A desconfiança de todas as outras formas de investimento, com exceção da propriedade urbana, era ainda recentemente bastante geral.” (p.266)

Em meados do sec. XX e após várias facilidades de crédito deu-se uma redução do preço dos produtos agrícolas a que se associou uma baixa do preço das terras. Em 15 anos as terras agrícolas valiam menos de um terço. As dívidas e os processos judiciais por insolvência dos proprietários iam crescendo e as terras deixaram de ter compradores.

“O ceticismo quanto ao futuro da agricultura local é bastante generalizado. Para os trabalhadores e seareiros, o trabalho nas fábricas, a migração e a emigração parecem ser as soluções mais óbvias.” (Cutileiro, 1972, p. 269) Este enquadramento apenas vem confirmar outras posições já apresentadas, ou seja, face ao declínio da agricultura nomeadamente da produção de trigo a emigração para a grande Lisboa surge como uma alternativa mais fácil para trabalhadores do que para os proprietários que, ou continuavam a tentar produzir, ou tinham de vender as terras. Contudo a terra continua a determinar a estratificação social e este fator também pesa na decisão a tomar.

Cutileiro (1972) apresenta uma estrutura social baseada na posse das terras e na forma como cada um as explora. Os latifundiários ou lavradores são o grupo mais abastado, aquele que apresenta maior diferenciação ao nível da riqueza, mas também o mais

² Por nos parecer adequado no enquadramento da análise que pretendemos fazer na UF, optamos por explorar o artigo publicado na Revista Análise Social que “contém alguns resultados parciais de uma investigação de âmbito muito mais vasto, cuja exposição integral consta do livro de José CUTILEIRO *A Portuguese Rural Society* (Oxford University Press, 1971)”. A esta data ainda não tinha sido publicada a 1ª edição da obra em português pelo que os capítulos aqui apresentados (III, IV e V) foram traduzidos para esta publicação.

reduzido em termos numéricos. É na mão destes proprietários que se concentram em maior número e as alfaias agrícolas e claro as mais modernas. São eles que empregam o maior número de trabalhadores, não vivem na freguesia e vestem-se como habitantes da cidade. Os contactos e relações sociais são com pessoas que não são da freguesia. Os seus filhos, salvo algumas exceções frequentam a universidade uma vez que esta depende da capacidade financeira e da persistência dos pais. São criticados pelos trabalhadores que os acusam de não trabalhar nem saber administrar as terras. (p.273/274/275)

A segunda classe social apresentada por Cutileiro (1972) é a classe dos proprietários. Retrata-os da seguinte forma: “Os proprietários formam o grupo de indivíduos que residem na freguesia, possuem terras e delas exclusivamente retiram a sua subsistência.” (p.275). Tem algumas alfaias agrícolas, moram em aldeias próximas, mas não em *Vila Velha*, não tem carro e vestem-se como rurais embora com roupas de melhor qualidade e penduram relógios com correntes de ouro ao bolso da camisa. Estes casam dentro do seu grupo e alguns dos seus filhos vão à universidade, mas também ajudam nos trabalhos do campo. Tem contacto direto com a população (e mais próximos face às dificuldades financeiras) e empregam homens que não pertencem à sua família. Não tem peso nas decisões políticas gerais e obedecem às diretrizes dos latifundiários. “Sendo os homens mais importantes das aldeias, frequentam, porém, as tabernas, estão presentes nas festas da comunidade, falam com a pronúncia local e mandam os seus filhos às escolas primárias da freguesia.” (p. 277/280)

Os seareiros, são os homens que trabalham as terras que pertencem aos latifundiários ou aos proprietários, na sua maior parte são analfabetos e com orgulho, o progresso, a literacia é em parte culpada pela decadência da agricultura e da vida no campo. Têm normalmente más condições de trabalho, mas mesmo assim estão numa melhor situação social e gozam de maior prestígio social que os trabalhadores rurais. Face às dificuldades já referidas no que respeita à difícil situação da agricultura, deixam entrar como cônjuges gente do grupo dos trabalhadores. “O facto surpreendente no que respeita aos seareiros não é que estejam a desaparecer, mas sim que alguns consigam ainda sobreviver na sua actividade”. (Cutileiro, 1972, p.284) Na década de 60 muitos dos seus filhos foram forçados a sair em busca de emprego fora do setor agrícola em Lisboa ou noutro país.

Por último os trabalhadores, são a maioria e trabalham para os outros, na terra dos outros. “As suas condições de emprego são piores que as de qualquer outro grupo (...) Os salários são extremamente baixos em comparação com os salários industriais ou mesmo com os salários agrícolas doutras regiões.” (Cutileiro, 1972, p.285) As condições de trabalho são más. O “trabalho” é o termo que designa as tarefas agrícolas. Quem desempenha outras tarefas não é trabalhador.

O orgulho profissional do velho trabalhador é semelhante ao brio da prostituta: transforma em virtude o que de facto não é mais do que necessidade. Ter fama de honesto e trabalhador é extremamente vantajoso nesta sociedade, em que o emprego depende, durante a maior parte do ano, da boa vontade dos proprietários.” (Cutileiro, 1972, p.288)

Em 1965 abriu uma fábrica na freguesia. Tinha 42 trabalhadores e “Os seus ganhos são, porém, mais elevados e o trabalho mais limpo e oferecendo maior segurança de emprego do que aquele que jamais conheceram ao trabalharem na agricultura.” (Cutileiro, 1972, p.287)

A vida era muito dura (os salários eram mais baixos, não existiam quaisquer medidas de segurança social, nem qualquer hipótese de educação formal para os filhos dos trabalhadores), mas não havia alternativa. Começava-se a trabalhar aos 7 anos como ajuda de pastor, na maior parte das vezes apenas a troco de comida e alojamento, aos 14/15 anos já se trabalhava mediante algum pagamento que só seria um ordenado completo depois dos 18 anos. Até ao início dos anos 60 o trabalho era de “sol a sol”. Só ficava no trabalho agrícola quem não conseguia outro tipo de ocupação. (Cutileiro, 1972, p.291).

Os camponeses medem a dignidade pelo capital que possuem, o seu trabalho.

Ninguém enriqueceu na freguesia nos últimos 50 anos, e, quando algum trabalhador ou pequeno proprietário gasta um pouco mais que o habitual o parece mais abastado que antes, os comentários dos outros trabalhadores nunca associam tais mudanças às qualidades de trabalho do Homem a questão ponto a ambição é um defeito não uma qualidade (Cutileiro, 1972, p.277).³

De forma resumida apresentámos alguns detalhes da forma como Cutileiro captou a estrutura social da freguesia rural onde desenvolveu trabalho de campo durante 2 anos. No fundo vem confirmar uma serie de indicadores já apresentados e que, embora neste caso, digam respeito a uma freguesia admitimos que possa ser extensível a grande parte do território rural a esta data, tal como reportado por outros autores citados.

Ao mesmo tempo que Portugal se debate com questões políticas e sociais, e enfrenta internamente algumas alterações significativas, na «Europa da CEE⁴» já se tinha «construído» uma Política Agrícola Comum (PAC) a qual fora considerada, logo no início, como fundamental para a construção europeia.

Tal como referido por Varela (1992) a nível europeu foi criada, em 1962, a Política Agrícola Comum (PAC) que tinha como objetivo gerar uma parceria entre o setor agrícola

³ Se me é permitido, deixe esta frase em memória do meu avô materno, falecido há cerca de 30 anos, nascido em 1907. Era frequente ouvi-lo dizer: “Nunca conheci ninguém que ficasse rico a trabalhar”

⁴ Comunidade Económica Europeia

e a sociedade. É uma política comum a todos os estados da União Europeia (UE) e financiada por esta. Visava uniformizar a forma como se pensava o desenvolvimento da agricultura e os apoios concedidos a cada um dos estados-membros. Foram definidos os seguintes objetivos descritos no site da Comissão Europeia⁵:

- Apoiar os agricultores e melhorar a produtividade do setor agrícola, garantindo um abastecimento estável de alimentos a preços acessíveis
- Assegurar um nível de vida digno aos agricultores europeus
- Ajudar na luta contra as alterações climáticas e na gestão sustentável dos recursos naturais
- Conservar o espaço e as paisagens rurais em toda a UE
- Dinamizar a economia rural promovendo o emprego na agricultura, nas indústrias agroalimentares e nos setores afins.

Ao longo dos anos a PAC foi alterando estes objetivos e ajustando as medidas ao desenvolvimento e às necessidades do mercado.

De lembrar que Portugal, a esta data, ainda não fazia parte dos estados-membros e, como vimos, lutava isolado para encontrar uma forma de fazer chegar ao terreno as teorias e a leis que foram sendo criadas nesta primeira metade do sec. XX.

Do ponto de vista de Barreto (2003), a passagem para a segunda metade do século, fica também marcada pela generalização da televisão, pelos movimentos estudantis de oposição ao regime e pela substituição de Salazar por Marcelo Caetano. Dá-se um desenvolvimento controlado da indústria e verifica-se o crescimento das cidades.

“Salazar não queria parar no tempo, nem congelar a história. Mas queria ser ele o único responsável pela mudança. Queria prever e conduzir. Controlar e corrigir. (...) Mas o plano falhou. A sociedade foi mais forte. Ao terminar a década de sessenta já o país deixara de ser o que era dez anos antes.” (Barreto, 2003, p. 25)

Pese embora Barreto (2003) não faça qualquer referência direta à forma como o mundo rural acompanhava estas alterações parece claro que as mesmas estavam disseminadas por toda a sociedade embora pudessem revelar-se com algum atraso nos meios rurais. Contudo deixa-nos a nota de que a população empregada no setor primário passou de 43,6% em 1960 para 10,9% em 1991⁶. Daqui se infere que a agricultura e o mundo rural, sofreu, como vínhamos a acompanhar, uma diminuição do seu peso relativo na estrutura económica da sociedade portuguesa.

⁵ Comissão europeia. Disponível em: <https://commission.europa.eu/>

⁶ De acordo com o resultado apresentado nos Censos 2021 o valor para 1991 era de 17,5%

Na mesma linha de pensamento, Avillez (2016) relaciona o sector agrícola e a emigração e deixa claro que:

Os fluxos migratórios para os centros urbanos e a emigração para a Europa, na década de 60 e princípios dos anos 70, foram responsáveis pela saída da agricultura de uma parte muito significativa da sua população ativa. Entre 1963 e 1973 a população agrícola teve um decréscimo de cerca de 400 mil ativos, tendo passado, neste último ano, para cerca de 85 mil, o que representava ainda 28% da população ativa total. (Avillez, 2016, p. s/n)

A informação mais recente, recolhida nos censos 2021⁷, apresenta um valor na ordem das 130 mil pessoas a trabalhar no setor primário o que representa 2,7% da população empregada. Em 1974 segundo a mesma fonte este setor ocupava 34,9% da população empregada⁸.

Entre 1950 e 1970, mais de meio milhão de camponeses e assalariados rurais (e respectivas famílias) abandonaram o País, enquanto muitos outros deixaram simplesmente o setor primário. Em 1950, 51% da população ativa trabalhava na agricultura; em 1970, menos de 32%. Noutras palavras, registou-se nestas duas décadas o mais formidável êxodo rural da história. Aldeias inteiras, primeiro do Norte, do Centro e do Algarve, do Alentejo depois, esvaziavam-se em Lisboa em Setúbal no Barreiro e no Porto ou no estrangeiro. Nestes 10 a 20 anos para quase totalidade dos municípios e a maioria dos distritos perderam população em números absolutos. Vila Real, Viseu, Évora e Beja perderam até 5% dos seus habitantes, enquanto Lisboa e Porto ganharam 13% e 17%" (Barreto, 2017, p. s/n)

Esta situação vem provocar grades desigualdades em termos de distribuição da população, o litoral e os grandes centros urbanos ganham cada vez mais dimensão à medida que o interior rural fica cada vez mais despovoado, ou como também se pode dizer, desertificado. A este tema voltaremos mais adiante.

No que respeita mais em concreto à situação do Alentejo, Barreto (2017) refere que:

Nas vésperas da revolução, o Alentejo não gozava certamente de uma situação de prosperidade e desenvolvimento, mas o desemprego e a miséria tradicionais tinham-se consideravelmente esbatido. As carências de mão de obra nos períodos de ponta eram já uma realidade e constituíam o principal problema dos empresários. Nesta situação os salários aumentaram mais do que qualquer outro

⁷ PORDATA – Estatísticas sobre Portugal e a Europa. Fundação Francisco Manuel dos Santos. Disponível em: <https://www.pordata.pt/>

⁸ Verifica-se aqui uma divergência nos valores percentuais recolhidos, com base nos resultados dos censos 2021 e os apresentados por Avillez embora estes últimos se refiram a 1973 e os censos reportam-se a 1974. Este registo não nos parece relevante na medida em que ambos refletem a mesma realidade, o setor primário perdeu uma percentagem muito significativa da população ativa em 47 anos.

fator de produção. O período que vai de 1965 a 1974 é certamente aquele que, na história moderna do Alentejo, mais benefícios trouxe aos trabalhadores alentejanos.” (p. s/n)

A década de 70 marca definitivamente a história de Portugal ao assistir àquilo que podemos considerar um marco de rotura, ou seja, a sociedade portuguesa à época, viveu “um antes” e “um depois” do 25 de abril de 1974. Barreto (2003) deixa esta descrição deste acontecimento:

Em 1974, o país fez a experiência de uma revolução política, seguida de uma breve revolução social. Durante alguns meses, viveu-se o arbitrário e chegou a conhecer-se o terror, mas a violência foi mínima. Grupos de cidadãos, organizados ou de forma espontânea, ocuparam empresas, explorações agrícolas e casas de habitação. A maior parte das empresas e dos setores importantes da economia foi nacionalizada. Mais de 20% das terras aráveis foram ocupados por sindicatos e trabalhadores rurais e nacionalizados pelo Estado. Seguiu-se uma contra-revolução, igualmente não violenta. Deixou de vigorar a legitimidade revolucionária, em nome da qual muitas das iniciativas acima referidas tinham sido tomadas. Gradualmente foi reposta a legalidade e aprovada uma Constituição Democrática. (p. 29)

Decididamente não é nossa intenção desenvolver este tema nem dar demasiada ênfase à “Revolução dos Cravos”, contudo a mesma jamais poderia ser ignorada uma vez responsável por significativas mudanças na estrutura social e económica do país e muito especificamente no Alentejo e no setor agrícola que viu agravadas as dificuldades que vinha a fazer sentir.

Na perspetiva de Avillez (2016) foram várias as consequências trazidas pelas transformações político-institucionais para o setor agrícola nacional, resumidamente, aumento do poder de compra dos grupos sociais mais baixos e conseqüente aumento da procura de bens alimentares, aumento da população ativa agrícola vinda das ex-colónias e conseqüente aumento da procura alimentar, instabilidade nas estruturas empresarias agrícolas fruto da Reforma Agrária, entre outros não menos importantes.

Em 1986, passados 12 anos da Revolução de Abril, Portugal passa a integrar a Comunidade Europeia (CE) facto que vem trazer transformações profundas na sociedade e em concreto no setor agrícola. A esta data o peso do setor agrícola no PIB era de 5,2%, muito inferior ao verificado nos anos 50.

Em 1992, 5 anos depois da entrada de Portugal para a CEE a PAC inicia uma nova fase em que prevalecem os apoios diretos aos produtores com incentivos para uma agricultura mais sustentável. Esta reforma coincide com a Cimeira da Terra de 1992, realizada no Rio de Janeiro, no Brasil, que introduz o princípio do Desenvolvimento Sustentável.

A análise efetuada por Alberto e Almeida (2011) à evolução da agricultura portuguesa nos anos de aplicação da PAC, entre 1989 e 2010, concluiu que nesta fase o número de explorações agrícolas caiu 49%, houve um agravamento da balança comercial uma vez que a produção nacional não satisfazia as necessidades de consumo interno. Por outro lado, e não menos importante, refere:

A perda de rendimento também se reflecte ao nível da fixação de populações nas zonas rurais; a análise comparativa dos dados dos recenseamentos gerais da população de 1991 e 2001 (dados não apresentados no texto), mostram uma significativa perda de população nas áreas rurais e a consequente migração desta população para as zonas não rurais. Isto significa que a PAC tem sido ineficiente do ponto de vista da fixação populacional. O objetivo da coesão territorial não foi conseguido e o desenvolvimento sustentável das zonas rurais enfrenta um forte estrangulamento demográfico.” (p. 8)

Estas medidas foram sentidas em Portugal uma vez em que o nosso país estava integrado na UE desde a sua entrada para a CEE, em 1986⁹. Desde esta data passa a ser abrangido pelas iniciativas de apoio à agricultura essencialmente a nível monetário.

Podemos dizer, salvo melhor opinião, que este percurso, desde 1986 ficou marcado por várias alterações e até inversões no sentido dos apoios prestados aos vários países. Em 1984 as explorações agrícolas tinham passado a produzir mais alimentos que os necessários e isso vai determinar algumas medidas no sentido do desvio dos fundos para outras necessidades. Dai se entenda que, neste caso em concreto:

O Alentejo recebeu [do PEDAP¹⁰] nesta primeira fase 25% destas ajudas, canalizadas em grande parte para grandes obras de vedações, estradas, eletrificação de montes e sedes de lavoras. No entanto, se em toda a Europa, pelo menos em teoria, se desenvolveu o conceito de *small is beautiful* (pequenas e médias empresas instaladas no espaço rural), aparentemente foram as grandes explorações as mais beneficiadas.” (Almeida, 2007, p. 305)

Ao longo destes 36 anos¹¹, após a entrada de Portugal na CEE, têm sido inúmeros os programas de incentivos e ajudas ao setor da agricultura que naturalmente também chegaram ao Alentejo. Do ponto de vista oficial, os programas e os fundos europeus que fomos assimilando ao longo destes anos e que ainda se mantêm, têm sido um contributo

⁹ “Tratado de adesão de Portugal à CEE foi assinado em 12 de junho 1985 e o país integrou oficialmente a comunidade em 1 de janeiro de 1986. Não foi fácil concluir o processo.

A candidatura foi apresentada em 28 de março de 1977, mas foi necessário ultrapassar diversas dificuldades através de processos negociais que se arrastaram por oito anos e por oito governos. Sobre a mesa das negociações, entre outras temas, estiveram questões relacionadas com o comércio, a agricultura, as pescas e mesmo a emigração.” (*Processo de entrada de Portugal na CEE*, 2005)

¹⁰ Plano Específico de Desenvolvimento da Agricultura Portuguesa, com um prazo de execução de 10 anos

¹¹ Consideramos como ano referencia o ano de elaboração deste trabalho, 2022

decisivo para a melhoria da qualidade de vida dos portugueses e dos alentejanos em particular. Desta forma, no que respeita ao mundo rural, a agricultura como vinha a ser entendida e posta em prática até então deixa de ter papel predominante nestas políticas de desenvolvimento regional. O objetivo agora é o desenvolvimento das áreas rurais tendo por base propostas inovadoras e diversificadas capazes de afetar positivamente a vida de quem nelas habita ou pensa vir a fazê-lo. Podemos dizer que entrámos numa nova fase, num novo paradigma.

2.1.2. O mundo rural - uma perspectiva de desenvolvimento

Antes de avançar nesta *Aventura do Desenvolvimento*¹² e da importância que este tem tido nos últimos anos sempre que se fala do mundo rural, importa deixar umas breves referências deste conceito que Amaro (2003) refere como um dos mais importantes e polémicos nas Ciências Sociais e cujo nascimento ficou associado ao período a seguir à 2ª Guerra Mundial. “Mobilizador de vontades de mudança e de transformação das sociedades e dos indivíduos, tem servido também para avaliar e classificar o seu nível de progresso e bem-estar” (p. 37)

O conceito de desenvolvimento tem sido inúmeras vezes associado ou confundido com os conceitos de desenvolvimento económico ou de modernização,

Nesse sentido, o subdesenvolvimento era visto como um atraso no desenvolvimento, a tradição obstáculo à modernização, o campo e os meios rurais um passo atrás na caminhada para as cidades e para o progresso, as culturas e mentalidades não europeias um constrangimento à eficiência produtiva e ao bem-estar material, etc.” (Amaro, 2003, p. 48)

De acordo com Amaro (2003) os últimos 30 anos permitiram a introdução de novos conceitos de desenvolvimento uma vez que as autoridades mundiais (ONU, FMI, UE¹³) perceberam a necessidade de desagregar o conceito de desenvolvimento que não era suficiente para abranger a complexa realidade social. Assim passou a falar-se em vários domínios de desenvolvimento, o desenvolvimento sustentável, local, participativo, humano, social e integrado.

Destacamos os conceitos de local e participativo por considerarmos que ainda estamos, no que respeita à UF em apreço, na prática longe do primeiro e a “anos-luz” do segundo. Veremos mais adiante como é que as práticas relacionadas com estes conceitos de

¹² Destaque nosso

¹³ Organização das Nações Unidas, Fundo Monetário Internacional, União Europeia

desenvolvimento são entendidas e aplicadas na comunidade que nos propusemos estudar.

O desenvolvimento local exprime fundamentalmente o processo de satisfação de necessidades de melhoria das condições de vida de uma comunidade local, a partir essencialmente das suas capacidades, assumindo aquela protagonismo principal nesse processo e segundo uma perspetiva integrada dos problemas e das respostas (...) por seu turno, o conceito de desenvolvimento participativo põe o acento tónico na adopção de uma metodologia participativa nos processos de mudança e de melhoria das condições de vida da população, desde a concepção e decisão à avaliação, passando pela execução, direcção e acompanhamento, implicando a afirmação plena da cidadania nos seus direitos e deveres” (Amaro, 2003, p. 57)¹⁴

A ANIMAR¹⁵ apresenta assim o que considera ser o desenvolvimento local, em rigor agrega as definições antes apresentados tornando o conceito ainda mais complexo:

“O desenvolvimento local é o modelo que aproxima as pessoas dos problemas locais e globais, discute na informalidade e na horizontalidade as soluções, contribui para o sentimento de igualdade, aquele que melhor acolhe a diversidade. É com a simplicidade das pessoas e a complexidade das organizações e territórios, que o desenvolvimento local se constrói em cada um dos “locais”. O desenvolvimento local é o modelo holístico de educação para a cidadania e igualdade, através do sentido comum, do compromisso, da participação, da cooperação e da solidariedade empoderadora.”

A CCRD Alentejo¹⁶ dedica a sua revista Análise Regional de junho de 2011 exclusivamente ao desenvolvimento e coesão do Alentejo tendo por referência o ano de entrada do país na EU e apresenta de forma muito positiva a evolução verificada conforme se descreve:

“A evolução registada nas últimas décadas traduziu-se em grandes melhorias no domínio das infraestruturas básicas, nas acessibilidades e na qualificação dos aglomerados urbanos. Registou-se, igualmente, uma alteração significativa dos níveis de habilitações literárias, de qualificação profissional da população ativa, ou de acesso a cuidados de saúde e de apoio social. Em todos estes domínios, as políticas públicas contaram com o contributo relevante dos fundos estruturais europeus.”

Assim, como podemos perceber as políticas de desenvolvimento rural, que tem vindo a ser cada vez mais designadas como políticas de desenvolvimento sustentável, são delineadas e aprovadas num contexto mais lato, em concreto pela UE e daí extrapoladas

¹⁴ Estas definições são compilações do autor com base em outros autores consultados.

¹⁵ ANIMAR - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local. Disponível em: www.animar-dl.pt

¹⁶ Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo. Disponível em: <https://www.ccdr-a.gov.pt/>

e apreendidas por cada um dos países e regiões que procuram fazer uma adaptação positiva dessas diretrizes com vista à obtenção dos melhores e mais justos resultados.

Neste sentido, sem entrar demasiado naquilo que são os programas de apoio aos meios rurais, sejam eles a nível nacional ou regional, com vista a desenvolver a agricultura ou outras atividades (indústria, pecuária, entre outras), importa dar nota da forma como estas regiões, nomeadamente o Alentejo, tem visto alterada a forma como se olha para a região e o que se espera dela.

Hoje quando se fala de mundo rural, de uma forma geral, mesmo do ponto de vista do senso comum, não se enaltecem os pontos negativos, o despovoamento, a falta de mão de obra, o envelhecimento da população. Salvo melhor opinião, estes fatores são “dados adquiridos” e o que se pretende é encontrar formas de ultrapassar ou de minimizar as suas causas e efeitos.

Atente-se à definição, atualizada em 27 de agosto de 2021, que podemos ler no site oficial do Governo¹⁷ no que respeita ao desenvolvimento rural:

Um desenvolvimento rural inclusivo e sustentável está associado à promoção dos diferentes tipos de agricultura e respetivas práticas de produção amigas do ambiente, assim como ao incremento do papel dos agentes do território enquanto fornecedores de serviços de ecossistemas. Pretende dar resposta aos desafios dos territórios rurais, designadamente ao nível das alterações climáticas, da renovação geracional, da conservação das paisagens e do património natural e cultural. Uma visão de longo prazo para as zonas rurais passa pela melhoria das condições de vida e acessibilidades, pelo desenvolvimento de iniciativas promotoras da diversificação de atividades, de criação de emprego e da igualdade de oportunidades nos territórios rurais, tendo em vista a consolidação do seu tecido produtivo. O desenvolvimento rural tem ainda foco na qualificação e formação dos agentes rurais, na partilha de informação e conhecimento, na difusão de boas práticas e no trabalho em cooperação. Em conjunto promovem-se sinergias entre os diferentes atores, viabilizando a renovação do conhecimento, com via à qualificação da intervenção dos agentes de desenvolvimento rural e promovendo a imagem e todo o potencial dos territórios rurais.

Como facilmente se pode inferir desta descrição é cada vez mais valorizada a diversificação do meio rural. Não deixa de parte a agricultura, mas o desenvolvimento rural passa também por outras atividades tendo em vista a criação de novas fontes de emprego e rendimento das famílias.

¹⁷ República portuguesa – Agricultura e Alimentação. Disponível em: <https://agricultura.gov.pt/pt/>

Canalizam-se os financiamentos para novas formas de cultivo com recurso a novas técnicas e tecnologia com vista a aumentar a qualidade e a produtividade. Se o objetivo é a fixação da população e a melhoria das condições de vidas das populações, a aposta passa também pelas microempresas ligadas ao artesanato e aos ofícios, às novas formas de agricultura e novos produtos alimentares conforme se pode verificar em texto publicado alguns meses antes, em maio de 2021, no mesmo site oficial:

A agricultura continua a ser um motor essencial da economia rural. Contudo, a diversificação da estrutura socioeconómica das zonas rurais é essencial para o desenvolvimento de atividades não agrícolas, dentro e fora das explorações, tendo em vista a criação de novas fontes de rendimento e emprego, contribuindo diretamente para a melhoria do rendimento dos agregados familiares, fixação da população, ocupação do território e reforço da economia rural.

Tendo em consideração o ponto de vista do Governo, apresentado no site em apreço, no que respeita a estas matérias relacionadas com o desenvolvimento rural, importa dar nota da relação cada vez mais estreita que se estabelece com o ambiente, fruto porventura da introdução nos anos noventa do conceito de desenvolvimento sustentável.

“O ambiente assume um papel cada vez mais relevante na Agricultura, tendo o setor agrícola o desafio de conciliar a necessidade de aumentar a produção de alimentos com a necessidade de reduzir o impacte ambiental, mantendo-se competitiva a nível internacional.”

Da leitura atenta das publicações do Portal da Agricultura fica claro que, quer estejamos a falar a um nível global, nacional ou regional as questões relacionadas com a agricultura sustentável e as implicações para o ambiente estão na ordem do dia. Importa proteger e valorizar os recursos naturais principalmente a água, como recurso escasso, principalmente nas zonas do interior nomeadamente no Alentejo. É imperativo não poluir, reutilizar e poupar. Da mesma forma proteger os solos e o ar evitando ao máximo as emissões de gases poluentes.

Quando se aborda o tema do desenvolvimento rural, ou desenvolvimento local, quando se apresentam e publicitam os apoios financeiros vindos essencialmente da UE, quando nos portais oficiais do governo ou das associações locais se manifesta disponibilidade para dar apoio e esclarecimentos às populações fica-se quase sempre com a sensação de que a mensagem não passa, não chega ao seu destino, contudo, verificamos que a nível regional e local a agricultura sofreu transformações profundas conseguindo adaptar-se, em parte, às propostas apresentadas.

Falar hoje do Alentejo, da agricultura, do desenvolvimento rural e/ou local é falar também das novas formas de fazer agricultura, diversificação da produção, da introdução de novos métodos e novas culturas e ainda da criação e manutenção de

empresas nas mais diversificadas áreas de atividade e com isso trazer benefícios e melhorar as condições de vida das populações.

O desenvolvimento rural e a melhorias das condições de vida das populações surgem como conceitos interligados sendo que o primeiro “deveria” ter um papel fundamental na concretização do segundo. Ou seja, o desenvolvimento rural ou local “deveria” potenciar a melhoria das condições de vida das populações aí residentes ou que aí se queiram instalar. Será de facto assim?

Pereira e Marques (2014) apresentaram no VIII congresso Português de Sociologia que decorreu na Universidade de Évora, em abril do referido ano, um excerto do trabalho de investigação levado a cabo na aldeia de Penedos (Mértola) no Baixo Alentejo¹⁸ com o intuito de perceber até que ponto as políticas de desenvolvimento local que estavam a ser “aplicadas” no território estavam de facto a combater a despovoamento, o abandono e o envelhecimento e a identidade daquele meio rural. Inserido no âmbito da Sociologia da Ação/Intervenção, da qual nos sentimos um tanto ou quanto afastados, consideramos importante chamar este tipo de trabalho que, em suma, acaba por propor novas formas de atuação política com vista a corrigir os desvios verificados e a corrigir os caminhos com vista aos objetivos propostos.

O fenómeno do envelhecimento populacional verificado deriva da ausência de políticas estruturais globais e de forma integrada, por modo a fixar as pessoas e impedindo-as de partirem, colocando em causa, a identidade de um povo e consequentemente a memória da sua história porque escasseiam sobretudo, os jovens que são a garantia da sustentabilidade deste e de tantos outros territórios (p.6)

Ao citarem Almeida et al., (1994), citado por Pereira (2001) deixa-nos uma definição de desenvolvimento local que se enquadra na perspetiva que vínhamos a apresentar no que respeita à relação entre desenvolvimento e condições de vida, ou de um ponto de vista mais alargado, qualidade de vida. Passamos assim em citação esta ideia que nos parece esclarecedora para a ligação destes conceitos,

Em termos gerais, consideramos que o Desenvolvimento, deve ser entendido “como um processo de natureza multidimensional, tendo o ser humano como preocupação central. Nele inscreve questões como a melhoria generalizada das condições de vida material das populações, de acesso aos meios que garantem o bem-estar (habitação, saúde educação, segurança social, etc.), o progresso da igualdade de oportunidades liberdades cívicas e políticas a proteção do ambiente.” (p.7)

¹⁸ Resultados obtidos no trabalho de investigação conducente a tese de doutoramento na Universidade de Évora

Em jeito de conclusão, Pereira e Marques (2014) apresentam ainda as recomendações¹⁹ salientando que os atores locais e os líderes envolvidos no desenvolvimento local comportam-se como parceiros que confirmam a inexistência de avanços no tecido económico e produtivo como consequência da falta de verdadeiras políticas estruturais.

Não podemos deixar de fazer referência às recomendações dos autores no que respeita à obtenção dos resultados pretendidos (desenvolvimento e melhores condições de vida da população em apreço) sem deixar de questionar de que modo este valioso contributo teórico pode refletir-se na população em geral e de que forma esta população apreende e interpreta cada uma das medidas propostas. Tal como já havíamos referido anteriormente fica-nos a dúvida, que permanecerá até prova em contrário, pelo menos no que respeita à UF por nós estudada, sobre a forma como estes conceitos teóricos passam da teoria à prática.

Tem de haver uma aposta nos desafios estratégicos mais consensuais e menos conflituosos entre os atores, por que deverão conduzir à mobilização de uma estratégia para o território. Aproveitar e transformar os produtos locais materiais e imateriais como promotores da economia local. Os atores devem insistir no aproveitamento das indústrias ecológicas e fomentar os traços culturais que possam preservar e garantir a sustentabilidade de Penedos (...) os atores locais através das suas posições são o cerne e motor deste novo modelo de desenvolvimento alternativo e participativo com vista à melhoria das condições de vida das pessoas (...) preservando a sua identidade e garantindo deste modo a sustentabilidade da aldeia. (Pereira e Marques, 2014, p.11)

Este exemplo do como as políticas de desenvolvimento local não teve o efeito que se pretendia não é único, Neto e Natário (2009) também abordam esta temática salientando que, se se assiste a um novo paradigma de desenvolvimento local este requer necessariamente mudanças na conceção e implementação de políticas de governança local. As velhas estruturas hierárquicas não estão preparadas para responder com eficácia a concretização dos objetivos propostos. Este novo paradigma assenta em dois princípios fundamentais, a saber: realça o papel do espaço em detrimento dos setores e destaca o papel dos investimentos em detrimento dos subsídios. (p.2)

A apresentação que é feita por Neto e Natário (2009) em quadro comparativo das diferenças entre o paradigma tradicional e o novo paradigma. O primeiro basear-se essencialmente na agricultura e no aumento competitivo desta, considerado como setor chave em que o financiamento é essencialmente baseado em subsídios. Os principais atores deste processo são os governos nacionais e os agricultores. No novo paradigma

¹⁹ Dai nos termos referido o nosso afastamento relativamente a este tipo de estudo, o que não significa de todo o reconhecimento da sua importância para os fins a que propõe. Não é nosso objetivo apresentar qualquer tipo de medidas ou áreas de intervenção no que respeita à UF em estudo.

procura-se um aumento da competitividade das áreas rurais, valorização dos recursos locais e outros normalmente não considerados. A valorização da agricultura dá lugar a outros setores ligados à economia rural. Os subsídios são trocados por investimentos e os setores envolvidos são todos os níveis de governo de nacional a regional sem esquecer outra entidade públicas e privadas.²⁰

O objetivo deste estudo além de apresentar a forma como estão a ser desenvolvidas as políticas de desenvolvimento local é também fazer uma comparação com a realidade francesa a este nível. Os Polos de Excelência Rural (PER) foram implementados em França em 2005 e no fundo procuram adaptar as políticas de desenvolvimento rural à realidade específica de cada região com vista ao seu efetivo desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida da população local. Dada a proximidade entre conceção e implementação das políticas definidas estes projetos são considerados de sucesso e com potencialidade para serem reproduzidos noutros locais assim haja vontade os atores envolvidos.

Na sequência deste novo paradigma, desta nova forma de olhar para o mundo rural e de procurar a seu desenvolvimento com vista em última instância a melhorar as condições de vida dos seus habitantes consideramos ainda relevante dar nota de uma outra abordagem desenvolvida por Augusto et. al (2010) que nos dá conta que na última década do séc. XX já se fizeram sentir algumas alterações no que respeita à forma de governação do território nacional. Uma abordagem mais descentralizada caracteriza os processos de planeamento territorial no âmbito do programa LEADER e pela Agenda 21 Local cuja filosofia assenta no desenvolvimento sustentável local, logo não se compadece com decretos e imposições. (p. 500)

“A sensibilização e a auscultação substitui-se à imposição, a flexibilidade à rigidez, contempla-se o todo em detrimento da visão parcial dos processos, do território e das políticas setoriais; questiona-se e desenvolvem-se cenários a longo prazo baseados na prospetiva, a opinião dos cidadãos e das forças vivas do território é considerada e são considerados parte integrante dos processos de mudança.”
(p.500)

Vale a pena introduzir nesta temática um novo conceito, cada vez mais usado a este nível, sem, contudo, ser nossa pretensão o desenvolvimento exaustivo do mesmo. Falamos do conceito de territórios de baixa densidade²¹ que, de acordo com o

²⁰ Os autores identificam a fonte desta informação: OECD (2006)

²¹ Em Portugal a denominação de “territórios de baixa densidade” surge da classificação definida pelo Governo português em 2015 para a implementação de medidas de diferenciação positiva nos territórios abrangidos pelo programa “Portugal 2020”. Para o efeito foi adotada a proposta da Associação Nacional dos Municípios Portugueses baseada numa abordagem multicritério que considera a densidade populacional, a demografia, o povoamento, as características físicas do território e socioeconómicas e as acessibilidades (Cf. ANMP) citado por Vaz (2022/2023, p. 9)

Departamento de Prospetiva e Planeamento e Relações internacionais, citado por Augusto et. al (2010), se pode definir desta forma:

(...) são territórios cujas economias, tradicionalmente, assentavam na agricultura e, nalguns casos pontuais, na exploração de recursos minerais ou, mais recentemente, em pequenos enclaves industriais intensivos em mão de obra, não sendo por isso taxativo que apenas no interior se registem espaços de baixa densidade, ou que todo o interior o seja igualmente. (p. 502)

O turismo e o comercio tradicional tem sido considerado essências nas políticas desenvolvidas ou a desenvolver nestes territórios na medida em que, onde o primeiro tem vingado o segundo pode obter dai inúmeros benefícios. Tendo por base as potencialidades do turismo e das suas envolventes, foi criado o programa URBCOM tendo como destinatários algumas regiões consideradas com potencial para assimilar os objetivos aqui propostos, apoio a projetos de urbanismo comercial com vista à modernização das infraestruturas integradas em áreas urbanas delimitadas associadas à revitalização do espaço publico envolvente, ações de promoção e animação comercial e ainda ações de formação profissional. (p. 504)

Este programa foi aplicado em Moimenta da Beira no distrito de Viseu, pretendia -se em concreto tornar o centro da vida atrativo às pessoas reinventar a área central da vila e diversificar a oferta comercial para residentes e turistas.

Se abordamos este tema e chamamos ao debate mais este exemplo de aplicabilidade e impacto das políticas de desenvolvimento local, fizemo-lo com a intenção de dar a conhecer, nas palavras do autor do estudo, o impacto deste na localidade onde foi implementado. Augusto et. al (2010) analisaram no terreno e verificaram que: na fase de conceção do programa não houve articulação com o âmbito geográfico local. De acordo com a análise efetuada os fatores que mais contribuem para o incumprimento dos objetivos foram: ausência de consulta do poder central ao poder local que não opinou sobre os objetivos do programa, ausência de participação de organismos ligados ao desenvolvimento local, sobreposição de medidas de financiamento, ausência de participação dos comerciantes e residentes na construção do plano. Candidatura burocrática, rigidez e inflexibilidade do próprio programa.

Não nos parece necessário desenvolver estas conclusões para perceber que o impacto do programa foi praticamente nulo. Não é relevante neste contexto enumerar tudo o que deveria ter acontecido para que o resultado fosse diferente. Os autores fazem essa análise e vão mais longe, comparam este programa com outros programas ao nível do desenvolvimento territorial na perspetiva da abordagem integrada aplicados noutros países, nomeadamente na Alemanha onde o impacto positivo foi verificado a todos os níveis. (p.506/508)

Deixando de parte esta discussão que já afloramos por mais do que uma vez, entendemos que existem efetivamente outras razões e motivos, diríamos muito mais endógenos que exógenos que permitem não só a continuidade da vida nas e das aldeias rurais. A qualidade de vida tratando-se, como se viu de um conceito mais abstrato e subjetivo está certamente relacionado com as condições de vida de cada um, não só presentes, mas essencialmente comparáveis com as existentes no passado reveladas em verdadeiras histórias de vida. Não alargaremos agora este tema, voltaremos a abordá-lo na apresentação dos resultados da investigação levada a cabo.

Em forma de conclusão importa dar nota de que pretendemos aos longo deste capítulo apresentar a realidade vivida no chamado mundo rural, com destaque para o Alentejo, deste o início do século passado até aos nossos dias. Abordamos a questão da agricultura e da importância desta não só como meio de subsistência das populações rurais como do seu peso na economia nacional. Este setor tem vindo a perder o seu peso, contudo não deixou de existir, é hoje encarado de uma forma diferente e tal como seria expectável tem vindo a adaptar-se a uma nova realidade onde a mão de obra é cada vez mais reduzida, mas a introdução de novos equipamentos, cada vez mais especializados, são uma realidade e visam dar resposta a novas formas de produção e à entrada de novos produtos agrícolas nunca vistos a crescer nestas terras.

Em simultâneo com esta abordagem chamamos à conversa a relação entre o território, a sua posse e a forma como as populações rurais acompanharam esta evolução, mais ou menos evidente, e se foram adaptando a novas condições de vida. O trabalho no campo deixou de ser uma realidade para a maior parte dos residentes que procuram outras atividades mais rentáveis e menos árduas, fora ou dentro do país, e até mesmo permanecendo e mantendo a sua residência nas inúmeras aldeias, vilas ou cidades do Alentejo.

Salientamos a importância e a forma como hoje se olha para o mundo rural, para o seu desenvolvimento e em sequência para a melhoria das condições de vida das populações que resistiram aos fluxos migratórios. São inúmeras as políticas pensadas quer a nível nacional como regional para manter viva esta realidade e se possível aumentar as suas dinâmicas e o seu peso na economia nacional trazendo para o debate a importância do turismo, do comércio local, do saber fazer de que ainda resiste, da introdução de pequenas e médias empresas com vista a aumentar os postos de trabalho e assim fixar as populações jovens e em idade ativa.

Fomos dando nota das nossas incertezas e dúvidas acerca da forma como estes objetivos pretendem ser concretizados. Diria que podemos ir ainda mais longe se levantarmos a questão sobre a legitimidade da grande maioria dos objetivos que se pretendem ver implementados no mundo rural. Olhando de fora fica a sensação de que se quer interromper um percurso, uma evolução que necessariamente tem de acontecer em qualquer sociedade. Em jeito de analogia, e sem termos aprofundado todas as políticas

e programas elaborados “cientificamente” para promover, neste caso em concreto o desenvolvimento do Alentejo, é como se colocássemos uma pedra no leito de um ribeiro obrigando, a pouca água que ainda corre, a desviar o seu curso natural.

2.2. As Condições de Vida

2.2.1. Condições de vida, objetividade, subjetividade e parentescos do conceito

Conhecer as condições de vida de uma população pressupõe conhecer o modo como as pessoas vivem tomando em consideração várias perspetivas de análise. Importa reter elementos do ponto de vista económico, físico e emocional bem como os fatores que afetam a vida dessas pessoas, quer individualmente quer em sociedade, num determinado momento, numa determinada comunidade, região ou país.

“As condições de vida dependem de múltiplos fatores, que podem ser sociais, económicos, políticos, culturais e de saúde. Por isso, num mesmo país, as pessoas levam vidas muito diferentes nas suas condições objetivas, o que constitui um desafio para os seus governos: tentar garantir que toda a população viva nas melhores condições possíveis.”²²

De acordo com perspetiva aqui abordada as condições de vida de uma população são medidas pela análise do bem-estar físico (saúde), bem-estar material (economia), bem-estar social (redes sociais) e emocional (saúde mental e autoestima).

Entre muitos outros, o INE realiza desde 2004, o Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (ICRV) junto das famílias residentes em Portugal, de acordo com o previsto nos Regulamentos da EU. O objetivo é obter informação atualizada, sobre o tipo e nível de rendimentos que, em articulação com o conhecimento rigoroso de cada indivíduo, permite a obtenção de indicadores estatísticos sobre a privação material e habitacional e sobre a distribuição dos rendimentos, a pobreza e a exclusão social. Com a uniformização dos critérios de recolha de dados a nível europeu é assim possível conhecer e comparar a realidade verificada dos vários Estados-Membros.²³

São várias as publicações do INE, bem como de outras entidades, como por exemplo o Observatório Nacional – luta contra a pobreza e o Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia e Mar (sínteses estatísticas) que colhem informação dos resultados deste inquérito para elaborar a sua própria leitura dos dados apurados. A

²² Conceitos De Significados e Aprendizagem. Disponível em: <https://conceitosde.com/>

²³ Instituto Nacional de Estatística. Disponível em: <https://www.ine.pt/>

Pordata elabora muita da informação que publica com base na informação recolhida pelo INE não só neste como noutros (e são muitos) inquéritos realizados à população residente em território nacional.

A tarefa de análise e escrutínio de toda a informação disponível é praticamente inexecutável pelo que procuramos identificar apenas alguns dados mais significativos para o tema que pretendemos apresentar.

Numa primeira fase tomamos como referência uma das publicações do INE, destinada à comunicação social e que tem como título: Destaque – Informação à comunicação social, publicada com data de 19 de fevereiro de 2021. Neste documento são apresentados os indicadores e taxas relativos ao Rendimento e Condições de Vida, tendo por base os resultados provisórios apurados em 2020.

Não se pretende ser exaustivo na descrição destes indicadores, mas em nossa opinião, são uma base de trabalho credível, sustentada e verificada que podemos aplicar no estudo da população que pretendemos conhecer.

São vários os indicadores e taxas apresentadas neste documento (informação já tratada). Destacamos alguns desses indicadores por serem aqueles que, de forma reduzida e simples, mas eficaz, podem ser aplicados para medir as condições de vida de qualquer população.

Importa, para clarificar, fazer uma leitura sobre os indicadores e taxas apresentados para que se compreenda de que forma nos mostram as condições de vida de uma população.

A taxa de privação material²⁴, a taxa de privação material severa²⁵, a autoavaliação do estado de saúde²⁶, a necessidade não satisfeita de consultas médicas nos últimos doze meses, a taxa de risco de pobreza e a taxa de pobreza ou exclusão social²⁷, são os itens apresentados para medir, de forma global, as condições de vida em Portugal. Pese embora estes indicadores sejam apresentados de forma individual, é também elaborado o seu cruzamento com variáveis como o sexo ou a escolaridade o que permite uma visão

²⁴ Proporção da população em que se verificam pelo menos três das seguintes nove dificuldades – a) Sem capacidade para assegurar o pagamento imediato de uma despesa inesperada próxima do valor mensal da linha de pobreza (sem recorrer a empréstimo); b) Sem capacidade para pagar uma semana de férias, por ano, fora de casa, suportando a despesa de alojamento e viagem para todos os membros do agregado; c) Atraso, motivado por dificuldades económicas, em algum dos pagamentos regulares relativos a rendas, prestações de crédito ou despesas correntes da residência principal, ou outras despesas não relacionadas com a residência principal; d) Sem capacidade financeira para ter uma refeição de carne ou de peixe (ou equivalente vegetariano), pelo menos de 2 em 2 dias; e) Sem capacidade financeira para manter a casa adequadamente aquecida; f) Sem disponibilidade de máquina de lavar roupa por dificuldades económicas; g) Sem disponibilidade de televisão a cores por dificuldades económicas; h) Sem disponibilidade de telefone fixo ou telemóvel, por dificuldades económicas; i) Sem disponibilidade de automóvel (ligeiro de passageiros ou misto) por dificuldades económicas. Instituto Nacional de Estatística. Disponível em: <https://www.ine.pt/>

²⁵ Proporção da população em que se verificam pelo menos quatro das nove dificuldades descritas em Taxa de privação material. Instituto Nacional de Estatística. Disponível em: <https://www.ine.pt/>

²⁶ Instituto Nacional de Estatística. Disponível em: <https://www.ine.pt/>

²⁷ A população em risco de pobreza ou de exclusão social inclui as pessoas cujo rendimento não atinge o limiar de risco de pobreza ou que enfrentam privação material severa ou que tem intensidade laboral muito pequena. PORDATA – Estatísticas sobre Portugal e a Europa. Fundação Francisco Manuel dos Santos. Disponível em: <https://www.pordata.pt/>

mais aproximada da realidade. A comparação com valores de anos anterior permite ter uma noção da forma como estes indicadores tem evoluído, permitindo aferir se as condições de vida alteram em sentido positivo ou negativo.

Apresentamos agora alguns números relativos às taxa e indicadores referidos no documento supra identificado, sem deixar de fazer uma incursão por outras fontes para reforçar ou confirmar os dados apresentados.

A taxa de privação material registada em Portugal em 2019 foi de 15,1%. Em 2020 esta taxa reduziu para 13,5%.

A taxa de privação material severa, foi em 2019, de 5,6%. Em 2020 reduziu para 4,6% e neste mesmo ano o Alentejo (NUT II) regista nesta taxa um valor de 4,8% o que podemos considerar em linha com os valores nacionais e muito inferior ao valor mais alto registado de 11% na Região Autónoma da Madeira. O valor mais baixo deste indicador regista-se na Região Centro com 3,4%.²⁸

Para dar uma ideia da evolução desta taxa fica o registo de 2004 em que este valor, para Portugal, era de 9,9%. De acordo com a mesma fonte entre 2004 e 2020 os valores mais altos deste indicador registaram-se em 2013 e 2014 com valores de 10,9% e 10,6% respetivamente. De lembrar que foi neste período que a situação económica em Portugal ficou marcada pela intervenção do programa de Assistência Financeira da Troika, considerado um período de recessão económica e social.

No que diz respeito à autoavaliação do estado de saúde, em 2019, 50,1% da população residente avaliou o seu estado de saúde como bom ou muito bom, em 2020 registou-se uma subida para 51,3%. A necessidade de consultas medicas não satisfeitas nos últimos 12 meses afetou 3,9% da população com mais de 16 anos, registando o valor mais alto dos últimos 5 anos.

A taxa de risco de pobreza mede a proporção de habitantes com rendimentos monetários líquidos anuais, por adulto, inferiores a 540 eur por mês. Em 2018, 17,2% da população portuguesa vivia em risco de pobreza, em 2019 o valor baixa para 16,2%.²⁹ Analisando apenas estes dois anos, admitindo que não houve alteração na base dos indicadores avaliados, podemos dizer, que no contexto nacional, se vivia, em 2019, em melhores condições e com menos dificuldades do que em 2018.

Uma vez divulgados os dados definitivos dos Censos 2021, consideramos adequado rever estes dados e apresentar os valores atualizados no que respeita a estes indicadores. Tivemos como base a publicação do INE, datada de 20 de janeiro de 2023,

²⁸ PORDATA – Estatísticas sobre Portugal e a Europa. Fundação Francisco Manuel dos Santos. Disponível em: <https://www.pordata.pt/>

²⁹ Instituto Nacional de Estatística. Disponível em: <https://www.ine.pt/>

que reflete os dados apurados em 2022, no inquérito já referido, relativos ao ano anterior ou seja 2021.

A taxa de risco de pobreza em 2021 é inferior ao valor de 2020. Em 2021 a taxa de risco de pobreza corresponde à percentagem de indivíduos com rendimentos líquidos inferiores a 6608 eur por ano (551 eur por mês). Em 2022 a taxa de pobreza ou exclusão social foi de 19,4% que compara com os 22,4% em 2021.

Em 2022, considerando os rendimentos de 2021, confirma-se que 16,4% dos residentes estavam em risco de pobreza, menos 2% do que em 2020 (18,4%).

Considerando outra fonte³⁰, o facto de se viver melhor (índices de bem-estar, ver infra) não impede que 1 em cada 6 portugueses viva em risco de pobreza e que 16% da população esteja abaixo do limiar da pobreza (valores de 2021) com rendimentos inferiores a 551 eur/mês (após transferências sociais).

Em 2021 cada pessoa tinha para gastar 1177 eur/mês. O valor abaixo do qual se considera que alguém é pobre (limiar de risco de pobreza) situa-se nos 6 608, 00 eur/ano (551 euros por mês).

O Rendimento médio disponível das famílias (ou seja, quanto dinheiro tem cada agregado familiar para gastar ou poupar, em média) passou de 17.587,70 eur em 1992 para 38.735,20 eur em 2021 (valor provisório). Em 30 anos o valor praticamente duplicou.

Os documentos consultados para apresentação destes valores, limitam-se à apresentação dos dados e aos resultados do cruzamento de variáveis (normalmente idade e sexo com os indicadores principais). Não fornecem qualquer informação sobre a forma como na prática esta realidade é vivenciada pela população. Podemos dizer que se trata de uma fotografia da realidade sem qualquer comentário ou legenda.

A Pordata na sua página dedicada a este tema apresenta um leque alargado de indicadores que permitem medir vários aspetos relacionados com a Habitação, o Conforto e as Condições de Vida em Portugal. Discrimina por Alojamentos, Edifícios e Condições de Vida.

No que respeita a este último item, que mais diretamente importa escrutinar, estão incluídos vários indicadores que permitem medir as condições de vida da população. É contabilizada a percentagem de agregados que detêm os principais equipamentos domésticos e é medido o índice de bem-estar (entre 2004 e 2020), a taxa de privação material e social severa e a taxa de privação material severa.

³⁰ PORDATA – Estatísticas sobre Portugal e a Europa. Fundação Francisco Manuel dos Santos. Disponível em: <https://www.pordata.pt/>

A Pordata disponibiliza no seu site várias infografias sobre os mais diversos temas. Em cada uma destas infografias é apresentado um resumo dos dados apurados e, de forma esquemática e leitura simples, dá-nos a conhecer, de forma genérica, a realidade portuguesa (em números).

Tomámos como referência o tema que diretamente diz respeito à matéria apresentada neste capítulo. De título apelativo – Como vivem os Portugueses? Revela-nos os números, em forma de resumo, relativamente aos indicadores já apresentados.

São referenciados em diferentes documentos, dentro das respetivas categorias, os números essenciais sobre a saúde, habitação, pobreza e desigualdade. No fundo é apresentado um retrato das condições de vida das famílias no que respeita a estas grandes áreas.

A importância destes indicadores, aqui revelados para o país, prende-se com o facto de que estão muito próximos daqueles que definidos para conhecer as condições de vida da população da UF. A seu tempo faremos as justificadas comparações.

Apresentamos, assim, um resumo da informação recolhida nos referidos documentos. Trata-se apenas de uma descrição dos mesmos não havendo qualquer referência a causas ou consequências nas condições de vida. Em alguns casos é feita análise comparativa com anos anteriores o que permite, de forma grosseira, dizer se, relativamente a um ou outro indicador, o país está melhor ou pior que em anos anteriores.

No que diz respeito à população, e em concreto à distribuição geográfica da mesma ficamos a saber que foram contabilizados 10.286.263 habitantes, em Portugal, em 2019. O documento refere ainda que a população está mal distribuída no território nacional e justifica com a percentagem de residentes em cada uma das áreas do país. Quase metade da população reside nas grandes áreas metropolitanas (28% na área metropolitana de Lisboa e 17% na área metropolitana do Porto). O Mesmo é dizer que 45% da população do país reside nas grandes áreas metropolitanas das maiores cidades do país e que os restantes 55% estão divididos pelo resto do território.

Não surpreende que, nesse mesmo ano, o concelho com mais habitantes era Lisboa com 508.368 residentes. No lado oposto, em termos populacionais, com menos habitantes, surge o concelho do Corvo, na ilha (mais pequena) dos Açores, com apenas 465 habitantes. Em 2018 a maioria da população residia nas zonas urbanas. A distribuição pelo território apresentava-se nas seguintes proporções: 45% nas cidades, 29% vilas e subúrbios e 26% no campo.

Analisando agora a distribuição da população por agregados familiares, a informação disponível dá nota de que existem cada vez mais famílias sem filhos. Em 2019, foram identificados 4.148.057 agregados familiares nestas condições o que representa 25% do total dos agregados familiares. Os casais com filhos representavam 34% dos agregados

familiares e os agregados unipessoais, ou seja, famílias constituídas por uma só pessoa, representavam 23% dos agregados sendo que mais de metade (55%) eram idosos.

Em termos absolutos, em 2022, Portugal registava 429.968 agregados domésticos privados monoparentais³¹. Este número mais que duplicou desde 1992 (203 654). Se consideramos este indicador por sexo, verifica-se uma grande discrepância entre o sexo feminino (filhos que vivem só com a mãe) 372.733 agregados (86.69%). Os agregados em que os filhos que vivem só como pais (homens) são 57.236 (13.31%).³²

A análise da distribuição da população por tipo de agregado familiar revela ainda outro aspeto que está relacionado, salvo melhor opinião, em grande parte, com as condições económicas das famílias e dos próprios jovens que, não reunindo condições suficientes para formar o seu próprio agregado familiar (unipessoal ou outro), ainda viviam com os pais. Neste sentido a comparação é feita com outros países da Europa e, pese embora não haja qualquer referência a esse aspeto, não é difícil perceber como este indicador está diretamente relacionado com a situação económica, financeira, política e cultural dos referidos países.

Em 2018, em Portugal, 91% dos jovens entre os 18 e 24 anos ainda vivem com os pais. Em Malta eram 94,6% (a percentagem mais elevada) e na Dinamarca (a percentagem mais baixa) apenas 40,8% dos jovens deste grupo etário partilhava casa com os pais. Menos de metade do que se verifica em Portugal. Não sendo nossa pretensão desenvolver este tema não nos compete encontrar as efetivas razões destas discrepâncias para além da referência que foi feita às condições dos respetivos países.

Se avançarmos para o grupo etário dos 25-34 anos, as discrepâncias mantêm-se e, estamos em crer, continuam a ser marcadas pelos fatores enunciados. Em Portugal 45,5% dos jovens adultos (idade pós-universitária) ainda vivem com os pais. Na Croácia esse valor é ainda mais elevado, são 62,4% nestas condições e mais uma vez a Dinamarca marca a diferença, com uma expressão muito reduzida a este nível, apenas 3,2% dos jovens neste escalão etário partilham casa com os pais.

No que respeita à posse do imóvel onde habitam, 75% dos Portugueses residiam em casa própria e 25% em casa arrendada.

Ao alargarmos as nossas fontes de pesquisa, constatamos que os números apresentados não coincidem com os que podemos verificar no site oficial da República Portuguesa Economia e Mar³³ que apresenta os seguintes valores para o mesmo ano, tendo por base a informação disponibilizada, em 2022, pelo Eurostat³⁴:

³¹ Agregados familiares em que só um dos pais vive com os filhos

³² PORDATA – Estatísticas sobre Portugal e a Europa. Fundação Francisco Manuel dos Santos. Disponível em: <https://www.pordata.pt/>

³³ República portuguesa – Economia e Mar. Disponível em: <https://www.gee.gov.pt/>

³⁴ Eurostat. Disponível em: <https://ec.europa.eu/>

Em Portugal, a taxa de risco de pobreza ou exclusão social foi de 22,4% em 2021, uma subida de 2,4 p.p. face a 2020 (20,0%)³⁵. Portugal tem a 8ª taxa mais elevada da UE em 2021 (13ª em 2020). Este aumento de 2,4 p.p. na taxa de pobreza e exclusão em Portugal é o maior aumento verificado nos países da UE em 2021.

Pese embora não possamos considerar uma discrepância muito elevada, a verdade é que estes últimos números são superiores aos anteriormente apresentados. Da análise que foi possível fazer não vislumbramos razão para esta discrepância a não ser o facto de não terem sido usadas exatamente as mesmas medidas embora a definição apresentada no referido site seja muito próxima da apresentada pela Pordata.

“Risco de pobreza ou exclusão social, ou seja, pessoas em risco de pobreza ou vivendo em agregados com intensidade laboral per capita muito reduzida ou em situação de privação material e social severa.”³⁶

Se alargamos esta apresentação ao contexto mundial³⁷, pese embora a taxa global de pobreza tenha caído mais de metade desde 2000, atualmente nos países em desenvolvimento 1 em cada 10 pessoas vive com menos de 1,9 USD³⁸ por dia (ou seja, 1,66 eur aproximadamente). Muitos milhões em todo o mundo, principalmente nos países mais pobres de África vivem com um valor inferior a este. Podemos estabelecer uma comparação grosseira destes dados. Em 2018, em Portugal, 17% da população vivia abaixo do limiar da pobreza, em termos diários vivia com menos de 16,7 eur por dia.

Esta simples comparação de valores deixa antever a particularidade e a subjetividade do conceito de pobreza. Não falamos certamente do mesmo conteúdo, dos mesmos indicadores, quando falamos de pobreza em Portugal, no Luxemburgo, nos Estados Unidos ou no Burundi ou na Serra Leoa. Aliás, são vários os critérios que podem ser avaliados para aferir quem são os países mais ricos e os mais pobres à escala mundial.

Da mesma forma, pese embora se possa definir a pobreza como a falta de recursos ou ferramentas para garantir a satisfação das necessidades básicas, esta falta de recursos ou ferramentas deixa por si só uma ideia muito genérica, diríamos subjetiva, sobre como cada um, dependendo de fatores individuais ou sociais, avalia ou auto avalia a sua condição de pobre.

A pobreza envolve mais do que a falta de recursos e de rendimento que garantam meios de subsistência sustentáveis. A pobreza manifesta-se através da fome e da malnutrição, do acesso limitado à educação e a outros serviços básicos, à

³⁵ De acordo com dados do portal do INE este valor para 2020 foi de 19,8% (da população residente)

³⁶ República portuguesa – Economia e Mar. Disponível em: <https://www.gee.gov.pt/>

³⁷ Nações Unidas – Centro Regional de Informação para a Europa Ocidental. Disponível em: <https://unric.org/pt/>

³⁸ valor fixado para definir as pessoas que vivem na pobreza extrema

discriminação e à exclusão social, bem como à falta de participação na tomada de decisões.³⁹

Importa deixar uma nota adicional sobre este tema que consideramos ter peso suficiente quando falamos de condições de vida. O que é afinal ser pobre? Ou o que é a pobreza? Se nos detivermos na perspetiva meramente económica tal como indicado podemos considerar pobres todos os que recebem mensalmente um valor aproximado do valor de ordenado mínimo nacional. Em 2018 (em linha com os valores apresentados) este valor era de 580 eur (valor bruto mensal) tendo-se verificado um aumento consecutivo desde 2015 até 2023 em que o valor chega aos 760 eur (valor bruto mensal) ou 25,33 eur por dia.

Calil (2016) após análise dos vários indicadores usados para medir o maior ou menor grau de pobreza de um país alerta para o facto de que dependendo dos indicadores utilizados os países ocupam diferentes posições no ranking da pobreza pese embora todos esses índices estejam baseados em critérios económicos, disfarçando a realidade de que existem ricos em países pobres e vice-versa. (p. s/n)

É certo que as condições económicas de um país, de uma família ou individuais podem ter um papel importante para medir a sua pobreza, se o rendimento disponível for maior logo a possibilidade de consumo de bens e serviços também aumenta, logo a pobreza diminuiu ou nem sequer se pode considerar. Mas esta não deixa de ser uma visão simplista dos fatores que podem ou não estar incluídos quando falamos de pobreza. Assim, além da importância da satisfação das necessidades básicas⁴⁰ a condição socioeconómica, a qualidade de vida e o bem-estar social são fatores com peso nesta equação. De lembrar ainda que, em Portugal, a taxa é identificada como “risco de pobreza ou exclusão social”, ou seja, tem duas dimensões que não podem ser ignoradas sendo que em nosso entender a exclusão social pode ser entendida como um processo que pode derivar da pobreza ou da condição de ser pobre, contudo, não podemos afirmar que todas as pessoas que se encontram em risco de pobreza ou abaixo do limiar de pobreza sejam ou venham a fazer parte deste processo e se enquadrem como socialmente excluídas.⁴¹

Em resumo, falar de condições de vida é falar do número de habitantes de um determinado território, das casas onde habitam, da família a que pertencem e dos

³⁹ Nações Unidas – Centro Regional de Informação para a Europa Ocidental. Disponível em: <https://unric.org/pt/>

⁴⁰ Sobre este item em concreto veja-se a definição de Maslow e a sua conhecida pirâmide das necessidades (fisiológicas, segurança, sociais, estima e autorrealização) em Conceitos do Mundo - Pirâmide de Maslow. Disponível em: <https://conceitosdomundo.pt/>

⁴¹ Sobre este tema da exclusão social ver por exemplo Zioni, F. (2006) Exclusão Social: noção ou conceito? Saúde e Sociedade v.15, n.3, p.p. 15-29; PORDATA – Estatísticas sobre Portugal e a Europa. Fundação Francisco Manuel dos Santos. Disponível em: <https://www.pordata.pt/>; Conceito de - Exclusão. Disponível em <https://conceito.de/>; Associação Portuguesa de Sociologia. Disponível em: <https://aps.pt/>

rendimentos que auferem. As condições de vida de uma população são medidas essencialmente com base nos rendimentos pessoais e ou familiares que acabam por definir a possibilidade de viver melhor ou pior mediante um determinado padrão social.

Pese embora não possamos fazer uma correspondência direta entre os números apresentados para Portugal e os números apresentados para o concelho de Arraiolos, consideramos importante dar nota de alguns indicadores (recentes) sobre as condições de vida da população da qual a UF faz parte.

Recuperamos alguns dos dados já referidos relativamente à dimensão da população com inclusão de outros que complementam a informação já apresentada. Incluímos os que se referem em concreto ao tema deste capítulo.

Assim, no que diz respeito a demografia, educação e sociedade, o município de Arraiolos, de acordo com os dados mais recentes, apresenta os seguintes valores⁴²:

Em 2022, 6 739 pessoas residiam no município. A taxa de crescimento média anual da população entre 2011 e 2022 foi de -0,8%. A densidade populacional era 9,9 habitantes por km². A população com idade igual ou superior a 65 anos representava 27,9% da população total.

Consideramos ainda os principais Indicadores de Atividade Económica no município com reflexo nas condições de vida da população:

O ganho medio mensal por trabalhador por conta de outrem, em 2021, foi de 1045,30 eur. Os homens ganharam em média 1134,80 eur e as mulheres 944,90 eur (uma diferença de 189,90 eur a menos)

Se considerarmos a distribuição dos trabalhadores por conta de outrem, por setores⁴³, em 2020⁴⁴ trabalhavam no sector terciário 52% da população, no sector secundário 20,7% e no sector primário 27,3%. O sector da indústria é o que menos trabalhadores assimila.

Um indicador que deixou alguma curiosidade foi verificar que o ganho médio mensal, em 2020, foi no sector terciário de 925,90 eur, no sector secundário de 1029,30 eur e o sector primário apresentar o valo mais elevado, 1209,90 eur.⁴⁵ Ou seja, ganha-se mais, em termos médios, a trabalhar na agricultura que nos serviços.

⁴² República portuguesa – Economia e Mar. Disponível em: <https://www.gee.gov.pt/>

⁴³ Grandes setores de atividade económica: agricultura (setor primário), indústria (setor secundário), comércio ou outros serviços (setor terciário) - PORDATA – Estatísticas sobre Portugal e a Europa. Fundação Francisco Manuel dos Santos. Disponível em: <https://www.pordata.pt/>

⁴⁴ Os dados dizem respeito a trabalhadores por conta de outrem a tempo completo com remuneração completa, nos estabelecimentos da região.

⁴⁵ Em qualquer um dos setores os ganhos mensais dos homens são superiores aos das mulheres. A maior diferença regista-se no setor terciário.

No que respeita aos Indicadores Sociais importa referir que em 2016, 4,6% da população residente beneficiava do subsídio de desemprego tendo esse número descido para 2,6 % em 2021. No total falamos de 177 pessoas, sendo que 77 eram homens e 100 eram mulheres. Em relação aos beneficiários de rendimento social de inserção, em 2016 este subsídio era pago, pelo estado, a 1,8% da população residente. Um número bem mais reduzido foi registado em 2021, com apenas 0,7% da população a beneficiar deste apoio, (54 homens e 46 mulheres). Relativamente a estes dois últimos indicadores importa referir que o grupo etário com maior representação é o de 40 a 54 anos.

Deixamos os números que ilustram, de acordo com as fontes oficiais, as condições de vida da população em território nacional e em concreto no concelho de Arraiolos e os indicadores avaliados para apurar esta realidade. Na análise dos dados da UF recolhidos junto da população faremos uma análise sobre a forma como estes se refletem na qualidade de vida de cada um tendo em consideração os dados recolhidos quer nas entrevistas quer no trabalho de campo.

Por considerarmos que estas duas realidades não podem no terreno ser separadas, pretendemos deixar algumas notas da relação entre o que se define como de condições de vida e o pode ser entendido como qualidade de vida.

Esta associação é provavelmente inevitável quando se pretende uma visão mais abrangente da forma como se vive num determinado país, região ou localidade. Veja-se a definição infra sobre um dos indicadores que abarca, do nosso ponto de vista as duas perspetivas:

Em relação a Portugal, o índice de bem-estar (IBE)⁴⁶, cujo valor máximo é igual a 1, permitem afirmar que vivemos melhor em 2021 do que em 2004. A qualidade de vida passou de 0,28 para 0,46 e as condições materiais de 0,11 para 0,45. Este índice é apresentado da seguinte forma:

Geralmente define-se bem-estar pela presença do melhor padrão de qualidade de vida no sentido mais amplo do termo. Por conseguinte, o conceito de bem-estar abrange, não só as condições materiais de vida, mas também outros fatores explicativos do nível de qualidade de vida, nomeadamente relacionadas com o enquadramento ambiental, com a saúde robusta, bom nível educacional, equilíbrio no uso do tempo, em particular no balanço vida-trabalho, vitalidade da vivência em sociedade, bom nível de participação democrática e o acesso e participação em atividades culturais e de lazer. Observe-se que no conceito adotado o bem-estar não é equivalente ao bem-estar subjetivo, ainda que este último influencie o primeiro.

⁴⁶ PORDATA – Estatísticas sobre Portugal e a Europa. Fundação Francisco Manuel dos Santos. Disponível em: <https://www.pordata.pt/>

Com base nos critérios enunciados são apresentados vários dados estatísticos sobre aspetos relacionados com a qualidade de vida.

O Índice de Bem-Estar reflete a evolução do bem-estar da população. Este índice é composto por dois índices principais: «condições materiais de vida» e «qualidade de vida» que se subdividem em dimensões e indicadores, em que todos têm a mesma ponderação.

Em detalhe são apresentadas as dimensões, categorias e indicadores do índice de bem-estar que passamos a enumerar por considerarmos que refletem de uma forma muito diversificada e global todos os aspetos daquilo que podemos considerar genericamente qualidade de vida.

Na primeira dimensão (condições materiais de vida) são identificadas as seguintes categorias, Bem-estar económico, Vulnerabilidade económica e o Emprego. Na segunda dimensão (qualidade de vida) as categorias selecionadas são a Saúde, o Balanço vida-trabalho, a Educação, conhecimento e competências, as Relações sociais e bem-estar subjetivo e ainda a Participação cívica e governação. Dentro destas categorias existe um variado leque de indicadores que pela sua extensão consideramos não ser, neste contexto, importante descrever.⁴⁷

No que respeita aos dados apresentados, o índice de bem-estar em Portugal era em 2004 de 23,5 e em 2019, 50,0 (valor preliminar). Se detalharmos esta informação podemos verificar que, no que respeita ao total do índice de qualidade de vida em 2004 era de 26,3 tendo vindo sempre em crescente até atingir em 2019, 50,7 (valor preliminar). A títulos de curiosidade, se falarmos de bem-estar económico os valores de crescimento são bem mais expressivos, em 2004 Portugal tinha 1,8 e em 2019 32,4 pontos.⁴⁸ O IBE varia entre 0 e 100 pelo quanto mais alto for o valor melhor o bem-estar.

Nesta sequência vamos necessariamente entrar no conceito de qualidade de vida que, ao contrário, ou melhor, em complemento, ao que se define como condições de vida, apresenta uma natureza muito mais ampla e subjetiva. A qualidade de vida não representa o mesmo para todos. Há uma dimensão pessoal e social quando se procura que cada um defina o que entende por qualidade de vida. É nossa pretensão fazer este exercício e testar esta perspetiva que deriva em parte da nossa experiência.

Azevedo e Ferreira (2018, p.1) salientam também a dimensão subjetiva deste conceito explicando que a qualidade de vida é um conceito com múltiplos significados, não denotando necessariamente o mesmo para todos. O conceito de qualidade de vida comporta sempre dimensões dinâmicas que estão sujeitas a variações no tempo e no espaço. Por conseguinte, para se entender as variações do conceito, seja ao longo dos

⁴⁷ Instituto Nacional de Estatística. Disponível em: <https://www.ine.pt/>

⁴⁸ Instituto Nacional de Estatística. Disponível em: <https://www.ine.pt/>

anos, seja entre grupos sociais, é necessário atender ao comportamento das diferentes dimensões que integram a qualidade de vida.

De salientar que, por ser considerado um conceito subjetivo com uma dimensão pessoal, também pode ser medido e tratado com vista a um aprofundado conhecimento da população em análise.

A Organização para a Economia Cooperação e Desenvolvimento (OCDE) tem vindo a publicar desde 2005 uma base de dados sobre o bem-estar onde estão incluídos os índices selecionados para medir o bem-estar de todos os países da OCDE bem como de outros países selecionados. O índice para uma vida melhor é um dos exemplos sendo que este apresenta onze requisitos⁴⁹ considerados essenciais para medir o bem-estar de um país. Os dados apurados são comparados com os dos outros países permitindo assim uma comparação, por item, da situação de Portugal num contexto mais global.⁵⁰

Por decisão nossa não vamos detalhar os resultados apresentados, importa apenas tomar conhecimento e ter como inspiração os indicadores/dimensões abrangidas para avaliar a qualidade de vida de uma população.

Ferreira et al. (2018) têm por base estes indicadores para delinear e apresentar resultados relativos à população portuguesa de 65 e mais anos e justificam da seguinte forma:

Atendendo a que um dos objetivos deste *policy brief* é a divulgação de indicadores de qualidade de vida da população de 65 e mais anos, a escolha das dimensões inspira-se em grande medida na abordagem da OCDE ao bem-estar das populações na medida em que esta privilegia as pessoas (ou suas opiniões) como fontes de informação e se centra nos aspetos que são por elas mais valorizados, proporcionando ainda evidência sobre as circunstâncias de vida e o modo como estas são subjetivamente apreendidas. (P.2)

Pese embora esta diversidade de conceitos e indicadores que permitem medir e aferir da qualidade de vida de uma população, não podemos ignorar que esta matéria constituiu tema e está explicitamente definida na Constituição da República Portuguesa, documento criado pelos “representantes do povo” para dar voz às suas legítimas aspirações e “garantir os direitos fundamentais dos cidadãos”.

Fica aqui demonstrada a importância desta questão na vida e organização de um estado. Atente-se ao apresentado no Artigo 9.º (Tarefas fundamentais do Estado) descrita na Constituição da República Portuguesa.

⁴⁹ Renda e riqueza, emprego e renda, moradia, saúde, educação, equilíbrio entre vida profissional, meio ambiente, conexões sociais, engajamento cívico, segurança e bem-estar subjetivo

⁵⁰ OCDE – Better Life Index. Disponível em: <https://www.oecdbetterlifeindex.org/>

“São tarefas fundamentais do Estado (...) d) Promover o bem-estar e a qualidade de vida do povo e a igualdade real entre os portugueses, bem como a efetivação dos direitos económicos, sociais, culturais e ambientais, mediante a transformação e modernização das estruturas económicas e sociais; (...)”⁵¹

Contudo uma leitura mais abrangente deixa perceber que compete ao Estado intervir numa serie de aspetos da vida da população, especificamente dirigida aos vários grupos etários, com vista a garantir o acesso universal aos serviços que lhes proporcionem no fundo aquilo a que podemos chamar qualidade de vida. “A qualidade de vida representa um objetivo que qualquer governo procura proporcionar aos seus cidadãos.” (Ferreira et al., 2018, p. 2)

As condições económicas e sociais proporcionadas, os bens e serviços postos ao serviço da população são uma parte importante para determinar a sua qualidade de vida. Desta forma podemos dizer que a qualidade de vida de cada um está intimamente relacionada com a qualidade de vida da sociedade onde está inserido.

Parece simples, mas será assim? Importa reforçar a ideia de que quando falamos de qualidade de vida de uma determinada população, estamos a falar de aspetos muitas vezes subjetivos, porque diferentes, entre cada pessoa ou entre cada comunidade. Quando falamos de saúde, felicidade, de rendimentos, acesso a bens e serviços, família, redes sociais, etc. temos de deixar a porta aberta para a importância e para o valor que cada tema tem no quotidiano de cada um.

Pais-Ribeiro (2012) apresenta-nos também esta questão da subjetividade do conceito de qualidade de vida e descreve-o como se mostra,

Então o que é a felicidade, o bem-estar, a qualidade de vida? Genericamente podemos dizer que é o grau no qual a pessoa avalia globalmente a sua vida de uma forma positiva, ou seja, quanto a pessoa gosta da vida que leva. Esta avaliação pessoal toma em consideração critérios pessoais que são únicos. (p.4)

Esta perspetiva de que, quando falamos de qualidade de vida, estamos a falar de um conceito subjetivo levanta ainda outra questão que Ferreira e al. (2018) apresentam na transcrição que aqui deixamos. Fala-nos da dificuldade de medir com exatidão e objetivamente a qualidade de vida de um individuo e, acrescentamos, de uma população.

Contudo, a qualidade de vida é um conceito com múltiplos significados, não denotando necessariamente o mesmo para todos, devido em parte ao facto de se referir a múltiplas dimensões cuja importância ou valorização pode variar de

⁵¹ Constituição da República Portuguesa. Assembleia da República. Disponível em: <https://www.parlamento.pt/>

indivíduo para indivíduo (...) Deste modo, não é um conceito fácil de se medir adequadamente. (p.2)

Tentaremos nesta apresentação teórica afastar o mais possível essa subjetividade guardando esta perspetiva para o tratamento dos dados apurados na nossa investigação. Não podemos ignorar que o conceito de qualidade de vida, varia no tempo e no espaço, daí poder ter significados muito diferentes dependendo do lugar, da idade e do sexo de cada pessoa.

Importa ainda dar nota de que muitos dos trabalhos⁵² a que tivemos acesso nesta investigação bibliográfica dão a conhecer os estudos que tem sido feito sobre qualidade de vida na população idosa, inferimos daí a preocupação acrescida com este grupo etário que, como vimos, é cada vez mais representativo em Portugal e na generalidade dos países desenvolvidos.

Neri (2005) como citado em Irigaray e Trentini (2019), deixa-nos esta referência,

Especificamente na velhice, a preocupação com a qualidade de vida ganhou expressão nos últimos trinta anos. Isto se deu, entre outros motivos, devido ao aumento do número de idosos na população e a expansão da longevidade. Sabe-se que a qualidade de vida compreende um conceito complexo, que tem múltiplas dimensões, é multideterminado, diz respeito à adaptação de indivíduos e grupos de pessoas em diferentes épocas da vida, de uma ou várias sociedades. (p. 298)

Ainda relacionado com esta questão da dificuldade de avaliação da qualidade de vida dos idosos Neri (2016) salienta que:

Avaliar a qualidade de vida na velhice implica na adoção de múltiplos critérios de natureza biológica, psicológica e sociocultural. Vários elementos são apontados como determinantes ou indicadores de bem-estar na velhice: longevidade; saúde biológica; saúde mental; satisfação; controle cognitivo; competência social; produtividade atividade; eficácia cognitiva; status social; renda; continuidade de papéis familiares e ocupacionais e continuidade de relações informais em grupos primários (principalmente rede de amigos). (Neri, 2016, 3ª secção)

São vários os artigos e livros dedicados a este tema que procuram não só a forma como pode ser garantida a qualidade de vida dos mais velhos como também os bens, serviços e apoios que é necessário disponibilizar para garantir o bem-estar e a qualidade de vida.

⁵² Ferreira et. al (2018) envelhecimento e qualidade de vida; Pinheira e Guardado Moreira (2018) Processos de Decisão na Criação de Serviços e Organizações: Avaliação das Necessidades e Expectativas de Comunidades Envelhecidas; *Década do Envelhecimento Saudável 2020-2030*; Antunes (2017) Educação e bem-estar na terceira idade; Cabral (2016) envelhecimento: perspetivas, representações e solidariedade intergeracional, entre outros.

Esta, como ficou claro, depende não só da vivência de cada um ao longo da sua vida como também da sociedade, comunidade e família onde está inserido.

Podemos dizer que estas reflexões sobre a qualidade de vida dos idosos se podem estender, de alguma forma, a todos os grupos etários. Se o objetivo é viver cada vez melhor garantindo e usufruindo da existência de estruturas de apoio que o permitam, importa que as mesmas seja específicas ou transversais de forma que todos, cada um de forma individual, e de acordo com os seus valores e expectativas possam delas tirar o melhor partido ao longo da vida.

2.2.2. As condições, a qualidade de vida - o rural e o urbano

Certamente não exploramos exaustivamente os conceitos de condições de vida e qualidade de vida, nem traçamos as relações existentes entre estes conceitos e outros normalmente associados como é o caso do desenvolvimento e no nosso caso em concreto, que estudamos um UF rural, o desenvolvimento rural e/ou local. Por norma faz-se uma relação direta entre estes conceitos na medida em que quanto maior for o grau de desenvolvimento melhores são as condições e a qualidade de vida de uma população. Aliás o objetivo do desenvolvimento é esse mesmo, aumentar e melhorar a vida dos habitantes de uma determinada região ou país.

Amaro (2016) aborda este assunto quando dá nota da associação entre os conceitos de desenvolvimento e crescimento económico, introduzido pelos primeiros economistas do desenvolvimento.

Embora alguns definissem genericamente o desenvolvimento económico como «um aumento nos níveis de vida das pessoas vulgares» [Myrdal (1957: 80)] outros precisavam que «*O desenvolvimento económico deve ser definido como uma melhoria sustentada e secular no bem-estar material [...], reflectida num fluxo crescente de bens e serviços*» [Okun e Richardson (1962: 230)], ou que «*essencialmente o problema do desenvolvimento económico é o do aumento do nível de rendimento nacional através de um produto per capita acrescido, de forma que cada indivíduo possa consumir mais*» [Ellsworth, P. T. (1950: 796)] (p.47)⁵³

E acrescenta ainda que outra das consequências da associação destes conceitos foi o facto de se passarem a usar sistematicamente indicadores económicos para medir e qualificar o nível de desenvolvimento dos países. Faz ainda referência à associação do conceito de desenvolvimento ao conceito de industrialização e de modernização em que

⁵³ Amaro refere que as traduções apresentadas são de sua autoria.

a expressão os “países industrializados” passou a ser sinónimo de “países desenvolvidos”. (p.47)

O subdesenvolvimento era assim visto como um atraso no desenvolvimento e a tradição um obstáculo à modernização. “o campo e os meios rurais um passo atrás na caminhada para as cidades e para o progresso, as culturas e mentalidades não europeias um constrangimento à eficiência produtiva e ao bem-estar material, etc.” (p. 48)

Não nos compete no âmbito deste trabalho desenvolver esta problemática e não pretendemos estabelecer o nível de relação direta entre desenvolvimento e os conceitos antes apresentados. Contudo esta delimitação não é simples na medida em que o conceito de desenvolvimento, nomeadamente do mundo rural nos pode levar à temática que pretendemos agora apresentar, a relação entre o urbano e o rural e a crescente procura e interesse verificados nos últimos anos da população urbana pelo mundo rural.

Importa dar algumas notas da forma como este tema tem vindo a ser abordado ao longo dos últimos anos. A sociologia rural continua a trabalhar esta matéria e tem sido várias as intervenções e interpretações desta realidade. Antes de avançar para uma curta, mas necessária introdução consideramos que começar com uma das muitas definições de sociologia rural nos encaminha para objetivamente para o tema que pretendemos tratar. Esta, apresentada por Cascais (1993)⁵⁴, resume de forma clara o *campus* onde nos pretendemos mover.

Sociologia rural, por seu turno, estuda as relações humanas no ambiente rural; numa leitura mais desagregada, a Sociologia Rural integra nas suas preocupações, dentro de um quadro de referência espacial que é o mundo rural, as formas de associação da população, a mudança de valores como a acumulação cultural, as necessidades, impulsos, motivações do “homem do campo”, as formas de resposta dos indivíduos e dos grupos às situações mais diversificadas (p.6)

Silva e Rocha (2011) deixam esta ideia quando nos apresentam os pioneiros e as perspetivas da escola Americana e Europeia no desenvolvimento deste tema. Pese embora não nos pareça fundamental, mesmo do ponto de vista teórico, desenvolver este debate de ideias, fica esta nota:

Foi provavelmente a Sociologia Rural que inaugurou no século passado uma reflexão mais cuidadosa sobre o conceito e o sentido das relações rurais-urbanas. Para tanto, uma das preocupações dessa ciência foi a compilação de categorias que pudessem qualificar e compreender a essência dos espaços rurais, em oposição às lógicas da sociedade urbana. (p.10)

⁵⁴ Este foi o ano do meu ingresso na Universidade de Évora. Tive o privilégio de ser aluna desta Senhora que tanto nos ensinou, dentro e fora da sala de aula. Fica a minha singela, mas sincera, homenagem.

Laubstein (2011) à semelhança de Silva e Rocha (2011) também traz ao debate as raízes teóricas da sociologia rural ou, como a autora identifica, da sociologia do mundo rural. Faz referência a Queiroz e à forma como esta explica a influencia das duas correntes, “ou tendências”, que marcaram os estudos sobre o meio rural até meados da década de 60. Apresenta desta forma a distinção entre as raízes francesas e americanas:

(...) a tendência francesa, cujos trabalhos (mesmo os de pesquisa de campo) se orientaram sempre para uma definição cada vez mais refinada do objeto da Sociologia Rural e a tendência americana, voltada para a prática imediata, que pretende dominar um aspecto considerado atrasado e insatisfatório da realidade social para promover nele uma mudança mais rápida no sentido da modernização. (p.95)

A escola francesa analisa o meio rural e o urbano como realidades interconectadas que pressupõem a complementaridade de um meio sobre o outro, por sua vez a escola americana concebe os espaços como extremos de uma escala, apresenta assim a noção *continuum* com vista a resolver as teorias antes existentes em que dominada a dicotomia entre as duas realidades. (p. 95)

Chamando ao debate os clássicos Marx e Weber, Silva (1996) como citado por Laubstein (2011) refere que estes, em suma, defendiam que antes da propagação do capitalismo urbano-industrial se gerou um conflito entre o urbano (incorporador do capitalismo, e do progresso da técnica) e o rural “refúgio da aristocracia decadente e de antigas relações e formas de vida.” (p. 96) Esta visão fazia a distinção entre rural e urbano do ponto de vista da divisão das classes sociais muito mais que um corte geográfico. “A partir disso, o urbano passa a ser associado ao novo, ao progresso capitalista das fábricas, e o rural, ao velho, ou seja, à velha ordem social vigente.” (p. 96)

Daríamos que não se trata de uma posição antagónica, mas sim de uma perspectiva relativamente à visão sobre a produção científica no campo da Sociologia Rural. (Rios, 1979, p. 103) deixa-nos a sua opinião na qual manifesta que a esta data (até meados do séc. XX) os trabalhos de sociologia rural eram praticamente inexistentes embora outras áreas do saber como a geografia e a antropologia produzissem trabalhos com vista ao conhecimento do meio rural português.

Henri Mendras, em 1958, citado por Jollivet (1997) vai mais longe e defende que o “meio” rural é um campo de estudo para todas as ciências sociais pelo que o seu estudo não poderia constituir uma disciplina autónoma. O meio rural (tal como o urbano) interessa a todos, geógrafos, historiadores, economistas, etnólogos, psicólogos e demógrafos pelo que este, constituído por homens, diz respeito a cada uma das ciências sociais. Em suma o mundo rural deve ser visto de uma perspectiva holística e transversal, ou seja, o rural só pode ser entendido se o sociólogo rural conhecer os métodos e técnicas de todas as outras ciências sociais, ou trabalhar em colaboração com elas. “não se limita

a uma sociologia agrícola especializada, a sociologia rural se define, pelo seu campo de estudo, as sociedades rurais” (Mendra, 1958, p. 316)⁵⁵ citado por Jollivet (1997)

Pese embora esta perspectiva deixada por Rios (1979), que se refere à realidade portuguesa, Mingione e Pugliese (1987) referenciam a importância dada à escola Estrutural e Funcionalista⁵⁶, na área da sociologia rural ressaltando o tema que temos visto a abordar da relação entre rural e urbano.

A escola estrutural e funcionalista da sociologia rural dedicou-se ao estudo da comunidade rural e da família/exploração camponesa. Considerava os camponeses, os agricultores e as suas explorações agrícolas inseridas numa aldeia ou noutro agrupamento territorial que representava um mundo antitético da realidade social industrial e urbana. Independentemente de a análise se basear numa dicotomia real ou num hipotético contínuo rural urbano, estava implícito que o mundo rural tinha características de produção diferentes porque os processos de trabalho e de produção obedeciam a uma lógica muito diferente das que predominavam no contexto urbano e industrial: de facto o processo de trabalho que pouco tinha a ver com o que estava a difundir-se no mundo capitalista (p.90)

A Sociologia rural nas palavras de Smith (1947) como citado em Rios (1979) “é o género sistematizado de conhecimentos que resultam da aplicação do método científico ao estudo da sociedade rural, da sua organização e estrutura e de seus processos” (p.86) e acrescenta, na realidade, a sociedade não se encontra dividida em duas porções claramente diferenciadas, um urbana e outra rural, mas deve ser comparada a um sistema solar, no qual os elementos claramente identificados como rurais se encontram num extremo, enquanto os visivelmente urbanos se acham no extremo oposto. Assim, deste ponto de vista do tamanho da comunidade, da importância relativa das atividades agrícolas e pastoris, do grau de diferenciação social ou de qualquer outro dos demais critérios que podem usar-se para distinguir entre rural urbano as características rurais diminuem ou aumentam as urbanas. (p.87)

⁵⁵ *Traité de Sociologie* de Georges Gurvich

⁵⁶ Na sociologia, a teoria estrutural-funcionalista explica o funcionamento de uma sociedade a partir de ações sociais. Ou seja, como as várias ações de indivíduos fazem a sociedade funcionar de forma mais ou menos estável. Das ações surgem papéis sociais, dos quais, por sua vez, surgem as instituições sociais. Influenciada por Durkheim e Radcliffe-Brown, a teoria sociológica estrutural-funcionalista ganhou corpo com Talcott Parsons (1902—1979) e Robert K. Merton (1910—2003) nos Estados Unidos do pós-guerra. Entretanto, o estrutural-funcionalismo sociológico, para seu proponente Talcott Parsons, não era uma escola de pensamento ou uma teoria, mas sim um estágio metodológico. Ensaio e Notas – Cultura Geral. Disponível em: <https://ensaioenotas.com/>

Rios (1979) conclui desta definição que não existe uma dicotomia entre rural e urbano, mas sim um fluxo de características que se vão dissipando ao longo de uma escala. Num extremo o exclusivamente rural no outro as características exclusivas do urbano.

Carmo (2009, p.253) leva em consideração uma das conceptualizações clássicas do pensamento sociológico, apresentada por Ferdinand Tönnies (1989 [1887]), como aquela que propõe a oposição entre *comunidade* e *sociedade* e que ilustra o tipo de interpretação sociológica que se construiu nos finais do século XIX e influenciou decisivamente os estudos sobre o rural e o urbano realizados ao longo do século XX.

Carmo (2009) sintetiza assim a distinção entre comunidade (harmonia social, relações de afetividade e intimidade) e sociedade (individualismo e conflito social), leva a que se possa estabelecer uma relação direta, entre comunidade e meio rural e entre sociedade e meio urbano. Faz ainda a distinção entre o meio rural como representante da modernidade e o meio rural como periférico (visão retirada de estudos realizados entre os finais do sec. XIX e inícios do sec. XX).

Na mesma linha de pensamento R. Pahl (1968) como citado em Carmo (2009) descreve desta forma o *continuum* entre rural e urbano: as oposições e as respetivas gradações que se estabelecem entre os dois polos desenvolvem-se a partir de distintas escalas espaciais (local, nacional) e de diferentes situações económicas e sociais (por exemplo, a inserção de classe social).

Carmo (2009) reforça a posição de Pahl (1968), para quem é questionável definir uma divisão dicotomizada e rígida entre territórios rurais e urbanos (p. 255) e acrescenta a forma como entende que este assunto tem sido abordado no âmbito da sociologia,

Todavia, apesar das reformulações conceptuais, podemos dizer que o significado sociológico da oposição rural-urbano foi persistindo até os dias de hoje no debate teórico das ciências sociais. Anunciou-se a morte do rural, mas também o seu renascimento, enfatizou-se a dominação da urbanização, ao mesmo tempo que se detectavam extensões da ruralidade no espaço urbano. Na verdade, os consensos foram sempre provisórios e limitados a um dado espaço-tempo histórico. (p. 255)

Barros (1990) quando questionado sobre este assunto considera que, mesmo em Portugal, é cada vez mais notório que deve ser posta de parte a visão simplista de associação do urbano ao industrial e do rural à agricultura uma vez a realidade mostra uma dinâmica muito mais complexa, que varia de região para região da mesma forma que falar de cidade e campo é insuficiente, o mais correto será falar de campos e cidades uma vez que cada um destes espaços tem características própria e diferentes entre si. (p. 154)

Para os sociólogos italianos, Mingione e Pugliese (1987) as fronteiras entre rural e urbano sempre foram mal definidas e a sua representação clássica contribui para ocultar fenómenos sociológicos importantes. Na sua interpretação,

A utilização clássica correta do par dicotómico urbano/rural pretende representar o conflito entre duas realidades sociais diferentes (uma em declínio, outra em ascensão) como uma função do progresso do processo de desenvolvimento industrial e capitalista. Estas polarizações estereotipadas existiam e a sua utilização permitia simplificar a explicação de fenómenos sociais muito complexos e inter-relacionados. (p.88)

Os mesmos autores fazem ainda referência ao trabalho de Barrington Moore (1966) na medida em que este demonstrou

(...) que o papel das classes agrárias na promoção ou na oposição ao desenvolvimento da industrialização foi bem diferenciado. É um facto que elas nem todas, e nem sempre, se opuseram e/ou foram exploradas pelo aparecimento do capitalismo e pelo desenvolvimento industrial e que as suas diferentes posições, em termos históricos e sociais tiveram um papel decisivo na caracterização das várias crenças de industrialização. (Mingione e Pugliese, p. 86)

Nesta sequência e na tentativa de localizar pontes e não apenas dicotomias entre urbano e rural, embora fazendo referência direta à realidade Italiana (que não deixa de ser semelhante à nossa, neste campo) apresentam um outro aspeto desta realidade que consideram importante na dissipação da dicotomia urbano/rural baseada essencialmente em fatores de natureza industrial e capitalista. Introduzem mais uma área que esbate fronteiras e que se manifesta de suma importância, o processo de terciarização e o desenvolvimento de diferentes formas de Estado/Previdência.

Os destinatários dos serviços de bem-estar social, sejam eles camponeses pobres, trabalhadores rurais ou pobres nas cidades, estão submetidos a jogos e processos políticos em que tanto a dicotomia urbano/rural como a divisão entre os diferentes setores económicos se diluem para dar lugar a outras lógicas. A distribuição geográfica dos serviços de bem-estar social relativamente eficientes não coincide com o mapa representativo da dicotomia urbano/rural contrariamente a um procedimento de preconceito bastante de infundido, nem sempre as áreas rurais são esquecidas e prejudicadas no sistema de bem-estar como nem sempre áreas urbanas são eficientes e privilegiadas (Mingione e Pugliese p. 89/90)

O debate entre a dicotomia ou a continuidade, entre o rural e o urbano continua, agora de uma forma relativamente mais abrangente. Em 1990, Barros alerta para as consequências da revolução industrial registadas no espaço rural, este deixou de ser um espaço integrado e multifuncional para passar a ser um espaço social agrícola económica

e socialmente desintegrado. A revolução industrial não só levou para a cidade as atividades industriais como também a mão de obra sob forma de êxodo rural contribuído definitivamente para a desintegração do espaço social rural.

A mudança operada nas relações cidade/campo, traduzida em alargamento e diversificação, era comandada pela emergência do espaço social urbano/industrial, o qual, na sua lógica de afirmação e de inovação, se guindava a posição dominante e subordinava a si o espaço social rural. (...) as tendências que na atualidade se vêm afirmando apontam para panorama bem distinto daquele que se acaba de esboçar nos seus mais elementares contornos. Dos espaços rurais especializados na agricultura, subordinados aos espaços urbanos-industriais e socialmente desvalorizados, vai-se caminhando para organizações espaciais pluriactivas, multifuncionais e integradas. Correlativamente, assiste-se a um movimento crescente revalorização social dos espaços rurais, de que é resultado visível, designadamente, o recente fenómeno de maior acréscimo demográfico nesse espaço por comparação com os urbanos que se assiste em diversos países do nordeste europeu. (Barros, 1990, p.46)

Nesta linha de pensamento o autor defende que é cada vez mais notória a desvalorização do espaço urbano-industrial, relacionada com poluição, stress, impessoalidade e solidão ao mesmo tempo que o espaço rural vai ganhando atratividade fruto essencialmente em melhores condições de vida e de empregabilidade bem como de formas alternativas de vida às dominantes no espaço rural. Por outro lado, destaca ainda a rede de relações entre a cidade e o campo fruto das trocas económicas, culturais e mesmo do estreitamento dos elos pessoais potenciados pela melhora das vias de comunicação físicas e à distância. Hoje é possível viver o dia a dia entre a cidade e o campo. Trabalhar na cidade e viver no campo, e vice-versa, viver na cidade e passar os tempos livres no campo. Manter laços familiares mais próximos entre quem vive no campo ou na cidade. “Viver e trabalhar no campo em articulação com a cidade [e o mundo] nomeadamente através das redes de comunicação à distância.” (p.48)

Fica claro que cada vez mais a relação entre o rural e o urbano é mais estreita e mesmo podendo ser medida numa escala são vários os aspetos que podem ser comparados ou comparáveis. Desde a composição e morfologia do espaço à forma de relacionamento dos indivíduos vários são os aspetos em que hoje cada vez mais se vão sobrepondo e minimizando as diferenças entre o rural e o urbano, nesta senda Carmo (2009) refere que,

(...) as influências da urbanização não podem ser vistas de forma homogénea, elas não se generalizam e não são apropriadas da mesma maneira pelas diferentes localidades e comunidades. Pelo contrário, todos esses processos compreendem uma série de modalidades advindas de diferentes relações

estabelecidas entre a tradição e a modernização (...) Existe uma inter-relação constante que depende dos contextos sociais. (p. 265,266)

Desta forma se depreende que quando falamos de interação entre rural e urbano, falamos essencialmente da urbanização dos espaços rurais, ou seja, da forma como estes deixam entrar cada um dos fenómenos vivenciados nos espaços urbanos e o modo como estes estão cada vez presentes nos espaços rurais provocando desta forma alterações no modo de vida das populações rurais. Contudo, importa ter e conta as considerações aqui deixadas por Vaz (2022/2023):

Assim, parece-nos ser consensual admitir que próprio processo de urbanização não é homogêneo nem os seus fatores se generalizam de modo uniforme, pois ele está dependente dos contextos sociais e económicos em que é produzido – por exemplo, a influência de uma pequena ou média cidade sobre o espaço rural não produzirá os mesmos efeitos de uma metrópole ou grande cidade. Assim como consideramos que a própria ruralidade hoje só ganha sentido se pensada em relação com este processo mais geral de transformação no âmbito de uma reinvenção de um modo de vida cada vez mais universal. (p. 12)

Nem sempre este debate entre rural e urbano, entre campo e cidade é, como temos vindo a perceber, impregnado de consensos. Ou a realidade é abordada fazendo referência às diferenças entre o urbano e o rural ou por outro lado procuram-se as semelhanças e a forma como um atua sobre o outro. Neste contexto fala-se de urbanização do rural muito mais do que o contrário, ou seja, as influências que o rural exerce no urbano. Contudo, consideramos pertinente introduzir uma “outra forma” de olhar para estes conceitos e de os relativizar perante uma realidade mais alargada.

Espírito Santo (1990) questionado sobre onde se vive melhor? No campo ou na cidade? Responde desta forma, a pergunta devia ser, na cidade ou na aldeia. E explica. “As cidades portuguesas não são as urbes europeias que chegam a ter mais população que Portugal inteiro (...) cada cultura concebe o rural e o urbano diferentemente” (p. 150) Dai parte para a comparação com outras realidades, Portugal já não é rural, mas as cidades também não são um meio urbano, as nossas cidades não têm as características próprias do meio urbano e enuncia alguns dos indicadores que marcam esta realidade. Ficam alguns dos exemplos apresentados, ritmos de trabalho, individualização, anonimato e pretensão de liberdades individuais, mobilidade social geográfica, ausência de controlo social, capacidade de viver só, de mudar de grupo de relações sociais incentivado desde criança) “Para a cultura portuguesa o diagnóstico é: não tem o germe da cultura urbana” (p. 151). No que respeita ao campo considera que se extinguiu o modo de vida rural, pelo que numa determinada classe etária os modos de vida são idênticos na cidade ou no campo (as visões de vida, os gostos e os modos de relacionamento são idênticas.) O exemplo que nos deixa não é, à partida, de fácil entendimento, mas acaba por se tornar claro que morar numa pequena vila na Serra

Beirã ou na Linha de Sintra tem vantagens e desvantagens, logo, não existe distinção. Acrescenta ainda que “Em Lisboa como na Serra da estrela, os ritmos de vida são os mesmos”. (p.151) os habitantes das Beiras procuram trabalho em Lisboa, os desempregados de Lisboa não procuram trabalho nas beiras e sempre foi assim. Os jovens quer sejam rurais ou urbanos vivem em casa dos pais até casarem, a vivencia a sós não existe nas cidades como também não existe na aldeia. Predomina o sistema familiar protecionista.

“Os portugueses só serão de facto “como os europeus” quando forem capazes aos desaseis anos de viverem num lar de jovens trabalhadores, situado quinhentos quilómetros do local onde nasceram, mudarem de casa como de trabalho, e quando 50% deles viverem sós (solteiros viúvos divorciados unidos informalmente) como nos meios urbanos da Europa é neste cadinho - para alguns o inferno - que nasce a cultura urbana. Até lá é-se rural ou ruralista.” (p. 153)

Deixamos claro que, em nossa opinião, a posição apresentada por Espírito Santo (1990) é sem dúvida um “oásis no deserto” na medida em que consegue aprender e transmitir uma imagem da relação urbano e rural diferente da maioria das abordagens sobre este tema nem que seja pelo facto de fazer uma análise comparativa com os grandes centros urbanos. A nossa realidade quer seja na aldeia, quer seja na cidade ainda não acompanha o ritmo do urbanismo puro. Mas será que caminhamos nesse sentido? Reunidas as condições necessárias, quer do ponto de vista económico, social e cultural estamos em crer que sim.

Voltamos agora a uma abordagem mais comum em que, objetivamente, podemos resumir alguns dos aspetos que têm vindo a ser analisados e/ou referenciados, atualmente, quando se fala da urbanização nos meios rurais. De acordo com Silva e Rocha (2011), que sintetizando outros autores, evidenciam a necessidade da apreensão de novas considerações relativos ao mundo rural. Estas passam pelo aumento das atividades não-agrícolas sobre as áreas rurais, a expansão urbana sobre tais áreas, a redução do isolamento da população rural diante das facilidades de mobilidade e de acessibilidade oferecidas pela oferta de serviços, de informações e de infraestruturas e ainda e o aprofundamento da divisão territorial do trabalho engendrada pela difusão do meio técnico-científico-informacional e suas consequências, tanto no campo como nas cidades. (p.10)

Uma outra forma de analisar este facto é do ponto de vista da atratividade que o mundo rural exerce atualmente sobre os urbanos. Há uns anos a esta parte era frequente ouvir-se dizer que o Alentejo estava na moda e eu pessoalmente pude experienciar esta realidade. Sendo alentejana e residente na grande Lisboa sempre que comentava que vinha ao Alentejo tomos manifestavam a sua vontade de também vir, atraídos pela calma e pela tranquilidade bem como pelos bons restaurantes que continuam a convidar a bons petiscos e bom vinho.

Se os urbanos influenciam as condições de vida dos rurais, podemos também afirmar que os rurais exercem cada vez mais atratividade sobre os urbanos.

Do ponto de vista da construção social da realidade, podemos também perceber a forma de interação entre o rural e o urbano, uma vez que cada uma apresenta uma perspetiva diferente sobre a ruralidade. Veja-se, de forma breve como Lima (2006) aborda esta questão.

No plano económico e social, o rural esteve, durante muito tempo, intimamente ligado à atividade agrícola. O rural era, então, entendido como sinónimo de subdesenvolvimento e de imobilismo. No plano ideológico e simbólico, a representação social do rural, inequivocamente dominante durante boa parte do regime de António de Oliveira Salazar, traduzia-se na de guardião da família tradicional – a família percepcionada como uma instituição com músculo, disciplina e religiosidade encontrava-se em meio rural – e na permanência dos valores morais transmitidos de geração em geração. (...) O rural era, em suma, encarado enquanto “reserva moral da Nação” e visto como sinónimo de harmonia social e com a natureza. Esta representação do rural, tão cara ao Estado Novo, era uma das imagens de marca da concepção ideológica e política do regime. (p.152)

Estamos assim perante a forma como o Estado olhava para o mundo rural, a representação que dele fazia. Da mesma forma atualmente a representação social do rural está cada vez mais associada às funções de reserva ambiental. De acordo com (Mormont, 1987), citado por Lima (2006) estamos hoje perante uma redefinição do mundo rural em que nas sociedades modernas contemporâneas, os conceitos de natureza e de paisagem são identificados como “mundo rural”.

São os grupos sociais urbanos ou urbanizados os principais portadores desta redefinição social da ruralidade que não se esgota na dimensão ambiental, antes transporta também dimensões de defesa do património e da cultura rurais (Lima, 1990 e Reis e Lima, 1999). Os rurais, por seu turno, e os agricultores, em particular, detêm da natureza uma representação “utilitária” (Figueiredo, 1996). Se a ruralidade em Portugal, em termos dominantes, até meados dos anos 80, se prendia com o exercício directo ou indirecto (por via, designadamente das redes familiares) da atividade agrícola, sob formas e modalidades económica e socialmente heterogéneas (Lima, 1990), hoje o rural constitui, para uma franja crescente de cidadãos e para o próprio Estado, uma categoria diferente. (Lima, 2006, p.152).

Haveria por certo muito mais a desenvolver sobre esta temática, contudo pretendemos apenas dar uma nota de como a relação entre rural e urbano se pode fazer sob o ponto de vista das representações sociais e como elas divergem entre que está “dentro” e “fora” dessa mesma realidade.

O Alentejo procura ser efetivamente um polo de atração e não só pelas razões antes enunciadas, mas também pela sua localização geográfica, e ainda pelo seu potencial económico. A CCRD Alentejo realça a aproximação à zona de influência da Área Metropolitana de Lisboa (que se tem vindo a alargar) e a proximidade com Espanha potenciado assim a geoeconomia da região no contexto nacional e internacional.

O Alentejo continua a ser apresentado como um espaço privilegiado para “a diversificação da base produtiva regional, com particular destaque para o turismo, as atividades aeronáuticas e a energia.” O território, a história e os recursos estão na base dos desafios propostos para colocar o Alentejo no “centro das atenções”.⁵⁷

Sem nos determos muito nestas grandes matérias de potencial da região que sem dúvida são polos de atração para o investimento, a economia e o desenvolvimento que como vimos é suposto melhorar as condições e a qualidade de vida para populações, detemos mais pelas *razões pessoais* de atratividade desta região.

Também nesta matéria da atratividade dos meios rurais e, neste caso em concreto do Alentejo, podemos distinguir os que procuram a região como turistas e os que pretendem investir numa atividade económicas, desenvolver a sua atividade profissional, comprar casa para 2ª ou 1ª habitação.

As orientações e políticas da União Europeia têm nos últimos anos exercido influencia na forma como o desenvolvimento das zonas rurais se vai processando. De acordo com Carvalho (2019) como citado por Carvalho (2011/2012) se até à década de 80 “é evidente a preponderância da agricultura e a primazia das orientações produtivistas; desde então, mas sobretudo na última década, emerge e consolida-se uma nova perspetiva, na atmosfera de diversificação da base económica e de integração das políticas, ancorada ao desenvolvimento rural” (p.8)

Quer Carvalho (2006) citado por Carvalho (2011/2012) quer Almeida (2007) reconhecem a influencia das políticas europeias, quer ao nível da PAC e o impacto negativo que acabou por ter na degradação dos espaços rurais, quer depois no reconhecimento dessa realidade com a introdução de novas políticas com vista a recuperar o que ainda restava. A atribuição de novas funções ao espaço rural em que o conceito de “multifuncionalidades do espaço rural” (Almeida, 2007, p. 310) seria, em princípio, geradora de novos recursos e melhoria na qualidade de vida da população. Carvalho (2006) destaca o reconhecimento das especificidades dos territórios, o potencial dos recursos e a prioridade associada aos conceitos de sustentabilidade, subsidiariedade e parceria. Conciliar a prática agrícola com outras atividades garantindo a preservação da paisagem e a diversidade do património cultural.

⁵⁷ Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo. Disponível em: <https://www.ccdr-a.gov.pt/>

É neste contexto que o turismo e o lazer ganham uma nova dimensão no que respeita ao chamado desenvolvimento rural.

Almeida (2007) faz referência ao facto de que, até meados do século passado, o mundo rural ter sido encarado como produtor de bens de consumo alterando significativamente a sua função depois das políticas agrícolas comuns e da reforma agrária de 1970. “(...) o que ficou foi a paisagem (...)” (p.295). De acordo com a autora, hoje e desde há alguns anos a esta parte o caracteriza o espaço rural português é o abandono da agricultura como atividade principal substituída por uma oferta baseada no turismo e no lazer destinada às populações cada vez mais procuram um refúgio para a vida urbana quotidiana.

Nesta sequência e considerando que de facto estas atividades são agora dominantes no espaço rural acrescenta:

“Estas utilizações foram-se democratizando progressivamente, tendo o lazer em meio rural passado a abranger um leque mais vasto da população, incluindo os próprios habitantes do meio rural, agora empregados sobretudo na área dos serviços. Entre os novos usos salientam-se os passeios de todo-o-terreno; o turismo cultural em geral, que inclui o consumo de bens patrimoniais (deste o património edificado ao gastronómico passando pelo artesanal e outros) a utilização de cursos de água e albufeiras com praias fluviais e como localidade locais de realização de desportos náuticos; e as atividades mais tradicionais, como o termalismo, a caça e a pesca.” (p.296)

Desta forma considera que a população rural teve de se adaptar a esta nova forma de utilização do espaço tendo os tradicionais agricultores passado a desempenhar tarefas relacionadas com a gastronomia, a hotelaria e a organização de eventos destinados à população urbana que procura cada vez mais uma qualidade de vida nunca experimentada.

Veiga (2017) vai mais longe e enumera ainda como fatores de atração de transformação e mudança na sociedade rural, o crescimento dos serviços públicos, as associações sem fins lucrativos financiadas pelo estado, e ainda os serviços locais de saúde, ação social e educação. (p.354). Pese embora estes fatores sejam apontados como globais não deixa de referir que os mesmos não têm sido apreendidos da mesma forma. Se nalguns locais há lugar ao êxito e ao crescimento noutros assiste-se ao abandono é à despovoamento. Após ter efetuado o seu trabalho de investigação numa localidade alentejana em que procurou perceber qual o papel dos atores sociais no desenvolvimento (ou não) daquela região, conclui que no caso em apreço e no que respeita ao modelo de desenvolvimento rural no Alentejo este não pode ser baseado na multifuncionalidade da agricultura, mas terá de ser um modelo que englobe e integre todas as grandes atividades económicas, agricultura, indústria e serviços. Novas atividades e atores terão de ser progressivamente introduzidos nas dinâmicas locais (ex. a construção civil, o comércio e outros serviços) (p. 361/262)

Pese embora possamos considerar esta posição de alguma forma extremada na medida em que apresenta uma imagem do espaço rural completamente desligados das antigas funções, não deixa de nos dar uma posição importante no que toca à relação do urbano com o rural. Em suma a população urbana procura nos meios rurais essencialmente turismo e lazer, uma forma de ocupar o tempo em que mais uma vez se coloca em evidencia a procura de uma qualidade de vida que só o mundo rural pode oferecer.

É certo que algumas das medidas implementadas e subsidiadas pelas entidades europeias ou até mesmo nacionais, contribuíram para a melhoria e recuperação de alguns montes alentejanos que de outra forma teriam, como muitos, sido deixados ao abandono.

Muito mais havia para dizer, do ponto de vista teórico, sobre este tema, ficam em nosso entender as linhas gerais. Voltaremos a referi-lo quando falarmos da realidade da UF em estudo e da forma como a população percebe e sente o reflexo destas novas formas de utilização do espaço rural onde se insere.

Uma outra dimensão que pretendemos inserir neste contexto, como já havíamos referido é a atratividade do mundo rural pelos ditos “urbanos” que cada vez mais procuram o mundo rural para residir ou para comprar casa de segunda habitação.

Este não é um tema tão amplamente estudado se comparado com a questão do turismo e do lazer, mas em nossa opinião revela-se de maior importância na medida em que cada vez mais assistimos a uma mescla de residentes (ou presentes) rurais e urbanos em permanente contacto e pode dizer-se mesmo, em convivência. Naturalmente que as influências são recíprocas havendo necessariamente toca de experiências, conscientes ou não, de cada uma das realidades já vividas.

Almeida (2007, p. 312) aflora a questão da responsabilidade dos poderes públicos e em particular dos autárquicos para garantir a atração dos visitantes na medida em que tem ao seu dispor grande parte dos meios para o garantir. Carvalho (2011/12) ressalva a dimensão do programa Líder e da Rede Rural Nacional no que respeita à preservação e exploração de todos os indicadores (bens materiais ou imateriais) que se refletem no interesse cultural do mundo rural. Mais uma vez falamos do interesse em promover o desenvolvimento e a atratividade do mundo rural para todos os que procuram novas vivências e realidades, no fundo experiências de curto prazo, ou seja, um fim de semana, uma ou duas semanas de férias, no máximo.

No fundo abrangendo praticamente todas as áreas de intervenção *parece* evidente a vantagem económica e social não só para os visitantes, mas também para as populações residentes. Ressalvamos aqui o termo “*parece*” na medida em que voltaremos a este tema quando explorarmos as dinâmicas desenvolvidas na UF.

A nossa intenção ao voltar às políticas de desenvolvimento local e à intervenção dos poderes nacionais e locais nesta matéria foi no sentido de perceber de que forma estas

políticas podem tornar o Alentejo atrativo e em concreto a UF para residir ou passar longos períodos.

A referida multifuncionalidade dos territórios rurais deixa presente a ideia de crescimento e desenvolvimento económico. Será este tipo de desenvolvimento que atrai população ao Alentejo?

A partir do fim dos anos 80 novos processos de mudança ganharam peso ou começaram a manifestar-se; pelo que o simples estudo da evolução da agricultura passou a ser claramente insuficiente para compreender as mudanças que estavam a ocorrer a nível da sociedade rural. (Veiga, 2007, p. 353)

De alguma forma Veiga (2007) deixa alguns indicadores pelos quais pode ser explicada a atratividade das populações urbanas pelas áreas rurais. Assim, a melhoria do bem-estar geral, a crescente mobilidade geográfica introduzida pelo desenvolvimento dos meios de transporte, em particular do automóvel, a explosão das tecnologias de comunicação e informação bem como a melhoria do bem-estar das sociedades rurais e uma certa deterioração do modo de vida urbano são avançados como fatores preponderantes para a redescoberta do rural. Infere-se daqui algumas semelhanças do que já havia sido referido por Barros (1990).

No que respeita em concreto ao município onde se situa a UF em apreço, procuramos perceber junto das autoridades locais, Camara Municipal e Junta de Freguesia de que forma estes procuram desenvolver e atrair investimento e conseqüente desenvolvimento económico para a região. No site oficial da CMA percebemos que foi desenvolvido “um Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento Económico, como instrumento de apoio aos empresários e atividades económicas, no âmbito de uma estratégia de modernização, inovação e desenvolvimento do Concelho.”⁵⁸ As áreas de atuação deste gabinete visam em suma ajudar na elaboração de candidaturas a programas comunitários e/ou nacionais, articulação entre o município e os agentes económicos locais e ainda programação, promoção e colaboração na organização de feiras e exposições (presumimos que com o objetivo de divulgar as potencialidades do município junto dos atores sociais nacionais e/ou estrangeiros). São ainda apresentadas as áreas de acolhimento empresarial de Arraiolos – Zona industrial de Arraiolos, implementada em 1992, tendo esta resumidamente a seguinte descrição oficial:

“Encontra-se estrategicamente localizada numa zona de grande acessibilidade viária, junto à N114-4, que liga a Vila de Arraiolos à cidade de Évora e a 2 Km da N4, Estrada Nacional que liga Lisboa a Badajoz. Com a implantação da Zona Industrial de Arraiolos, o Município torna possível a atração de investimento, localização de novas unidades, reorganização das unidades já existente

⁵⁸ Município de Arraiolos. Disponível em: <https://www.cm-arraiolos.pt/>

localizadas de forma dispersa no Concelho e diminuição da migração de atividades económicas para outros concelhos.”⁵⁹

No que respeita ao Loteamento de Pequenas Oficinas Industriais de Vimieiro,

“está dotado de rede de abastecimento de água, rede de esgotos, rede de energia elétrica, rede de acessos, rede telefónica e arruamentos. Tal como a Zona Industrial de Arraiolos a Câmara Municipal, dispõe também de uma política de incentivos, de modo a facilitar a aquisição de terrenos, bem como a instalação de empresas na Zona Industrial, que inclui: preço de venda acessível; facilidades de pagamento; comparticipação da autarquia na realização de infraestruturas; apoio técnico; acompanhamento no processo burocrático/administrativo; prioridade em relação a outros processos de carácter não empresarial, entre outras.”⁶⁰

No que respeita às políticas de dinamização da economia local, são referidos: o Arraiolos Multiusos, e a plataforma AZO (Arraiolos, Zona de Oportunidades)⁶¹

Existe ainda no site uma outra página de informação relacionada com o tema do desenvolvimento do concelho, a saber: Arraiolos – Intervir e desenvolver o concelho.⁶²

Nesta página de divulgação pública sobre as obras de melhoramento ou construção em curso, nos vários locais do concelho, retemos esta frase “a Câmara Municipal de Arraiolos vem efetuando uma intervenção contínua em cada vila, em cada aldeia, em cada lugar do concelho, com o objetivo de melhorar as condições de vida das populações.”. No que respeita à UF são referidas as seguintes intervenções:

Em Vale do Pereiro a visita centrou-se na Rua da Estação, que recebe nova pavimentação, com calçada portuguesa, dando melhores condições aos residentes e solucionando os problemas de acessibilidades existentes e escoamento de águas pluviais. Em S. Gregório decorre a colocação da rede de proteção no polidesportivo, o qual recebeu novo piso e novos equipamentos para a prática desportiva.

Tratando-se de informação atualizada há cerca de 2 anos, estamos em crer que terão ocorrido nas localidades da UF outras intervenções. Esta temática será retomada a seu tempo.

Após esta exposição, sumaria, da intervenção da CMA no que respeita à política económica e social e dos “motivos” de atração para investidores e população não

⁵⁹ Município de Arraiolos. Disponível em: <https://www.cm-arraiolos.pt/>

⁶⁰ Município de Arraiolos. Disponível em: <https://www.cm-arraiolos.pt/>

⁶¹ Não nos foi possível entrar no site, a partir do link na página da CMA, uma vez que este surge como “suspeito e não seguro”. A tentativa de entrada na plataforma diretamente pelo google remete-nos para a página onde nos encontrávamos inicialmente.

⁶² Município de Arraiolos. Disponível em: <https://www.cm-arraiolos.pt/>

podemos deixar de questionar se os mesmos têm surtido ou não efeito. As últimas eleições autárquicas foram em Setembro de 2021 pelo que o mandato está a meio. Se tivermos em conta os dados oficiais sobre estes indicadores, nomeadamente os que deixamos referidos quando falamos de população e envelhecimento, não vislumbramos perspectivas muito animadoras, contudo não nos compete avaliar o trabalho feito, quando muito dar a conhecer a posição da população residente relativamente ao desempenho destas entidades.

Esta incursão pelas políticas de desenvolvimento económico e social local tiveram como objetivo voltar ao tema central desde “debate”, afinal por que razão se verifica a procura crescente pelos meios rurais para residência ou 2ª habitação? Quais são os reais motivos? Será apenas a procura de uma qualidade de vida que as cidades hoje não podem oferecer? Tentaremos responder a estas questões quando apresentarmos os dados relativos à UF em apreço, admitindo desde já que, face à diversidade que constatamos (mesmo entre as aldeias da UF) os dados apresentados são *únicos* pelo que a sua extrapolação para outras realidades, mesmo que se apresentem como semelhantes é muito pouco aconselhável e credível.

2.3. O Despovoamento

2.3.1. A população, ou a falta dela, uma realidade - Portugal e o Alentejo

A população de um território é o número de indivíduos que nele vive num determinado momento. Ao dividirmos esta população por sexos e idades, obtemos aquilo a que normalmente se chama estrutura demográfica (Nazareth, 1988, p. 9)

As alterações demográficas são uma constante ao longo dos anos. Todos os países, regiões ou mesmo as pequenas aldeias, mais cedo ou mais tarde, vêm alterar a estrutura e a dinâmica populacional com diferentes causas e consequências, na grande maioria das vezes relacionadas com a natalidade, a mortalidade e os fluxos migratórios. Esta mescla de acontecimentos, em constante dinâmica, teve e continua a ter os seus efeitos a nível da distribuição da população no território. De forma muito simplista, pode dizer-se que, se por um lado os centros urbanos viram a sua população crescer, os espaços rurais perderam a sua população chegando mesmo a, em alguns casos, a deixar de existir enquanto território habitado.

Pretendemos deixar neste capítulo algumas notas sobre este processo e a forma como o mesmo se tem vindo a expressar em Portugal e mais em concreto no Alentejo e na UF que nos propomos conhecer. Uma vez que o foco do nosso trabalho é a população vamos dar-lhe especial destaque sabendo que não podemos desligá-la do território em que se insere.

O despovoamento do território é uma realidade geográfica complexa, dinâmica e relacional. Implica a construção de trajetórias. Circunscreve numa relação espaciotemporal processos de atração repulsão. Determina assimetrias regionais. E limita o desenvolvimento de regiões e o acesso das respetivas populações a recursos e condições de vida essenciais para assegurarem a sua cidadania plena. (Baronet, 2012, p. 16)

Sabendo à partida da complexidade e da dinâmica desde fenómeno designado por despovoamento, tantas vezes relacionado com o interior do país e as zonas rurais, que a cada dia vê perder a sua população, compete-nos deixar algumas considerações e apresentar, a seu tempo a forma como este tem sido vivido pelas gentes desta terra.

Sem nos alongarmos muito nesta análise e apenas com intenção de dar nota da situação atual da população em Portugal e as suas perspetivas de evolução, importa referir que, de acordo com o site da World Population Review,⁶³ Portugal atingiu o pico populacional em 2008 (10,6 milhões de pessoas), em 2021 regista 10,2 milhões e perspetiva-se que em 2099 a população seja de 7,01 milhões, ou seja, uma redução de cerca de 30 000 pessoas por ano, fruto de saldos migratórios negativos e da baixa taxa de fecundidade, cada vez registam-se menos nascimentos.

A população portuguesa está a diminuir a uma taxa de 0,29% e prevê-se que assim continue. Registam-se menos nascimentos e um generalizado envelhecimento populacional, a idade média é de 46,2 anos.

Em 31 de Março de 2020 o INE publicou na sua página de informação à comunicação social, o resultado das projeções da população residente de 2018 a 2080. Desta fonte de informação, destacamos que Portugal perderá população, dos atuais 10,3 para 8,2 milhões de pessoas. O número de jovens diminuirá de 1,4 para cerca de 1,0 milhões e o número de idosos (65 e mais anos) passará de 2,2 para 3,0 milhões. O índice de envelhecimento em Portugal quase duplicará, passando de 159 para 300 idosos por cada 100 jovens, em 2080, em resultado do decréscimo da população jovem e do aumento da população idosa. A população em idade ativa (15 a 64 anos) diminuirá de 6,6 para 4,2 milhões de pessoas.

Os dados supra apresentados pretendem apenas enquadrar e mostrar uma visão mais ampla da realidade que pretendemos analisar. Se do ponto de vista global e de macro cenários os números fazem sentido e por si só e são capazes de nos dar uma visão da realidade, quando analisamos um número muito pequeno da população, ao nível da UF em apreço, por exemplo, importa não só apresentar os números, mas também *descobrir* o que eles representam numa realidade tão pequena.

⁶³ World Population Review. Disponível em: <https://worldpopulationreview.com/>

Tendo em consideração que à data da elaboração do texto final deste trabalho, já foram publicados os dados definitivos dos censos 2021⁶⁴, não podemos ignorar a sua importância e a realidade que os mesmos são capazes de nos mostrar, aliás, foi da análise dos resultados provisórios que nasceu este projeto.

Assim, com base da fonte supra identificada, verificamos que Portugal regista em 2021 (população residente), 10.343.066 indivíduos, em 1960 eram 8.889.392. Houve efetivamente um crescimento da população em termos totais, contudo se a análise for feita por grandes grupos etários verifica-se um decréscimo significativo do número de indivíduos dos 0 aos 14 anos de 1961 até 2021 (2.591.955 para 1.331.188). A curva é inversamente proporcional quando analisado o grupo etário dos 65 ou mais anos. Foram registados 708.569 residentes em 1960 e 2.423.639 em 2021.

Tendo por referência os valores apurados em 2011, a população residente diminuiu, nesta década, 2,1%. Já a variação de população com 65 ou mais anos no mesmo período foi de +20,6%.

Recuando no tempo para enquadrar a realidade atual ficam alguns dados sobre a forma como a dinâmica populacional tem afetado o Alentejo desde meados do século passado.

No que respeita à população e aos indicadores demográficos, Portas (1967) dá-nos a conhecer que no Distrito de Évora, em meados do séc. XX, a população diminuiu em 8 dos 13 concelhos sendo esta diminuição da população equivalente à população de Évora.

Na década de 50-60 do séc. XX o Alentejo perdeu 98 000 habitantes, todas as cidades do Alentejo perderam população, à exceção de Beja. Nesta altura o Alentejo era ainda pobre em centros urbanos. Assim, Portas (1967) deixa o alerta, se os centros urbanos não crescem significativamente no Alentejo este perde muita da sua capacidade de atração para quem vai adquirindo cada vez mais formação e competências técnicas.

Contudo a análise de Portas (1967) relativamente ao Alentejo nesta época dá-nos também nota de alguns aspetos positivos. Nos níveis de saúde o Alentejo está entre as melhores regiões do país e Évora apresenta desenvolvimento significativo em transportes, meios de comunicação e energia.

De um ponto de vista demográfico, Nazareth (1988) fala-nos da realidade do Alentejo em 1980. Uma pirâmide de idades com base reduzida e um topo empolado. A migração de população para a zona de Setúbal e Lisboa faz reduzir a importância da população jovem ativa quer nos homens quer nas mulheres.

⁶⁴ PORDATA – Estatísticas sobre Portugal e a Europa. Fundação Francisco Manuel dos Santos. Disponível em: <https://www.pordata.pt/>

Em 1980, as pessoas pertencentes ao grupo 15-64 anos de idade totalizavam 369 826, ou seja, 63,2% do total, os jovens eram 121 072 (20,7%) e as pessoas com mais de 65 anos 94 382 (16,1%) (Nazareth, 1988, p. 159)

Quando se fala de questões demográficas, fala-se essencialmente de um facto, transversal a praticamente todas as sociedades desenvolvidas, a diminuição da população e o seu envelhecimento. No caso do Alentejo e de outras regiões do interior do país, é normalmente para dar conta de “um problema”, ou seja, a população é cada vez menos e está cada vez mais envelhecida com todas as consequências que esta realidade implica.

Desde que este fenómeno se tornou uma realidade perceptível, passou a ser alvo de estudo e análise por parte de vários autores e das várias entidades públicas e privadas. Houve sempre a tentativa de, não só apresentar os números, mas também explicar as causas e as consequências desde fenómeno que tem vindo a afetar muitas regiões e países do mundo.

A caracterização dos espaços rurais, apresentada por Ferrão (2018), pese embora diga respeito à realidade verificada em meados do século passado, dá-nos uma perspetiva desta realidade e não anda longe daquilo que ainda hoje se verifica.

Os espaços rurais nunca foram demograficamente homogêneos – em Portugal ou em qualquer outro país (...) A evolução do número de habitantes e da estrutura de povoamento das várias áreas rurais do país tendeu assim, durante séculos, a traduzir as condições ecológicas existentes e o modo como os três sistemas de mediação – poder(es), propriedade e conhecimento - foram reconfigurando, por decisão pública, por iniciativa das elites sociais e económicas, ou por necessidade e capacidade das comunidades locais, as relações entre os três vértices do triângulo ecologia-comunidade-economia. (...). (p. 13-14)

De acordo com a análise de Ferrão (2018), que vai de encontro ao ponto de vista de Portas (1967), o Alentejo vê agravar a sua situação do despovoamento com a degradação dos solos fruto da Campanha do Trigo nos anos 30. A situação económica e social relacionada com a agricultura era cada vez mais difícil, as condições de vida cada vez mais hostis e os níveis de pobreza mais elevados. As diferenças entre interior e litoral vão sendo cada vez acentuadas. Ferrão (2018) faz um retrato daquilo que se espera que venha a acontecer, em termos populacionais, em Portugal, nos próximos anos tendo por base uma realidade já vivenciada.

“O despovoamento constitui, hoje, a regra na maior parte dos municípios rurais do designado ‘interior’, sendo que para muitos deles se prevêem quebras demográficas superiores a 20% até 2030, valor tanto mais surpreendente quanto vários desses concelhos vêm perdendo população há várias décadas, alguns há quase 100 anos.” (Ferrão, 2018, p. 16).

Os dados apresentados pela Associação Monte⁶⁵, cuja área de intervenção é o Alentejo Central (NUTS III), cujo propósito é, entre outros, incentivar o desenvolvimento económico e social das regiões e promover os processos de governança local confirmam, uma vez mais, que o Alentejo tem vindo a ser afetado pela perda das suas capacidades de retenção populacional e consequentemente por um despovoamento que não parece ter fim à vista.

A recessão demográfica na Região Alentejo começou por ser um reflexo dos fenómenos migratórios, essencialmente para a área da grande Lisboa, apresentando-se atualmente, também, como resultado de fatores endógenos, ou seja, crescimento natural negativo e, como já havia sido referido para meados do século passado, continua a manifestar incapacidade de atracção da população.

Na mesma linha de reflexão podemos identificar como causa primeira do processo de desertificação, no Alentejo, a sua incapacidade de retenção de população fruto da falta de condições de vida e profissionais condicentes com as expetativas da população.

O despovoamento enquanto problema estrutural nasce, como consequência da saturação de um modelo de sociedade rural alicerçado em sistemas agrícolas cuja sobrevivência apenas era possível com base em situações extremas de pobreza e dureza das condições de vida. (Ferrão, 2018, p. 14)

A estes fatores acresce que, ao longo dos anos, a estrutura produtiva não foi capaz de segurar a mão de obra nem criar postos de trabalho o que tem contribuído para a saída da população das aldeias para as vilas ou cidades pondo mesmo em causa a continuidade e a sobrevivência de alguns aglomerados populacionais de menores dimensões. Esta perspetiva é descrita por Almeida (2007) no capítulo de sua autoria integrado na obra referenciada na bibliografia.

Durante grande parte do sec. XX, a população de cada concelho rural não sustentou mais que um advogado, um farmacêutico e alguns veterinários. As Câmaras e as estações dos correios nas vilas e as escolas nas diversas freguesias empregavam mais umas quantas senhoras que tinha completado o ensino secundário e algum curso técnico. E, de resto, quem tinha estudado e precisava trabalhar tinha de ir para fora, pois em geral as casas agrícolas não sustentavam todos os seus filhos com o nível de vida adequado ao grupo em que estavam integrados. (Almeida, 2007, p. 298)

Perante esta realidade, Cascais (1993) deixa esta consideração que, de alguma forma pode servir como inspiração para estes e outros trabalhos cujo objeto de estudo se centra nas populações rurais e/ou de baixa densidade populacional. O Alentejo “ocupa uma

⁶⁵ Monte - Desenvolvimento Alentejo Central, A.C.E. Disponível em: <https://monte-ace.pt/>

área que representa quase uma terça parte da superfície total do continente e a sua população escassa não é fator suficiente da ausência de complexidade” (p.8)

Desta forma podemos identificar as causas e as origens do despovoamento das terras alentejanas a partir de meados do séc. XX, a degradação da agricultura, a perda de postos de trabalho, a atratividade pelo urbano e pelas perspectivas que apresenta em termos de melhores condições de vida levaram muitos a procurar outras paragens. Na realidade esta tendência não se alterou e podemos dizer, verifica-se ainda hoje, embora atualmente existem outros fatores que podem, se não inverter, pelo menos estagnar este fluxo migratório, promovendo a fixação das populações e o repovoamento do interior.

Já verificamos que este tema tem sido ao longo dos últimos anos uma preocupação e uma fonte de inúmeras estratégias políticas quer a nível mundial, nacional e mesmo regional ou local. Não vamos voltar a descrever tudo o que tem sido pensado para reverter o despovoamento principalmente das regiões mais afetadas do interior com fraca densidade populacional. Verificámos ainda que muitas das propostas para ultrapassar esta situação, na maior parte das vezes não tiveram os resultados esperados.

Fácil se torna reconhecer que é difícil ou mesmo impossível reverter as tendências estruturais de perda demográfica verificadas em muitos espaços rurais do país. A essas tendências acrescem, aliás, novos riscos e ameaças, como as alterações climáticas e as suas consequências (Ferrão, 2018, p. 17)

Qualquer tentativa de estagnar ou mesmo de reverter esta realidade implica que as políticas desenvolvidas com essa finalidade sejam baseadas em avaliações efetivas e rigorosas da realidade social de cada local, já deixamos também a nota de que cada região, cada local ou mesmo cada aldeia vive esta realidade de forma distinta pelo que a adaptação e a aplicação de qualquer programa interventivo terá de passar também pela população que habita esse espaço, pelas suas necessidades e expetativas.

Por outro lado, e retomando as notas deixadas por Ferrão (2018) importa não esquecer o direito individual de cada um para escolher o local onde quer viver, trabalhar ou estudar. Importante seria que cada local, seja ele no campo ou na cidade, pudesse oferecer as condições adequadas às expectativas de cada um no que respeita às condições e qualidade de vida.

Baronet em 2012, considera que o processo de desertificação das zonas rurais interior se pode compreender pela dinâmica gerada entre a vontade individual de cada um, as suas condições sociais e as oportunidades de emprego. A saída do local de origem começa muitas vezes pela escola e volta a colocar-se no processo de transição para o mundo laboral, a procura de emprego, do “melhor” local para trabalhar e consequentemente, na maior parte das vezes, viver. Associado a este processo relata

que muitos dos jovens entrevistados revelam o desejo de independência monetária e habitacional pelo que esta só poderá ser atingida com a saída para outro local. (p.4/5)

Assim sendo, veem surgir neste contexto a necessidade de terem que desviar a sua atenção para o mercado de emprego. No entanto, essa atenção não é meramente um reflexo de um imperativo social. Ela é fomentada igualmente pelas disposições individuais, entre as quais destacamos o desejo de independência e autonomia que permitam, por um lado, evitar uma situação de desemprego e, por outro, a dependência que os/as jovens iriam sentir, estando desempregados/as. (p. 5)

Perante esta descrição da realidade e da forma como o processo de desertificação das zonas do interior dão lugar, muitas vezes a zonas de baixa densidade populacional que chegam mesmo a ser de ausência total de população e admitindo que na maior parte dos cenários apresentados a perspectiva é de continuidade no mesmo sentido, até porque, como já falamos, os programas desenvolvidos com vista a reter este processo não tiveram êxito, cumpre apresentar também uma visão mais “otimista” ou pelo menos diferente, daquilo que podem ser fatores importantes neste processo.

Sustentadas tradicionalmente na agricultura, as aldeias vêem-se condenadas à morte pela redução rápida e definitiva da atividade agrícola no conjunto das atividades económicas. O despovoamento brutal do interior de Portugal nas décadas de sessenta a noventa é consequência e espelho da incapacidade de as aldeias acompanharem a mudança económica e social provocada pela modernização do país. As novas tecnologias da informação e da comunicação podem dar azo a uma viragem. (Fidalgo, 1999, p.1)

Estamos perante uma realidade em que cada vez mais vivemos num mundo global, tal como já referido por Barros (1990) no que respeita às considerações que faz sobre o encurtamento das distâncias físicas, fruto das melhores vias de comunicação, tendo estas vindo alterar a possibilidade de mobilidade e diferentes formas de sociabilidade. Fidalgo (1999) deixa-nos uma perspectiva ainda mais atual da realidade (pelo menos no que respeita a alguns lugares) “Ora é a partir destas modificações do espaço real que deverá ser repensado o modo de vida das aldeias. Ora é a partir destas modificações do espaço real que deverá ser repensado o modo de vida das aldeias.” (p.1)

Importa neste contexto deixar esta breve nota relativamente à forma como pode ser visto o despovoamento das aldeias e a forma como, na perspectiva de Fidalgo (1999) este pode ser combatido. Neste artigo são focados ainda alguns aspetos a reter no que respeita à relação urbano-rural já abordado anteriormente. É nossa intenção voltar ao

tema quando falarmos da realidade da UF em estudo e em concreto da aldeia fruto de maior escrutínio.

2.3.2. A população. Uma realidade – O Município de Arraiolos

Revista a realidade do país e do Alentejo durante o século XX, no que respeita ao número de população residente, e sua evolução, cumpre agora dar uma visão atual, comparativa dos últimos 10 ou 20 anos da realidade da UF enquadrada com o município de Arraiolos, com a sub-região do Alentejo Central e sempre que se justifique com a realidade de Portugal.

Pese embora à data do início desta investigação só estarem disponíveis os resultados provisórios dos Censos 2021 e termos recolhido informação com base nesses dados, parece-nos agora, nesta última revisão, importante corrigir os mesmos e apresentar a informação disponível com base nos dados definitivos dos Censos de Portugal em 2021 apresentados no site da Pordata.⁶⁶

Portugal perdeu 2,1% de população residente face a 2011, os idosos com 65 anos ou mais anos viram o seu número aumentar, registando uma variação positiva de 20,6%. As pessoas a viver sós passaram a representar 9.9% da população residente, um acréscimo 1.7% em relação a 2011. O número de famílias cresceu 2.6% face a 2011.

O Alentejo (NUTS II) perdeu 52.769 residentes face a 2011, regista agora (2021) 704.533 residentes, o que representa 6.8% da população residente em Portugal, a sua representatividade desceu 0.4% face a 2011. Tem menos 11.208 famílias e os idosos com 65 ou mais anos passaram a ser 190.463 mais 7.475% face a 2011. No que respeita às pessoas que vivem sós a tendência é a mesma que no conjunto do país, são 11,3% da população residente, mais 1.8% que em 2011.

No Alentejo Central (NUTS III) no qual se encontra geograficamente a UF de São Gregório e Santa Justa, considerando os mesmos indicadores, apresenta os valores que a seguir se identificam.

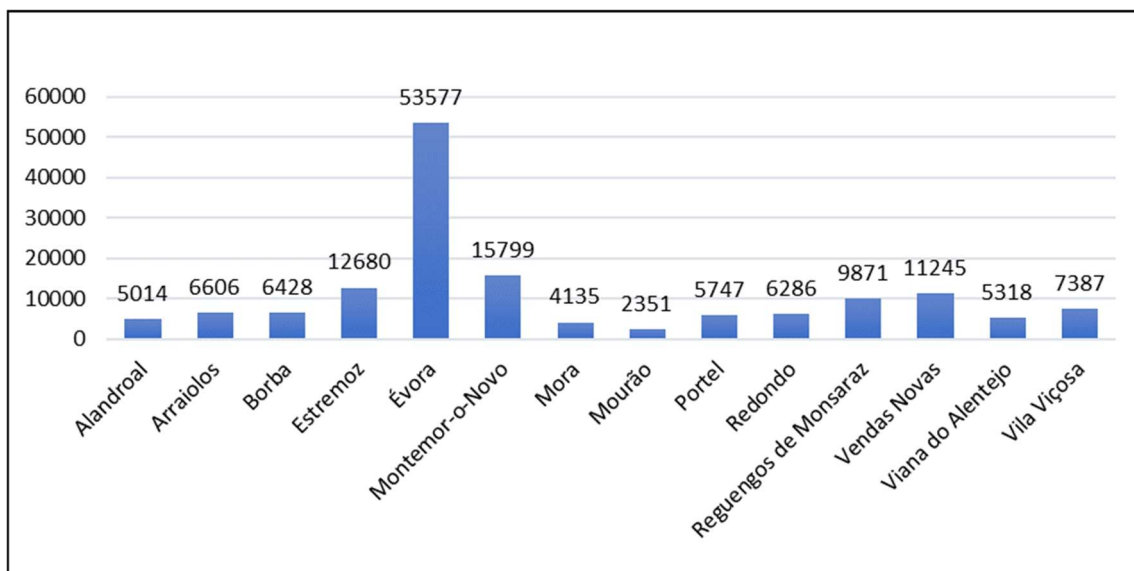
A população residente em 2021 era de 152.444 indivíduos, menos 14.282 face a 2011 em que foram contabilizados 166.726 residentes. Foram identificadas 63.848 famílias, menos 3 090 que em 2011. Os idosos com 65 e mais anos são agora 41 403, mais 562 que os registados em 2011. As pessoas que vivem sós representam 11.3% da população residente, mais 1.8% que o valor apresentado para 2011. Em linha com a realidade do Alentejo e de Portugal.

⁶⁶ PORDATA – Estatísticas sobre Portugal e a Europa. Fundação Francisco Manuel dos Santos. Disponível em: <https://www.pordata.pt/>

No Gráfico 1, detalhamos a população residente para cada um dos municípios que fazem parte da NUTS III - Alentejo Central. Procuramos desta forma perceber como se posiciona, em termos de residentes o Município de Arraiolos face aos seus pares.⁶⁷

Nesta NUTS III – Alentejo Central, identificamos 3 cidades, a saber, Évora, Estremoz e Montemor-o-Novo, naturalmente são estes os municípios que apresentam o maior número de residentes, com destaque evidente para Évora, cidade capital de distrito e classificada Património Mundial pela Unesco. Montemor-o-Novo surge em segundo lugar e Estremoz em terceiro. O município de Arraiolos surge a par dos outros municípios, não se destacando por ser o mais ou menos povoado, contudo está abaixo da média da população total que apresenta um valor de 10 889 residentes. O município com menor número de residentes é Mourão.

Gráfico 1 - População residente (nº) por Local de residência - NUTS III – 2021



Fonte: Instituto Nacional de Estatística. Disponível em: <https://www.ine.pt/>

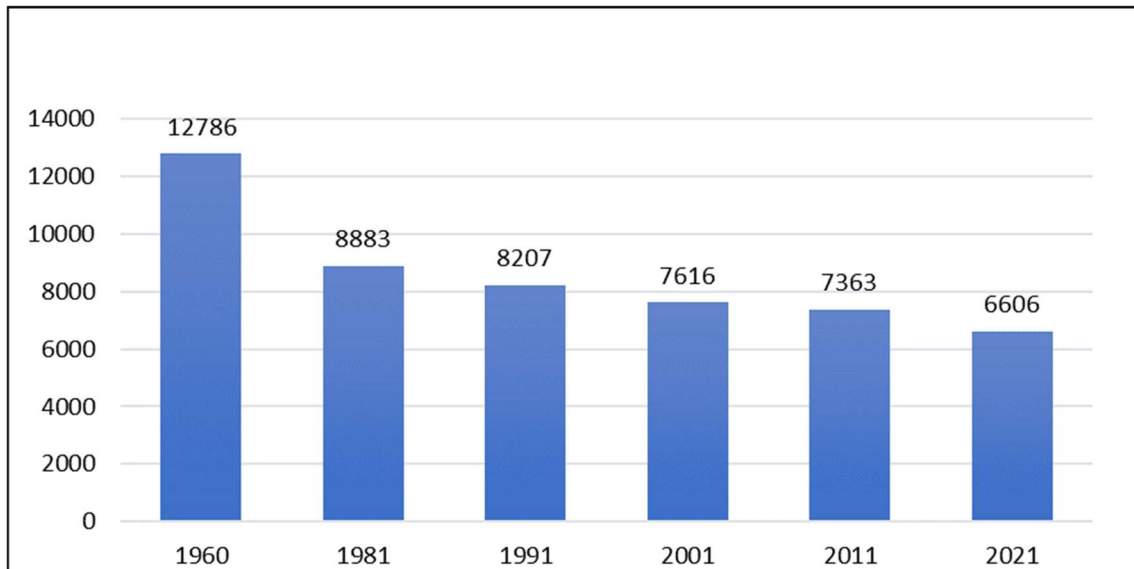
Para que possamos ter uma ideia mais clara da evolução dos residentes no Município de Arraiolos, de acordo com os Censos realizados no nosso país, tomando como referência o ano de 1960 e apresentamos os dados registados no gráfico infra.

Entre 1960 e 2021 o município de Arraiolos passou de 12.786 para 6.606 residentes. Em 2001 eram 7.616 residentes. Perdeu cerca de 50% de habitantes em 60 anos. Embora não esteja evidenciado no gráfico, em 1960 havia mais homens que mulheres, em 2021 a realidade inverte-se e passa a haver mais mulheres que homens, sendo que os valores

⁶⁷ Todos os gráficos deste capítulo são de elaboração própria construídos com base nas fontes indicadas

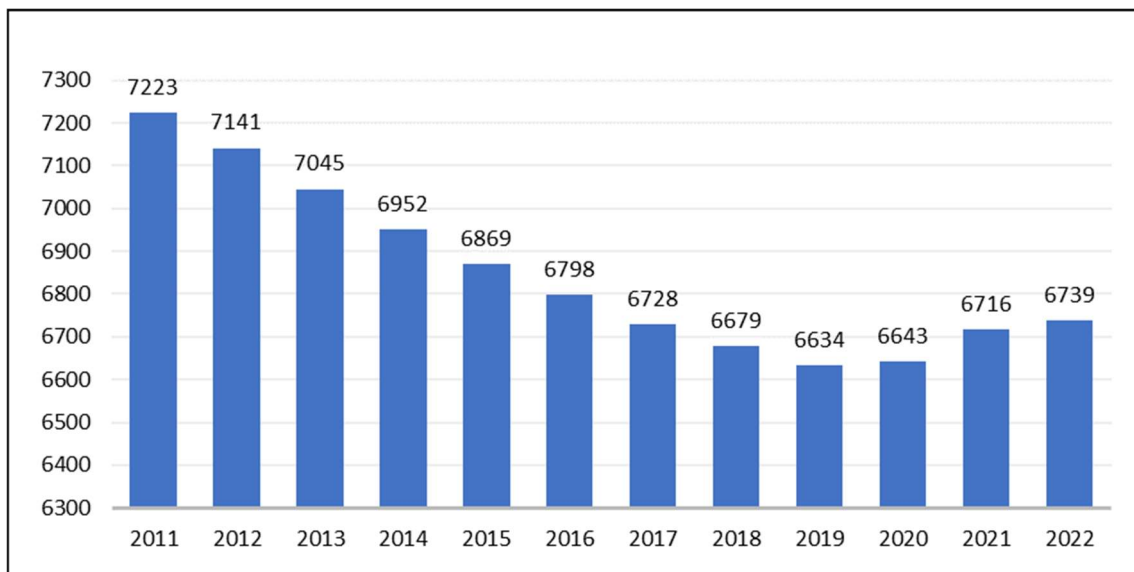
são aproximados. Em 1960 são 50,3% de homens e 49,7% de mulheres. Em 2021 são 48,9% homens e 51,1% de mulheres.

Gráfico 2 - População Residente no Município de Arraiolos segundo os Censos



Fonte: PORDATA – Estatísticas sobre Portugal e a Europa. Fundação Francisco Manuel dos Santos. Disponível em: <https://www.pordata.pt/>

Se tivermos em consideração um outro indicador da população do município, podemos detalhar o mesmo por anos civis. O gráfico apresentado abaixo mostra-nos essa realidade tendo por base as estimativas anuais da população residente no município de Arraiolos nos últimos 12 anos. A confirmarem-se estes dados poderíamos dizer que em 2020 o número de residentes ganhou um incremento que se regista até 2022 invertendo assim a tendência de diminuição constante da população. Em rigor para 2021 o número apresentado é de 6716 (estimativa) e de acordo com as fontes citadas. Como vimos o município regista em 2021, 6606 residentes. Há uma diferença negativa de 110 residentes, ou seja, a população não aumentou tanto quanto se previa.

Gráfico 3 - População residente no Município de Arraiolos, dados anuais - estimativas

Fonte: Instituto Nacional de Estatística. Disponível em: <https://www.ine.pt/>

Pese embora já tivéssemos abordado esta questão quando falamos de condições de vida consideramos que dar uma nota deste valor seria útil para compreender o fenómeno do despovoamento das regiões.

Se considerarmos a distribuição da população, em 2021, por grandes grupos etários e, em termos percentuais, face à população total, temos o grupo dos jovens com 11,1%, o grupo dos 15 aos 64 anos com a maior representação, 60,1% e por último os idosos com um peso total de 28,8%. Ou seja, a percentagem de idosos é mais do dobro da população jovem. Dito de outra forma, há 258,6 idosos por cada 100 jovens.

Em termos absolutos, verifica-se uma diminuição no número de idosos (65 e mais anos), em 2021 eram 1903, menos 29 do que em 2021. Neste grupo etário verificamos uma tendência contrária à registada para o país e NUTS. Logo o número de reformados também diminuiu desde 2011, passaram a ser 1.944, ou seja, menos 10% que em 2011. Este dado não significa que o número de idosos tenha vindo, ao longo dos anos, a diminuir em relação à população residente, pelo contrário. Em 1960 representavam 8%, em 2021 representam 28.8%. O mesmo acontece com a população jovem (0 aos 14 anos) que viu o seu número reduzir nos últimos 10 anos, em 2021 foram registados 736 jovens menos 176 do que em 2011 (912). Esta tendência de decréscimo verifica-se, pelo menos, desde 1960. O grupo mais representativo dos 15 aos 64 anos também perdeu população, em 2011 eram 4519 pessoas, em 2021 passaram a ser 3967 indivíduos.

Daqui se infere que a redução da população atinge transversalmente todos os grupos etários. A população ativa (dos 15 aos 64 anos) passou de 68.3% em 1960 para 60,1% em 2021 do total da população residente.

Nesta lógica de perda de população mais um elemento pode ser referido, o número de famílias e o número de elementos do agregado familiar, ou seja, a dimensão das famílias. As famílias são menos 209, foram registados, em 2121, 2.791 agregados familiares. Também diminuem as famílias com mais elementos e crescem as com menor número de indivíduos. Em 2001 as famílias com 3 ou mais elementos representavam 45,4% da população total, em 2021 passaram a ser 37,9%. As famílias com um elemento, nos mesmos anos, tinham o seguinte peso, 21,8% e 27,4%.

Quando falamos de despovoamento dos territórios falamos da saída da sua população, ou como vimos da incapacidade de compensar o número de óbitos com o número de nascimentos. Se falamos de uma população envelhecida em que a maior parte da mesma já não está em idade fértil e se o número de elementos de agregados familiares tem vindo a ser cada vez mais reduzido, estão efetivamente reunidas as condições para uma continua despovoamento. Como também podemos aferir esta tendência pode ser atenuada pela entrada de novos residentes, vindos de outros locais (de Portugal ou do Estrangeiro).

Estamos em crer que o saldo natural, ou seja, a diferença entre o número de nascimento e o número de mortes é o facto principal para a diminuição da população residente, embora não seja o único. Atendendo à relação entre estes dois factos verifica-se que pelo menos desde 2009 e até 2022 o número de mortes sempre foi superior ao de nascimentos. Em 2009 registaram-se 45 nascimentos e 119 óbitos. Em 2002 o número de óbito aumentou para o número mais alto desta serie temporal, verifica-se um aumento considerável desde 2019 que os nascimentos não acompanharam. Dai que, se morrem, em 2022, 134 pessoas só nasceram 38. Verificando-se assim a maior distância entre valores nos anos em apreço.

Perante estes números é possível apurar se o saldo natural é de facto significativo face ao saldo migratório. Em 2009 o saldo natural foi de -74 indivíduos, o saldo migratório de 20 e o saldo total de -54 residentes. Em 2022, o saldo natural foi de -96 indivíduos, o saldo migratório de 119 e o saldo total de 23 residentes. Desta forma se confirma o aumento da população residente no município, fruto so saldo migratório positivo, embora o saldo natural tenha sido o mais elevado, foi o ano em que se registaram mais óbitos e menos nascimentos.

Em 2021, 606 pessoas tinham saído do município, ou seja, há um ano moravam no município de Arraiolos e saíram para outro local. Apenas 36 pessoas vieram do estrangeiro. O número crescente de cidadão residentes com nacionalidade estrangeira não é ainda suficiente para colmatar estas perdas embora de tenham registado em 2022, 155 estrangeiros com autorização de residência e um saldo migratório positivo em 2023. Desde 2009 o ano com maior número registado foi em 2021 com 164 residentes. A dinâmica populacional é cada vez mais uma realidade e a tendência parece ser cada vez

mais a “troca” entre os que deixam as localidades e os que chegam. Veremos este aspeto no que diz respeito à UF.

Esta pequena conclusão sobre os elementos base que estão na origem dos processos de despovoamento de um país, região ou localidade podem ainda ser complementados com outros dados que, em nossa opinião, tem também interferência na atratividade (para segurar os seus moradores e chamar novos) que uma região pode ou não revelar. Em concreto falamos das condições que uma determinada família ou individuo procura e/ou encontra num determinado local. Estamos em crer que um dos primeiros fatores é a disponibilidade ou não de habitação e claro o valor dessa habitação. O preço das casas (prédios rústicos) a nível do município tem oscilado de forma significativa ao longo dos últimos anos. Veja-se por exemplo, o preço medio de transação de um prédio rustico em 2009 era de 70 806 eur, em 2012 chegou as 80 075 eur. Em 2015 atingiu o seu valor mais baixo de 33 078 eur e em 2019 o valor situava-se em 51 633 eur.

Se compararmos este valor para o município de Arraiolos, em 2019, o valor medio das propriedades urbanas transacionadas (51 633 eur) verificamos que o mesmo é muito inferior ao registado no município de Évora (138 946 eur) é ainda inferior à média do Alentejo Central (86 813 eur) do Alentejo (80.030 eur) e de Portugal (142 183 eur).

Como referimos estes são os dados divulgados pela Pordata⁶⁸ no que respeita a este indicador, nada nos diz sobre o tipo de imoveis, disponibilidade dos mesmos, data de construção, dimensão ou condições de habitabilidade. Só na posse destes, eventualmente ainda de outros elementos, poderíamos perceber até que ponto o valor dos imoveis disponíveis para serem transacionados é ou não efetivamente um fator de atratividade de uma determinada região ou localidade.

Um outro elemento que é quase sempre referido quando se fala deste tema ou da forma de o contrariar é a disponibilidade ou a capacidade de criação de postos de trabalho permitindo assim que a população não saia à procura de emprego como temos vindo a verificar. Um elemento fundamental é a existência ou criação de empresas. Sem contar com os postos de trabalho criados pelas entidades publicas, são as empresas as grandes responsáveis pala criação de emprego, pese embora não possamos esquecer a possibilidade de cada um poder ou não criar o seu posto de trabalho. De acordo com a mesma fonte, em 2021 existiam no Município de Arraiolos 842 empresas não financeiras, em 2009 eram 813. Significa isto que existem 12,6 empresas por cada 100 habitantes. Em Portugal existem 12,9. O salário medio mensal para os trabalhadores por conta de outrem era de 972 eur, em linha com os outros municípios do Alentejo central. Évora regista um valor de 1122 eur e Portugal 1206 eur.

⁶⁸ PORDATA – Estatísticas sobre Portugal e a Europa. Fundação Francisco Manuel dos Santos. Disponível em: <https://www.pordata.pt/>

No que respeita à escolaridade e alfabetização da população do município, embora não seja um dado relevante para o tema em tratamento, consideramos importante deixar esta nota. Em 2021 o número de residentes analfabetos (que não sabem ler nem escrever) com mais de 10 anos, era de 337 (133 homens e 204 mulheres) num total de 8,8% da população total. Em 1981 o número era muito superior, foram considerados 2.345 (1.055 homens e 1.290 mulheres), residentes nestas condições. Em 1960 a população sem nível de escolaridade (conceito diferente de analfabetismo) era de 72,5% da população total.

No lado oposto, ou seja, os residentes com nível de escolaridade mais elevado (superior) os números manifestam, naturalmente, esta tendência, em 2021 um total de 750 residentes no município tem ensino superior completo, em 1960 apenas 18 pessoas tinham completado este nível de ensino. Em termos percentuais, em 2021 registam-se 12,8 % e em 1960, 0,2%. A questão que se coloca sobre a relação entre a escolaridade da população e o despovoamento pode colocar-se da seguinte forma. Se o município tem 750 residentes com ensino superior completo, terá postos de trabalho suficientes para enquadrar esta população dentro de expectável em termos de funções e remuneração? Se não tiver alguns podem optar por ficar por razões familiares ou outras, mas muitos vão certamente sair à procura de melhores condições em termos profissionais e remuneratórios. O aumento do nível de qualificações académicas ou profissionais aumenta, de forma geral, as expectativas de quem as adquire.

Em jeito de conclusão sobre as temáticas abordadas neste capítulo importa dar algumas notas. O despovoamento das regiões do interior do nosso país é uma realidade que vem de trás principalmente quando ocorreram os principais fluxos migratórios para as áreas metropolitanas. Sem população, ou com uma diminuição da população em idade fértil o número de nascimentos tem sido sempre inferior aos óbitos e os saldos migratórios não compensam esta perda demográfica. Todos se preocupam com esta realidade, mas poucos tem conseguido a um caminho para lhe por um fim ou pelo menos um travão. As mudanças sociais acontecem por vezes de forma muito mais rápida do que se prevê, se procuramos resposta para a questão: esta aldeia vai morrer? Esperamos encontrá-la quando analisarmos com detalhe a realidade atual onde este trabalho tem o seu foco.

2.4. O Envelhecimento da População

2.4.1. Envelhecer, uma realidade ou uma fatalidade?

“Todos vamos envelhecer. É bom sinal!” (Moreira, 2020, p. 55)

Em bom rigor, Moreira (2020), não tem razão. É certo que uma parte da população não chega a envelhecer, há sempre alguém que vai morrer antes de ser velho, contudo esta realidade é cada vez menos sentida graças a inúmeros fatores que em geral permitem que cada vez mais pessoas atinjam uma idade em que já são consideradas velhas.

Antes de avançar importa dar nota de que quando se aborda esta temática os termos utilizados podem ser diferentes embora de significado idêntico. Como alerta Cabral (2016):

As expressões *velhice* e *velho* ao refletirem um significado pejorativo foram substituídas por *Terceira Idade* e *Idosos*, para não ofender o pudor social. Estas são expressões anacrónicas que não existem por si mesmas e sendo construções sociais, são igualmente portadoras de uma cultura, pois o que existe é o ser humano pleno a caminho da sua autorrealização, como pessoa humana, como indivíduo inimitavelmente único e como cidadão/ã. (Cabral, 2016, p.32)

No que respeita à nossa posição nesta matéria não optamos em exclusivo por um ou outro termo por considerar não haver essa necessidade. A aplicação de um ou outro decorrerá naturalmente no decorrer da exposição deste assunto.

Antes de avançar na nossa exposição sobre a forma como podemos entender o envelhecimento, as causas e as consequências e as medidas para o tornar menos penosos, apresentamos alguns dos indicadores e valores que nos permitem confirmar e medir o envelhecimento generalizado da população em Portugal e na EU. Consideramos que se justificava dar esta nota mais global para podermos enquadrar a situação verificada no Alentejo e em concreto na UF em apreço.

Com base nos dados da Eurostat⁶⁹, em 2022, 21,1% da população da UE tinha 65 anos ou mais. Em 2020 esse valor, com base na mesma fonte, era de 20,6%. Em dois anos verifica-se um crescimento no valor deste indicador que, não sendo muito significativo confirma a previsão teórica de que o peso da população idosa está a aumentar no total da população. Entre 2012 e 2022 a população com 65 anos ou mais cresceu na UE 3.1%. Em Portugal este indicador regista um aumento de 4,7% no mesmo período de contagem, ou seja, em 8 anos. “Espera-se que a percentagem de idosos na população total aumente significativamente nas próximas décadas.”

⁶⁹ Eurostat. Disponível em: <https://ec.europa.eu/>

Em 2022 “No que diz respeito à percentagem de pessoas com 65 ou mais anos na população total, Itália (23,8 %), Portugal (23,7 %), Finlândia (23,1 %), Grécia (22,7 %) e Croácia (22,5 %) apresentaram as percentagens mais elevadas.” Dito de outra forma Portugal é o 2º país da EU com maior peso da população idosa no total da população.

A evolução do índice de envelhecimento em Portugal⁷⁰, é significativa. Em 1981 era de 45,4 passando a ser em 2021 de 178.4.

A idade média da população da EU era de 44 anos em 2021. A 1 de janeiro de 2022 era de 44,4 anos. Se a idade média da população manifesta clara tendência de subida significa que o peso dos idosos é cada vez maior em termos globais. Entre 2012 e 2022 “Aumentou em quase todos os Estados-Membros da UE, aumentando 4 ou mais anos em Espanha, Portugal, Grécia, Itália e Eslováquia”.

“Em Portugal, em 1960, os indivíduos com 80 e mais anos representavam 3% do total da população. Em 2019 este valor sobe para 6,6%” (Moreira, 2020, p.11)

Referimos ainda mais um indicador que nos confirma esta realidade. Em Portugal a esperança média de vida aos 65 anos, ou seja, quantos anos, em média, pode uma pessoa com 65 e mais anos esperar viver era 19,4 anos em 2020, muito superior ao verificado em 1970 onde o valor se fixava nos 13,5 anos.

Sem detalhar podemos afirmar que a esperança média de vida aos 65 anos é maior nas mulheres do que nos homens, fato que tem permanecido ao longo dos anos.⁷¹

Se analisarmos agora a situação do Alentejo no seu todo, tentando respeitar os indicadores já referidos verificamos que:

A taxa de variação da população residente entre 2011 e 2021 foi de -6,97%. A densidade populacional era em 2021 de 22,29 habitantes por km². O índice de envelhecimento era de 218,57.

Se em Portugal, em 2011, a idade média da população residente era de 41.83 anos, no Alentejo o valor era de 44,60⁷².

No que respeita aos dados relativos aos índices suprarreferidos não identificamos desdobramento ao nível da UF pelo ficam os dados relativos ao município de Arraiolos que nos permitem ter uma imagem mais aproximada da nossa realidade.

⁷⁰ PORDATA – Estatísticas sobre Portugal e a Europa. Fundação Francisco Manuel dos Santos. Disponível em: <https://www.pordata.pt/>

⁷¹ PORDATA – Estatísticas sobre Portugal e a Europa. Fundação Francisco Manuel dos Santos. Disponível em: <https://www.pordata.pt/>

⁷² Instituto Nacional de Estatística. Disponível em: <https://www.ine.pt/>

O Índice de envelhecimento no município era de 65% em 1960 passando para 258,6% em 2021. O índice de longevidade⁷³ passou de 33,3% em 1960 para 53,8% em 2021.

O índice de dependência dos idosos⁷⁴ era em 1960 de 11,8% chegando em 2021 aos 48%.

“Ainda de referir que as cidades do Alentejo Central e do Alto Alentejo tem uma proporção de famílias de pessoas idosas a viver sozinhas que também ronda os 12%”. (Moreira, 2020, p. 37)

No município de Arraiolos a percentagem de famílias com um elemento, era em 2001 de 21.8%, em 2011 de 24.1% e em 2021 de 27,4%⁷⁵.

Esta breve apresentação “numérica” dos indicadores relacionados com o envelhecimento da população são uma fotografia da realidade que está confirmada na grande maioria dos países desenvolvidos, assistimos a um rápido envelhecimento da população, ou seja, temos cada vez mais pessoas idosas e a viver durante mais tempo nesta condição.

Em resumo e de uma perspetiva global em que as características individuais, sociais e geográficas dos idosos são consideradas deixamos a posição da autora, que pese embora se reporte a dados de 2011, não deixa de ser uma visão atual do contexto em que vivemos hoje.

O envelhecimento da população é hoje uma realidade nacional. (...) Os concelhos mais envelhecidos são os que se localizam no interior do País, regiões de baixa densidade populacional, o que coloca um conjunto de desafios territoriais e de coesão. O progressivo esvaziamento de serviços e a redução da atividade económica das regiões do interior, problemas que não afetam apenas a população idosa, tem neste grupo etário um impacto muito particular, até tendo em conta as características já antes apontadas de grande parte dos idosos, nomeadamente os que vivem nas zonas mais rurais do interior do País. Assim, aos factores de contexto individual (sexo, idade, estado civil, escolaridade e rendimentos), juntam-se a dimensão do ambiente social (redes informais de

⁷³ Relação entre a população mais idosa e a população idosa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 75 ou mais anos e o número de pessoas com 65 ou mais anos (expressa habitualmente por 100 (10²) pessoas com 65 ou mais anos). Instituto Nacional de Estatística. Disponível em: <https://www.ine.pt/>

⁷⁴ Relação entre a população idosa e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 (10²) pessoas com 15-64 anos). Instituto Nacional de Estatística. Disponível em: <https://www.ine.pt/>

⁷⁵ PORDATA – Estatísticas sobre Portugal e a Europa. Fundação Francisco Manuel dos Santos. Disponível em: <https://www.pordata.pt/>

suporte e de apoio) e factores contextuais dos territórios, no que diz respeito aos serviços disponíveis e a sua acessibilidade. (Moreira, 2020, p. 29/35)

Parece-nos ainda importante ter em consideração o facto de poderem existir várias formas de entender o envelhecimento da população e a forma como cada uma dessas perspectivas interfere na forma como são pensadas as políticas e desenvolvidos os mecanismos de intervenção e de que forma chegam efetivamente aos seus destinatários.

O Instituto do Envelhecimento/Observatório ICS (*POLICY BRIEF 2017*) apresenta-nos, em complementos dos números já apresentados, uma outra perspectiva de analisar o envelhecimento da população, a idade cronológica (o número de anos que uma pessoa já viveu) e a idade prospetiva (o número de anos que alguém ainda espera viver).

A idade cronológica, ou seja, os anos que uma pessoa já viveu desde o nascimento permitiu fixar e convencionar os 65 anos como sendo a idade a partir da qual alguém pode ser considerado idoso. Não são assim considerados os anos que a pessoa pode ainda viver após esta idade.

Esta visão prospetiva do envelhecimento da população mostra-se mais sensível na medida em que permite apurar quantos anos cada indivíduo espera viver e isso pode mudar dependendo do local onde nasceu, das condições de vida e do acesso aos cuidados de saúde.

Do ponto de vista das consequências para a sociedade e a necessidade de intervenção e resposta às necessidades específicas entendemos que é mais interessante saber quantos anos em média se pode viver do que considerar a população idosa a partir do critério comumente aceite de idade cronológica.

O mesmo relatório apresenta ainda alguns dos indicadores, que já apresentamos, e que permitem medir o envelhecimento de uma população, num determinado país ou região, falamos por exemplo, da idade na qual os indivíduos podem esperar viver mais 15 anos, a idade mediana, a proporção de idosos, o índice de dependência dos idosos e o índice de envelhecimento.

Fernandes (2008) alerta, contudo para a forma como esta avaliação é feita e questiona a fiabilidade dos indicadores para uma avaliação das estruturas demográficas e do peso do envelhecimento das populações.

Até que ponto o limiar instituído e consensual a partir do qual construímos a categoria dos idosos, os 60 ou os 65 anos, se adequa às características das sociedades modernas. (...) Até que ponto a idade da velhice não foi afastada do limiar socialmente instituído e remetido para mais tarde? (Fernandes, 2008, p. 76)

Voltaremos a este tema quando falarmos das políticas e dos modelos construídos para dar resposta às necessidades criadas pelo envelhecimento das sociedades, das respostas encontradas para as dinâmicas familiares e para as necessidades específicas de cada indivíduo quando de torna idoso.

Se falamos de idade, dos anos que vão passando, importa ter em conta a definição da Organização Mundial de Saúde (OMS)⁷⁶ que, do ponto de vista biológico, define assim o envelhecimento:

“(...) o envelhecimento é associado ao acúmulo de uma grande variedade de danos moleculares e celulares. Com o tempo, esse dano leva a uma perda gradual nas reservas fisiológicas, um aumento do risco de contrair diversas doenças e um declínio geral na capacidade intrínseca do indivíduo. Em última instância, resulta no falecimento.”

Esta é uma das definições possíveis. De uma forma geral o envelhecimento é o processo de envelhecer, ou seja, de ir vivendo à medida que a idade vai aumentando. Este processo além de biológico tem também uma vertente social e económica e é normalmente deste ponto de vista que é analisado. Também neste trabalho é dessa perspetiva que pretendemos dar-lhe visibilidade.

Se prejuízo do acima exposto, importa referir que o envelhecimento também pode ser analisado com uma realidade individual, ou seja, do ponto de vista de cada indivíduo. Do ponto de vista biológico poderíamos dizer que cada um tem o seu ritmo de envelhecimento e este aspeto condiciona a forma como cada um representa o seu papel na sociedade. Atente-se ao que nos refere Cabral (2016) sobre a forma como podem ser vividos estes “anos a mais”.

E estes ganhos em anos de vida produzem alterações na existência humana, presente e futura e exigem novos comportamentos, estilos de vida, expectativas e valores obrigando a que um a um questionamento sobre representações sociais estereotipadas e a ter em conta a explosão de singularidades no âmbito do direito inclusivo. Se, por um lado, existem pessoas idosas autónomas que participam ativamente na vida familiar comunitária e social, por outro há pessoas que estão condicionadas pelas situações de pobreza, incapacidade, doença e isolamento. (Cabral, 2016, p. 59)

Quando se fala de envelhecimento da população, como fenómeno social, quer se seja num sentido mais amplo ou numa perspetiva mais micro há quase sempre a necessidade de recorrer a dados estatísticos que, normalmente, nos são apresentados pela Estatística e explicados pela Demografia. À medida que este fenómeno se torna mais evidente,

⁷⁶ Relatório Mundial de envelhecimento e saúde - Resumo. (2015). Disponível em: <https://www.who.int/>

surge a necessidade de o explicar e de encontrar as suas causas e consequências. Além disso, tudo indica, este veio para ficar.

O envelhecimento demográfico é um facto. A população a nível mundial começou a envelhecer, sobretudo a partir da segunda metade do século XX. Este fenómeno social está, contudo, associado e essencialmente às sociedades mais desenvolvidas e tem como principais causas o aumento da esperança média de vida, o declínio da fecundidade e da natalidade e os fenómenos migratórios. (Cabral, 2016, p.24)

Já em 2013, Cabral considera que o envelhecimento se apresenta como um dos problemas centrais do século XXI. O número de idosos continua a aumentar deixando as sociedades desenvolvidas transformadas em sociedades envelhecidas com pessoas que vivem cada vez mais anos. Estamos assim perante a perspetiva social do envelhecimento da população e das consequências desta realidade.

Embora possa ser considerado um fenómeno global, podemos verificar diferenças entre os vários continentes. O envelhecimento da população não se verifica da mesma forma nem certamente ao mesmo tempo em cada tipo de sociedade. As sociedades desenvolvidas são, atualmente, as mais afetadas. Fernandes (2008) dá-nos a conhecer esta realidade no que diz respeito ao “velho continente”.

A europa, a primeira região do globo a passar pela transição demográfica é a mais envelhecida região do planeta. Os índices de fecundidade são os mais baixos e o envelhecimento continua a progredir com o crescimento da longevidade geracional. (Fernandes, 2008, p. 42)

Já o Relatório Mundial de Envelhecimento e Saúde (2015) alerta para o facto de estarmos perante um cenário em que, “Pela primeira vez na história, a maioria das pessoas pode esperar viver além dos 60 anos. As consequências disso para a saúde, para os sistemas de saúde, seus orçamentos e para os trabalhadores de saúde serão profundas.” (Relatório mundial de envelhecimento e saúde – resumo, 2015, p. 3)

Em sentido lato podemos dizer que estas alterações estruturais e as dinâmicas demográficas que se têm feito sentir impactam diretamente com a sociedade em que ocorrem bem como com as estruturas familiares e de apoio social.

“Caminhamos seguramente para uma sociedade diferente de que conhecemos até agora e onde os padrões institucionais de atuação terão que se adequar às mudanças indeléveis proporcionadas pela revolução silenciosa do sistema demográfico.” (Fernandes, 2008, p. 76)

As sociedades mais desenvolvidas têm sentido de forma mais acentuada estas alterações demográficas e como vimos um crescente envelhecimento da população. Contudo, quando analisamos ao nível do nosso país, este envelhecimento é mais notório nas zonas

com menos população, ou seja, quanto mais despovoada está uma região maior é o número de pessoas idosas em comparação com os outros grupos etários. Vejamos se se confirma esta perspetiva nas localidades da UF em estudo.

Cabral (2016) apresenta-nos esta questão de forma explícita e que importa reter.

Assiste-se hoje, a um fenómeno social: o envelhecimento da população, consequência da melhora das condições de vida ao nível médico-sanitário, da higiene e da alimentação. No entanto, este nem sempre equivale a um indicativo de bem-estar e/ou autonomia que permita às pessoas mais velhas uma vida coincidente com as suas necessidades e expectativas (Cabral, 2016, p.26)

Esta forma de abordar o assunto, desenvolvida por Cabral (2016) aproxima-se do tema central do nosso trabalho. Quais são as condições de vida da população sabendo à partida que vamos trabalhar uma população rural envelhecida? De que forma cada um dos atores deste cenário vive e sobrevive a/ou nesta realidade?

O Relatório Mundial de Envelhecimento e Saúde (2015) alerta para o facto de que envelhecer hoje, ser velho no sec. XXI não é necessariamente igual ao experimentado pelas gerações anteriores e será também diferente no futuro. A realidade social é diferente e também o são as expectativas de cada um. (p.10)

O relatório da OMS (2005) faz ainda referência à necessidade de adaptar as políticas sociais dirigidas às populações envelhecidas. Se assistimos hoje a uma forma de envelhecimento diferente com uma maior esperança de vida e necessidades que antes não eram sentidas temos de adaptar e aproveitar os benefícios da tecnologia e da saúde para aumentar a qualidade de vida dos idosos.

Nesta perspetiva é dado relevo às questões da saúde como muito importantes no aumento da longevidade. Importa garantir que as pessoas vivem de forma saudável pelo menos na medida em que esse estado lhes permite continuar a desenvolver tarefas básicas e por si valorizadas.

Quanto mais estes princípios estiverem garantidos mais fácil é para cada um e para a sociedade em geral viver com mais idade. No seu conceito mais genérico, a saúde está intimamente ligada ao envelhecimento das populações - “Uma boa saúde proporciona mais vida aos anos.”⁷⁷

Na mesma linha de pensamento foi apresentada em 2017 a proposta do grupo de trabalho interministerial na qual se define a “Estratégia Nacional para o Envelhecimento

⁷⁷ PAHO – Pan American Health Organization/World Health Organization - Década do Envelhecimento Saudável 2020-2030. Disponível em: <https://iris.paho.org/>. Este é o segundo plano de ação da Estratégia Global sobre envelhecimento e saúde da OMS. Visa um período de intervenção a 10 anos alinhado com o plano de ação internacional sobre o envelhecimento das Nações Unidas e alinhado com o cronograma da Agenda 2030, da mesma entidade, sobre Desenvolvimento Sustentável.

Ativo e Saudável 2017-2025” da responsabilidade da Direção Geral da Saúde que conta com a colaboração de inúmeras entidades nacionais e locais⁷⁸.

Tal como o próprio nome indica esta proposta nasce da tomada de consciência das alterações demográficas verificadas na sociedade portuguesa em concreto no que respeita ao crescente envelhecimento da população, o aumento da longevidade e a redução da natalidade e da população mais jovem.

Em matéria do envelhecimento ativo e saudável, Portugal está comprometido com a Estratégia e Plano de Ação Global para o Envelhecimento Saudável da OMS e com os valores e objetivos fundamentais da União Europeia (UE), que contemplam a promoção do envelhecimento ativo e estão refletidos em iniciativas como as Propostas de Ação da UE para a promoção do Envelhecimento Ativo e Saudável e da Solidariedade entre Gerações. (p.6)

Antes de avançar importa, tendo por referência a ideia supra apresentada, dar nota de que o envelhecimento da população e mais em concreto as pessoas idosas podem ser encaradas de duas formas, ou como um peso para a sociedade, ou como uma mais-valia, uma fonte de experiências e conhecimento. O peso tem necessariamente a ver com questões de ordem económica, a necessidade de criação de estruturas de apoio e com a obrigação do estado em garantir a cada um o rendimento necessário à sua sobrevivência, quando sabemos que o número de idosos por cada pessoa que trabalha continua a aumentar.⁷⁹

Vidas mais longas correspondem a uma das nossas conquistas coletivas mais notáveis. Elas refletem avanços no desenvolvimento social e económico bem como na saúde, especificamente, nosso sucesso em lidar com doenças infantis fatais, com a mortalidade materna e, mais recentemente, com a mortalidade das pessoas idosas. Uma vida mais longa é um recurso incrivelmente valioso, que proporciona a oportunidade de repensar não apenas o que é ser uma pessoa idosa, mas também a forma como toda a nossa vida pode se desenrolar.⁸⁰

Acrescentamos ainda um aspeto que nos parece relevante nesta questão. Tendo em conta a idade considerada para identificar uma pessoa idosa e o aumento da esperança de vida, que se tem vindo a registar de forma mais ou menos generalizada, o tempo que cada pessoa vive depois dessa idade é cada vez maior.

⁷⁸ Serviço Nacional de Saúde - Estratégia nacional para o envelhecimento ativo e saudável 2017-2025. Disponível em: <https://www.sns.gov.pt/>

⁷⁹ Falamos do Índice De Dependência De Idosos: Relação entre a população idosa e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 (10²) pessoas com 15-64 anos). Instituto Nacional de Estatística. Disponível em: <https://www.ine.pt/>

⁸⁰ PAHO – Pan American Health Organization/World Health Organization - Década do Envelhecimento Saudável 2020-2030. Disponível em: <https://iris.paho.org/>

Em suma podemos inferir que o número de idosos é cada vez mais representativo no total da população e que esse facto também se deve em grande medida ao facto da esperança média de vida continuar a subir. Com base nestes factos parece-nos razoável levantar a seguinte questão - Os idosos com 65 anos tem as mesmas necessidades e carências que os idosos com mais de 90 ou 100 anos?

Esta é apenas uma das questões que envolvem o estudo das populações idosas. Moreira (2020) faz referência a uma dificuldade acrescida para estudar e conhecer as pessoas idosas uma vez que se trata de uma população extremamente heterogénia. Vivem em contextos socioeconómicos diferentes e provem de contextos familiares e profissionais muito diversos. Dai que nos deixe esta importante ressalva:

Não é a mesma coisa envelhecer na cidade ou nas zonas rurais, sozinho ou acompanhado, com diferentes recursos pessoais e socioeconómicos, beneficiando de distintas respostas de saúde e acessibilidades aos equipamentos, serviços, monitorização, espaços públicos, com autonomia ou algum grau de dependência. (Moreira, 2020, p.9)

Desta forma subentende-se que o envelhecimento é tanto mais equilibrado e positivo quanto melhores forem as condições de saúde, económicas e familiares das pessoas idosas. Condições menos favoráveis conduzem a situações de isolamento social, dependência e saúde debilitada, ou vice-versa.

De acordo com o proposto no documento citado, Década do Envelhecimento Saudável 2020-2030, é com base nestes fatores que se tem desenvolvido o conceito de envelhecimento saudável cuja definição se resume à capacidade de manter as capacidades funcionais que permitem o bem-estar na idade avançada.

Este tipo de programa é desenvolvido a uma escala global e pretende lançar as bases para que cada país ou região possam adaptar estes princípios de forma que o envelhecimento saudável seja uma realidade independentemente do sítio onde cada um vive. É fundamental alterar a forma como pensamos a velhice e a forma como cada comunidade promove as capacidades das pessoas idosas permitindo que continuem a fazer aquilo que mais valorizam.

“Para promover o envelhecimento saudável e melhorar a vida das pessoas idosas, de suas famílias e comunidades, serão necessárias mudanças fundamentais não apenas nas ações que tomamos, mas na forma como pensamos a idade e o envelhecimento.”⁸¹

A criação de ambientes saudáveis e a disponibilização de serviços de saúde integrados e dirigidos à pessoa idosa são considerados fundamentais na concretização destas ações.

⁸¹ PAHO – Pan American Health Organization/World Health Organization - Década do Envelhecimento Saudável 2020-2030. Disponível em: <https://iris.paho.org/>

A preocupação com a disponibilização de cuidados de longo prazo às pessoas idosas que deles necessitem são também ações a não descurar.

Muitos sistemas de saúde são configurados para tratar de condições de saúde individuais e agudas, e não das condições da pessoa idosa, não estando, portanto, preparados para entregar uma atenção à saúde de boa qualidade à pessoa idosa integrada entre os prestadores e instalações e associada à disponibilização de uma atenção sustentável e de longo prazo.⁸²

Estes fatores são necessariamente a base para a definição (ou tentativa) das políticas sociais dirigidas aos idosos. São cada vez mais uma preocupação de entidades públicas e privadas na medida em que, como vimos, o aumento do envelhecimento da população assim o obriga. Mas não basta definir as políticas, é necessário também chamar à sua definição os próprios intervenientes, só desta forma se pode garantir motivação e vontade de dar e receber cuidados, tidos como fundamentais, para um envelhecimento saudável.

Em 2018, no X Congresso de Sociologia que decorreu na Covilhã, foi apresentada uma comunicação de Pinheira & Guardado Moreira cujo objetivo foi mostrar que, para poder responder às necessidades das populações envelhecidas, é necessário criar as estruturas e conhecer as necessidades daqueles que estas visam atingir. A avaliação das necessidades e as expectativas de cada um e da comunidade como um todo são fundamentais para o sucesso deste projeto.

As conclusões deste estudo deixam a descoberto algumas considerações sobre a forma como se interpretam as opiniões dos visados e não tanto a opinião dos mesmo sobre a realidade que vivem no seu dia a dia. Sem colocar em causa a validade deste estudo, salvo melhor opinião, e a título de exemplo, não podemos concluir que a população não reconhece as suas verdadeiras necessidades porque tem baixos níveis de escolaridade e rendimentos. Esta população não pode reconhecer necessidades em relação a alguma coisa que nunca experienciou nem à qual reconhece valor.

Com vista a tornar claro este ponto de vista tomamos a liberdade de transcrever o que nos é dito pelos autores do referido estudo.

Os dados obtidos permitem caracterizar a população com mais de 50 anos. Destacam-se os baixos níveis de escolaridade e de rendimento encontrados, que poderão ter contribuído para a dificuldade em identificar necessidades, para além dos recursos básicos. As carências mais relevantes identificadas relacionam-se com os recursos de saúde e com o funcionamento de serviços de apoio na área social, cujas respostas padronizadas nem sempre correspondem às reais necessidades da população idosa. São identificadas necessidades de formação

⁸² PAHO – Pan American Health Organization/World Health Organization - Década do Envelhecimento Saudável 2020-2030. Disponível em: <https://iris.paho.org/>

de cuidadores formais e informais, de transporte adequado a pessoas com baixa mobilidade, de monitorização e acompanhamento de situações de isolamento e necessidade de desenvolvimento de serviços/ações no domínio do apoio afetivo/relacional. Destaca-se ainda um posicionamento muito pronunciado da vontade de permanecer na sua casa/comunidade. A dimensão participativa e de cidadania revelou-se frágil, talvez por razões geracionais, culturais e de escolaridade. No entanto na aplicação dos questionários e nas sessões de apresentação dos resultados/audição da população houve um conjunto considerável de contributos processo metodológico adotado tenha sido um fator motivador de participação. (p.6)

Em complemento fica ainda a nota de que a colaboração entre as várias entidades é fundamental neste processo.

Na perspetiva de um aumento da população idosa, potenciar a oportunidade de passagem de competências e responsabilidades do poder central para o poder local, desenvolvendo ações com significado para o território, poderá ser a resposta para novas necessidades, num contexto de recursos limitados, criando oportunidades para a integração do fenómeno do envelhecimento nas estratégias de desenvolvimento do território. (Pinheira & Moreira, 2018, p.7)

Alguns anos antes, no II Congresso de Estudos Rurais, que decorreu em Angra do Heroísmo foi apresentado um trabalho com o título “Condição psicológica de idosos rurais numa aldeia do interior de Portugal: um estudo de caso”. Também nesta comunicação foi referida a importância do conhecimento das populações para o sucesso das políticas regionais dirigidas aos idosos.

A política relativa aos idosos deve basear-se num conhecimento aprofundado das suas realidades e condição psicológica, social e económica. Para isso, não basta sabermos quantos são os idosos e qual o valor das pensões de reforma, obviamente baixas, que recebem. (Fonseca et al., 2004, p. 259-260)

Os autores, com base no estudo de caso realizado, apresentam alguns fatos que se prendem com as várias necessidades das populações idosas a viver em contexto rural. Esta realidade põe de parte aquilo que por vezes se descreve como sendo uma vantagem para a população, envelhecer em espaço rural. Confirmam que estas populações estão muitas vezes privadas e em desvantagens em aspetos relacionados com o acesso à saúde, aos meios de transporte e ao acesso a serviços e mesmo à habitação. Teremos oportunidade de avaliar estas evidências na UF em apreço.

As populações rurais debatem-se com inúmeras necessidades não preenchidas, como a ausência de serviços sociais e de saúde, de transportes, apresentam dificuldades económicas evidentes para aceder a serviços e equipamentos afastados da sua zona residencial e a migração do mundo rural para zonas

urbanas despovoou as comunidades e afastou potenciais cuidadores familiares. Isto faz com que haja, frequentemente, uma dupla ou tripla sobrecarga da condição de idoso, ou seja, vive-se em zonas fracamente povoadas e com poucos recursos, a que se associam ainda por vezes problemas de saúde, de baixos rendimentos e de solidão. (Fonseca et al., 2004, p.261)

Como já foi referido, em 2017, o Serviço Nacional de Saúde apresenta uma proposta do grupo interministerial, Estratégia Nacional para o Envelhecimento Ativo e Saudável 2017-2025.

Este documento visa transpor para o nosso país as diretrizes, valores e princípios bem como defende a promoção dos direitos humanos apresentados e defendidos pelas Nações Unidas e pela OMS no que respeita às questões relacionadas com as pessoas idosas. A estes princípios acresce ainda os que são preconizados pelo Plano Nacional de Saúde.

Pretende-se com esta proposta promover a saúde e o bem-estar, a participação, a não discriminação, a inclusão, a segurança e a investigação no sentido de aumentar a capacidade funcional, a autonomia e a qualidade de vida das pessoas à medida que envelhecem. Esta preocupação que tem vindo a promover o desenvolvimento de várias políticas potenciadoras de um envelhecimento ativo e saudável é vista como uma obrigação ética por parte dos organismos públicos nomeadamente pelo Ministério da saúde e da Direção Geral da Saúde (DGS).

Basicamente este documento, elaborado em parceria com inúmeras entidades, apresenta como objetivos gerais a transposição das linhas traçadas pela OMS em 2002 e que se podem resumir na transcrição infra:

(...) promoção da saúde e bem-estar das pessoas idosas, bem como no reconhecimento do facto de que os benefícios e a importância do envelhecimento ativo e saudável ao longo do ciclo de vida exigem a implementação de políticas intersectoriais e de uma abordagem holística na construção de uma “sociedade para todas as idades” (p.19)

Tratando-se de um trabalho desenvolvido por interação de um abrangente número de instituições também a sua implementação envolve vários ministérios, instituições privadas e públicas do setor social e solidário que passam pelo plano nacional regional e local.

Fica a nota de que Portugal também está envolvido e muito atento à questão do envelhecimento ativo e saudável. Podemos, contudo, à semelhança do que consideramos para as políticas de desenvolvimento rural questionar até que ponto esta visão estratégica chega de facto aos seus destinatários. Em suma o que é que tem sido desenvolvido a nível local que contribua claramente para um envelhecimento ativo e

saudável das populações. E mais, como é que cada um dos idosos entende este conceito tantas vezes utilizado na definição dos grandes planos de ação?

Podemos dizer que, em complemento destas políticas desenvolvidas mais especificamente no âmbito do setor da saúde e das organizações que a representam, existe na nossa administração pública uma outra entidade que também tem um papel importante e uma palavra a dizer quando se fala de população idosa. Falamos da Segurança Social e do papel desta entidade pública cuja missão está publicada na página oficial onde se pode ler:⁸³

A Segurança Social é um sistema que pretende assegurar direitos básicos dos cidadãos e a igualdade de oportunidades, bem como, promover o bem-estar e a coesão social para todos os cidadãos portugueses ou estrangeiros que exerçam atividade profissional ou residam no território

Como se percebe a Segurança Social tem objetivos mais abrangentes que não se dirigem apenas aos idosos, contudo apresenta medidas e tem programas de ação dirigidas exclusivamente para os mais velhos.

De acordo com a informação disponibilizada no site da instituição percebe-se que existe um conjunto de apoios e/ou respostas para fazer face às necessidades dos idosos:

Em concreto existem 7 tipos de respostas que passamos a enumerar:

Serviço de apoio domiciliário; Centro de convívio; Centro de dia; Centro de noite; Acolhimento familiar; Estruturas residenciais; Centro de férias e lazer.

Em complemento à informação sobre os serviços prestados é também dada a informação de que o acesso a esses serviços está dependente da sua disponibilidade na zona de residência dos idosos e da capacidade de oferta.

Os serviços prestados não são gratuitos, cada pessoa paga um valor (participação familiar) que é calculado com base nos rendimentos do agregado familiar. O site informa ainda onde podemos obter mais informações sobre os serviços disponibilizados bem como obter informação das respostas sociais existentes em cada local. Remete para outro site com o nome “Carta Social”⁸⁴

Procuramos conhecer a informação disponível neste site. A pesquisa permite escolher cada um dos “tipos de população alvo” e o tipo de apoio procurado. A pesquisa é feita

⁸³ Segurança Social. Disponível em: <https://www.seg-social.pt/>

⁸⁴ À data da consulta a entrada direta nesta “Carta Social” não foi possível. Deu indicação de erro. Uma pesquisa mais alargada por “Carta Social” leva-nos ao GEP – Gabinete de Estratégia e Planeamento. Disponível em: <http://www.gep.mtsss.gov.pt/>, que nos “Permite saber quais as creches, centros de atividades de tempos livres, centros de dia e de noite, centros de apoio domiciliário, centros de atendimento, entre outros que existem numa região (distrito/concelho/freguesia).”

por distrito, concelho e freguesia. Podemos assim obter informação detalhada sobre o tipo de resposta adequada a cada situação e disponível em cada uma das freguesias.

Neste caso centramos a pesquisa na oferta para idosos. Identificada a instituição temos morada, telefone, capacidade, nº de utentes, horário e data da última atualização dos dados.

De salientar que “A informação disponibilizada na Carta Social integra os equipamentos com respostas sociais das redes pública, solidária e privada-lucrativa.”

Estamos perante informação disponibilizada via internet, dispersa em vários sites, o que mais uma vez nos levanta dúvidas sobre o acesso efetivo da população alvo a estas informações. Tentaremos perceber que conhecimento e que acesso tem a população da UF em apreço a este tipo de informação ou serviço ainda de que forma usufrui das ofertas existentes.

Tentámos ao logo deste capítulo dar a conhecer a realidade dos números no que toca ao envelhecimento da população, apresentar as políticas e as medidas que visam minimizar os efeitos desta realidade pelo que podemos agora em jeito de conclusão e considerando a pergunta com que se inicia este capítulo, responder que sim, envelhecer é uma fatalidade, é um processo que ocorre com a passagem dos anos. Todos estamos a envelhecer.

O que não tem de ser uma fatalidade é a forma como se envelhece. O envelhecimento não tem de ter uma conotação negativa. Quem já envelheceu não tem de ser alvo de discriminação ou sofrer carências socioeconómicas que de uma ou outra forma podem conduzir ao isolamento, ao sofrimento e à falta de vontade de viver por não se acreditar que o futuro ainda existe.

Perante esta realidade, como vimos, são várias as entidades públicas e privadas que têm vindo a desenvolver projetos e estratégias para acompanhar e minimizar os aspetos, considerados negativos, associados a esta realidade.⁸⁵

Não podemos negar que a intenção destes projetos, o cuidado com que são elaborados e a tentativa de adaptação a cada realidade vai no sentido de melhorar as condições de vida dos mais velhos, contudo também não podemos afirmar que os objetivos são sempre cumpridos.

No sentido de dar a conhecer, em concreto, o que tem vindo a ser feito e os projetos desenvolvidos pelo Município de Arraiolos ou por outras instituições, com afetação direta na população da UF em estudo, no que respeita ao tema que tratamos neste

⁸⁵ A título de exemplo, a nível mundial a OMS, a nível nacional os ministérios da segurança social e da saúde. As entidades privadas, por exemplo, as associações de desenvolvimento local e ainda as próprias associações de idosos e/ou reformados.

capítulo, analisamos de forma detalhada a informação divulgada pelo próprio município em 2022, ano em que decorreu grande parte da execução deste trabalho.

A CMA publicou neste ano (2022) dois números da Revista Arraiolos - Informação Municipal. Está identificado como ano 26 sendo que não consideramos importante, para o caso em apreço, estender esta análise a anos anteriores.

Nesta publicação da exclusiva propriedade da CMA são apresentados basicamente todos os projetos e iniciativas desenvolvidas pela Autarquia ou por esta em colaboração com outras entidades públicas e/ou privadas.

Pese embora tenhamos conhecimento que as atividades dirigidas aos mais velhos tenham estado a decorrer nas aldeias ou em Arraiolos, com a participação da população do concelho a verdade é que a informação municipal da primeira metade do ano não faz qualquer referência às atividades em curso ou a eventuais projetos para o futuro.

Junto com a referida revista, distribuída porta a porta, é também publicado um suplemento onde são apresentadas as deliberações das reuniões realizadas na e pela CMA. Na página 3 do suplemento do referido boletim, surge a seguinte indicação:

“Proposta de protocolos para a dinamização do Projeto Viver Sénior e CLDS aprovada a celebração de protocolos com o objetivo de cedência, por parte destas, de instalações para dinamização atividades do projeto Viver Sénior e CLDS, com indicação do valor a compartilhar: (...)” (p. 3)

Na reunião de 2/2/2022 (p. 6) voltam a ser referidos os valores de comparticipação para os protocolos de dinamização de Projeto Viver Sénior e surge uma referência que passamos a transcrever:

Foi ainda aprovado, por unanimidade, a celebração de protocolo com a Sociedade Primeiro de Novembro com objetivo de cedência de instalações para dinamização das atividades do projeto Viver Sénior e CLDS, cuja comparticipação será no valor total de 720,00 euros cujo pagamento será efetuado em 2 tranches a primeira de 400 EUR durante o mês de fevereiro de 2002 e a restante no mês de junho de 2022 correspondente à proposta de cabimento número 191 de 2/02/2022. (p. 6)

Ficamos assim a conhecer que estão previstas atividades no âmbito de dois projetos, destinados à população idosa, com implicação direta na população da UF em estudo e que uma das instituições da UF está envolvida na concretização desses mesmos projetos, cedendo as suas instalações a troco de uma compensação monetária paga pela CMA.

Este boletim informativo referente ao segundo semestre de 2022, deixado na caixa de correio, no início de 2023, ou entregue em mãos a cada um dos moradores, dedica uma página, não completa, ao encerramento do ano letivo 2021/22 do Projeto Viver Sénior.

São apresentadas algumas fotografias do evento sendo este apresentado da seguinte forma:

A Festa de Encerramento do ano letivo 2021/2022 do Projeto Viver Sénior decorreu a 1 de julho na Sede do Grupo Musical e Recreativo Valepereirense com a participação de mais de 160 idosos do concelho. O programa integrou uma visita de comboio à Sobreira Grande, onde vivenciaram momentos de boa disposição e de convívio, através de dinâmicas de grupo como “Yoga do Riso” e “Oficinas de Danças do Mundo”. Neste dia, os seniores usufruíram do almoço de convívio, seguido de um presente que lhes fez recordar a sua participação nas atividades ao longo do Projeto Viver Sénior”. O Município de Arraiolos tem apostado neste projeto valorização das gerações, que se caracteriza pela partilha de experiências e vivências, de aprendizagem e, acima de tudo, de boa disposição.” (p. 14)

Mas em que consiste afinal este projeto que sabemos tem vindo a ser renovado desde há alguns anos a esta parte (desde 2012). De acordo com o portal institucional da CMA o projeto define-se, resumidamente, desta forma:

“O Projeto Viver Sénior tem como principal missão proporcionar a esta população em particular momentos de socialização, partilha e novas aprendizagens evitando ao máximo o isolamento que tanto os têm assombrado, devido aos meios rurais e isolados onde habitam.”⁸⁶

Daremos nota da forma como a população da UF acolhe estes projetos e com que frequência participa ativamente nos mesmos.

Ainda no que respeita às atividades dirigidas à população sénior é feita referência aos passeios de verão 2022, da iniciativa da Camara Municipal, que têm vindo a ser realizados desde há alguns anos e cujo objetivo é:

Proporcionar à população idosa e reformada oportunidade de participar em visitas e passeios locais de interesse histórico, paisagístico e cultural, que para além do enriquecimento pessoal e cultural proporcionado procura contribuir para o bem-estar de uma camada significativa da população do concelho. estas iniciativas visam a promoção da qualidade de vida dos idosos, combatendo a desmotivação e o isolamento, valorizando a importância de manter as pessoas idosas socialmente integradas e ativas da criação de momentos de lazer que proporcionem a ocupação dos tempos livres de modo útil, interessante e agradável reforçando a promoção do envelhecimento bem-sucedido. (p.15)

⁸⁶ Município de Arraiolos. Disponível em: <https://www.cm-arraiolos.pt/>

Nesta publicação é ainda dado destaque ao “Mês Sénior” durante o qual a CMA organizou um conjunto de atividades destinadas à comunidade sénior. Destaca-se o almoço convívio do mês sénior, a tasquinha dos avós, a Yoga do riso, o passeio municipal sénior a Estremoz e a festa de encerramento que ocorreu no dia 26 de outubro de 2022.

Deixamos estes exemplos das atividades desenvolvidas pela CMA em colaboração com outras entidades e que tem como objetivo genérico promover um envelhecimento ativo e saudável às populações do município.

Uma das outras instituições que manifesta interesse pelo tema e promove atividades específicas para a população sénior, é a associação Monte ACE – Desenvolvimento do Alentejo Central, cuja área de intervenção inclui esta UF. Esta atividade à semelhança de qualquer uma promovida por outra entidade conta sempre com a colaboração da CMA, e neste caso em concreto este projeto é financiado pelo Instituto da Segurança Social I.P e o Programa Operacional Inclusão Social e Emprego. Daqui se infere a articulação, maior ou menor, entre as instituições nacionais, regionais e locais que trabalhando em conjunto visam um objetivo comum.

Da informação recolhida no site,⁸⁷ com entrada direta na primeira página, destacamos o projeto “Gerar Identidades – GI”. Este decorre entre setembro de 2020 e agosto de 2023. Apresenta-se em 3 eixos de intervenção:

Promoção do envelhecimento ativo e apoio à população idosa, do concelho de Arraiolos. O GI tem como objetivo promover uma cidadania positiva e inclusiva no que respeita ao envelhecimento populacional e de modo particular, melhorar e reforçar a integração da população idosa no concelho de Arraiolos, com vista à promoção do envelhecimento ativo. O GI executa 7 atividades enquadradas nas diferentes tipologias de Ações obrigatórias do eixo 3

As atividades em curso no âmbito deste projeto dividem-se teoricamente em 3 tipos de atividades, a saber: Ações socioculturais que promovam o envelhecimento ativo e a autonomia das pessoas idosas, Ações de combate à solidão e ao isolamento e Desenvolvimento de projetos de voluntariado vocacionados para o trabalho com populações envelhecidas. (com várias atividades específicas enunciadas para cada um dos eixos).

Desde 2022 a associação tem publicado ao longo de 2022 várias “newsletters” num total de 11 com vista a dar a conhecer a forma como tem decorrido as atividades e o número de participantes. A título de curiosidade damos nota da informação inicial na primeira publicação. Entre 1.9.2020 e 31.1.2022 regista-se 324 destinatários, 155 sessões

⁸⁷ Monte - Desenvolvimento Alentejo Central, A.C.E. Disponível em: <https://monte-ace.pt/>

realizadas nas várias localidades entre as quais Carrascal (Carrascal, Bardeira e Aldeia da Serra – 13 participante) e Vale do Pereiro (7 participantes).

As atividades promovidas pelo Monte, decorrem no espaço da antiga escola primaria de São Gregório e são dirigidas à população de São Gregório, Carrascal, Aldeia da Serra e Bardeira. Já as atividades da CMA são na sua maioria desenvolvidas em Arraiolos, sendo que a CMA disponibiliza transporte para quem nelas queira participar. Voltaremos a este tema com a preocupação de mostrar como é que a população aceita e participa ou não neste tipo de atividades.

Desta forma fica claro o envolvimento das entidades publicas na promoção de um envelhecimento ativo e saudável. Do ponto de vistas genérico podemos dizer que se trata de atividades de carater lúdico e pontualmente, temáticas, com vista ao esclarecimento ou a debate de alguns temas considerados pertinentes e de alguma forma mais sensíveis. São relacionados com a segurança, a saúde e a violência (doméstica), sessão na qual tive oportunidade de participar. A recolha de informação junto da população bem como o número medio de participantes dá-nos, no tratamento dos dados recolhidos, a possibilidade de perceber o grau de envolvimento e importância que esta atividade tem na vida quotidiana da população.

A semelhança do que temos vindo a fazer também sobre este tema fica a questão, estão estes projetos ou programas a assegurar as reais necessidades da população idosa? É efetivamente o que mais valorizam, ou as suas preocupações maiores estão por exemplo na saúde e na sua crescente incapacidade para viver de forma autónoma sem ajudas externas. Adiante veremos o que nos dizem os resultados da nossa investigação.

2.4.2. Envelhecer - o outro lado, a outra versão desta história

O envelhecimento da população, pese embora possa ser confirmado pelos números e analisado deste ponto de vista, é também, como vimos, alvo de preocupação de entidades públicas e privadas que tomando consciência desta realidade se desdobram em programas e projetos com vista a atenuar os efeitos desta realidade no contexto da sociedade mais global.

Contudo, consideramos que importa dar nota do lado mais humano desta realidade que se hoje já é uma realidade para muitos, será, por certo, a não ser que alguma tragédia aconteça, a realidade de muitos mais.

Esta é apenas uma das definições de familia, muitas outras poderíamos aqui referenciar, contudo importa salientar o seu carater volátil e em transformação. No entender de Carvalho (1994) referido por Cabral (2016) a família é um conceito que se vai construindo

e reconstruindo sofrendo mudanças como forma de se adaptar às exigências e às alterações da sociedade. (p. 19)

“Na cultura ocidental, a família continua a ser definida como um grupo de pessoas do mesmo sangue, unidas pelo casamento ou pela adoção, mas sobretudo como unidade de proteção na resolução de problemas e no apoio físico, social e mental dos seus membros de diferentes gerações” (Cabral, 2016, p. 17)

Ao chamar a família para o contexto do envelhecimento consideramos que, independentemente da perspectiva pela qual possa ser analisada, esta representa um papel importante na vida dos mais velhos, quer seja em sentido positivo ou negativo. Enquanto instituição com a função de agregação dos seus membros, transmissão de valores e promoção dos laços de afetividade e solidariedade é também, muitas vezes chamada a assumir responsabilidade pelo cuidado dos mais velhos.

Como já dissemos a família enquanto núcleo e enquanto instituição tem vindo a alterar-se de acordo com as exigências das sociedades modernas. Em contexto rural esta adaptação é também uma realidade. Sabemos pelo conhecimento que temos da generalidade das situações que até finais do sec. XX, na UF, a família era a base e diria mesmo a única instituição cuidadora dos idosos quando estes chegavam à condição de dependentes. Os filhos acolhiam o pai ou a mãe, ou mesmo os dois para lhe prestarem os cuidados de saúde, higiene e alimentação. Se estes permaneciam em casa própria, mesmo em condições débeis eram os filhos, por vezes os netos ou uma vizinha que cuidavam de satisfazer as necessidades mais básicas.

A família é identificada como sendo um “problema social” na medida em que é reflexo da sociedade, ou seja, um microssistema, denotando as fragilidades, as debilidades e as instabilidades, fomentadas pela e na comunidade. A este propósito, o envelhecimento da sociedade relaciona-se com o aumento da esperança média de vida, também acarreta consequências para as famílias, na medida em que tem como missão assegurar o bem-estar e proteção dos seus elementos. (Cabral, 2016, p. 24/25)

Nesta sequência Cabral (2016, p.25) cita Saraceno (1988) para dar conta de que as famílias atuais se veem a braços com uma dificuldade para a qual têm de encontrar resposta nomeadamente para os idosos que vivem sozinhos, depois de eventuais filhos terem formado uma família e depois da do cônjuge ter falecido. Estes terminam a sua história familiar e pessoal vivendo por sua própria conta alertando assim para a efetiva redução das famílias.

Esta realidade sofreu alterações profundas a partir do momento em que as mulheres (principais cuidadoras) passaram a ter uma atividade profissional que lhes limitava o

tempo disponível para dedicar à família. Se os filhos vão para o infantário por que razão não podem os pais ir para o lar?

O desenvolvimento de laços/vínculos e estilos de interação intergeracional é visto como de grande importância para a solidariedade entre diferentes gerações da família. Contudo, o afastamento geográfico e/ou a não partilha da mesma residência podem comprometer o cuidado filial. Proximidade física entre gerações “estimula a intimidade emocional facilitando o compartilhamento de atividades e interesses e promovendo laços mais fortes” (Coimbra, Ribeiro & Fontaine, 2013, p. 11) citados por (Cabral, 2016, p.26).

A este cenário podemos ainda juntar o facto de que ao aumentar a esperança de vida os idosos passaram a viver mais anos, estes na sua grande maioria são vividos com autonomia, económica e financeira e de independência física e ainda são nalguns casos o suporte para o cuidado dos netos e para ajuda nas tarefas domésticas em casa dos filhos. Ou seja, não é preciso cuidar dos pais durante muito tempo porque embora já velhos ainda estão em sua casa (de onde não querem sair) e onde ainda vivem com autonomia, mesmo que relativa. Importa, distinguir nesta realidade os mais velhos dos menos velhos. Como já referimos ter 65 ou 70 anos não é o mesmo que ter 90 ou 95.

Ainda como fator potenciador desta realidade é, como vimos o aumento do índice de dependência dos idosos, e aqui falamos não da dependência individual de cada um, mas do facto de que cada vez mais se verifica um número menor de ativos (entre os 14 e os 65 anos) para cada 100 idosos. No município de Arraiolos o referido índice passou de 42,5% em 2001 para 46,8% em 2022. “Dito de uma forma mais simples, temos um quadro demográfico que sugere que teremos menos cuidadores para mais consumidores de cuidados.” (Lopes, 2017, p.157)

Nesta sequência, Lopes (2017) acrescenta:

“(…) É nossa convicção que a grande fonte de pressão sobre o sistema de cuidados formais, em Portugal, não decorre de nenhuma evolução invulgar no sentido crescente do número de idosos dependentes; antes decorre da crescente falência das modalidades tradicionais de Estação de cuidados, assentes no papel central da família e das redes de solidariedade informal. É esse o lado da equação que tem mudado mais e, como consequência, contribuindo mais para o aumento da pressão sobre o sistema formal de prestação de cuidados sociais ou pessoais. (p.155)

Esta realidade “obrigou” a que passassem a existir, também em contexto rural, as instituições de acolhimento ou acompanhamento para idosos. Os lares, os centros de dia e o apoio domiciliário, bem como as atividades promovidas pelas instituições (de que já falamos) permitem agora que os mais velhos possam passar os últimos meses ou anos

de vida longe da sua residência e da família, ou embora ainda em casa, recebam apoio nas atividades diárias como alimentação e higiene (apoio domiciliário).

Desta forma os cuidados aos mais velhos passaram a ser essencialmente de origem formal e/ou informal. O cuidador formal é aquele que desempenha uma atividade profissional numa instituição que presta este tipo de cuidados cuja função pode ser designada por exemplo como ajudante familiar ou como auxiliar de ação direta. Não é nossa pretensão desenvolver este tema, contudo importa dar nota que numa instituição que acolhe ou promove cuidados existem outros tipos de cuidadores para além destes, são disso exemplo os enfermeiros, os animadores socioculturais, os cozinheiros e nalguns casos (raros) um gerontólogo.⁸⁸

No mesmo sentido, Ribeiro (1999) identifica esta distinção no tipo de cuidados citando Dunst e Trivette (1990),

(...) distinguem-se duas fontes de suporte social: informal e formal. As primeiras incluem, simultaneamente, os indivíduos (familiares, amigos, vizinhos, padre, etc.) e os grupos sociais (Clubes, Igreja, etc.) que são passíveis de fornecer apoio nas actividades do dia a dia em resposta a acontecimentos de vida normativos e não-normativos. As redes de suporte social formal abrangem tanto as organizações sociais formais (hospitais, programas governamentais, serviços de saúde) como os profissionais (médicos, assistentes sociais, psicólogos, etc.) que estão organizados para fornecer assistência ou ajuda às pessoas necessitadas. (p. 548)

A institucionalização dos idosos não é, contudo, um tema consensual e aceite se reservas junto da população mais idosa como teremos oportunidade de explorar no tratamento dos dados recolhidos durante a investigação. Contudo, reconhecemos na análise de Moreira (2020) não só os benefícios como as razões que levam os idosos a “optar” pela institucionalização.

“Viver em instituições e, para muitos idosos, uma solução para os problemas de isolamento, progressiva incapacidade e rede de apoio informal reduzida, ou porque os familiares estão longe e/ou porque os vizinhos estão também eles nas mesmas condições. Assim, as razões que, na generalidade, se apontam para a institucionalização prendem-se precisamente com dificuldades no autocuidado, sentir-se sozinho/a, a prevalência de algum tipo de doenças, ou por decisão da família, que considera que o seu familiar terá melhor apoio numa instituição, por dificuldade ou distancia da sua rede familiar.” (Moreira, 2020, p. 38)

⁸⁸ Lares Online. Disponível em <https://www.laresonline.pt/>

O recurso aos cuidados formais e às instituições que os prestam, tenderá a ser cada vez maior. Podemos dizer que atualmente a oferta não é suficiente para a procura, principalmente quando falamos de oferta de qualidade e a preços acessíveis à generalidade da população. Não é raro ouvir aqui na UF que alguém está à espera de vaga para o lar ou para o centro de dia. Requer inscrição antecipada e esperar que chegue a sua vez. Se a necessidade é urgente e decorre de suma situação de doença súbita, o idoso vai para onde houver vaga.

Não havendo à data qualquer instituição com esta finalidade dentro da UF a saída para outros locais é inevitável. Alguns deles ficam geograficamente longe o que de alguma forma agrava aquilo que já é um momento marcante, a saída de casa, da aldeia, do convívio com os vizinhos ou até mesmo do seio familiar. As visitas passam a semanais, quinzenais ou mensais e às vezes menos. Há idosos que acabam por ficar vários anos institucionalizados. Se uma urgência os levou, a melhoria das condições de vida, higiene, alimentação, cuidados médicos e de assistência permanente permitem prolongar os anos de vida e vão estando de forma continuada tornando-se este processo, na grande maioria das famílias, um peso em termos económicos. A resposta social do estado nem sempre é possível e os critérios de seleção rigorosos ao ponto de deixar muitos idosos de fora do sistema.

“Depois de fazer a sua inscrição na instituição que lhe interessa, pode ter de ficar em lista de espera. Nesse caso, terá de esperar que a instituição o contacte quando houver uma vaga.

As pessoas idosas que vivem em lares residenciais pagam um valor mensal pelo serviço prestado – participação familiar – que é calculado com base nos rendimentos da família.”⁸⁹

As designadas estruturas residenciais para pessoas idosas são:

“(a) resposta social destinada a alojamento coletivo, de utilização temporária ou permanente, para idosos (e) tem como objetivos: “Proporcionar serviços permanentes e adequados à problemática biopsicossocial das pessoas idosas; Contribuir para a estimulação de um processo de envelhecimento ativo; Criar condições que permitam preservar e incentivar a relação intrafamiliar; Potenciar a integração social (contudo a mesma fonte alerta) O acesso a este tipo de apoio depende: Dos equipamentos e serviços estarem disponíveis na zona da residência ou razoavelmente perto; Das instituições do setor da segurança social terem capacidade para o receber.”⁹⁰

⁸⁹ EPortugal.gov.pt – O seu portal de serviços públicos. Disponível em: <https://eportugal.gov.pt/>

⁹⁰ EPortugal.gov.pt – O seu portal de serviços públicos. Disponível em: <https://eportugal.gov.pt/>

Procuramos identificar os critérios a ser avaliados para que um idoso possa ter apoio social quando procura ou já está institucionalizado, contudo a informação que está disponível no site da Segurança Social remete-nos para o “Guia prático – Condições de Recursos”⁹¹ no qual está referenciada a fórmula de cálculo dos rendimentos/património do agregado familiar. Após esta análise é decidida a prestação de qualquer tipo de apoio social.

Esta questão (económica) pode à primeira vista parecer de pouca importância para a vertente que aqui pretendemos abordar, contudo foi um dos aspetos mais referidos pelos idosos quando os abordamos sobre o assunto nas entrevistas e nas conversas informais que decorreram durante a pesquisa no terreno. Mas não é o único fator, outro prende-se com a imagem que se foi criando das instituições, das notícias que se veem e ouvem e do medo de ir para uma instituição onde os cuidados prestados sejam tudo menos cuidados. O outro entrave está relacionado com a quebra das relações sociais e familiares. Disso daremos conta quando apresentarmos os dados recolhidos.

Uma outra questão que importa abordar quando se fala de envelhecimento tem a ver com um facto que já referimos, do ponto de vista estatístico, e que nos indica claramente que há um número cada vez maior de pessoas a viver sozinhas, especialmente os idosos. Esta questão prende-se com a virmos a expor antes, nomeadamente o constante adiar da entrada nas instituições e o “natural” afastamento das famílias. Falamos de solidão. Estar sozinho, ou viver sozinho significa necessariamente viver numa condição de solidão? Muitas são as respostas possíveis, vamos tentar abordar algumas.

Haverá, certamente, muitas maneiras de abordar o fenómeno da solidão. Durkheim, um dos fundadores da Sociologia, aconselhar-nos-ia, provavelmente, a uma definição prévia da solidão no pressuposto de que, como qualquer outro fenómeno social, ela é uma «coisa» com natureza própria (...) Se seguíssemos o método durkheimiano, tomando os fenómenos sociais como «coisas», caberia definir, à partida, o que se entende por solidão. Weber pensa de maneira diferente, achando complicado dar uma definição de fenómenos sociais antes que sejam investigados e, mesmo assim, sem garantia que possam ser definidos da mesma forma que os objectos das ciências naturais (...) Conceitos como o de solidão são demasiadamente genéricos para exprimir a essência das realidades que os sustentam (Pais, 2016, p. s/p)

Muito mais haveria por dizer e para transcrever sobre a forma com Pais (2016) desenvolve nesta obra o tema da solidão. Deixamos só mais uma nota que contem a

⁹¹ Segurança Social. Disponível em: <https://www.seg-social.pt/>

resposta à nossa questão sobre o tema: “Podemos estar sós sem que estejamos em solidão. E podemos viver um sentimento de solidão quando não estamos sós.” (p. s/n)

A solidão pode afetar qualquer um de nós independentemente da idade, contudo neste caso em concreto tentaremos perceber de que forma é entendida e analisada quando afeta os idosos, que, pese embora não seja condição necessária, acabam por passar os últimos anos de vida a viver sozinhos. Tentaremos também perceber que estratégias são ou podem ser utilizadas para combater este sentimento que embora pessoal acaba por ter reflexo e ser reflexo das condições de saúde, económicas, familiares e sociais. No ano 2000, Peres apresenta na sua tese de mestrado os fatores identificados durante o estudo desenvolvido sobre os a solidão dos idosos na Zona Intra muros de Évora, a saber: género, estado civil, situação familiar, rede social, saúde física e mental, a mobilidade, a ocupação de tempos livres e a satisfação com a vida.

O envelhecimento da população indicia por um lado um aspeto positivo, na medida em que revela que as condições de vida, bem-estar e acesso a serviços médicos estão por certo garantidos, contudo deixa adivinhar os encargos sociais desta longevidade. A esperança de vida⁹² tem vindo a aumentar a cada ano. Em 1970 era de 67,1 anos, em 2021 passou a ser de 81 anos. (78,1 anos para os homens, 83,5 anos para as mulheres)⁹³

Se considerarmos outro indicador, que nos parece ainda mais relevante neste contexto, a esperança de vida aos 65 anos verificamos que após esta idade em 1970 era expectável viver mais 13,5 anos, em 2021 o número de anos passa para 19,6 anos.

Dito de outra forma, cada vez mais pessoas chegam à idade considerada de velhice e cada vez permanecem mais tempo nesse estatuto estando assim sujeitos a todos os fatores que determinam a sua condição de vida e eventualmente de solidão. É aceitável que com o passar dos anos as condições físicas, psíquicas, de mobilidade e de autonomia para a realização das tarefas do dia a dia se venham a degradar, mas não só. Também os laços familiares, as relações sociais e de sociabilidade tem tendência a desgastar-se ou mesmo a perder-se. A descrição infra dá-nos uma visão clara desta realidade,

No plano individual, uma maior longevidade traz mudanças radicais do quadro de vida no que respeita ao estado de saúde e à participação na sociedade. Viver mais significa também estar mais exposto a doenças crónicas, assim como ao declínio das redes pessoais e sociais. As condições sociais afectam o estado de saúde individual em qualquer fase do curso de vida, porém, o risco de desenvolver doenças também aumenta, consideravelmente, com a idade. À medida que esta aumenta, um número crescente de pessoas confrontar-se-á

⁹² Trata-se indicador que mede quantos anos, em média, uma pessoa pode esperar viver desde o seu nascimento

⁹³ PORDATA – Estatísticas sobre Portugal e a Europa. Fundação Francisco Manuel dos Santos. Disponível em: <https://www.pordata.pt/>

com problemas acrescidos de autonomia e dependerá cada vez mais dos outros, bem como dos apoios sociais e familiares. (Cabral & Ferreira, s.d., p. 11)

Efetivamente o facto de se viver mais tempo cria também dificuldades a nível coletivo, a sustentabilidades das instituições pode ser posta em causa quer a nível da saúde como da segurança social, as respostas necessárias podem estar em causa ou não ser suficientes para uma resposta adequada à manutenção nos níveis de condições ou qualidade de vida dos idosos e conseqüentemente uma degradação do seu estado de saúde física e psicológica. As ajudas intergeracionais, ou a falta delas, face às condições de vida de cada um, podem também não ser a solução para aligeirar as dificuldades dos mais velhos que, perante um quadro de desconforto e distanciamento com familiares e redes sociais, pode levar a situações de isolamento e à solidão.

Como já havíamos falado, são inúmeros os estudos e os programas desenvolvidos em torno deste tema, pelo que as políticas de desenvolvimento ativo visam atenuar, ou mesmo eliminar todos os fatores considerados de risco que conduzam a situações de degradação das condições de vida dos idosos.

As áreas relacionadas com a saúde demonstram cada vez mais uma preocupação com esta realidade e é evidente que também a este nível é necessário tomar medidas para que minimizem estes fatores de risco em linha com o que foi apresentado pela OMS e que já tivemos oportunidade de referir.

O objectivo do envelhecimento activo é, assim, amplo e visa aumentar a expectativa de uma vida saudável, que mantenha, segundo a OMS, a autonomia e a independência, bem como «a qualidade de vida de todas as pessoas que estão a envelhecer, inclusive as que são frágeis, fisicamente incapacitadas e que requerem cuidados de saúde». Numa palavra, pretende-se responder aos problemas resultantes da maior longevidade e da importância da saúde, sem a qual não é possível garantir a qualidade de vida e «o bem-estar físico, mental e social», pelo que, em termos de saúde, as políticas de promoção são tão relevantes como as que melhoram as condições físicas. (Cabral & Ferreira, s.d., p. 11)

Como referência à preocupação dos profissionais de saúde que a cada dia se deparam com a realidade concreta de vivência dos idosos e da forma como cada vez mais a sua missão vai muito além dos meros atos médicos ou de enfermagem, dedicando também o seu tempo ao estudo e à investigação, deixamos esta breve nota:

A necessidade de cuidados aumenta à medida que envelhecemos e o recurso aos serviços de saúde também, desta forma, a necessidade de intervenção na saúde das populações, efetuada o mais precocemente possível é premente, tendo

como objetivo um envelhecimento mais ativo, bem-sucedido e com maior autonomia. (Espada et. al., 2022, p. 320)⁹⁴

Um outro aspeto que surge muitas vezes relacionado com os fatores potenciadores de isolamento e/ou solidão é a gestão do tempo e a forma como ele é ocupado. A passagem para a idade da reforma é muitas vezes um marco que divide a atividade física e a diversidade das relações sociais e a frequência das mesmas de uma vida sedentária e cada vez mais individualizada. Vimos também que os programas de envelhecimento ativo procuram colmatar esse espaço e promover atividades que podemos considerar de “ocupação de tempos livres”. Faremos um desenvolvimento desta matéria quando apresentarmos os programas criados especificamente para a promoção do bem-estar e da qualidade e vida da população da UF.

A população idosa pelo que já podemos descrever é cada vez mais alvo de atenção e preocupação por parte das entidades sejam elas relacionadas com a saúde com o bem-estar e com a necessidade de tornar uma fatalidade, o envelhecimento, um peso menor para os próprios e para as famílias que podendo não ser cuidadores, parece-nos, na maioria dos casos, são pelo menos observadores e interventores quando por motivo de força maior tal se justifica. Criar as estruturas de apoio adequadas e economicamente acessíveis é outro desafio que tem sido amplamente debatido.

Esta breve introdução leva-nos a olhar agora para um outro aspeto, diria antagónico, relaciona do com o envelhecimento, o idadismo, ou seja, o preconceito face à idade. De acordo com o descrito por Cabral (2016, p. 32/33) a construção social da velhice tem vindo a alterar-se ao longo dos tempos no que respeita ao valor, significado e função social. Recorre a Marie Guillemard (1980) que distingue velhice Invisível inerente às sociedades tradicionais ocidentais, em que a condição de ser velho estava associada à função patrimonial (séc. XIX e início do séc. XX), e em que a solidariedade para com as pessoas idosas era familiar, privada e realizada no espaço doméstico. O espaço público (instituições e lares) destinava-se à velhice desprotegida. Envelhecer não era condição para a aquisição de um novo estatuto social. A esta segue-se a velhice Visível inscrita nas sociedades industriais e pós-industriais fruto de um modelo forte de estratificação, segregação etária, de acordo com o ciclo produtivo e na construção social de um grupo de idosos associados à condição de reforma. A velhice Visível é uma das consequências da modernidade cujas transformações que decorrem nas cidades industrializadas e das condições para que socialmente se comece a equacionar a velhice como uma situação problemática necessitar de solução coletiva.

⁹⁴ Este artigo foi elaborado com base na Tese de Mestrado em Enfermagem Comunitária e Saúde Pública, apresentada na Universidade de Évora, em Maio de 2022, com o título- “Os idosos e as quedas - Intervir para prevenir”, da autoria de Maria Augusta Espada, enfermeira há quase 30 anos, residente no Carrascal. Foi a primeira pessoa na aldeia a concluir este grau académico. Fica esta singela homenagem à minha amiga de infância.

O idadismo ganha assim nova importância na sociedade atual quando se percebe a necessidade de dar respostas sociais a um fenómeno cada vez mais presente na família e na sociedade, importa, como já vimos, garantir o mínimo de bem-estar face ao aumento da esperança de vida.

Necessariamente face à evolução social relacionada com as condições de vida das famílias, como também já tivemos oportunidade de referir, verificou-se também uma mudança na solidariedade e na interdependência das gerações.

A exposição ao risco, hoje alargada pelo aumento de tempo de vida enquanto idoso, pela ausência de supervisão, pública e/ou familiar, aumenta as vulnerabilidades pelo que, não só a solidão ou a exclusão social são, ou podem ser, uma realidade como também as situações de violência física e psicológica, os abusos sexuais e económicos, a discriminação e a negligência e o abandono são hoje uma realidade.

O idadismo como preconceito face à idade, quando leva a situações como as antes enunciadas gera necessariamente mais exclusão, afeta a saúde física e psíquica, reduz a autoestima, agrava as situações de solidão e isolamento e se falarmos de violência física pode mesmo levar a uma morte precoce, muitas vezes ocorrida em contexto de violência doméstica. Vejamos a forma como este fenómeno é identificado e alvo de intervenção por parte de uma entidade particular. Desta forma pretendemos deixar a referência a que esta situação é cada vez mais uma preocupação não só das entidades públicas, mas também privadas.

Na literatura proliferam diversas definições relativas ao abuso contra a pessoa idosa. Apresentam-se as sugeridas pelo Conselho Europeu e pelas Nações Unidas, ambas de 2002. De acordo com o Conselho Europeu o abuso da pessoa idosa constitui “todo o ato ou omissão cometido contra uma pessoa idosa, no quadro da vida familiar ou institucional e que atenta contra a sua vida, a segurança económica, a integridade física e psíquica, a sua liberdade ou que comprometa, gravemente, o desenvolvimento da sua personalidade”. As Nações Unidas consideram “qualquer ato único ou repetido, ou falta de ação apropriada que ocorra no contexto de uma relação de confiança, que cause dano ou sofrimento à pessoa idosa”. O abuso da pessoa idosa sucede através de diversos tipos de violência que podem ou não coexistir.⁹⁵

Uma vez que falamos de violência contra os idosos importa dar nota de alguns números desta realidade. “Violência contra idosos mais do que duplicou nos últimos oito anos. Metade não apresenta queixa. A violência e os crimes contra pessoas idosas continuam a aumentar (...) No ano passado houve 1626 vítimas, o que corresponde a um aumento

⁹⁵ O GAF - Gabinete Social de Atendimento à Família é uma Instituição Particular de Solidariedade Social criada a 24 de maio de 1994 pela Ordem dos Padres Carmelitas de Viana do Castelo, no âmbito das comemorações do Ano Internacional da Família. GAF – Gabinete de Atendimento à Família. Disponível em: <https://gaf.pt/pt>

de cerca de 20% face a 2018, ano em que foram registadas 1350. Os dados constam das mais recentes estatísticas divulgadas pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV).”⁹⁶

Neste artigo jornalístico é dada relevância a esta questão da qual salientamos três aspetos, por um lado o número de crimes continuar a aumentar, por outro o facto dos mesmo, mais de metade não serem comunicados às autoridades policiais (não há denuncia dos agressores, ou outros uma vez que se trata de crime publico) por medo, vergonha, e até mesmo para proteção do agressor, filho, ou familiar próximo. Por outro lado, importa referir que a divulgação destas situações por parte da comunicação social acaba por alertar consciências ajudando eventualmente a prevenir algumas situações que podem a tomar proporções ainda maiores na vida dos idosos.

Tentamos ao longo deste capítulo abordar os temas que nos pareceram mais relevantes e significativos sobre o envelhecimento da população, dos idosos enquanto pessoas individuais com vontade própria muitas vezes atropelada pelas debilidades físicas e psíquicas fruto do decorrer da idade. Voltaremos a este tema quando tratarmos os dados da nossa investigação.

2.5. Sociabilidades

2.5.1. Viver ou conviver em contexto rural?

Iniciamos este quinto e último capítulo com uma breve descrição daquilo que em sentido lato se entender por sociabilidade, ou sociabilidades, na medida em que entendemos não ser claro para quem, possa não lidar no dia a dia, com estes termos de conotação mais técnica. No fundo as sociabilidades, e no nosso caso as sociabilidades rurais, são as formas de relações sociais que se estabelecem entre quem reside ou visita um determinado espaço (rural).

É nossa intenção dar a conhecer a forma como se processam as relações e as interações sociais entre os elementos que constituem o nosso objeto de estudo, ou seja, entre as pessoas e entre estas e as e as instituições com quem se relacionam todos os dias. A sociabilidade pode ser assim entendida como um fenómeno social que deixa ver os valores, as normas socialmente ou não aceites, e as expetativas com que decorrem os comportamentos humanos. Em termos bibliográficos este tema aparece muitas vezes dissipado por vários trabalhos realizados com o objetivo de analisar as dinâmicas de

⁹⁶ Expresso – Disponível em: <https://expresso.pt/>

sociabilidades em locais muito específicos. De alguma forma é o que também pretendemos fazer, dar destaque a esta abordagem no que respeita em concreto à aldeia do Carrascal.

Pode à partida parecer um conceito de fácil operacionalização, mas de facto não é mesmo quando falamos de um meio rural, despovoado, em que as relações sociais estão cada vez mais interligadas com a cultura, a identidade, a participação social e a forma e condições de vida de cada um. Outra das razões que dificulta este processo, está infra descrita:

Ao longo do século XX, o conceito de sociabilidade passou a ter usos e significados cada vez mais abrangentes, referindo-se a esferas, como relações quotidianas e familiares, costumes, festas e rituais, encontros, etc. Num dado plano de interações tudo pode ser sociabilidade como alerta Gilberto Velho (...)" (Frúgoli Jr, 2007, s/n)

O mesmo autor dá-nos conta de que o conceito de sociabilidade nasceu com Simmel, foi retomado pela Escola de Chicago e apropriados por várias disciplinas entre elas a antropologia a história e a geografia.

Tentaremos de uma forma simples e resumida dar nota da forma como Simmel descreve as relações de sociabilidade. Simmel considera que a sociedade decorre de um emaranhado de interações entre indivíduos que se manifestam de diversas formas e conteúdos que constituem os elementos da vida social. "A intensidade da interação entre os indivíduos que compõem o grupo é diretamente proporcional à caracterização de uma unidade social, ou seja, quanto mais vigorosa a interação entre o grupo, mais ele se constitui em uma sociedade." (Queiroz, s.d., p. s/n)

Nesta caracterização da sociedade e da relação entre os indivíduos é introduzido o termo de sociação, de acordo com o citado neste artigo o próprio Simmel define assim o conceito de sociação:

A sociação é, portanto, a forma (que se realiza de inúmeras maneiras distintas) na qual os indivíduos, em razão de seus interesses – sensoriais, ideais, momentâneos, duradouros, conscientes, inconscientes, movidos pela causalidade ou teleologicamente determinados, se desenvolvem conjuntamente em direção a uma unidade no seio da qual esses interesses se realizam. Esses interesses sejam eles sensoriais, ideais, momentâneos, duradouros, conscientes, inconscientes, causais ou teleológicos, formam a base da sociedade humana. (...) Definida por Simmel como sendo a "forma lúdica da sociação", a sociabilidade por sua vez é a forma pela qual os indivíduos constituem uma unidade no intuito de satisfazer seus interesses, onde forma e conteúdo são na experiência concreta processos indissociáveis (Simmel, 2006, p. 60 e 65). citado por Queiroz no artigo em referência.

Simmel distingue ainda os conceitos de interação e sociabilidade. A sociedade consiste na interação entre os indivíduos, a forma como isso acontece pode ou não ser considerado socialização. Para que esta aconteça (como forma mais elevada de interação) é necessário que existam outros requisitos, é necessário que haja autonomização na interação entre quem está em sociação e que haja interesses específicos entre quem se relaciona em função de um sentimento e satisfação mútuos de estarem socializados. A sociabilidade só acontece se os que estão em sociação apreciam este processo por si só sem qualquer outro objetivo. Tem de ser um valor apreciado. A sociabilidade não possui em si mesma, nenhuma finalidade objetiva, além do interesse em estar sociado.

Muito mais haveria para desenvolver sobre este tema na perspectiva de Simmel. Fica a nota de que para Simmel a socialização é um processo de interação superior entre os indivíduos que se relacionam sem outro objetivo que não seja o de socializar, conviver e comunicar (a forma lúdica da sociação).

A sociabilidade considerada no seu sentido mais amplo, tal como refere Ramos (1997) é no fundo a forma de contactos entre os indivíduos, na família e entre famílias, entre gerações, na forma de ocupação dos espaços e na forma como se vivem as associações, as coletividades, o contacto e a relação com forasteiros e visitantes. Em suma, “A sociabilidade traduz, codifica, sintetiza e define sociologicamente os meandros do quotidiano” (Ramos, 1997, p. 80)

Pode ainda acrescentar-se, na sequência desta definição, que todo o tipo de contactos, formais ou informais, encontros ou reuniões entre amigos, entre vizinhos, festas e funerais são na sua essência manifestações de sociabilidade.

A observação e análise destas manifestações revelam normalmente padrões de comportamento quotidiano que se traduzem em matrizes divergentes entre cada comunidade ou cada grupo de indivíduos. O dia a dia de uma comunidade está repleta de manifestações de sociabilidade que vamos necessariamente tentar perceber e explicar a dimensão e complexidade das mesmas no trabalho que nos propomos concretizar.

Sem se referir explicitamente ao termo sociabilidade(s), Carmo (2007) no estudo que faz numa comunidade Alentejana (Baixo Alentejo), dá ênfase e demorada apresentação ao que chama de práticas e representações do quotidiano”. No fundo a essência é a mesma talvez poder-se-ia dizer que a sociabilidade passa mais perto dos antropólogos ao passo que as representações sociais estão mais em linha com a sociologia. Trata-se apenas de uma consideração fruto da nossa experiência académica sem referências conhecidas.

Carmo (2007) define as práticas sociais como as rotinas diárias dos indivíduos nos diversos locais e pelas relações de sociabilidade desenvolvidas entre os moradores da aldeia e da relação destes com os espaços comuns. Relaciona ainda estas formas de

sociabilidade com as características específicas de cada geração e considera as diferenças existentes nestas práticas de acordo com as estações do ano. Não deixa de considerar a influência nestas rotinas daquilo que considera como “o processo gradual de suburbanização” (Carmo, 2007, p. 121)

Quando falamos das redes de sociabilidade verificamos que as mesmas podem ser estudadas em vários espaços e também podemos considerar a forma como as relações de sociabilidade se tem vindo a alterar ao longo dos tempos. Este aspeto é um dos que queremos perceber quando investigarmos no terreno este tema que consideramos de suma importância.

Carmo (2009) faz referência a uma outra perspetiva da rede de sociabilidades e que esta relacionada com o facto de haver em muitas situações uma dissociação entre espaços de trabalho e espaço doméstico.

A diversificação dos laços sociais associa-se normalmente à importação de novos estilos de vida mais urbanizados, que passam pela incorporação de novos valores e rotinas como, por exemplo, o aumento e a generalização dos hábitos de consumo (...). (Carmo, 2019, p.15)

As práticas sociais, os convívios, e os locais onde os mesmo se desenvolvem são agora diferentes e tendem a alterar-se ao longo do tempo. Tal como foi referido a alteração das rotinas motivadas pelo trabalho fora do contexto local, as frequentes deslocações a outras localidades com vista à satisfação de necessidades cuja resposta não existe no sítio onde se reside condiciona necessariamente a forma de relacionamento e de vizinhança entre os habitantes. Existe ainda outro fator que é determinante nesta alteração, falamos da introdução de novas formas de comunicação, o telefone e a internet vieram permitir outras formas de comunicar e de conviver.

Alguns estudos académicos têm vindo a ser desenvolvidos nessa área como por exemplo a tese de mestrado em sociologia de Ana Luísa Alegria, orientada pelo Prof Eduardo Esperança, com o título “usos e proveitos do conhecimento informático: novas tecnologias e novas sociabilidades” (Universidade de Évora, 2010). E a tese de mestrado “espaços internet e novas formas de sociabilidade: um estudo exploratório” de Paula Fonte Santa, orientada pelo Prof José Ramos (Universidade de Évora, 2007).

Araújo e Higa (2019) deixam a nota de que foi nos anos 2000, que a internet se transformou numa ferramenta inovadora e essencial para o sujeito na era da comunicação. A internet traz consigo novas formas de sociabilidade e novas formas de vida adaptadas a esta novo ambiente tecnológico.

Além destes aspetos ligados com a evolução das formas de sociabilidade importa também considerar que estas parecem divergir entre grupos etários, entre diferentes habilitações académicas e mesmo entre homens e mulheres.

Relacionado com o tema da sociabilidade consideramos também que devem ser tidos em consideração os laços de solidariedade e por inerência as questões relacionadas com a solidão e a forma como esta é ou não sentida pelos idosos da UF que vamos estudar.

Como vimos, o estudo da(s) sociabilidade(s), no âmbito da antropologia ou da sociologia, pode ser aplicado a comunidades maiores ou menores, rurais ou urbanas, jovens ou envelhecidas. No nosso caso temos todas estas condições reunidas, uma população rural dispersa por todos os grupos etários, várias instituições e empresas que prestam serviços à população e com as quais esta interage diariamente, ou pontualmente. Observamos as sociabilidades no dia a dia, nas festas, nos convívios e nos espaços públicos. Veremos de que forma e tentaremos sempre que possível dar um passo atrás no sentido de perceber como ocorreram as mudanças nas formas de relacionamento, entre os residentes e destes com os que chegaram de novo.

Para ele, [Martins, 2008] o cotidiano é a mediação que edifica as grandes construções históricas e que levam adiante a humanização do homem. A história é vivida e, em primeira instância, decifrada no cotidiano. É nesse cotidiano e na sua historicidade (compreendendo-se aí as categorias de tempo, espaço e agentes sociais) que o homem deve buscar a sua emancipação (...) O autor diz que a memória nos fala justamente de relações e conceções sociais antigas, que perduram no tempo de hoje. A cultura não desaparece facilmente, sobretudo quando é orgânica numa determinada realidade. A memória das experiências passadas e dos antepassados se inscreve nos gestos, nos ritos, nos gostos, nos ritmos, no espiritual... E isso nem sempre é registado na documentação escrita. Sobretudo quando a população é considerada marginal ao sistema, o que ocorre com os pobres e oprimidos históricos. (Souza, 2010, p. 189 e 194)

Na impossibilidade de acesso às obras originais não deixamos de dar nota, por interpostos autores da obra e das posições de Martins, José de Souza por considerarmos que são um importante contributo para a sociologia da vida cotidiana e para os aspetos que aqui pretendem ver tratados. Na linha de pensamento de Henri Lefebvre e da filósofa Agnes Heller ambos discutem a importância de se estudar a quotidianidade para compreender os processos sociais ao longo da história. (...) O estudo da vida cotidiana, a observação do homem simples e do senso comum feita pelo sociólogo parte da compreensão de que é a cultura popular que incorpora os traços da modernidade e não a modernidade que abarca e incorpora a tradição (Gomes, 2017, p. s/n)

Nesta sequência importa dar algumas notas adicionais sobre a forma como pretendemos apreender esta realidade e os tópicos que nos são deixados por Pais no que respeita à sociologia do cotidiano e à forma como a partir do seu quadro metodológico podemos enquadrar a nossa pesquisa.

A vida quotidiana não se constituiu ainda num objecto unificado por qualquer sistema conceptual e teórico coerente e próprio. Por outro lado, não deixa de haver alguma

margem para duvidar de se faz sentido uma sociologia especializada que tenha por objecto de investigação a vida quotidiana. (...) Por outro lado, e como tentaremos demonstrar, o quotidiano pode constituir um lugar privilegiado da análise sociológica na medida em que é um lugar revelador, por excelência, de determinados processos do funcionamento e da transformação das sociedades e de determinados conflitos que opõem os agentes sociais. (Pais, 1986, p. 8)

Não nos propomos desenvolver estas questões teóricas sobre a sociologia do cotidiano nem apresentar as várias correntes sob as quais se tem desenvolvido esta forma de análise da realidade social. Contudo, deixamos a ideia apresentada por Pais (1986) de que “boa parte das propostas teóricas provenientes das correntes que passaremos em análise vão no sentido de desmascarar os lugares-comuns «invisíveis», violando-os de alguma maneira, de modo a revelar a sua presença.” (p. 23)

Stecanela (2009) no que respeita à metodologia utilizada neste tipo de pesquisa refere que “Os métodos e as técnicas de natureza etnográfica compõem o conjunto de instrumentos que o pesquisador do cotidiano pode considerar e carregar consigo para o campo de observação.” (p. 68) e acrescenta citando Pais (2003a):

À sociologia do cotidiano interessa mais a mostraçã (do latim mostrare) do social do que a sua demonstração, geometrizada por quadros teóricos e conceitos (ou preconceitos) de partida, bem assim como por hipóteses rígidas que à força se procuram demonstrar num processo de duvidoso alcance em que o conhecimento explicativo se divorcia do conhecimento descritivo e compreensivo. (PAIS, 2003a, p. 30).

Deixamos assim, apenas, uma pequena nota sobre esta referência da Sociologia para o nosso trabalho, sendo que consideramos de interesse outra perspectiva de análise da realidade social e das sociabilidades que nos é revelada pela Sociologia das identidades.

A Sociologia ensinou-nos que o indivíduo é resultado de um processo de socialização construído ou reconstruído no âmbito da interação social numa dialética permanente entre o indivíduo e o social que resulta numa determinada identidade formada ao longo da vida. A socialização pode ser encarada sobre duas óticas da manutenção da ordem e da mudança a primeira centra-se no processo de aprendizagem da cultura e pelos mecanismos de consenso e de preservação da ordem, na segunda o indivíduo é encarado como sendo dotado primeiro de autonomia relativa capaz de fazer escolhas e tomar decisões e podendo por isso contrariar, resistir e alterar a ordem a que pertence. (Brandão, 2014, p. 7)

A conceção de identidade que defendemos assenta no pressuposto de que o indivíduo possui uma capacidade relativa de escolha, mas que esta é produzida no âmbito de um conjunto de possibilidades sociais, política e culturalmente circunscritas. Ele opta a partir do reconhecimento de universos possíveis e ou da

formulação de universos alternativos construídos a partir de esquemas de atribuição de significado pré-existente e em função das suas condições objetivas de vida (Brandão, 2014, p. 7)

Na sequência desta primeira introdução ao que se pode entender como identidade e na forma como ela se desenvolve em função do outro que pretendemos deixar o nosso contributo sobre esta matéria. A semelhança do que foi feito em relação à sociologia do cotidiano não desenvolvermos o tema de forma exaustiva, mas daremos nota da forma como ele foi abordado ao longo do tempo.

A identidade pode ser analisada de vários pontos de vista, a ideia que temos de nós próprios, os aspetos formais que nos definem, o nome, a idade e a nacionalidade, por exemplo e a forma como os outros no identificam que é também diferente se falarmos de alguém que nos conhece, que priva conosco ou se nos vê pela primeira vez. A identidade resulta sempre do jogo entre aquilo que acreditamos ser e o que os outros nos atribuem.

Brandão (2014) dá-nos a conhecer a forma os pensadores da corrente interacionista, escolhendo Goffman como exemplo pela importância reconhecida da sua abordagem da relação como Outro na definição do Eu. Nesta abordagem o indivíduo é movido essencialmente pelo interesse próprio e pela necessidade de aceitação, assim de acordo com Strauss (2002), no decurso da interação procuraremos geri-la de modo a não a interromper e seremos bem-sucedidos no estabelecimento dos nossos objetivos de longo prazo o que implica mostrar a nossa melhor faceta. No que respeita à posição de Goffman (1989), agir de forma a satisfazer o que pensamos serem os interesses de uma comunidade e das pessoas diretamente envolvidas na situação. Assim, temos sempre interesse em regular a conduta dos outros e principalmente a maneira como nos tratam, a regulação da conduta alheia é realizada principalmente através da influência sobre a definição da situação que os outros venham formular e para que isso aconteça é necessário localizar, situar, classificar o outro. Só mediante este procedimento saberemos por um lado como nos devemos apresentar e por outro lado que esperar dele. (Brandão, 2014, p. 35)

Na sequência destas definições de identidade, deixamos a que nos foi aprestada por Amin Malouf (1999) citado por Vieira (2009, p. 47/48) e que nos esclarece que:

A identidade de cada pessoa é construída por uma multitude de elementos, que não se limitam evidentemente aos que figuram nos registos oficiais. [...] Se cada um desses elementos se pode encontrar num grande número de indivíduos, jamais encontraremos a mesma combinação em duas pessoas diferentes, e é justamente isso que produz a riqueza de cada um o seu valor próprio, aquilo que faz de cada pessoa um ser singular e potencialmente insubstituível. (p. 47/48)

De forma muito genérica e com base em toda a informação recolhida sobre este tema, que se manifesta de bastante interesse fica a ideia de que a identidade de cada um é única até determinado ponto, mas que essencialmente é construída por referência ao outro e à sociedade onde se está inserido.

Em resumo tentámos neste último capítulo apresentar as bases para a construção e análise da realidade social que observamos e que sobre a qual vamos agora divulgar os resultados. Tratamos de pessoas, da sua identidade, das suas relações de sociabilidade no dia a dia e nos eventos esporádicos que ainda vão tendo lugar.

3. Métodos e Técnicas

3.1. Metodologia

3.1.1. Algumas considerações teóricas

“O objetivo da investigação científica é não só descobrir e descrever acontecimentos e fenómenos, mas também explicar e compreender por que razões tais fenómenos ocorrem.” (Jesuíno, 1989, p. 215)

Traçados os pontos essenciais do ponto de vista teórico bem como a definição dos aspetos a explorar no trabalho de campo é chegada a hora de trabalhar sobre a metodologia para a recolha, preparação e tratamento dos dados. De acordo com a posição manifestada por Greenwood (1965) a investigação, considerada do ponto de vista da composição dos seus dados pode ter duas formas, empírica (os dados consistem nas observações registadas, isentas ainda de análise, tais dados são depois elaborados e analisados a fim de se chegar a conclusões) e bibliográfica (os dados são as conclusões já publicadas). (p. 314)

Se o que pretendemos é conhecer uma determinada população importa ter em conta a perspetiva apresentada por Marconi & Lakatos (2003) no que diz respeito à forma como podemos produzir esse conhecimento:

O conhecimento vulgar ou popular, às vezes denominado senso comum, não se distingue do conhecimento científico nem pela veracidade nem pela natureza do objeto conhecido: o que os diferencia é a forma, o modo ou o método e os instrumentos do “conhecer” (...) A ciência não é o único caminho de acesso ao conhecimento e à verdade (...) o que leva um ao conhecimento científico e outro ao vulgar ou popular é a forma de observação (p. 76)

A metodologia faz referência aos meios a partir dos quais as informações são recolhidas. O mesmo é dizer que a metodologia inclui métodos, técnicas e procedimentos de recolha e análise de dados. Nas palavras de Prodanov & Freitas (2013) “A Metodologia é a aplicação de procedimentos e técnicas que devem ser observados para construção do conhecimento, com o propósito de comprovar sua validade e utilidade nos diversos âmbitos da sociedade.” (p. 14)

No fundo, os autores citados pretendem alertar para a importância desta fase do trabalho científico bem como para a importância da relação entre estas duas

componentes, teórica e prática. A verdadeira importância do método é a adequação e a capacidade para responder aos objetivos propostos.

De igual importância para a elaboração de qualquer trabalho científico importa falar da revisão de literatura que nas palavras de Dorsa (2020) é “(...) o fio condutor na elaboração de um projeto de pesquisa, de teses, dissertações ou mesmo da escrita de um artigo, a revisão de literatura estabelece uma linha de raciocínio que pode guiar a leitura dos pesquisadores, levando-os das premissas às conclusões.” E acrescenta ainda que a revisão de literatura procura responder à pergunta: o que é que já foi feito por outros investigadores? (p.681)

Seguindo esta linha de raciocínio a presente dissertação tem a sua base numa pesquisa bibliográfica/revisão de literatura, que não sendo muito alargada, nos pareceu a adequada tendo em vista obter uma noção do que foi publicado e desenvolvido a nível académico no que diz respeito ao tema em tratamento.

Para reforçar a importância da pesquisa bibliográfica e da revisão da literatura apresentamos o que nos é dito por Moreira (2004). Recorremos à transcrição das suas palavras por nos parecerem bastante ilustrativas do que pretendemos deixar claro:

A produção de um trabalho científico, como se sabe, tem como ponto focal o estabelecimento dos objetivos de pesquisa. São os objetivos que determinam o posicionamento inicial do pesquisador. Estabelecidos os objetivos é forçoso reconhecer o espanto cumulativo do conhecimento científico, ou seja, é necessário tomar como base os avanços já realizados e, por que não, as limitações dos estudos anteriormente dedicados ao tema. Por esta razão é quase impossível pensar uma monografia, uma dissertação, uma tese ou outro trabalho académico ou científico sem a necessária revisão de literatura. (p. 22)

A pesquisa bibliográfica permitiu-nos perceber que, salvo melhor opinião, não existem outros estudos semelhantes ao que nos propomos realizar, no que respeita ao tempo e espaço em apreço. Aliás, não temos conhecimento que a UF, tenha sido alvo de qualquer estudo sobre a população. Não se conhecem estudos de diagnóstico social com a vista à definição de estratégias de intervenção a nível público ou privado. A CMA disponibilizou-nos um documento elaborado em Março de 2004 – cujo título é “Agenda XXI local de Arraiolos – Relatório da 1ª fase – Caracterização e diagnóstico” elaborado por uma entidade privada denominada “Estudos de Organização do Território, Lda.”

Uns anos antes, em meados do séc. XX, mais concretamente em 1965, esta já era uma questão abordada por Greenwood, sendo que este autor considera existirem três métodos básicos de investigação empírica, o método experimental, o método de medida e o método de casos. (p. 315) Deixamos esta referência, contudo não nos parece necessário dada a distância temporal aprofundar cada um destes conceitos/métodos.

Prodanov & Freitas (2013) fazem assim a distinção entre as pesquisas quantitativas qualitativas:

Pesquisa quantitativa: considera que tudo pode ser quantificável, o que significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las. Requer o uso de recursos e de técnicas estatísticas (percentagem, média, moda, mediana, desvio-padrão, coeficiente de correlação, análise de regressão etc.).

Pesquisa qualitativa: considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Esta não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. Tal pesquisa é descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem.” (p. 69/70)

Revista de uma forma muito breve a importância da pesquisa bibliográfica bem como a distinção feita entre métodos e técnicas a utilizar em contexto de pesquisa para elaboração de trabalhos científicos importa reforçar a noção de que, qualquer que seja a escolha esta deve sempre adaptar-se à finalidade da pesquisa. Como salienta Maia (2020) “a escolha dos participantes e os instrumentos de coleta dependem dos objetivos da pesquisa.” (p. 16)

A recolha da informação é um ponto fundamental na concretização do trabalho, são os dados colhidos no nosso universo de estudo que nos vão permitir responder às questões inicialmente apresentadas e aos objetivos propostos.

“As fontes de informação nas pesquisas qualitativas podem ser obtidas diretamente pelo pesquisador, quando ele mesmo observa, filma, grava, participa de uma situação, grupo ou convive na comunidade, etc. Mas também pode obter fontes indiretas, por meio de testemunhos, documentos, produtos, obras, etc., produtos e relatos que “contam” a história, a opinião e as concepções sobre pessoas, grupos e comunidades.” (Maia, 2020, p. 16)

Na mesma linha de pensamento Campenhoudt e Quivy (2021) deixam esta referência relativamente à fase da observação em ciências sociais.

“A observação – por vezes designada por “trabalho de campo” – é uma etapa essencial em qualquer investigação em ciências sociais. Estas disciplinas são consideradas disciplinas empíricas no sentido em que pressupõe uma investigação que consiste na recolha e análise de um material “concreto”, como

as respostas às perguntas feitas no questionário, os dados estatísticos, as informações recolhidas no contexto das entrevistas, os documentos produzidos por cada uma determinada organização (como empresa, uma administração um jornal), documentos audiovisuais ou digitais, ou ainda as observações feitas diretamente nos espaços de vida das pessoas estudadas” (p. s/n)

3.1.2. Tipo de estudo, população e amostra

Tentativamente procuramos aproximar o nosso estudo à linha dos métodos e técnicas qualitativas, embora tenhamos recorrido a dados estatísticos oficiais para uma apresentação global da UF e assim deixar também uma nota da forma como os dois elementos podem ser combinados.

A população a estudar abrange todos os residentes na UF sendo que sobre a totalidade da população recaiu uma abordagem quantitativa com recurso aos dados disponíveis no INE e na Pordata. Estas duas fontes permitiram recolher os dados mais relevantes de acordo com o nosso objetivo. Foram trabalhados e sumariamente justificados com base nos resultados da nossa observação, das entrevistas e dos questionários.

A população representa um total de 437 residentes, dados apurados com base na informação dos Censos 2021. Elaboramos posteriormente uma contagem da população de cada uma das aldeias mais povoadas, com critérios previamente definidos e com recurso aos nossos informantes-chave. Desta forma vimos reduzir a nossa população dado que os critérios de escolha não foram os mesmos. Passamos a considerar a população a 31 de dezembro de 2022 contabilizando na UF 436 residentes. No que respeita à população do Carrascal sobre a qual recaiu a observação participante, de acordo com critérios definidos e oportunamente justificados, contabilizamos 137 residentes distribuídos por 67 agregados familiares. Ficaram de fora, propositadamente, os residentes que fixaram residência depois dessa data e os proprietários de habitações secundárias, ou seja, que passam algum tempo na aldeia, mas não residem.

3.1.3. Técnicas de recolha, tratamento, análise de dados e interpretação dos resultados

No nosso caso a recolha dos dados foi feita com recurso a entrevistas semiestruturadas, com elaboração de um guião onde são elencados os vários aspetos que queremos abordar. Incluímos perguntas fechadas e perguntas abertas. A aplicação das entrevistas

tem sido distribuída ao longo deste último ano⁹⁷ dedicado essencialmente à recolha de informação sob a forma de participação direta recorrendo aos dados recolhidos para a complemento das respostas às entrevistas e à construção do trabalho final. As entrevistas foram maioritariamente realizadas na casa dos entrevistados, individuais, com algumas exceções em que esteve presente o outro elemento do casal ou da família residente na mesma casa, promovemos a gravação áudio e posterior transcrição integral. Tendo em consideração o fator anonimato e a frequente fuga ao tema proposto, ou mesmo considerações pessoais com caráter valorativo, abdicamos desses registos com indicação na transcrição de (descrição fora de contexto).

Do ponto de vista geográfico, a recolha de dados incide sobre a população da UF da qual retirada numa amostra por conveniência, aleatória em termos de idade e sexo, respeitando a disponibilidade e manifestação de interesse de cada pessoa. Foram aplicadas entrevistas na Aldeia da Serra e no Carrascal, tentativamente com a preocupação de equilibrar a amostra no que respeita ao sexo e à idade. A Observação participante decorreu no Carrascal.

Com vista à obtenção dos dados de natureza mais qualitativa, sem esquecer os dados sociodemográficos, realizamos 27 entrevistas (entre elas a alguns dos representantes das instituições e de uma empresa). A amostra foi construída mediante a disponibilidade manifestada pelos residentes em participar no estudo. Procuramos diversificar entre sexos e grupos etários diferentes. As entrevistas foram realizadas junto da população residente no Carrascal e na Aldeia da Serra e uma delas em Vale do Pereiro.

Entregamos em mão 10 questionários (com características diferentes e adaptados à população e aos objetivos que pretendíamos atingir) dos quais obtivemos 7 respostas escritas. Estes visaram apreender a razão da escolha e os motivos pelos quais escolheram o Carrascal para residir tendo em conta que o fizeram “recentemente”.

Não foram trabalhados grupos focais, contudo foi gravada e transcrita uma conversa informal, com autorização dos intervenientes e, à mesa do café (4 homens com idades entre os 40 e os 60 e eu) lancei para a mesa o tema da UF e sugeri que se falasse sobre o tema. Solicitei autorização para gravar e a mesma foi dada pelos presentes. Não foi utilizado qualquer guião, a conversa foi fluída de acordo com os conhecimentos e opiniões de cada um.

A recolha dos dados respeita o anonimato e confidencialidade das respostas e seguiu o princípio do consentimento informado, com assinatura dos participantes em documento próprio elaborado para o efeito. Foi ainda verbalizado o direito à revisão das informações prestadas em sede de entrevista, permitindo assim a revisão das informações prestadas.

⁹⁷ De marco de 2022 a marco de 2023

Ficou cabalmente esclarecido que a recolha da informação tem como finalidade única e exclusiva esta dissertação de mestrado em Sociologia.

No início do trabalho de pesquisa deixei em cada um dos espaços públicos das várias aldeias uma carta aberta com a informação da realização deste trabalho e dos objetivos do mesmo, dando assim a conhecer à população no geral os objetivos propostos.

Consideramos como indispensável recorrer à colaboração de informadores chave que conhecendo muito bem a população (em cada uma das aldeias) nos facultaram dados avulso que nos permite construir uma aproximação da realidade destas 3 aldeias que em conjunto formam a UF.

Na aldeia do Carrascal, dada a proximidade física e o facto de residir na aldeia desde o início do ano letivo (setembro de 2021)⁹⁸ coincidente com o início de elaboração do trabalho consideramos fundamental a recolha de informação pela via informal e de observação direta ou participante.

A “observação participante: consiste na participação real do conhecimento na vida da comunidade, do grupo ou de uma situação determinada. Nesse caso, o observador assume, pelo menos até certo ponto, o papel de um membro do grupo. O observador participante enfrenta grandes dificuldades para manter a objetividade, pelo fato de exercer influência no grupo, ser influenciado por antipatias ou simpatias pessoais e pelo choque do quadro de referência entre observador e observação.” (Prodanov e Freitas, 2013, p. 105)

Podemos afirmar que a grande parte da informação sobre a população, no que respeita ao seu modo de vida, às redes de sociabilidade, à apropriação e frequência dos espaços públicos foi recolhida com base na observação participante.

Ramos (1997) defende claramente que “não entendo a observação participante como o “virar nativo”. Não existe observação participante total (...) no meu entender, para se fazer observação participante não é preciso semear batatas, conduzir um trator, partir lenha, casar com informante (...) naturalmente que participei ativamente em todos os acontecimentos essenciais da vida social, comunguei da trivialidade do cotidiano, fruí da festa, acompanhei funerais, frequentei assiduamente cafés, tabernas e restaurantes, fui a bailes, aceitei convites para jantar participei em petiscos e convívios (...) (Ramos p. 51)

As entrevistas aplicadas à população residente no Carrascal e na Aldeia da Serra, principalmente aos mais velhos revelaram-se verdadeiras “histórias de vida”. Não foram

⁹⁸ Foi nesta mesma aldeia que vivi desde que nasci até aos 18 anos quando fui estudar para Évora e passei a vir à aldeia nos fins de semana e nas férias. Depois de concluída a licenciatura e com o mestrado a meio fui viver para Sintra onde permaneci durante 22 anos.

trabalhadas nesse sentido. As entrevistas decorrerem em diferentes tempos que podemos delimitar entre meia hora a duas horas.

Em Vale do Pereiro, optamos pela obtenção de informação exclusivamente por via de informantes chave e pela colaboração de alguns residentes na aldeia que conhecem de perto a realidade da mesma. Procuramos colocar as mesmas questões, tratar os mesmos temas e apurar a realidade no que respeita ao número de habitantes, seus hábitos e relações de sociabilidade.

Optamos por fazer uma análise mais profunda da população residente do Carrascal, ou seja, dos habitam há alguns anos na freguesia deixando de fora desta quantificação os que habitam na aldeia em segunda habitação e logo não de forma permanente. Com vista a apurar informação sobre estes moradores, bem como de alguns que embora já contabilizados como residentes, chegaram há pouco tempo, pedimos que colaborassem no trabalho respondendo a um questionário com perguntas abertas e fechadas. O objetivo principal é perceber o porque da escolha desta aldeia para residir ou ter uma habitação secundária. Foram distribuídos 10 inquéritos, em mão, recebemos 7. A análise dos mesmos bem como das entrevistas consistiu num processo manual de recolha de informação e sistematização da mesma com vista a responder às perguntas de partida.

Em suma conjugamos, na recolha da informação, as entrevistas abertas, embora com guião pré-definido, aplicadas junto da população do Carrascal e da Aldeia da Serra, onde fizemos 27 entrevistas gravadas. Respeitamos a disponibilidade dos entrevistados em querer ou não participar no estudo de forma ativa. Observamos e registamos hábitos e comportamentos da população do Carrascal em como da relação destes com as instituições e empresas da UF. O tratamento dos dados foi feito manualmente, recordando alguns aspetos da análise de conteúdo, com vista a retirar das fontes de informação os tópicos que permitiam conhecer a população e responder às questões de partida.

Após recolha dos dados das entrevistas e dos questionários, com transcrição total em suporte papel, elaboramos tabelas com as respostas nos visados e desta forma, sem qualquer recurso a técnicas computacionais percebemos a tendência de resposta como somos capazes de identificar os elementos com maior ou menor peso bem como a tendência de resposta de acordo com o tema abordado. Fomos distribuindo essa informação ao longo do tratamento dos dados.

4. Ética e Sociologia

4.1. Observações éticas

Os sociólogos devem procurar conseguir a maior objetividade possível na análise da realidade social. Trata-se, não de considerar a produção de conhecimento sociológico como socialmente neutra, mas de evitar distorções deliberadas resultantes de interesses ou convicções, e de explicitar os pressupostos presentes nesta análise.⁹⁹

No que respeita a este trabalho em concreto identificamos dois aspetos relacionados com esta temática, por um lado a questão relacionada com a capacidade de levar a objetividade ao seu mais alto nível quando se trabalha uma população da qual fazemos parte. Nem sempre é fácil esquecer a forma entendemos uma situação, fruto da nossa vivência e experiência, e ser capaz de observar só como facto social, por outro lado levanta-se a questão do anonimato dos participantes diretos na recolha de dados, quem respondeu nas entrevistas e nos inquéritos, quem permitiu gravar conversas em espaço público.

No que respeita ao primeiro aspeto, quando fizemos observação com vista a retirar dali informação que pudesse vir a ser utilizada neste trabalho, sempre que havia interação direta com os informadores chave ou com a população no seu geral deixava sempre a nota de que estava a escrever a dissertação e que a informação recolhida servia apenas e só para essa finalidade. Esta situação ficou clara na carta de apresentação das entrevistas e dos questionários. Considero que não foi difícil a apreensão da importância deste aspeto por parte da população na medida em que só num determinado momento, a meio da entrevista me foi solicitado que desligasse o gravador, mas a conversa continuou. No tratamento dos dados, nomeadamente na transcrição as entrevistas, ocultei tudo o que fosse fora de contexto, isto é, a conversa paralela que nada tinha a ver com o tema em assunto.

Só participou ativamente neste estudo quem entendeu fazê-lo. Houve algumas pessoas com quem falamos sobre a possibilidade de realização de uma entrevista manifestaram verbalmente esse interesse, mas forma sempre adiando a realização da mesma. Foi lido e entregue o consentimento autorizado e foi explicado nas entrevistas. Todos os participantes foram informados da gravação das chamadas, apenas e só para suporte à

⁹⁹ Associação Portuguesa de Sociologia. Disponível em: <https://aps.pt/>

realização deste trabalho. Na carta de apresentação dos inquéritos foi dada a mesma informação.

A questão ética levanta-se muitas vezes em torno da objetividade e da anonimato dos participantes, competindo ao investigador salvaguardar esta situação. No nosso caso em concreto, apresentamos algumas tabelas e quadros, mas nestes apenas aparece a quantidade de casos expostos, originalmente foram elaborados com nomes para facilitar a análise dos dados, mas estes forma ocultados na versão a submeter. Por outro lado, temos eu admitir que quando se trabalha uma população tão pequena como é o caso da que estudamos, não é fácil ocultar a identificação dos participantes. Na apresentação que fazemos das respostas dadas nas entrevistas, escolhemos pequenos excertos que dificilmente podem ser relacionados com a pessoas que os referiu. Não estão visíveis os nomes, pese embora outros elementos possam identificar a pessoa, como por exemplo a idade.

Quando nos referimos às instituições e às empresas esse anonimato é praticamente impossível de garantir, pelo menos perante os eu conhecem esta realidade. Se falamos do presidente da UF ou da Sociedade Recreativa, porque importa conhecer a sua posição enquanto representante de um cargo essa questão não pode sequer colocar-se.

No que diz respeito à capacidade de sair fora da realidade para poder observá-la, pode dizer-se foi um dos grandes desafios durante a realização deste trabalho. O facto de ser “filha da terra”, de conhecer todas as pessoas, de falar com todas independentemente do sexo e da idade isto porque, pese embora tenha estado cerca de 22 anos fora nunca perdi os laços com o Carrascal nem com a Aldeia da Serra onde também tenho família, não torna fácil a capacidade para manter a objetividade e o rigor que se impõe. Neste momento estou completamente integrada no contexto social e sou vista como alguém da terra que não só voltou como ainda participa ativamente na vida social da aldeia.

Não foi um entrave e senti que cada um respondeu o que lhe “vai na alma” sem constrangimentos. Da minha parte fui recolhendo as informações necessárias, procurando sempre desviar o meu ponto de vista e a minha opinião pessoal sobre os factos ou acontecimentos.

5. Análise de Dados e Interpretação dos Resultados

5.1. Enquadramento geográfico da UF

Imagem geográfica da UF de São Gregório e Santa Justa



Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Censos 2021. Disponível em: <http://censos.ine.pt>

A União de freguesias de São Gregório e Santa Justa (UF) está localizada, em termos geográficos, no Concelho de Arraiolos, Distrito de Évora, Região do Alentejo, Sub-região Alentejo Central, Província do Alto Alentejo, Portugal.

Com uma dimensão atual de 117,9 Km², apresentava em 2011, uma taxa de densidade populacional (habitantes por Km²) de 4,83% e em 2021 de 3,73%¹⁰⁰

As imagens infra apresentadas, permitem-nos localizar visualmente, a UF no contexto nacional e também em relação as freguesias com quem faz fronteira. Dá-nos a imagem da “centralidade” desta UF no nosso País e da localização em relação a Lisboa e a Badajoz em Espanha. Lisboa fica a aproximadamente 134 Km com ligações pela A6 e A2 e Badajoz fica a 91 Km com ligação também pela A6.

A última imagem permite a contextualização visual da aldeia do carrascal (sede da UF) face a Arraiolos e às cidades mais próximas, Évora, Montemor-o-Novo e Estremoz.

¹⁰⁰ Instituto Nacional de Estatística. Disponível em: <https://www.ine.pt/>

Mapa 1 – Localização geográfica do município de Arraiolos em contexto nacional e localização da UF no município



Fonte: mapa.gif (422x250) (visitarportugal.pt)

Mapa 2 – Localização geográfica da UF em relação a Lisboa e Badajoz



Fonte: Google Maps - União das freguesias de São Gregório e Santa Justa. Disponível em: <https://www.google.com/> (marcações nossas)

à história de Santa Justa? Não podemos saber, mas não andará longe. Santa Justa não tem casas edificadas nem moradores, tem o cemitério, a igreja em ruínas e uma antiga escola primária que segue o mesmo destino. São Gregório tem cerca de 20 casas, quase todas em ruínas, e viu reduzida a sua população para metade neste último ano, de quatro moradores passaram a ser apenas dois (um casal na casa dos 60 anos). Apenas uma das moradias foi recuperada por “alguém do norte” que comprou e que vem, de vez em quando, com a família passar um ou outro fim de semana. São os lugares mais pequenos e menos povoados, como é o caso de São Gregório e Santa Justa que deram nome à freguesia e agora à união das mesmas. Na sequência desta perda foi construída em Vale do Pereiro (numa das entradas da aldeia) a Capela de Vale do Pereiro onde é celebrada missa e são velados os mortos da aldeia.

Em termos de distâncias físicas¹⁰², tendo por base a o Carrascal, a localidade a mais próxima é São Gregório, fica a 1 Km e, é nesta aldeia, atualmente com 2 habitantes, que podemos encontrar a Igreja de São Gregório e o cemitério que serve a população de São Gregório, Carrascal e Aldeia da Serra e Casa Nova¹⁰³. Aldeia da Serra dista 7 Km. A pequena aldeia de Casa Nova fica a meio caminho entre estas localidades. Vale do Pereiro fica a cerca de 12 km.

Em relação às vilas mais próximas, o Vimieiro fica a cerca de 9 Km, Arraiolos (sede do concelho) fica a 12 km, ambas com acesso pela estrada N4.

No que diz respeito às cidades, Estremoz é a cidade mais próxima, pela N4, são 30 Km. Em sentido oposto, para Oeste, pela N4, a 34 Km fica a Montemor-o-Novo. A cidade de Évora, capital de distrito, fica a 32 km de distância.

Nesta sequência importa ainda dizer que as vias de ligação entre as localidades são alcatroadas embora estreitas podemos considerar que tem apenas uma faixa de rodagem, mas estão em estado de conservação aceitável, permitindo a circulação de duas viaturas, em simultâneo, em sentidos opostos.

As vias de acesso às vilas e às cidades são estradas nacionais em muito bom estado de conservação e circulação. Não podemos esquecer que falamos da N4 ou Estrada do Alentejo Central que liga o Montijo a Caia. Antes da construção da A6 esta era a principal ligação, pelo Alentejo, de Lisboa para Espanha. Hoje não deixou de ser uma alternativa à autoestrada facto que se verifica pelo fluxo constante de trânsito. Assim, não só em termos de centralidade, mas de vias de acesso podemos dizer que a UF manifesta condições muito favoráveis a quem reside ou nos pretende visitar. Dar ainda nota que uma das entradas/saídas para Vale do Pereiro se faz diretamente pela N4, o mesmo

¹⁰² Reforçamos o indicador, distância física, dado que, a distância social é significativamente maior como veremos mais adiante.

¹⁰³ A população da Bardeira normalmente é sepultada no Vimieiro (freguesia à qual pertence a maior parte da população), Vale do Pereiro tem infraestruturas próprias.

acontece com São Gregório e Carrascal sendo apenas necessários alguns (poucos) km de estradas municipais para chegar ou sair das localidades da UF.

Quando falamos de acessibilidades não importa só falar da qualidade ou da quantidade das estradas pelas quais é servida a UF, importa também dar nota que estas mesmas acessibilidades permitem com facilidade a deslocação dos residentes aos centros de maior dimensão onde na grande maioria fazem as suas compras, vá ao médico, ou resolver qualquer assunto do foro pessoal.

Os meios de transporte públicos não são frequentes principalmente em tempo de férias escolares, contudo na grande maioria do ano, há a possibilidades em cada uma das aldeias, de quem pretende assim o pretende, se deslocar de autocarro para Arraiolos e daí para outro local onde pretenda chegar. O transporte de regresso faz-se ao final do dia e coincide com o transporte proporcionado aos estudantes que a partir do quinto ano frequentam a escola em Arraiolos. Esta questão levantada em algumas situações não é um fator determinante para a mobilidade da maior parte dos residentes que tem viatura própria, ou de familiares, que os podem levar onde for preciso.

Importa dar também algumas notas sobre o enquadramento da UF no que respeita à descrição de algumas características naturais da UF e das áreas envolventes.

Tal como acontece na generalidade da região do Alentejo Estamos perante uma UF rural, localizada numa zona de planície com algumas notas de relevo pouco acentuado. A maioria dos campos envolventes ou tem floresta tipicamente mediterrânica ou está ocupada pela agricultura e pela criação de gado. Não se reconhecem muitas situações de terrenos “abandonados”. Os que não estão ocupados da forma indicada estão disponíveis para a caça que se realiza em contexto de reservas construídas para o efeito.

A UF, integrada em pleno no Alentejo, não está edificada numa zona de grandes planícies. A aldeia do Carrascal é composta por duas ruas paralelas, as mais antigas e por mais 3 ruas de edificações mais recentes sendo facilmente perceptível zonas mais altas e outras mais baixas. A zona mais alta da aldeia, que coincide com o fim/início das duas ruas mais antigas é denominada pelos locais como “boa vista”, nome que seguramente lhe foi dado pela sua altitude e pelas paisagens a perder de vista que dali se podem observar.

São Gregório também está situado numa zona alta pelo que a vista que se pode ter do largo da igreja e do cemitério é também de salientar.

A Aldeia da Serra, como o seu nome indica foi edificada numa espécie de montanha, como se diz por aqui, “num cabeço”. É das zonas mais alta da UF e também a que do ponto de vista das paisagens que se podem ver a mais rica.

Vale do Pereiro, como o nome indica, foi edificado num vale, é preciso atravessar uma zona alta e com muita vegetação para encontrar a aldeia. Fica lá, no fundo do vale.

Percorrer as estradas desta UF é um exercício fácil de fazer, dada a qualidade das estradas que já referimos, mas também porque as paisagens que vamos percorrendo são tudo menos monótonas. Regra geral os terrenos estão tratados, foram trabalhados para poderem ser semeados com diversas espécies de plantas na maioria para alimentar os animais. E estes também não faltam, podem ver-se em quase todos os lugares. Não se vê nestes campos plantações recentes de árvores, oliveiras por exemplo, que dominam já grande parte dos terrenos de freguesias vizinhas.

Recorrendo à literatura, Portas (1976) define assim o Alentejo (muitas outras definições podíamos citar)

Alentejo — caracterizado por: algum relevo, mas muito atenuado; predomínio de terras baixas; muitas planícies e peneplanícies; grande secura, a vegetação é dominada pelo azinho e pelo sobro. O regadio e a silvicultura quase não existem fruto do clima predominante. Podemos encontrar ainda vinha e oliveira. A caracterização de uma região pode medir-se pela distribuição da sua população pelos vários setores de atividade. Deste ponto de vista o Alentejo é uma região subdesenvolvida em que domina a agricultura como atividade dominante.

A Associação O Monte ACE - Desenvolvimento do Alentejo Central, em 2007, faz, também, uma descrição do território alentejano onde são referidas as extensas áreas de planícies com exceção de uma pequena área que apresenta algum relevo, mas sem registo de áreas montanhosas. As barragens (reservas de água) são raras e de pequena dimensão com exceção do Alqueva que construído na baía do Guadiana ganhou estatuto de maior lago artificial da Europa. Alguns concelhos como é o caso de Arraiolos, Estremoz, Borba e Vila Viçosa tem ainda importantes recursos minerais não metálicos (mármore e granitos) com importância económica para a região. O clima no território de intervenção [Alentejo] é de características mediterrânicas apresenta em termos de precipitação, médias anuais de diminuta dimensão (700mm), concentradas no começo do Outono e fim do Inverno. O período seco é, em regra, de 3 a 4 meses (junho, julho, agosto e setembro).¹⁰⁴

Daremos nota mais detalhada destes aspetos quando falarmos da forma de ocupação dos espaços pela agricultura e pela pecuária ou pastorícia quando falarmos das empresas e da forma como estão instaladas na UF.

¹⁰⁴ Monte - Desenvolvimento Alentejo Central, A.C.E. Disponível em: <https://monte-ace.pt/>

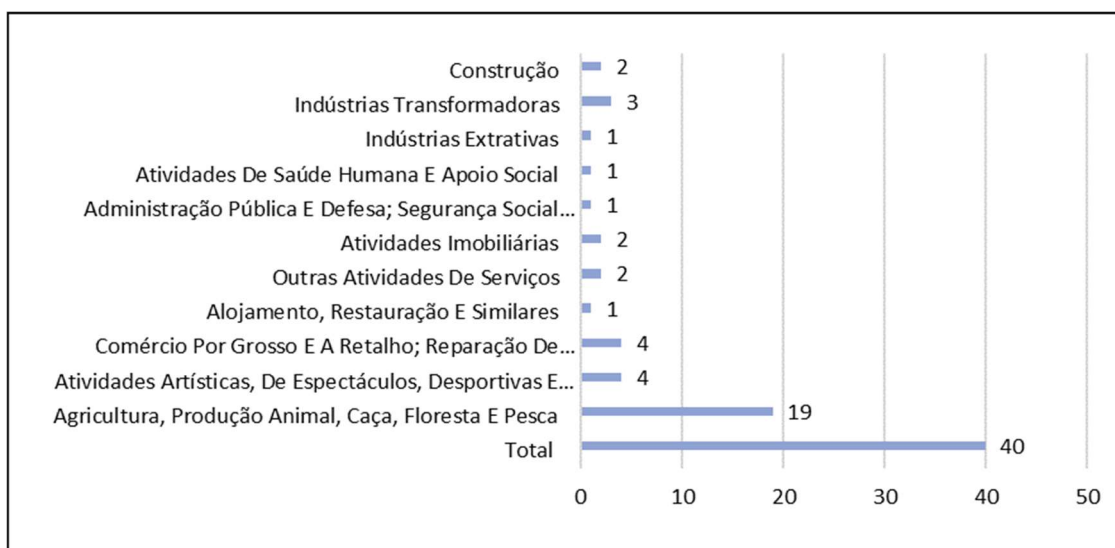
5.2. As empresas com maior impacto na UF

Para falar das empresas e das associações da UF recorreremos basicamente às mesmas fontes. É com base nessas mesmas fontes e noutras que se manifestam pertinentes que apresentamos alguns dados considerados pertinentes para o conhecimento do setor produtivo e social da UF.

Antes de apresentarmos as empresas que se destacam em cada um dos setores na UF deixamos uma amostra geral do tipo de empresas aqui sediadas. É clara a predominância das empresas no setor da agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca o que reforça o sentimento de que falamos de um espaço onde dominam as atividades tradicionais associadas ao mundo rural e à agricultura¹⁰⁵.

Consultamos ainda na mesma data uma outra fonte, que consideramos a mais completa e atual e que em Setembro de 2023 revelava as mesmas 40 empresas registadas na UF sendo na sua maioria, por atividade, relacionadas com Agricultura, Produção Animal, Caça, Floresta e Pesca. De salientar que as empresas registadas com Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas (4) são as Associações de Caçadores de que já falamos.

Gráfico 4 - Empresas registadas na UF por Atividade Económica



Fonte: E informa – informação de empresas – diretório de empresas. Disponível em: <https://infoempresas.jn.pt/> (elaboração nossa)

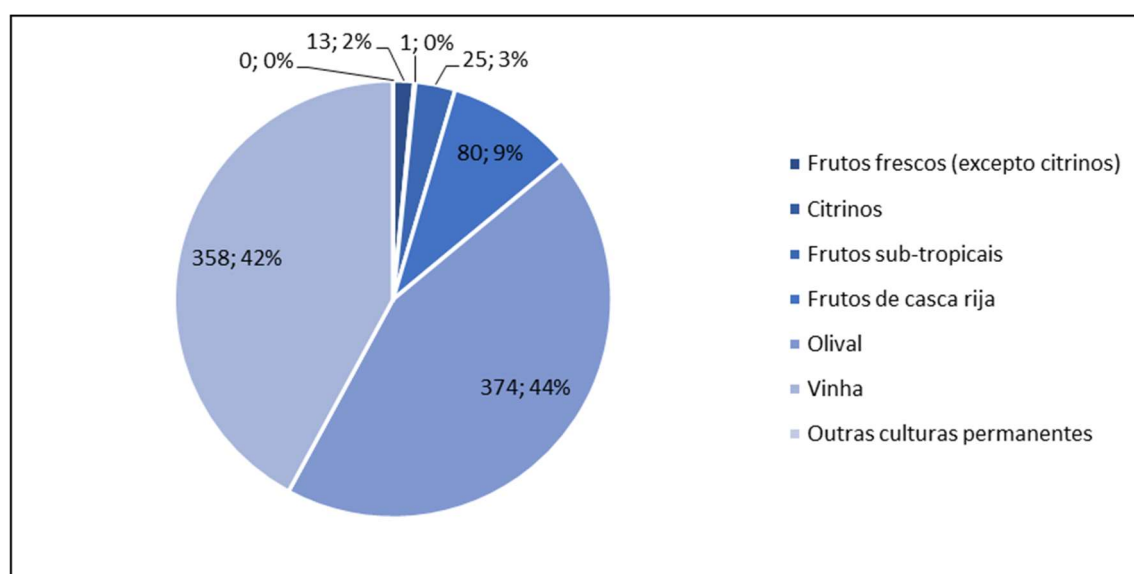
¹⁰⁵ E informa – informação de empresas – diretório de empresas. Disponível em: <https://infoempresas.jn.pt/>

Esta fonte identifica 40 empresas nas mais diversas áreas de atividade incluindo associações e instituições. Pela análise que efetuamos e pelo conhecimento e informações que fomos recolhendo ao longo do trabalho de campo, conseguimos identificar cada uma das empresas indicadas embora algumas delas apresentem atividade reduzida ou nula. Comparando as fontes consultadas verificamos diferença no número e nas empresas identificadas. Por não conhecer a totalidade da realidade da UF recolhi informação junto de alguns residentes e há empresas identificadas como estando sem atividade e outras que são totalmente desconhecidas, mesmo com indicação da morada. Sabe-se quem reside ou residiu naquela morada, mas nem se conhecia o facto de ter uma empresa ali registada.

Assim, daremos destaque aquelas que, de uma forma ou outra, tem maior reconhecimento por parte da população, quer pela sua dinâmica na forma como absorvem mão de obra local bem como pela dimensão e imagem que ganharam junto do grande público. Estas empresas são essencialmente baseadas em atividades agrícolas.

Com mais pormenor apresentamos os dados referentes a 2019 e dão-nos uma ideia da diversificação dos produtos agrícolas que se produzem na UF tendo em conta a dimensão da superfície ocupada por tipo de culturas permanentes, num total de 851 ha. Não há, pela observação realizada, indicadores de que esta realidade se tenha alterado significativamente nos últimos 3 ou 4 anos.

Gráfico 5 - Superfície das culturas permanentes (ha) na UF, 2019



Fonte: Instituto Nacional de Estatística. Disponível em: <https://www.ine.pt/>

Desta forma, parece-nos pertinente, nesta fase, fazer referência às empresas do setor agrícola registadas na UF, a primeira consulta a este tipo de informação foi no início de 2022 não tendo havido, à data da revisão final, alterações significativas relativamente aos primeiros registos consultados.¹⁰⁶

Não posso negar que foi com surpresa que tomei conhecimento destes números, são 25 empresas registadas¹⁰⁷ o que me pareceu sem dúvida um número relativamente elevado tendo em conta o conhecimento que já possuía do tecido empresariais da UF. Contudo fazendo uma análise detalhada foi fácil perceber que para além destas empresas existem outras, com maior visibilidade da UF e que não surgem nestes registos porque a sua sede está registada fora da UF.

Se consideramos as 437 pessoas residentes à data dos Censos de 2021, podemos dizer que existe uma empresa ou associação por cada 11 residentes. Talvez este número não passe disto mesmo. Podemos aferir pela nossa vivência e colheita de dados que existem outras empresas a laborar na UF e que não aparecem na lista ou por terem a sua sede registada noutra localidade ou porque sendo recentes ainda não constam da listagem que consultamos.

Fazemos agora referências às empresas registadas, identificando apenas as que têm maior visibilidade junto dos residentes, aquelas que, se falarmos do nome têm pelo menos noção que existem nem que seja por relação com o passado.

Empresas registadas e com atividade ativa na aldeia do Carrascal, identificamos o Carlos José Correia dos Santos, unipessoal, Lda. (Café, Restaurante e Merceria) de que falaremos com algum detalhe mais à frente e a Manuel Francisco Oliveira Almodôvar, & Herdeiros Lda. (mais conhecida como a padaria).

Esta última empresa, está sediada no Carrascal há mais de 40 anos, foi comprada por um senhor, vindo de outra aldeia do distrito de Évora, à família que desde sempre teve o monopólio da confeção e venda do pão na aldeia e nas redondezas. Falo da padaria que ainda hoje continua a fazer pão e a comercializá-lo dentro e fora da UF. Hoje são os filhos que estão ao comando da empresa. Os pais já morrerem, mas a tradição mantém-se e a empresa vai sobrevivendo a cada dia, reinventando necessidades e mercados. Os consumidores de pão feito na padaria aqui na aldeia do Carrascal são cada vez menos. O pão é vendido diretamente ao público na padaria ou na merceria local. Continua a haver, como aliás sempre aconteceu, concorrência na venda do pão. Um vendedor ambulante de Arraiolos vem à aldeia todos os dias de manhã vender pão, se assim continua é certamente porque o público é suficiente para compensar os custos de produção e deslocação.

¹⁰⁶ Universia Portugal. Disponível em: <https://guiaempresas.universia.pt/>

¹⁰⁷ Outras fontes, como por exemplo o diretório das empresas, registam números diferentes essencialmente porque incluem ou excluem por exemplo associações ou instituições.

A Sociedade Agrícola da Herdade das Mouras de Arraiolos, S.A. pese embora o nome refira “de Arraiolos” está registada como empresa na UF e tem as suas instalações no Monte das Mouras situado entre São Gregório e Aldeia da Serra onde produz vinho e estão plantadas as vinhas que lhe dão origem. A vinicultura é a única atividade conhecida. É a empresa com maior impacto na aldeia do Carrascal e Aldeia da Serra principalmente no que diz respeito à empregabilidade que esta proporciona. No início de 2023 estavam a trabalhar na herdade cerca de 10 a 15, homens e mulheres, residentes no Carrascal e na Aldeia da Serra.

“Mas agora tudo é diferente”. Diz quem lá trabalhou que nos anos 80 chegavam a ser 100 pessoas a trabalhar na herdade, no tempo da vindima. Todo o trabalho era manual, a manutenção dos campos onde a vinha estava plantada, a poda, a apanha da uva, o transporte para o monte. Hoje tudo se faz com máquinas, com tratores equipados especificamente para cada função. O tratamento das terras e mesmo a vindima é feita com recursos a máquinas, uma faz o trabalho de 15 ou 20 homens com maior rapidez e com custos mais reduzidos.

Na altura da vindima juntava-se os mais novos, alguns estudantes, que desta forma ocupavam o tempo livre das férias e ganhavam algum dinheiro para os seus gastos pessoais ou para ajudar a família.

A herdade fica situada entre São Gregório e Aldeia da Serra, a meio caminho entre as duas localidades. “Com uma extensão de 326 hectares, exclusivamente destinada à produção e transformação de uvas, iniciou-se em 2002 a plantação de 227 hectares de vinha contínua, processo que terminou em 2005, ano da primeira colheita (...) tem uma área coberta de 4700 m² e uma capacidade de armazenamento de 8.500.000 de litros (...) Está equipada com um moderno laboratório.”¹⁰⁸

Apresenta-se ainda como dotada de grande capacidade de produção de vinho aliada às mais recentes inovações tecnológicas. Esta é seguramente uma das empresas que representa o que se espera hoje que venha a ser o novo rural no que diz respeito às empresas e explorações do setor agrícolas. O seu nome e os seus vinhos já ganharam notoriedade por todo o país e podem ser comprados em qualquer supermercado.

Perante a dimensão relativamente grande desta empresa e a sua proximidade física com as aldeias de Carrascal, São Gregório, Casas Novas e Aldeia da Serra, percebemos que a mesma se relaciona com as gentes locais pelos postos de trabalho que cria e que já referimos. Não vislumbramos qualquer outro tipo de benefício direto ou indireto para a população. A compra do vinho diretamente na adega e a preços mais acessíveis, por exemplo, não é possível a não ser por intermédio de alguns colaboradores.

¹⁰⁸ Herdade das Mouras de Arraiolos. Disponível em: <https://www.mouras.pt/>

Estamos perante uma empresa do setor agrícola apresentada em site próprio como associada ao nome de Arraiolos, retirando desta a notoriedade quer do nome da Vila quer dos seus famosos Tapetes de Arraiolos, conhecidos em todo o mundo. Trata-se de uma marca muito difundida que tem levado o nome de Arraiolos pelo país e além-fronteiras. Fazendo uma viagem pelo site da empresa percebe-se a dimensão da mesma no que respeita à capacidade de produção e também a forma como promove a sua imagem “a reboque” do conceituado nome “Arraiolos” conhecido mundialmente pelos seus tapetes, os Tapetes de Arraiolos”. Até mesmo os nomes dos vinhos reforçam esta ligação, veja-se por exemplo a gama “Conde de Arraiolos” a “Herdade das Mouras de Arraiolos” e ainda “o Castelo de Arraiolos”. Não há, nesta marca, qualquer referência à UF nem às aldeias que a acolhem há muitos anos e neste momento são o principal fornecedor de mão de obra e de um fator fundamental à produção, a água. Esta é fornecida pela UF e sai do mesmo local que a água consumida pela população do Carrascal, Aldeia da Serra, Casas Novas e Bardeira. Desconhecemos se alguma entidade local tomou alguma iniciativa no sentido de haver, na marca, alguma referência à UF promovendo desta forma o nome não só de Arraiolos, mas também da UF. A título de exemplo, pode ler-se no rotulo de uma garrafa de “Tapada das Lebres” - “Soc. Agric. da Herdade das Mouras de Arraiolos, 7041-909¹⁰⁹ Arraiolos, Portugal”.

A outra “grande” empresa da UF está também relacionada com o setor agrícola e com a inovação e diversificação na forma como se faz agricultura hoje. A empresa dá pelo nome de Pepe Aromas, fica situada em Vale do Pereiro, utiliza o nome da aldeia nos seus produtos, mas está registada na Azaruja, localidade de origem dos proprietários. Uma visita ao site da empresa¹¹⁰ permite-nos ficar a conhecer as atividades desenvolvidas e os produtos produzidos e comercializados na própria empresa. Trata-se de um “projeto agrícola 100% biológico e comprometido com o meio ambiente”, pode ler-se. Iniciou a sua atividade em 2005 e produz figueiras-da-índia. O fruto destas “árvores” é depois comercializado fresco ou transformado nos mais variados produtos, desde as compotas aos sabonetes. A empresa está em expansão e aposta noutras áreas nomeadamente no turismo.

A Sociedade Agrícola da Comenda, Lda.¹¹¹ é outras das empresas ligadas à vinha e ao vinho, de dimensão significativa e de marca reconhecida. Os inúmeros prémios já ganhos e apresentados no site da referida Sociedade são disso prova. Embora possa não ter o peso da Herdade das Mouras, no que respeita à absorção de mão de obra local, esta é outra das herdades onde também se plantam vinhas, se produz e comercializa vinho. Dedicar-se também à produção de azeite e ao Agroturismo. São organizadas provas de vinho mediante marcação. Está identificada na Rota dos Vinhos do Alentejo como sendo

¹⁰⁹ Este código postal é de um apartado sediado na estação de correios de Arraiolos

¹¹⁰ Pepe Aromas. Disponível em: <https://www.pepearomas.com/>

¹¹¹ Comenda Grande – Vinho Regional Alentejano. Disponível em: <https://comendagrande.pt/>

de Arraiolos, contudo a herdade também pertence à UF. Aqui plantam-se vinhas, castas tintas e brancas e também há espaço para as oliveiras. “(...) tem vindo a acompanhar a reconversão da agricultura alentejana, efectuando um conjunto de investimentos de vulto nesse sentido. Assim a par da reconversão de parte do sequeiro em regadio, reforçou as áreas de floresta privilegiando o sobreiro - *Quercus Suber*- instalou 30 ha de vinha em talhões extremes e plantou um moderno olival também em cerca de 30 ha.”¹¹²

A Sociedade Agrícola da Sossega, Lda. é outra das empresas com sede na UF registada com atividade de viticultura, e tem a sua sede social no Monte do Pintor. “O primeiro vinho produzido por esta sociedade data de 1993. Em 1995 iniciou-se a comercialização de um vinho regional alentejano com a marca *monte do pintor*”¹¹³

A Sociedade Agrícola Herdade da Cabeceira, Lda., embora registada em Évora tem a sua exploração agrícola na área da viticultura nas terras da UF entre Carrascal e Vale do Pereiro. A herdade tem 52 hectares de vinha e foi adquirida, em 2021, pelo grupo LW (Lindeborg Wines) que já havia adquirido outras Quintas em Portugal para produção de vinhos de qualidade com vista à sua comercialização no país e em todo o mundo. A razão da escolha deste local é descrita da seguinte forma “Excelente terroir para produção de vinho em Arraiolos, Alentejo – Regiões de planícies ondulantes, o Alentejo tem uma paisagem relativamente suave e plana que se estende por quase um terço de Portugal continental”. São ainda salientadas as características climáticas favoráveis à produção de vinho de qualidade. Pese embora o pouco tempo decorrido desde a aquisição da herdade esta já tem uma marca de vinho “Vila Justa seleção Branco/tinto 2021”. O Vila Justa tinto recebeu o prémio da “escolha da imprensa 2022”.¹¹⁴ Desta forma verificamos mais uma vez o interesse e o potencial das terras da UF no que respeita à produção de vinho. Mais uma vez também, exploramos várias fontes, relacionadas com a herdade e com os vinhos e a única referência geográfica é ao Alentejo e como descrevemos a Arraiolos. O nome da UF volta a ficar fora desta dinâmica. A relação e o conhecimento que a população tem desta realidade passa apenas pelo facto de um residente trabalhar na herdade. A restante mão de obra é nacional, mas vem de outros pontos do país.

A Herdade do Cabido - Exploração Agrícola, Lda., a par da Herdade das Mouras, é das explorações agrícolas que mais empregos criou absorvendo a mão de obra que nos anos 70 e 80 havia em abundância na UF e nas aldeias e vilas das redondezas. Com postos de trabalho fixos, mas principalmente respeitando a sazonalidade das culturas, era um ritual diário um trator e um reboque com bancos de ferro acoplados passar pelas ruas e levar para as herdades os homens as mulheres que desta forma garantiam um salário para sustento da família.

¹¹² Comenda Grande – Vinho Regional Alentejano. Disponível em: <https://comendagrande.pt/>

¹¹³ Monte do Pintor. Disponível em: <https://www.montedopintor.com/>

¹¹⁴ Herdade da Cabeceira. Disponível em: <https://herdadedacabeceira.com/>

Hoje, nesta herdade à semelhança das outras que já falamos, impera uma nova forma de fazer agricultura e pecuária. Continua a semear-se arroz, tradição que vem de longos anos e que se tem mantido graças às reservas de água da Barragem do Divor e de outras fontes de armazenamento de água de menores dimensões. Antes os campos eram preparados por homens e mulheres que também faziam a sementeira e a manutenção dos campos até à maturação e colheita do cereal. Mas tarde, há 10 ou 15 anos era utilizada uma avioneta para espalhar as sementes, os adubos e as “químicas” para dominar as pragas de insetos. Agora os campos são preparados com uma máquina própria que permite semear o arroz nos campos alagados, basta uma pessoa para que o trabalho se faça. A colheita é feita por outra máquina especialmente concebida para este efeito.

Dada a dimensão da herdade, os seus donos que nela trabalham (pai e 2 filhos), arrendam a outros, alguns espanhóis, parte do território para outro tipo de exploração agrícola, como por exemplo a plantação de tomate e mais recentemente de figos da Índia. A rotatividade das culturas permite que a terra se mantenha cultivável e com produtividade suficiente para justificar o investimento. A plantação do tomateiro é feita de forma totalmente mecanizada. Uma máquina vai passando pelo terreno, abre pequenos orifícios, coloca a planta (tomateiro), aconchega a terra e deixa logo uma fita que vai permitir a rega (automática) de toda a plantação. A colheita exige outro tipo de máquina, mas essa também está ao serviço dos agricultores. Na grande maioria são máquinas alugadas sazonalmente para cada tipo de trabalho. Um homem e uma máquina altamente especializada é o que basta para em poucos dias a plantação estar feita ou a colheita terminada. A mão de obra humana praticamente não existe. São os donos das terras ou quem as arrendou que faz o trabalho todo e não é necessário mais, pontualmente podem ser contratados um ou dois homens para algum tipo de trabalho acessório ao de agricultor, montar uma vedação, reparar uma ou outra que esteja danificada entre outras tarefas relacionadas indiretamente com o trabalho agrícola.

O mesmo acontece com os olivais ou com qualquer outro tipo de cultura. A plantação de feno, que também se faz nesta herdade e que se destina à alimentação do gado, está também totalmente dependente destas novas tecnologias que a cada dia que passa estão mais desenvolvidas e eficazes no desempenho das tarefas agrícolas que antes eram feitas por mãos humanas.

Assim, tal como acontece na grande maioria das explorações agrícolas, mesmo os que trabalham nestas herdades em atividades agrícolas desempenham funções mais específicas impregnadas de maquinaria e com outro grau de exigência e de conhecimentos. Esta mudança de paradigma ocorreu de forma muito rápida, o que era uma realidade à 30 ou 40 anos hoje só existe na memória de cada um. A mão de obra abundante tornou-se mais escassa e muitas das herdades empregadoras chegaram mesmo a interromper a sua atividade para agora em pleno séc. XXI voltarem ao ativo com novas formas de trabalho, novos produtos e novos mercados. De alguma forma

todas as empresas de que falamos podem ser enquadradas nesta descrição. A industrialização da agricultura já chegou e veio para ficar.

Uma das últimas empresas a fixar-se na UF dá pelo nome de 2 Plant - Agricultura, Lda., está registada na UF e iniciou a sua atividade em dezembro de 2017 e, oficialmente, dedica-se à cultura de outros frutos em árvores e arbustos, ou seja, na prática, mirtilos. Este projeto nasceu da vontade de um senhor que residente na zona de Lisboa, mas que sempre nutriu gosto pelo Alentejo. A determinação foi maior, o projeto foi aprovado e recebeu os financiamentos a que tinha direito. O senhor com pouco mais de 40 anos instalou-se na aldeia, comprou casa e passa aqui a maior parte do tempo interagindo de forma dinâmica com a população local. A família que continua a residir “em Lisboa” vem passar alguns fins de semana. Desta forma temos hoje, praticamente à entrada da aldeia do Carrascal, uma plantação de mirtilos que, pese embora não possam ser diretamente vendidos à população dadas as imposições burocráticas deste tipo de projeto, já alguns provaram e todos sabem que ali se “produzem” mirtilos, frutos que tradicionalmente não entram nos hábitos alimentares da generalidade da população. Praticamente 100% da produção é para exportação e o modo de produção totalmente biológico.

Da conversa tida como proprietário desta empresa a grande dificuldade sentida no início do projeto foi a mão de obra¹¹⁵. Não há mão de obra disponível na aldeia nem nas localidades vizinhas. A forma de colmatar esta falta foi recorrer a empresas de trabalho temporário que “fornecem” essa mão de obra de acordo com as necessidades quer sejam pela sazonalidade quer pela especificidade da cultura e manutenção das plantas e frutos. A mão de obra é estrangeira, e vão aparecendo a tempos grupos com cerca de 10 homens todos eles vindos dos países da Ásia do Sul. Um dos primeiros grupos a chegar era de nacionalidade timorense, depois chegaram outros grupos na sua grande maioria indianos.

De forma muito breve tentamos fazer um retrato da paisagem agrícola da UF que no fundo vai ao encontro daquilo que se espera para o desenvolvimento no mundo rural. Novas empresas, novas tecnologias, novos produtos ou, pelo menos, nova forma de os produzir e de os apresentar ao mercado.

Para além das empresas que se dedicam em exclusivo à produção e transformação de produtos agrícolas não podemos deixar de parte as empresas que acrescentam a esta vertente a produção animal ou a fazem em exclusivo. Diríamos que, nos campos que não estão cultivados há animais a pastar e alguns são cultivados, ou tratados com esta finalidade. A exploração de gado ovino e bovino é muito frequente e tem diversos destinos, o consumo humano, a produção de leite ou mesmo a reprodução das espécies com vista ao melhoramento das mesmas. Não há matadouros nem indústria transformadora de produtos alimentares que se conheça na UF.

¹¹⁵ Voltaremos a este tema quando caracterizarmos a população do ponto de vista da sua situação profissional

Também a este nível, da produção animal, a “industrialização” veio para ficar. Não há pastoreio, os animais vivem dentro de cercas construídas para o efeito, alimenta-se do que o campo produz e só em situações específicas são alimentadas com outro tipo de alimento que lhe é distribuído com ajuda de um trator, que leva o alimento até ao local escolhido. Um homem basta e este trabalho não se faz todos os dias. A água é servida em recipientes próprios também eles criados para serem praticamente autónomos. Ou estão ligados a uma fonte de água ou está guardada em grandes depósitos, abastecidos pontualmente, que vão fazendo a distribuição conforme as necessidades dos animais.

Sem nos alongarmos neste tema é imperativo fazer referência à Herdade da Murteira, situada a escassos 1000 metros do Carrascal onde, desde há mais de 20 anos se criam, tratam e preparam para as touradas os touros bravos de uma afamada família ligada à tauromaquia. A empresa não está registada na UF, mas a sua atividade desenvolve-se aqui bem próximo da aldeia do Carrascal. É nesta herdade que fica situada uma das maiores antas da UF, completamente inexplorada, mas já do conhecimento do Departamento de História e Arqueologia da Universidade de Évora, prevendo-se que venha a ser “explorada” em breve por professores e alunos.

Existe ainda duas explorações animais, dedicadas à criação de gado ovino. São atividades familiares que passaram de pais para filhos. Não podemos afirmar que se trata de empresas uma vez que não conseguimos identificar o registo das mesmas. Uma delas dedica-se à criação de gado ovino para exploração e comercialização do leite, a outra para comércio dos animais. Todos na aldeia conhecem os donos e as explorações, ficam a menos de 1 km do Carrascal, contudo quando questionamos por exemplo se conhecem qual o destino final da produção praticamente todos dizem desconhecer.

Tratando-se de explorações que passaram de pais para filhos, no que toca à criação do gado ovino, há, contudo, diferenças que importa referir e que de alguma forma refletem as alterações sentidas a este nível. Numa das explorações, dedicada à criação e venda dos animais para consumo, o dono das terras e das ovelhas era o pai, hoje na casa dos 80 anos, viúvo. O filho ajudava pontualmente, estudou, casou e foi morar numa vila das redondezas, trabalhou fora do setor agrícola, tem duas filhas jovens adultas. A alteração da situação familiar permitiu que voltasse a casa dos pais (um monte) e que passasse a ter como atividade principal a exploração agrícola dos campos para alimentação dos animais a quem também se dedica. As filhas acompanham-no muitas vezes nestas atividades embora estejam ambas a estudar na Universidade.

Na outra situação, o pai, também na casa dos 80 anos e viúvo, dedicava-se em exclusivo à criação de ovelhas para venda. O filho mais velho que havia saído do monte para estudar (fez formação superior na área da agricultura), casou e morou muitos anos com a família numa cidade do centro do país. Voltaram a Évora e o objetivo era dar continuidade à produção animal. Assim foi, embora a residir em Évora, o monte (nas imediações do Carrascal) passou a ser o seu local de trabalho. A exploração foi alargada,

equipada para a extração de leite, com todos os equipamentos tecnológicos necessários a essa atividade. Os animais passaram a ser os adequados a esta função. Desde há alguns anos o irmão mais novo trocou a fábrica onde trabalhava pela exploração agrícola e recentemente Évora pelo monte como local de residência.

A Agro-Cordas - Sociedade Agrícola Lda., tem a sua sede no Monte do Álamo, situado junto à estrada que liga a N4 a Vale do Pereiro. Tem a sua atividade registada como Criação de Outros Bovinos (Exceto para Produção de Leite) e Búfalos. A atividade principal está relacionada com a criação de gado bovino. Salientamos o facto desta Sociedade ter data de constituição de 2002¹¹⁶. A nossa visita virtual ao monte revelou o mesmo nome, mas outra data – 1813.¹¹⁷ Presumimos que a mesma diga respeito ao ano de construção do Monte. Sabemos pelas informações recolhidas junto da população mais velha que este monte existe há muito tempo e que foi durante muitos anos uma referência na agricultura da região absorvendo muita mão de obra das aldeias vizinhas.

Registamos ainda uma outra exploração de gado bovino, no Monte da Gorda, onde os animais são criados e preparados para a reprodução da espécie de acordo com os padrões de qualidade definidos.

Do que conseguimos apurar nas várias conversas tidas com os residentes sobre quem são os proprietários das terras em volta da aldeia e dos animais que nelas habitam não conseguimos apurar com exatidão a sua identidade. A grande maioria das herdades são de não residentes, e algumas estão arrendadas a outros, mas não se sabe a quem. As herdades são vedadas, e quando muito alguém vai ao local garantir o alimento (na falta de pastagem) e água. Se percorrermos as estradas da UF é frequente encontrar os rebanhos de ovelhas ou as manadas de vacas, bois e touros. Raramente se vê algum ser humano por perto. A supervisão humana é pontual. Não há pastoreio nem pastores.

A silvicultura e exploração Florestal das quais são exemplo duas empresas com sede na UF, Joaquim Ferreira Nogueira, unipessoal, Lda. e Sociedade Valepereirense - extração de lenhas, cortiça e seus derivados, Lda., têm a sua sede em Vale do Pereiro e a Herdade da Serra de Arraiolos, Exploração Florestal e Agroturismo, Lda. na Aldeia da Serra, confirmam a existência de outras formas de exploração dos campos.

Impera a diversificação na forma de ocupação dos solos e na forma como se exploram os recursos existentes. Desta forma podemos com segurança dizer que na UF e em concreto junto ao Carrascal que não há campos abandonados. Todos tem uma função.

Para completar este cenário importa ainda referir a existência de vários monumentos megalíticos, principalmente Antas, que povoam os campos da UF, mas das quais não há registo formal pelo que continuam por explorar. Não se conhece qualquer intervenção

¹¹⁶ Kompass. Disponível em: <https://pt.kompass.com/>

¹¹⁷ Google Maps - União das freguesias de São Gregório e Santa Justa. Disponível em: <https://www.google.com/>

de um qualquer organismo público que tenha feito o levantamento e o registo deste património pese embora seja essa uma das funções da Direção Geral do Património Cultural¹¹⁸. No final de 2022 uma das Antas, situada na herdade da Murteira, e considerada pelos populares como uma das maiores da UF, foi identificada e fotografada no âmbito de um trabalho académico de um aluno de licenciatura em História e Arqueologia da Universidade de Évora. Desta forma foi dado a conhecer, pelo menos no seio académico, a existência deste exemplar do património existente.

E se a presença humana nestes campos se pode inferir pela existência das Antas, também podemos dar um passo ao futuro e referir a existência de uma Central Solar Fotovoltaica instalada na herdade do Mendo Marco, do ano de 2021 e contou, na sua inauguração, com a presença de João Matos Fernandes, ministro do Ambiente e da Ação Climática, e João Galamba, secretário de Estado da Energia. O investimento é da responsabilidade de uma empresa espanhola. “A Solaria vai instalar três centrais com uma capacidade de 64 megawatts, um investimento de 23 milhões de euros. Estas foram as primeiras centrais do leilão de 2019 a serem concretizadas.” Pode ler-se no site consultado. Não há registo de outros investimentos de género, contudo antevemos que este não venha a ser caso único na UF.¹¹⁹

Em conclusão, tendo por base a informação recolhida quer junto de fontes oficiais quer junto da população e fruto da investigação que desenvolvemos, podemos dizer que na UF o mundo rural está vivo. Os campos estão ocupados, as produções agrícolas e pecuárias continuam a produzir ou chegaram agora com perspectivas de futuro. Saem destes campos os mais diversos produtos para os mais diversos locais do país e do mundo¹²⁰. A forma como são produzidos e a necessidade de mão de obra são os fatores que mais evoluíram nos últimos tempos. Se há 50 anos tudo no campo dependia de mão humana, hoje tudo depende de máquinas cada vez mais específicas e tecnologicamente avançadas e de uma só pessoa que as saiba conduzir e operar. Da mão de obra generalista passamos a uma mão de obra especializada em dimensão muito mais reduzida e em algumas situações vindas de países longínquos como a Índia ou Timor.

Sentimos que a relação entre a população e as explorações que temos vindo a falar é hoje uma relação fria e distante, muito diferente da que existia antes. Esta realidade justifica-se em parte pelo facto de que hoje as pessoas já não trabalham no campo, não conhecem os proprietários atuais e não sabem o que se produz, como se produz e com que finalidade. O campo está longe dos mais velhos que o recordam muitas vezes com saudade e sinónimo de tempos difíceis. Está longe dos mais novos cuja passagem pelo

¹¹⁸ EPortugal.gov.pt - Direção-Geral do Património Cultural. Disponível em: <https://eportugal.gov.pt/>. Eixos de atividade: “O conhecimento, o inventário, a salvaguarda, a conservação, a valorização, a divulgação do património cultural arquitetónico, arqueológico, móvel e imaterial, e a execução da política museológica nacional.

¹¹⁹ Água e ambiente – Portal Ambiente online. Disponível em: <https://www.ambienteonline.pt/>

¹²⁰ Como referimos há explorações cuja produção é inteiramente para exportação, outras embora possam vender os seus produtos a intermediários portugueses sabem que o destino final é a exportação.

rural e pelas atividades que envolve foi curta ou nunca existiu. Restam aqueles que hoje trabalham na área da produção do vinho¹²¹, contudo o seu trabalho, as suas funções numa herdade onde tudo está mecanizado e industrializado pode considerar-se mais próximo do trabalho numa fábrica do que do trabalho no campo. Até mesmo a mão de obra necessária para o cuidado e manutenção da vinha (ao ar livre) é especializada e requer competências técnicas específicas que permitam operar tratores e máquinas agrícolas. A própria empresa promove formação profissional com vista à qualificação dos seus colaboradores.

Relembramos ainda outras formas de ocupação do espaço rural e que passam, aqui na UF, essencialmente pelo turismo rural. Não vamos desenvolver o tema, não que não lhe reconhecamos valor, mas porque em rigor é mais ainda que as empresas de que falámos um tema que “passa ao lado” desta população. Os turistas que se instalam nos montes não frequentam a aldeia, não compram, não comem nem bebem no comércio local. Só um dos alojamentos tem uma colaboradora residente no Carrascal. Não podemos considerar que são criadores de postos de trabalho nem dinamizadores da economia local. Os residentes sabem que alguns existem porque ouviram falar. Diria, pela percepção desta realidade que, o turismo rural ou de qualquer outra natureza, não tem nenhuma relação com os que aqui residem. Haverá certamente muitas ilações ou explicações para este fenómeno que deixamos aqui em aberto.

Deixamos apenas a apresentação das unidades de maior relevo e que um dia, aqui na aldeia, já alguém ouviu falar e que facilmente podemos ver divulgadas nos sites sobre o tema.

Uma dessa unidade de turismo rural esta situada na Quinta do Funchal, a cerca de 1 km do Carrascal. Esta morada alberga oficialmente a Sociedade Imobiliária Quinta do Funchal, Lda. e a Qf Project Building, Unipessoal Lda., mas a sua atividade é reconhecida pela Casa de Campo – Quinta do Funchal e podemos encontrar referências em vários sites de reservas de hotéis. Está em funcionamento há mais de 20 anos e alia ao turismo a produção, em pequena escala, de frutos secos para comercialização (nozes). Também nesta exploração impera a mecanização dos meios de regadio e fertilização das árvores carecendo assim de mão de obra muito reduzida. Sazonalmente são contratadas algumas pessoas para a apanha dos frutos.

Recentemente abriu uma outra unidade de turismo rural a cerca de 800 metros da anterior. Trata-se de um monte que foi recuperado pela filha e genro da proprietária com esta finalidade. Todos residiram no Carrascal, agora vivem em Arraiolos. Vai abrir portas este Verão (2023). Dá pelo nome de Monte da Raposeira e já está divulgado em algumas plataformas digitais sobre o tema¹²².

¹²¹ A Herdade das Mouras é disso um bom exemplo

¹²² Alentejo caiado de fresco – Disponível em: <https://www.visitalentejo.pt/>

De referir ainda a existência de mais um espaço de turismo rural sediado na UF, no Monte da Oleira – o Monte Azul da Oleira¹²³

Se esta dinâmica não se perder, e nada o faz prever, a UF vai continuar a receber novos investimentos, novos agricultores, e a dinamizar as novas formas de produção agropecuária conforme descrevem e esperam as autoridades locais, regionais, nacionais e internacionais. Os que existem parecem ter encontrado o equilíbrio suficiente para se manterem, contudo, nada é eterno e tudo muda, acreditamos que será assim no futuro tal como mostramos ter sido no passado (muito) recente.

5.3. A População (dados oficiais)

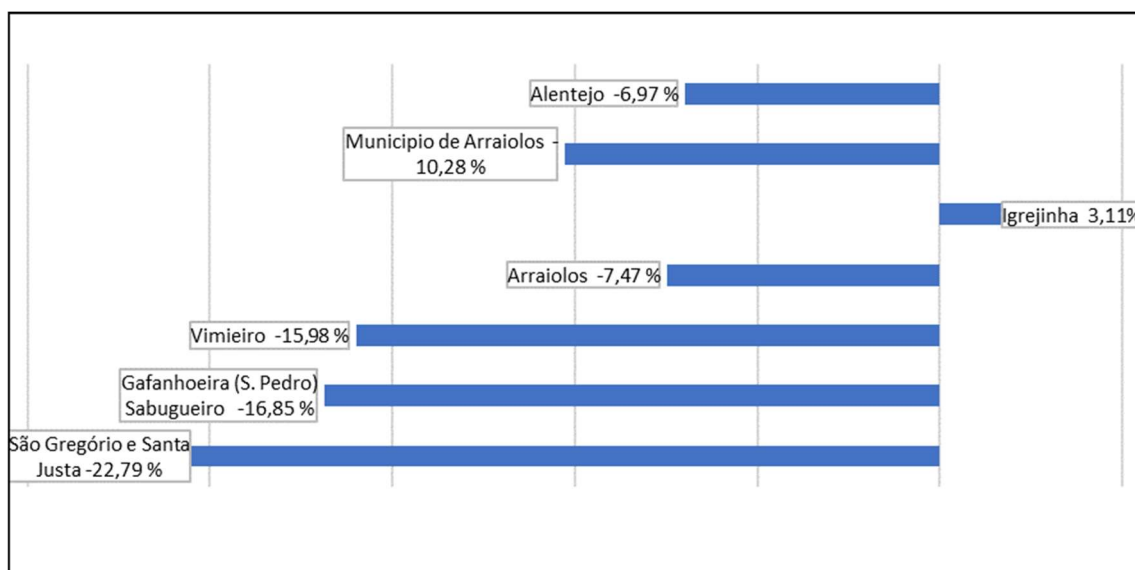
5.3.1. A População Residente

Referenciados, em termos globais, os indicadores que se manifestam de interesse para os objetivos a que no propusemos relativamente a este tema, importa agora apresentar os dados da população residente na UF. Consideramos, assim, a população como um conjunto de pessoas ligadas a um determinado espaço, num determinado período. Numa segunda fase desenhamos o nosso mapa, com indicação sobre o real número de pessoas que se relaciona mais ou menos diretamente com a UF e em especial com a aldeia do Carrascal.¹²⁴ Tentaremos, sempre que possível e tendo por base o trabalho de campo realizado, bem como as entrevistas realizadas, encontrar a razão ou justificação para os números apresentados, bem como complementar a nossa análise com as respostas dadas pelos entrevistados.

A taxa de variação da população residente na UF entre 2011 e 2021 foi de – 22.79% como se mostra no gráfico infra. Estes números, que foram o mote para esta investigação, são claros e permitem perceber que em 10 anos a UF perdeu mais de 20% da sua população residente. Ao incluir no gráfico a informação referentes ao Alentejo, ao município de Arraiolos e às outras freguesias do município, permite-nos perceber a tendência deste indicador e identificar que, das freguesias do município, a UF em apreço, foi aquela que mais perdeu população. Em números absolutos mais do dobro do que o município e três vezes mais que o Alentejo.

¹²³ Na Sombra do Alentejo – Turismo Rural. Disponível em: <https://na-sombra-do-alentejo.webnode.pt/>

¹²⁴ Instituto Nacional de Estatística – Censos 2021. Disponível em: <http://censos.ine.pt>

Gráfico 6 - Taxa de variação da População Residente, por local de residência, entre 2011 e 2021

Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Censos 2021. Disponível em: <http://censos.ine.pt>

Todo o Alentejo perdeu população embora com valores relativos muito inferiores aos registados nos outros locais. O município na sua generalidade também perdeu população. A exceção a esta redução da população foi a aldeia da Igreja, que viu aumentar a população nesta década. Este facto justifica-se em parte pela proximidade à cidade de Évora. Muitos terão optado por viver na aldeia, comprar casa a preços mais acessíveis e, sem grande investimento mensal, trabalhar em Évora. Como adiante veremos Évora como centro urbano, absorve muita da mão de obra de todos o concelho e também da UF.

A proporção da população residente de nacionalidade estrangeira no Alentejo é de 4,69% e de 1,95% no município de Arraiolos, a UF apresenta uma taxa superior com um valor de 2,29%. Do que nos foi possível verificar admitimos a existência de residentes na UF com nacionalidade estrangeira, são moradores que fixaram residência há já alguns anos, mas que não nasceram aqui e não tem aqui as suas raízes familiares, terão nascido fora de Portugal. Pelo menos uma das famílias residentes no Carrascal sabe-se que residiu muitos anos em Moçambique. Haverá certamente outras em toda a UF que justificam a percentagem de residentes de nacionalidade estrangeira.

Tendo por base este pressuposto procuramos outras fontes de informação que nos permitissem diversificar a forma como podemos olhar para os dados da população com base na informação disponível.

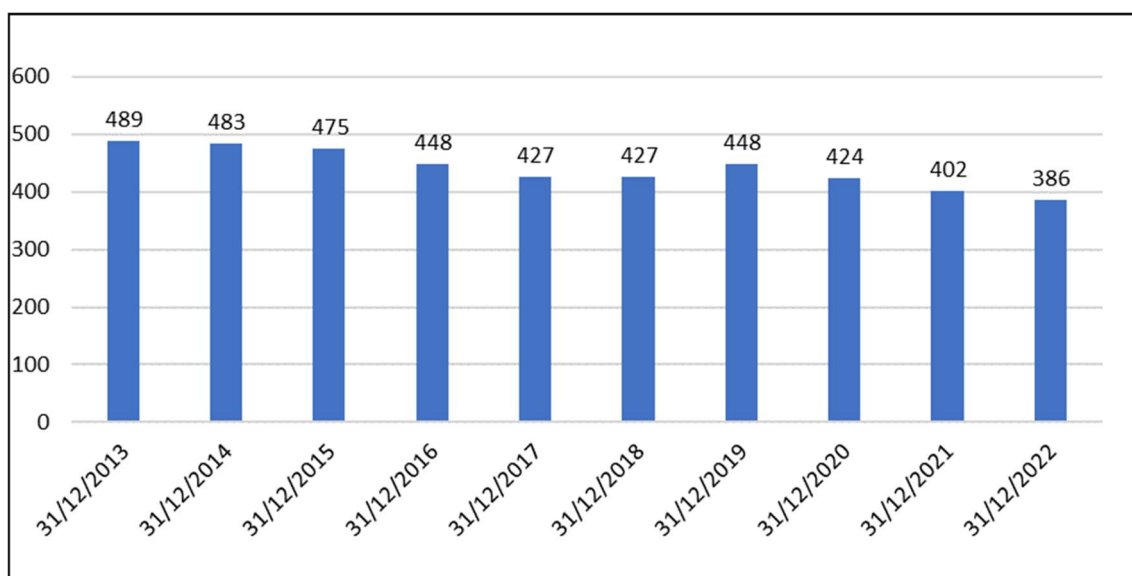
Verificamos ainda que “Todos os cidadãos nacionais residentes em Portugal e no estrangeiro são inscritos automaticamente no recenseamento eleitoral. O local do recenseamento corresponde à freguesia da morada que tiver declarado no Cartão de

Cidadão (...) A morada declarada no Cartão de Cidadão determina o local de recenseamento.”¹²⁵

Assim, de acordo com a consulta efetuada ao portal da Comissão Nacional de Eleições (CNE)¹²⁶, bem como ao portal da Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna (SGMAI)¹²⁷ podemos aferir a evolução do número de eleitores inscritos no recenseamento eleitoral tornado público em cada ano com referência aos dados relativos a 31 de Dezembro do ano anterior.

Esta fonte de informação permite uma leitura diferente dos números da população na medida em que dá conta dos eleitores recenseados, mas deixa de fora os residentes com menos de 18 anos, contudo permite fazer uma leitura da evolução do número de recenseados em cada ano. Não se verificam nos dados consultados, em qualquer dos anos, eleitores de nacionalidade estrangeira o que se explica pela forma como é feito o recenseamento e que supra apresentamos¹²⁸.

Gráfico 7 - Número de eleitores inscritos no Recenseamento Eleitoral, UF, anual



Fonte: SGMAI – Secretaria Geral – Ministério da Administração Interna. Disponível em: <https://www.sg.mai.gov.pt/>

¹²⁵ IRN – Instituto dos Registos e do Notariado. Disponível em: <https://irn.justica.gov.pt/>

¹²⁶ CNE – Comissão Nacional de Eleições. Disponível em: <https://www.cne.pt/>

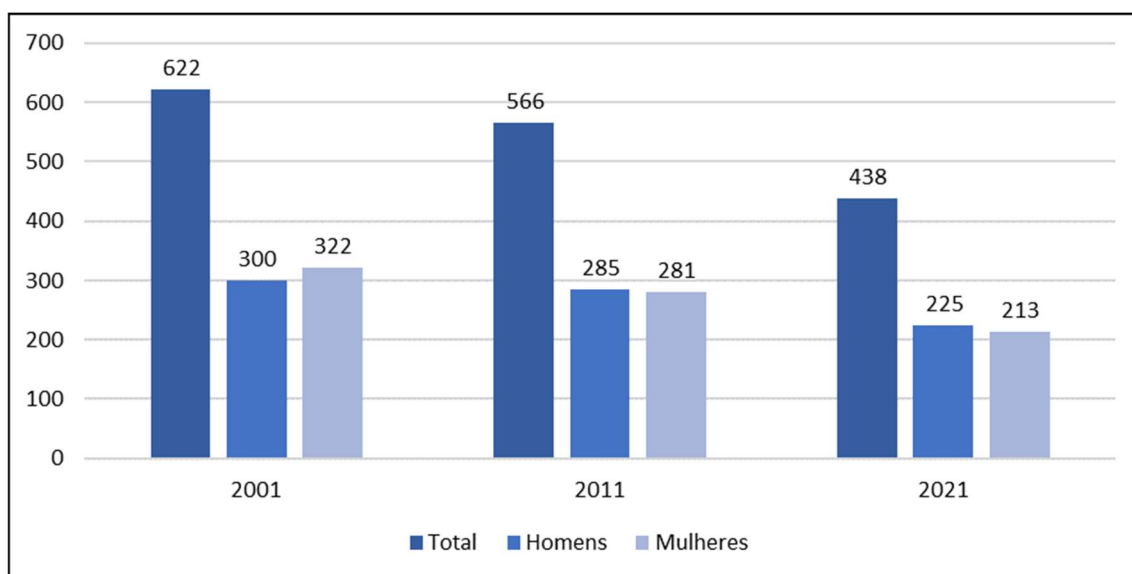
¹²⁷ SGMAI – Secretaria Geral – Ministério da Administração Interna. Disponível em: <https://www.sg.mai.gov.pt/>
Disponibiliza para consulta o caderno do Diário da República relativo a cada ano onde estão publicados os dados por freguesia e/ou UF.

¹²⁸ O intervalo de datas (2013-2022), para este indicador, bem como para outros em que mostramos uma evolução anual dos dados prende-se com o facto da fusão das freguesias ter ocorrido em 2013.

O gráfico supra apresenta e reflete a evolução do número de eleitores inscritos na UF. É evidente que nestes últimos 10 anos houve, pode dizer-se, estabilidade no número de eleitores. A média de eleitores é de 440,90, sendo valor mais alto registado em 2013 e o mais baixo em 2023. A diferença entre os polos é negativa. A UF perdeu 103 eleitores (21,1%) recenseados neste período, mas tal não aconteceu de forma abrupta, verificando-se ligeiras oscilações a cada ano, como se pode verificar no gráfico que também mostra esta tendência de decréscimo. Em rigor estes valores estão próximos e na mesma linha dos apresentados nos Censos no que respeita à diminuição da população da UF.

No que respeita em concreto os dados da população e a forma como esta tem evoluído, recuamos um pouco mais no tempo, e seguindo o mesmo critério de somatórios dos dados anteriores a 2013, contruímos o gráfico infra que nos mostra como evoluiu a população residente nos últimos 20 anos. Apresentamos a evolução da população por sexo desde 2001. É visível que a população tem vindo a reduzir ao longo dos anos, mas equilibrada entre homens e mulheres, pese embora em 2001 o número de mulheres fosse superior ao dos homens, facto que já não se verifica em 2021. Entre 2001 e 2021 a população residente passou de 622 residentes em 2001 para 566 em 2001 e para 438¹²⁹ em 2021, ou seja, de 2001 para 2021 são menos 56 pessoas e menos 139 pessoas se considerarmos o período entre 2001 e 2021 a residir neste espaço geográfico. Considerando o somatório do número de residentes das duas freguesias em 2011, contabilizamos 566 residentes, em 2021 esse número passou para 438. Desta forma, em números absolutos, residem menos 129 pessoas na UF num período de 10 anos. Logo podemos afirmar que a redução da população foi bem mais acentuada nesta última década que na anterior.

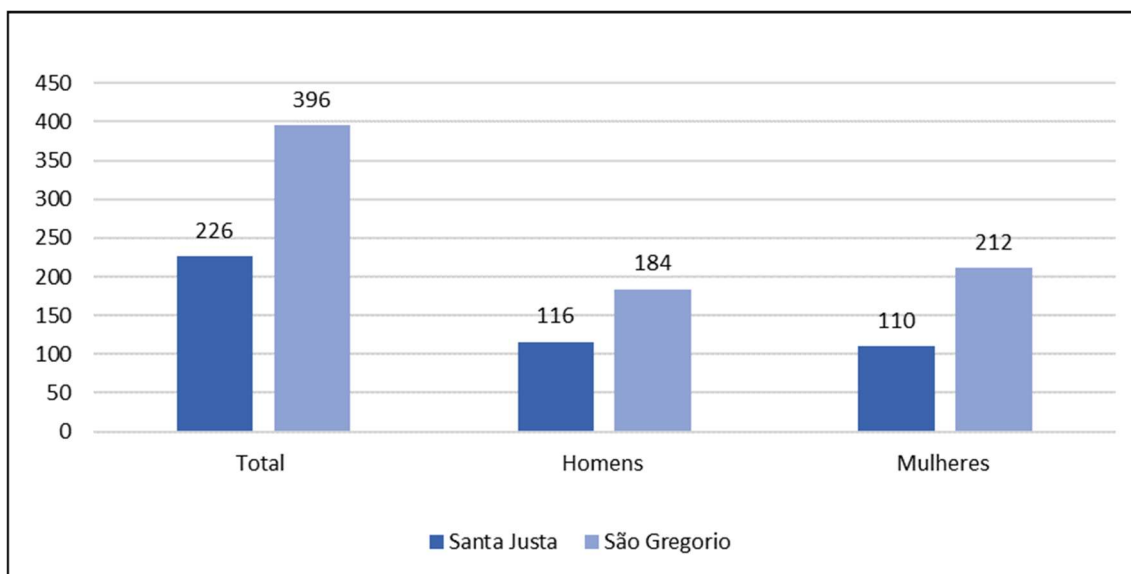
¹²⁹ Registamos numa última leitura uma divergência entre os números da população residente, o INE refere que são 437 residentes e não 438. Estamos convictos dada a frequência deste segundo valor que se tratou de um erro de cálculo ou digitação.

Gráfico 8 - Evolução da População (nº) por local de residência, por sexo, entre 2001 e 2021

Fonte: Instituto Nacional de Estatística. Disponível em: <https://www.ine.pt/>

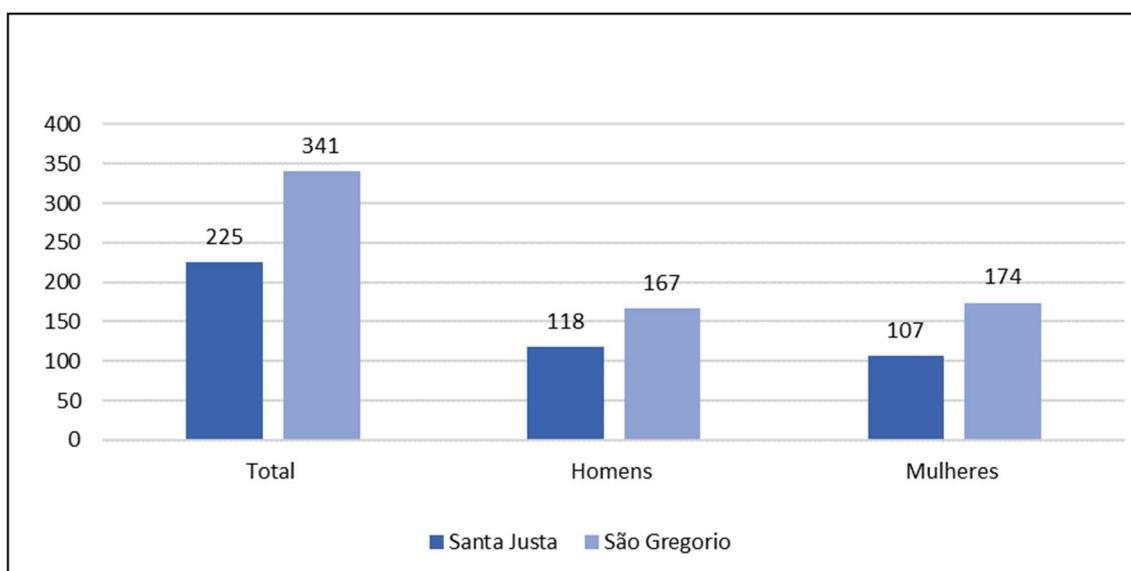
Nos gráficos seguintes é apresentado o número de residentes, por sexo, em cada uma das freguesias, com dados desagregados para 2001 e 2011 e dados já referentes à UF. Em linhas gerais pode dizer-se que em 2001 bem como em 2011 que São Gregório apresenta maior número de residentes, facto relacionado com a dimensão geográfica desta freguesia que englobava outras aldeias, parte da Bardeira, Aldeia da Serra, Casa Nova e os montes limítrofes, muitos deles ainda habitados nesta altura. A diminuição da população é similar para as duas freguesias neste período. Em 2021 os dados revelados pelo INE, com base nos censos de 2021 já surgem agregados como UF. São identificados 437 residentes, 225 homens e 212 mulheres (em 2001 o número de mulheres era superior ao número de homens, eram 300 homens e 322 mulheres) tendo desta forma havido uma inversão na proporção de homens e mulheres na população total nos últimos 20 anos.

Gráfico 9 - População residente (nº) por local de residência e sexo, 2001

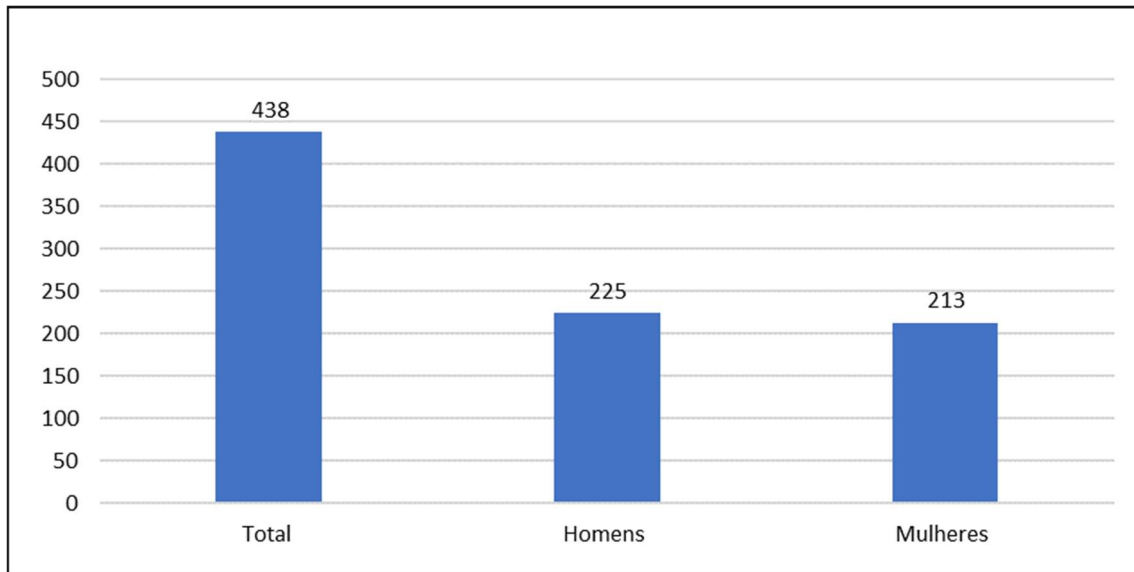


Fonte: Instituto Nacional de Estatística. Disponível em: <https://www.ine.pt/>

Gráfico 10 - População residente (nº) por local de residência e sexo, 2011



Fonte: Instituto Nacional de Estatística. Disponível em: <https://www.ine.pt/>

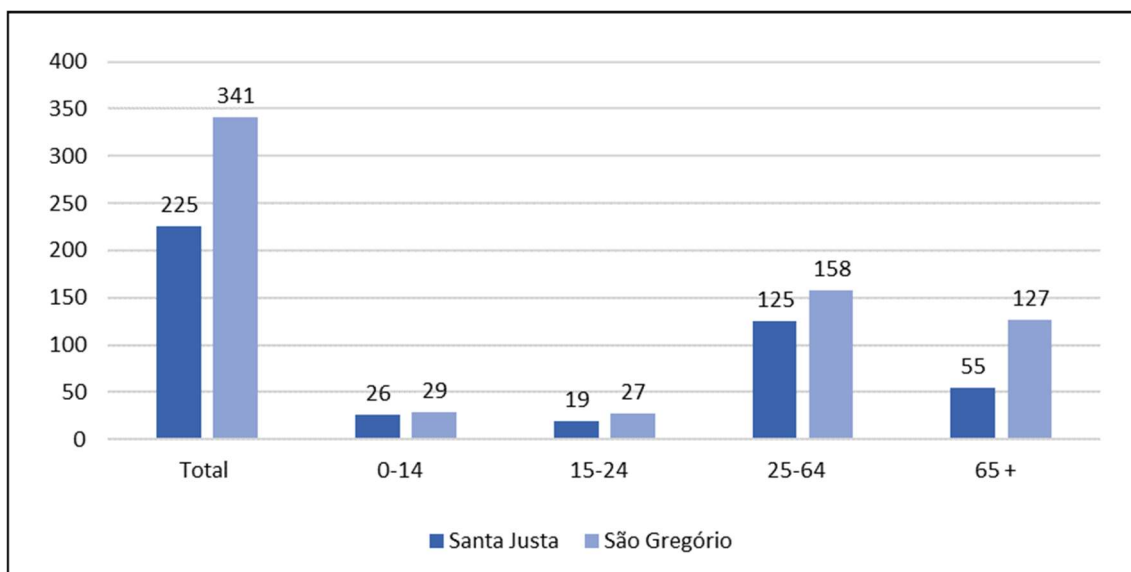
Gráfico 11 - População residente (nº) por local de residência (UF) e sexo, 2021

Fonte: Instituto Nacional de Estatística. Disponível em: <https://www.ine.pt/>

Analisamos agora a estrutura da população por grandes grupos etários, tal como nos é apresentada nas fontes consultadas. Assim, São Gregório tinha, em 2011, em números absolutos, maior número de população residente do que Santa Justa. (341-225), facto patente em todos os grandes grupos etários. Relembramos que a freguesia de São Gregório englobava as aldeias de Carrascal, São Gregório, Aldeia da Serra, Casa Nova e ainda parte da Bardeira bem como os vários montes edificadas dentro do território da freguesia. A freguesia de Santa Justa apenas tinha residentes em Vale do Pereiro e nos montes limítrofes, Santa Justa não tem habitantes.

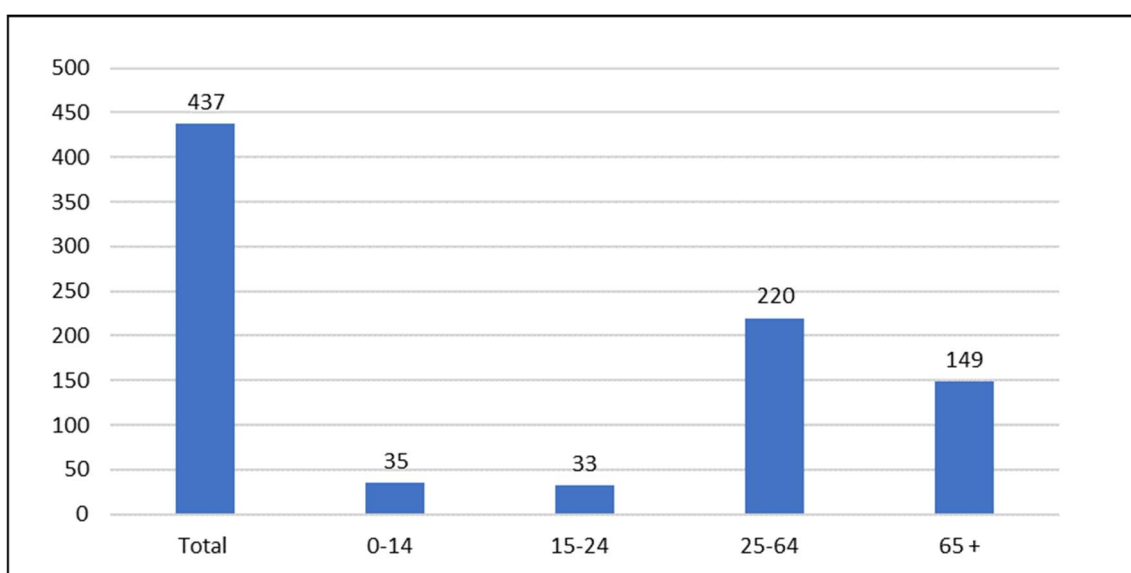
Com vista a uma visão mais aproximada da realidade, apresentámos graficamente, a forma como se faz a distribuição, por grandes grupos etários, dos residentes na UF antes da fusão de 2013, com os dados relativos na 2011 e em seguida a distribuição pelo mesmo critério tendo por base os valores de 2021 já com a agregação das freguesias.

Gráfico 12 - População Residente (nº), por local de residência e grandes grupos etários, 2011



Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Censos 2011. Disponível em: <http://censos.ine.pt>

Gráfico 13 - População Residente (nº), por local de residência e grandes grupos etários, 2021

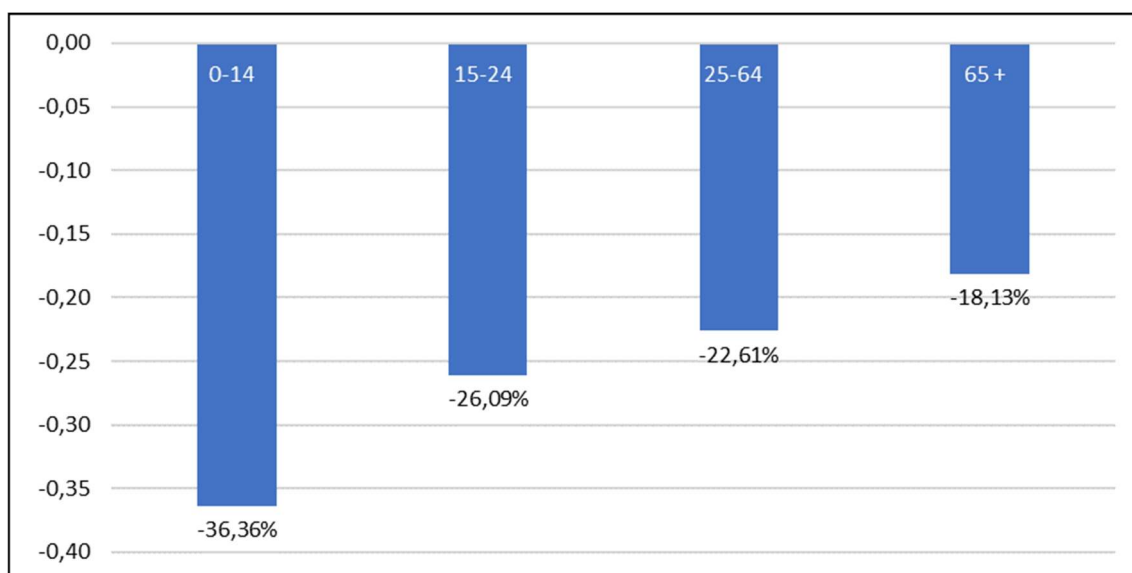


Fonte: Instituto Nacional de Estatística. Disponível em: <https://www.ine.pt/>

Os grupos etários com menor expressão são os da população mais jovem (0-14 e 15-24) quer seja em freguesias separadas ou já agregados. Mas podemos também verificar, em ambos os registos, que o grupo dos 65 e + anos não é o que regista maior número de residentes. Esta informação perde pelo facto de que o escalão etário anterior abranger

necessariamente um leque maior de população, em rigor este critério de análise serve de base à construção dos índices de dependência sendo aí muito mais eficaz. Em 2011, somando a população das duas freguesias temos 182 residentes com 65 e + anos, São Gregório tinha quase o dobro dos residentes de Santa Justa desta faixa etária.

Gráfico 14 - Taxa de variação da população (%), por local de residência e grupo etário entre 2011 e 2021



Fonte: Instituto Nacional de Estatística. Disponível em: <https://www.ine.pt/>

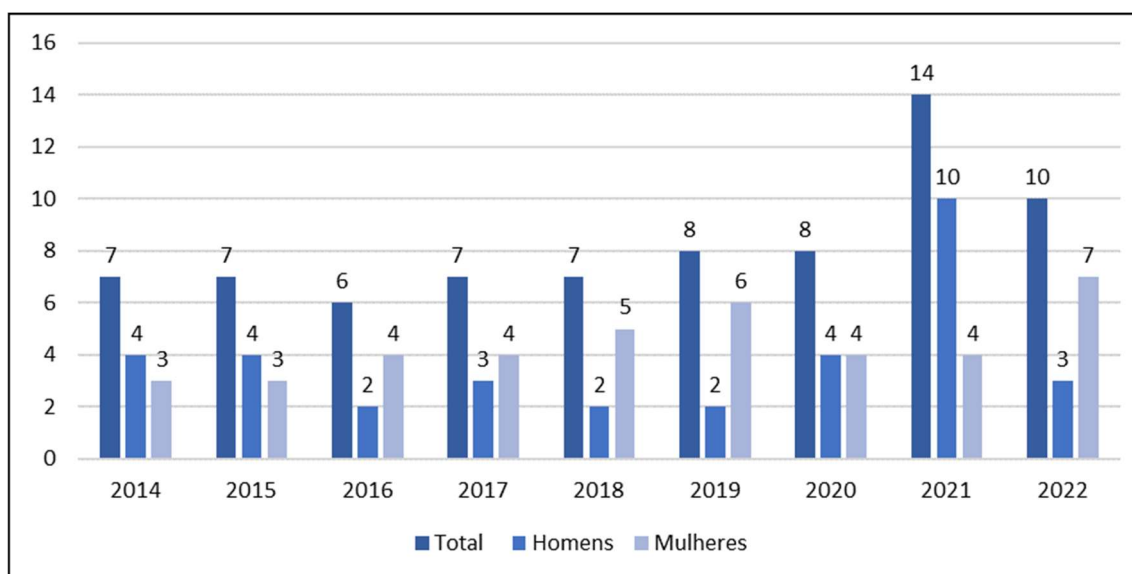
Já verificamos que a UF perdeu quase um quarto da sua população residente entre 2011 e 2021. Se verificarmos estes dados tendo em consideração os grandes grupos etários podemos ter uma perceção dos valores relativos da perda e qual o grupo quem mais perdeu população. O grupo etário que perdeu mais população foi o grupo dos mais jovens (0-14) sendo que as perdas vão sendo cada vez menores à medida que se avança na idade. A diminuição do grupo dos mais jovens explica-se, em grande parte, pelo menor número de nascimentos e pelo facto da população mais numerosa já ter ultrapassado a idade fértil, além disso o número de filhos por casal (mulher) é, desde à duas ou três gerações, muito reduzido. Desenvolveremos este aspeto quando apresentarmos a constituição das famílias.

5.3.2. Os Óbitos e os Nascimentos

A nossa investigação diz-nos que são as pessoas com mais idade que morrem em maior número. Não registamos durante o período de observação nenhum óbito de residentes jovens ou em idade ativa apenas de idosos com mais de 65 anos.¹³⁰

O gráfico 15 permite verificar o número de óbitos registados na UF nos últimos anos, por sexo. Verifica-se grande homogeneidade nos valores entre 2014 e 2020, o número de óbitos é praticamente igual em cada ano. A exceção foi 2021, em que houve praticamente o dobro dos óbitos registados nos anos anteriores, estamos em crer, resultado da pandemia de Covid 19, 2022 regista um número intermedio entre os anos anteriores e 2021, a mortalidade voltou a descer.

Gráfico 15 - Óbitos (nº) por local de residência e sexo, anual (2014-2022)



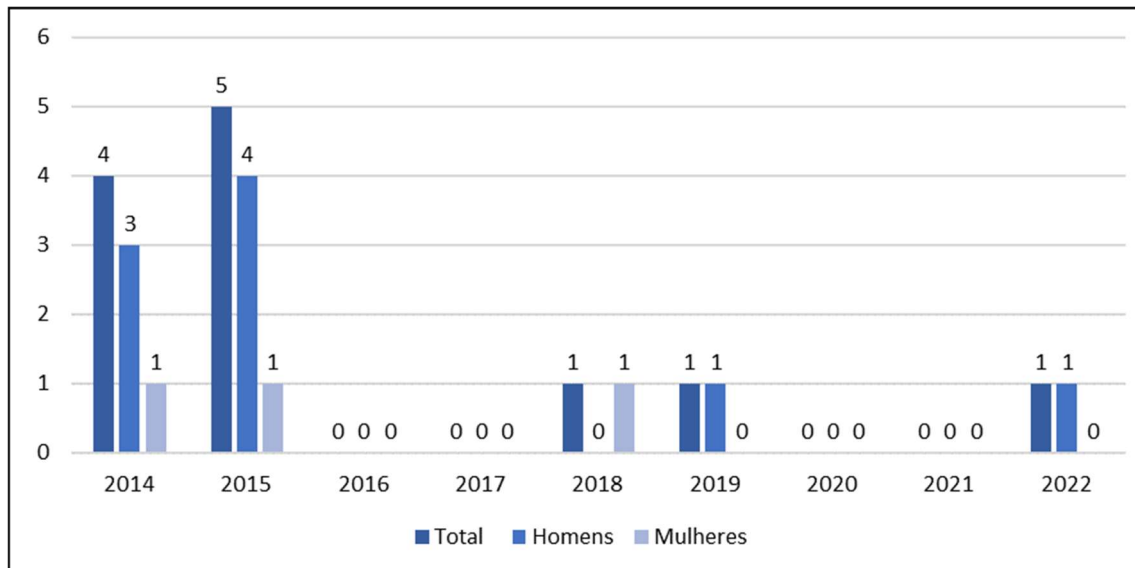
Fonte: Instituto Nacional de Estatística. Disponível em: <https://www.ine.pt/>

Relativamente ao número de nascimentos também foi possível desdobrar os dados ao nível da UF pelo que podemos verificar que, nos últimos 10 anos (desde a criação da UF), nasceram, na UF, 12 crianças (tendo em conta a residência da mãe). 2014 e 2015

¹³⁰ Admitimos que possa ter ocorrido algum caso, mas sem expressão no número total de óbitos. Esta realidade aplica-se aos anos anteriores mais recentes. O residente mais jovem que faleceu no Carrascal foi em setembro de 2021, era um homem com 67 anos vítima de doença prolongada.

nasceram 4 e 5 crianças respetivamente, 2016, 2017, 2020 e 2021 não se registaram nascimentos, em 2019 e 2022 houve um nascimento registado em cada ano¹³¹

Gráfico 16 - Nascimentos (nº) por local de residência da mãe (UF) e Sexo, anual (2014-2022)



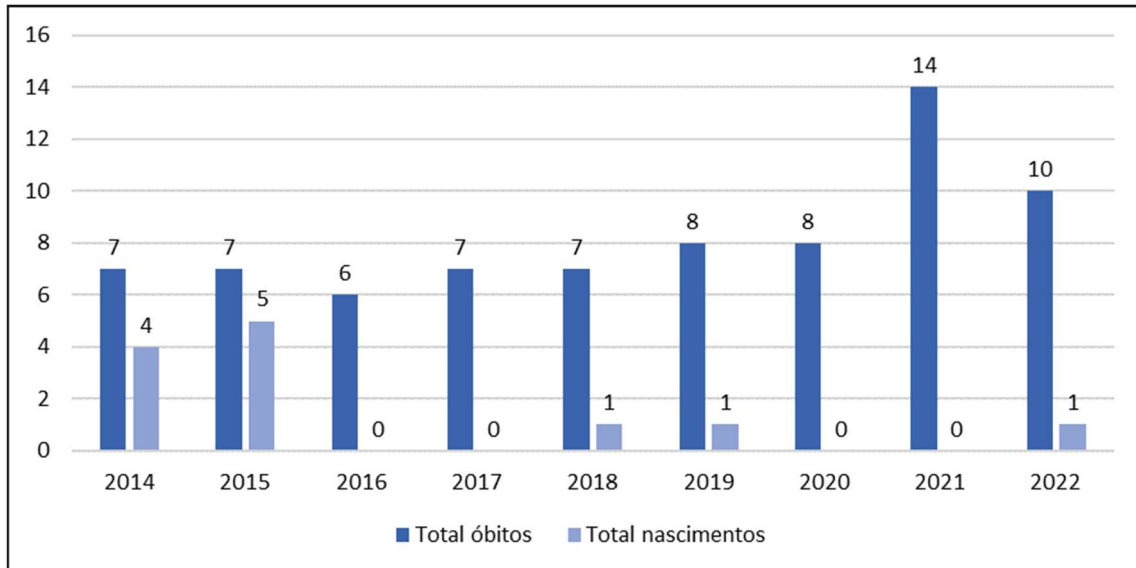
Fonte: Instituto Nacional de Estatística. Disponível em: <https://www.ine.pt/>

Com base no cruzamento destes dados elaboramos os gráficos 14 e 15 que nos dão uma imagem mais perceptível da forma como evoluíram mortes e nascimentos na UF nos últimos 9 anos, é fácil perceber que o número de óbitos é muito superior ao número de nascimentos, em 2021, morrerem 14 pessoas e não nasceu nenhuma criança (ano marcado pela pandemia). De referir ainda que, em 2014 e 2015, houve alguns nascimentos (9 nos dois anos) sendo que a partir desses anos não se registam mais que um nascimento por ano. O último nascimento registado no Carrascal ocorreu em 2019.

A análise do gráfico de linhas (Gráfico 18) elaborado com base nos mesmos números mostra a tendência na evolução destes acontecimentos. De 2014 até 2017 há uma relação direta o número de óbitos e nascimentos, morrem mais pessoas, mas também nascem mais. A exceção é o ano de 2021 em que morreram 14 pessoas e não nasceu nenhuma. Desta forma o saldo natural tem-se mantido negativo pese embora em 2022 se verifique um número menor de mortes e um número maior de nascimentos (Gráfico 19). Será esta a tendência natural para os próximos anos? Só o tempo o dirá e nada nos pode garantir que não possamos assistir a um fator semelhante ao de 2021 que fez disparar o número de mortes.

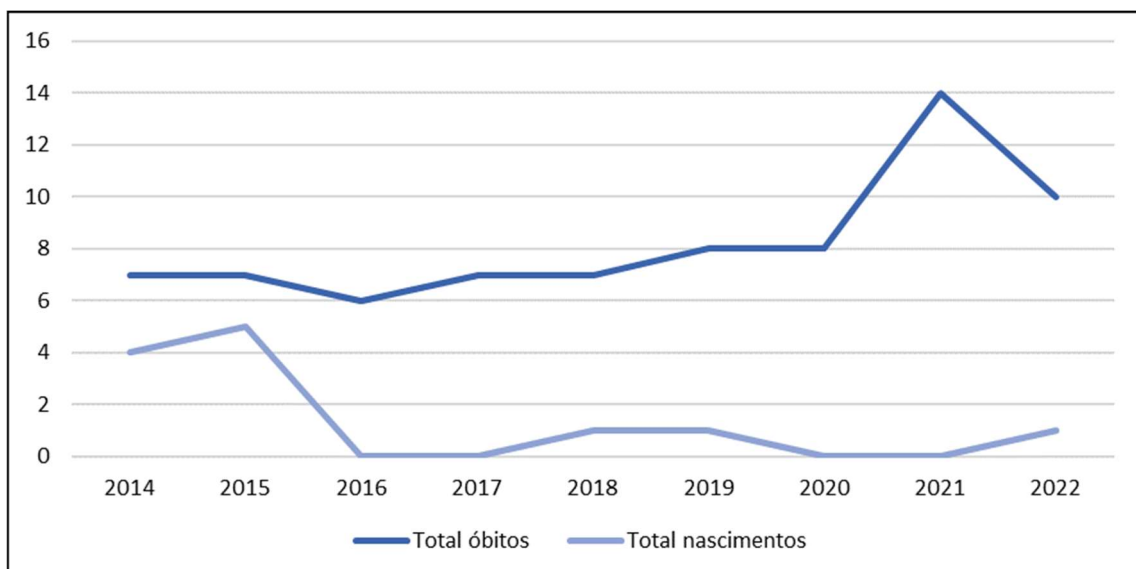
¹³¹ Instituto Nacional de Estatística. Disponível em: <https://www.ine.pt/>

Gráfico 17 - Óbitos e nascimentos (nº), por local de residência (UF), anual (2014-2022)

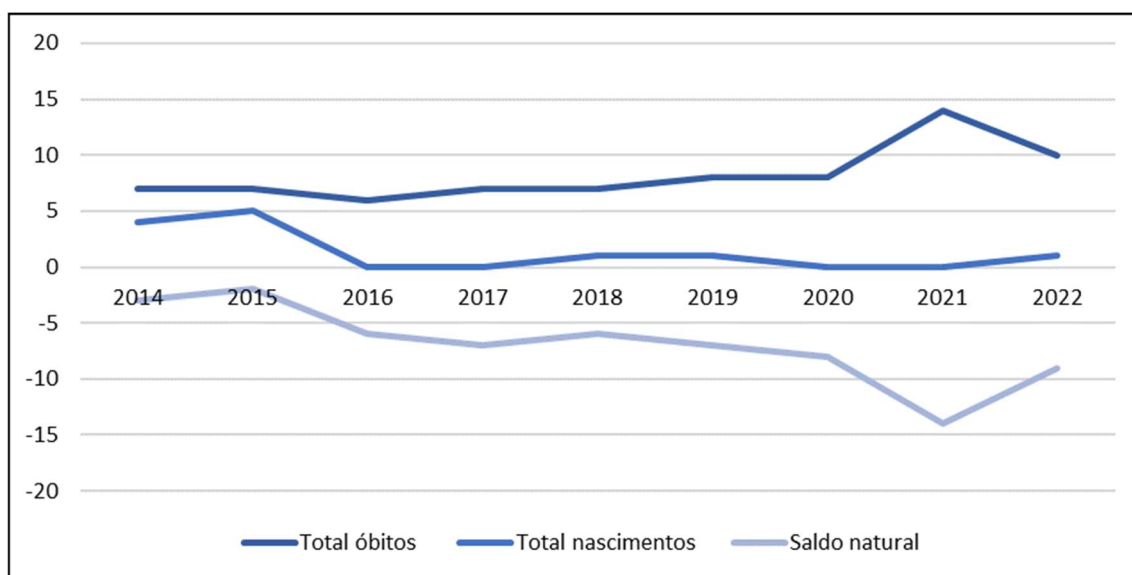


Fonte: Instituto Nacional de Estatística. Disponível em: <https://www.ine.pt/>

Gráfico 18 - Óbitos e nascimentos (nº), por local de residência (UF), anual (2014-2022)



Fonte: Instituto Nacional de Estatística. Disponível em: <https://www.ine.pt/>

Gráfico 19 – Óbitos e nascimentos, (nº) e saldo natural por local de residência (UF), anual (2014-2022)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do [Portal do INE](https://www.ine.pt/)

Uma vez apresentados os dados relativos a população da UF no que diz respeito à sua população atual apresentada com base nos dados oficiais do INE estamos agora em condições de, após análise e tentativa de compreensão, apresentar a dinâmica populacional na aldeia do Carrascal, que como certamente se compreenderá vai muito para além dos números apresentados. Faremos também a apresentação de alguns dados relativos à população da Aldeia da Serra e de Vale do Pereiro. Desta forma podemos construir um cenário com algumas diferenças relativamente ao cenário oficial.

5.4. A População Residente (dados recolhidos na investigação)

5.4.1. Definição de residente e recenseamento da população

Os dados oficiais reportam-se apenas e só à população residente¹³² deixando de fora todos os que não se enquadram nesta definição. A própria definição de população residente não é fácil de operacionalizar e de aplicar na realidade que conhecemos. Em

¹³² Conjunto de pessoas que, independentemente de estarem presentes ou ausentes num determinado alojamento no momento de observação, viveram no seu local de residência habitual por um período contínuo de, pelo menos, 12 meses anteriores ao momento de observação, ou que chegaram ao seu local de residência habitual durante o período correspondente aos 12 meses anteriores ao momento de observação, com a intenção de aí permanecer por um período mínimo de um ano. Instituto Nacional de Estatística. Disponível em: <https://www.ine.pt/>

resumo, de acordo com o INE, consideram-se residentes aqueles que viveram no mesmo local nos 12 meses anteriores à observação ou que chegaram nos 12 meses anteriores e pretendam manter a sua residência pelo período de pelo menos um ano. Esta definição não faz qualquer referência à residência fiscal nem ao facto de haver ou não habitações secundárias¹³³.

Ou seja, para que se compreenda com um exemplo pratico. A data de observação (censos 2021) ocorreu em março desse ano, significa que alguém que comprou uma casa numa das aldeias e que aí permanece desde Outubro de 2020 e tenciona residir nessa habitação durante pelo menos um ano é considerado residente, independentemente do seu domicílio fiscal ser noutra localidade e esta ser considerada para efeitos fiscais uma segunda habitação. Esta distinção de conceitos vem trazer ainda mais dificuldade quando se pretende analisar e conhecer a população de uma aldeia como é o nosso caso.

A contabilização da população é seguramente diferente se considerarmos os residentes (definição do INE) e os que residem em habitação própria permanente e tem domicílio fiscal na aldeia e os que tem habitação secundaria para ferias ou fins de semana.

Com vista a promover uma imagem o mais real possível desta dinâmica populacional, sendo certo que os dados dos censos de 2021, hoje, já seriam outros, vamos procurar encontrar um equilíbrio e identificar quem são os residentes, ou seja aqueles que sempre, ou de longa data residem na aldeia e os que recentemente adquiriram aqui habitação para residir ou passar curtos períodos de ferias ou fins de semana. Desta forma, podemos dizer que a população da aldeia do carrascal que vamos analisar em detalhe, se divide em 3 grandes grupos. A saber:

- pessoas que sempre residiram na aldeia ou que chegaram à mais de 10/20 anos
- pessoas que chegaram à aldeia há menos tempo, mas que a elegeram como residência própria permanente.
- pessoas que compraram casa para habitação secundária, ou a herdaram de familiares e a recuperam com essa finalidade. Dentro deste grupo importa ainda distinguir quem frequenta a aldeia com regularidade (por exemplo praticamente todos os fins de semana e aqueles que só vem pontualmente) e quem depois de mais de 20 anos a residir noutra local voltou para residir na aldeia, mantendo ou não residência noutra localidade.

Desta forma consideramos estar em condições de abranger toda a população e as dinâmicas e redes de sociabilidade que se desenvolve entre cada um dos grupos e dentro dos próprios grupos bem como a relação que mantem com as instituições.

¹³³ A residência fiscal é no fundo a residência principal e habitual de um individuo sendo esta a que é comunicada à Autoridade Tributária para efeitos de cumprimento de obrigações fiscais. As residências secundárias são consideradas aquelas que não são de residência habitual e permanente, mas que são destinadas a passar curtos períodos de tempo como por exemplo ferias ou fins de semana.

De acordo com os objetivos gerais a que nos propusemos era nossa intenção perceber no terreno de a descida da população residente na UF era efetivamente de 22.7% ou se os dados apresentados pelas estatísticas estavam a deixar escapar algum fator determinante no que respeita à população da UF.

Uma das preocupações iniciais foi fazer uma contagem o mais aproximada possível da população residente em cada uma das aldeias de maior dimensão da UF, Carrascal, Aldeia da Serra e Vale do Pereiro. Juntámos a estes os residentes nos montes mais próximos e com algum tipo de relação mais próxima com as aldeias.

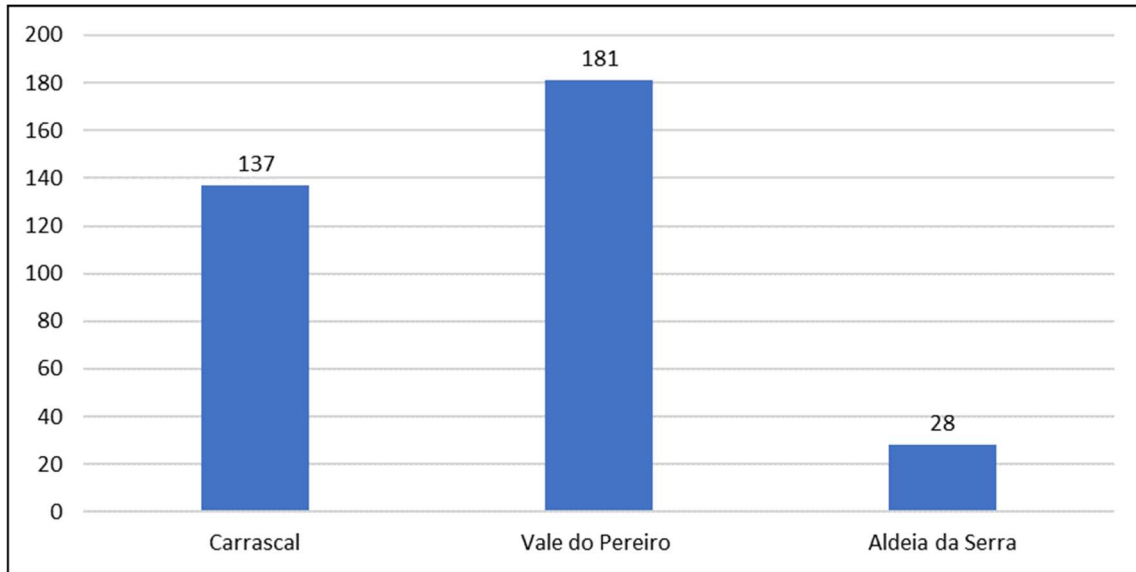
Contei com a colaboração de algumas pessoas que melhor conhecem a realidade e iniciamos a contagem. Fizemo-lo ainda em 2022 e à medida que o tempo foi passando fui percebendo que lidar com população é lidar com um fenómeno em constante transformação. E refiro-me em específico à população do Carrascal com quem tenho privado. Mesmo assim considero que estão reunidas as condições para apresentar os dados recolhidos e sempre que se justifique, numa fase final, apontar as correções exigidas. Pela contagem efetuada, contabilizamos 346 residentes na UF.

Começamos por apresentar os dados recolhidos sobre a população residente no Carrascal e São Gregório, segue-se Vale do Pereiro e depois Aldeia da Serra. Estão também incluídos os residentes nos montes mais próximos destas aldeias¹³⁴. A base para a recolha dos dados foi a mesma para as 3 aldeias, número de pessoas residentes, por sexo e grupo etário. A opção não recaiu por grandes grupos etários, à semelhança dos dados supra apresentados, mas sim por uma divisão por décadas por me parecer a que melhor se enquadra na realidade e a que dá uma visão mais próxima da estrutura da população residente¹³⁵ à data da recolha dos dados. Antes da apresentação da distribuição da população por grupos etários e sexo ficam os dados apurados relativamente a cada uma das aldeias em termos de valor bruto e percentual. De lembrar que consideramos as pessoas que sempre residiram na aldeia ou que chegaram há já algum tempo e que residem de forma permanente (Gráfico 20). A apresentação em gráfico circular com percentagem da população apurada procura dar nota do peso de cada aldeia, com mais população no contexto da UF (Gráfico 21).

¹³⁴ Pelo menos no que respeita ao Carrascal em que eu própria, com a ajuda de outros residentes, fiz a contabilização da população. Os dados da Aldeia da Serra foram-me facultados por um residente presencialmente o que me permitiu esclarecer e clarificar alguns detalhes. Eu relação aos dados da população de Vale do Pereiro, a população foi contabilizada pelo antigo Presidente da junta de freguesia após algumas referências que lhe facultei. Ressalvo a diferença de critérios de seleção que possam ter sido observados.

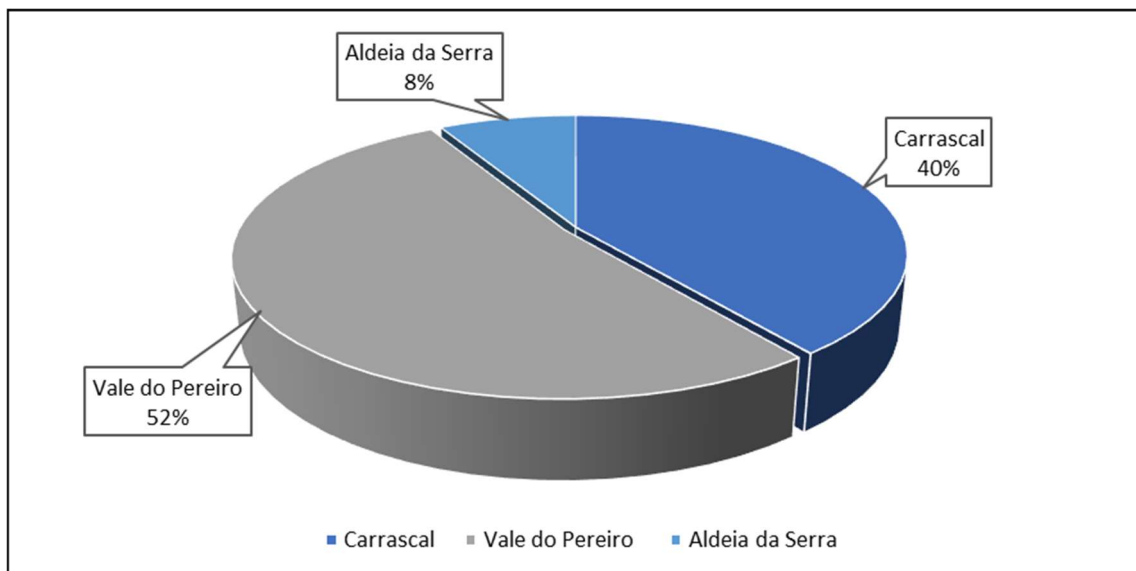
¹³⁵ Foram consideradas nesta primeira fase da investigação as pessoas que residem na aldeia, que tem aqui a sua residência permanente e aqui residem há vários anos.

Gráfico 20 – População residente (nº) por local de residência, a 31 de dezembro de 2022



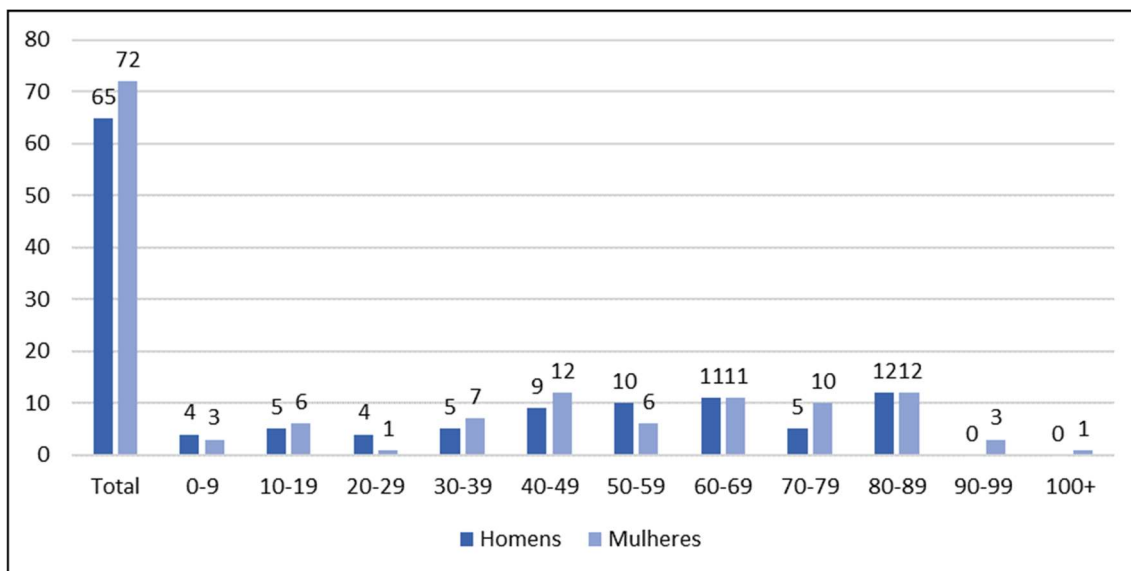
Fonte: elaboração própria com base dos dados recolhidos no local

Gráfico 21 – População residente (%) por local de residência, a 31 de dezembro de 2022



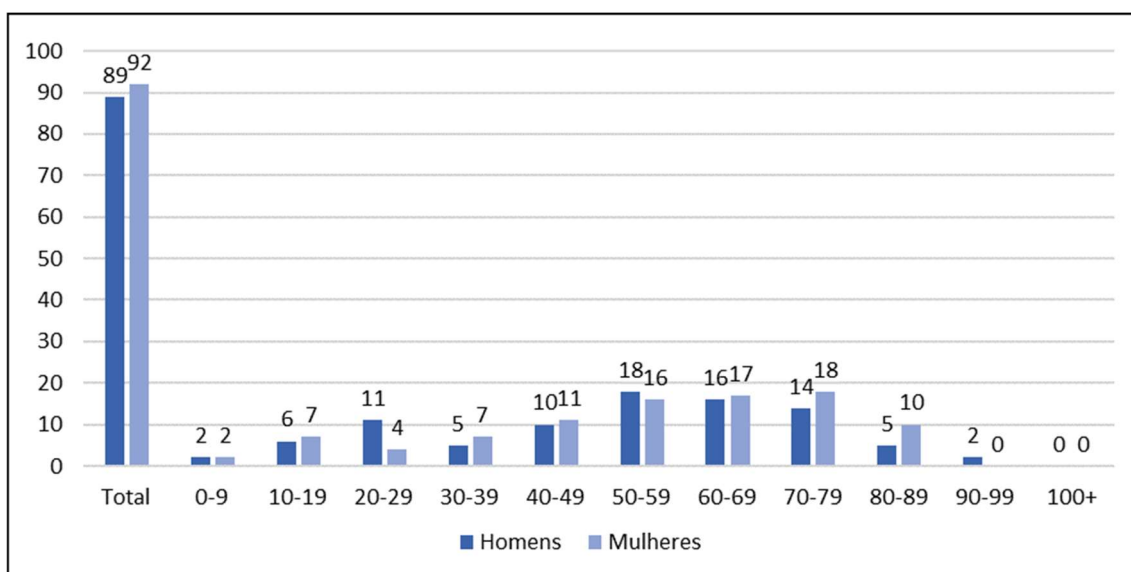
Fonte: elaboração própria com base dos dados recolhidos no local

Gráfico 22 - População residente (nº) por local de residência (Carrascal), sexo e grupo etário, a 31 de dezembro de 2022



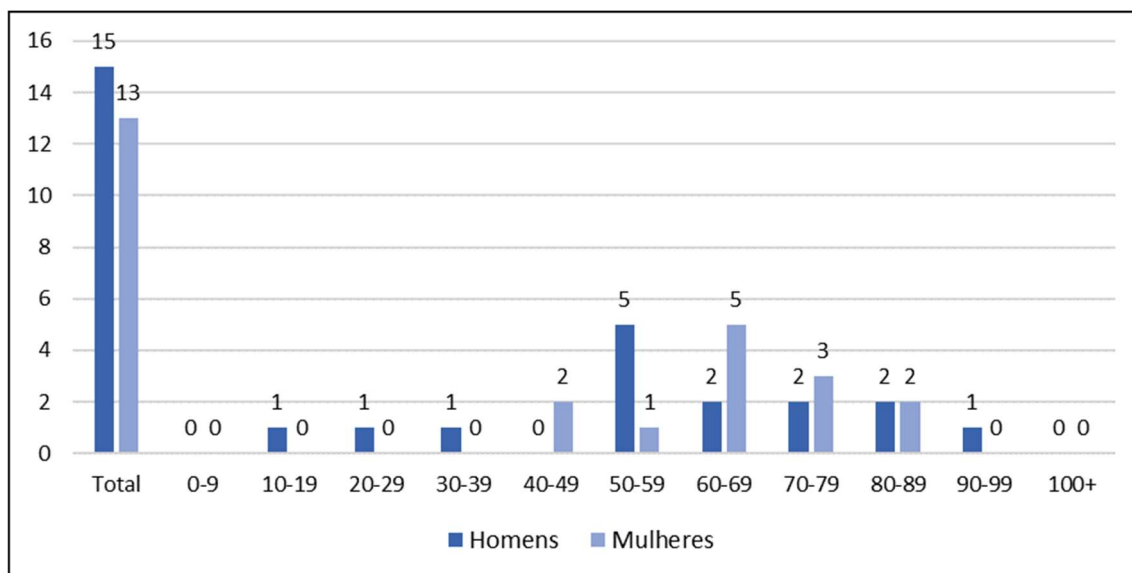
Fonte: elaboração própria com base dos dados recolhidos no local

Gráfico 23 - População residente (nº) por local de residência (Vale do Pereiro), sexo e grupo etário, a 31 de dezembro de 2022



Fonte: elaboração própria, com base nos dados fornecidos por um residente de Vale do Pereiro

Gráfico 24 - População residente (nº) por local de residência (Aldeia da Serra), sexo e grupo etário, a 31 de dezembro de 2022



Fonte: elaboração própria, com base nos dados fornecidos por um residente da Aldeia da Serra

Em termos absolutos identificamos no Carrascal 137 residentes (65 homens e 72 mulheres) sendo que em S. Gregório residem apenas 2 pessoas (um casal na casa dos 60-70 anos). De ressaltar que estes números não são estáticos. Ao longo destes quase 2 anos de investigação e mais ainda desde o meu regresso no mestrado que coincidiu com a minha mudança de residência para o Carrascal em setembro de 2021, a estrutura e o número de residente tem vindo a ser alterado pelas mais variadas razões (óbitos, mas essencialmente institucionalizações, residentes que estão agora em Unidades de Cuidados Continuados ou em Estruturas Residenciais para Idosos. Se verificarmos hoje (setembro 2023) para a tabela da distribuição dos residentes por idade, podemos identificar no grupo etário dos 80-89 anos 3 casais que estão agora em Estruturas Residenciais para Idosos e uma senhora viúva em Centro de Dia. No grupo de 90-99 anos uma senhora faleceu e as outras duas também estão institucionalizadas, o mesmo acontece com a senhora com mais de 100 anos (faz 102 anos em Novembro próximo).

Estas alterações justificam, em parte, a dinâmica da população do Carrascal, nos últimos meses menos 11 pessoas fazem parte dos residentes permanentes na aldeia, pese embora a sua situação, de dependência parcial, na generalidade dos casos, já não lhe permitia uma participação ativa na vida social da comunidade. Alguns casos estavam já em acompanhamento de apoio domiciliário, com entrega de refeições, limpeza da casa, lavagem da roupa, e ajuda na higiene pessoal. Aliás este é o percurso que normalmente se verifica, as situações de dependência parcial são acompanhadas pelo Apoio Domiciliário sendo que, quando há uma vaga na Instituição, estes entram com prioridade

na Instituição que os acompanha. Mas sem sempre isto acontece, a institucionalização pode ocorrer noutra local onde seja conseguida uma vaga. Não podemos esquecer que também há casos em que a institucionalização decorre de doença súbita, ou na sequência de internamento hospitalar. Quando tal acontece, por norma as pessoas são levadas para instituições geograficamente longe do local de residência dos próprios e das famílias o que dificulta a gestão das visitas e a continuidade de sociabilidades ao nível da família que antes estava mais próxima. Estes contactos diários passam a fazer-se por telemóvel que os próprios idosos tomam muitas vezes a iniciativa de contactar família e amigos que ficaram. O telefone veio trazer alterações ao nível da sociabilidade e interações pessoais, como já referimos, mas nestas situações o telemóvel, o saber manuseá-lo, mesmo que de forma muito básica, permite manter contacto permanente com o exterior.

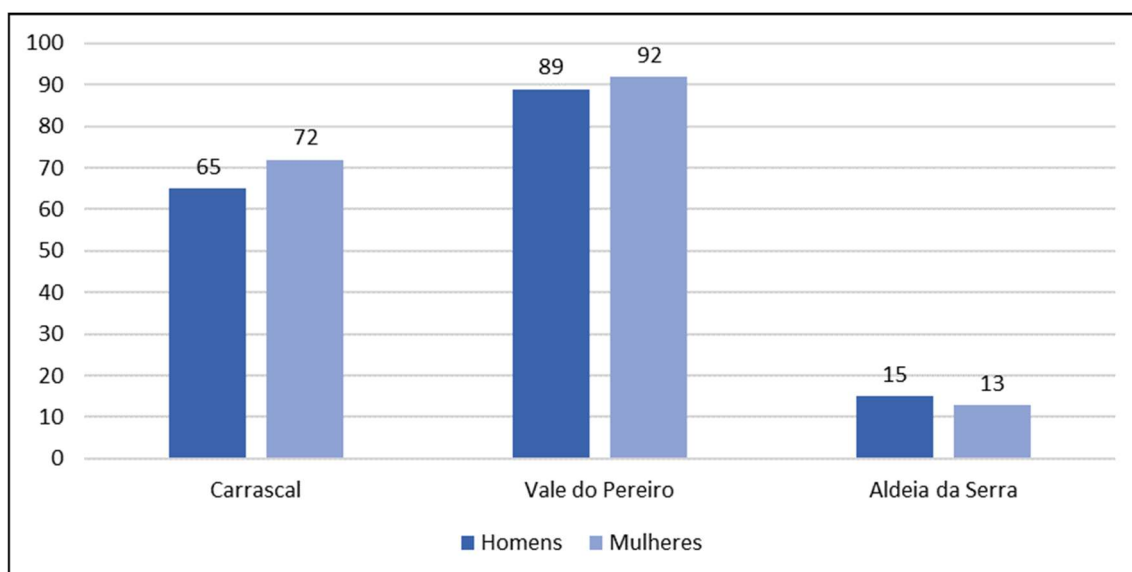
Em Vale do Pereiro havia à data de referência foram contabilizados 181 residentes (57 homens e 63 mulheres). Não fazemos referência à aldeia de Santa Justa, que deu nome à freguesia e agora à UF, uma vez que a mesma não regista residentes. A igreja está em ruínas e em atividade está apenas o cemitério.

Aldeia da Serra regista menos de 30 residentes, são 28 (15 homens e 13 mulheres) sendo evidente o número muito reduzido de pessoas até aos 39 anos. Não há registo de crianças até aos 9 anos e apenas 3 homens com menos de 49 anos.

Não consideramos nesta contabilização dados relativos à Bardeira nem à Casa Nova, sabemos que na Casa Nova residem cerca de 6 pessoas e nos montes da Bardeira que pertencem à UF não mais de 10. Tentamos apurar com mais exatidão estes números junto de residentes não nos tendo sido dada resposta consistente.

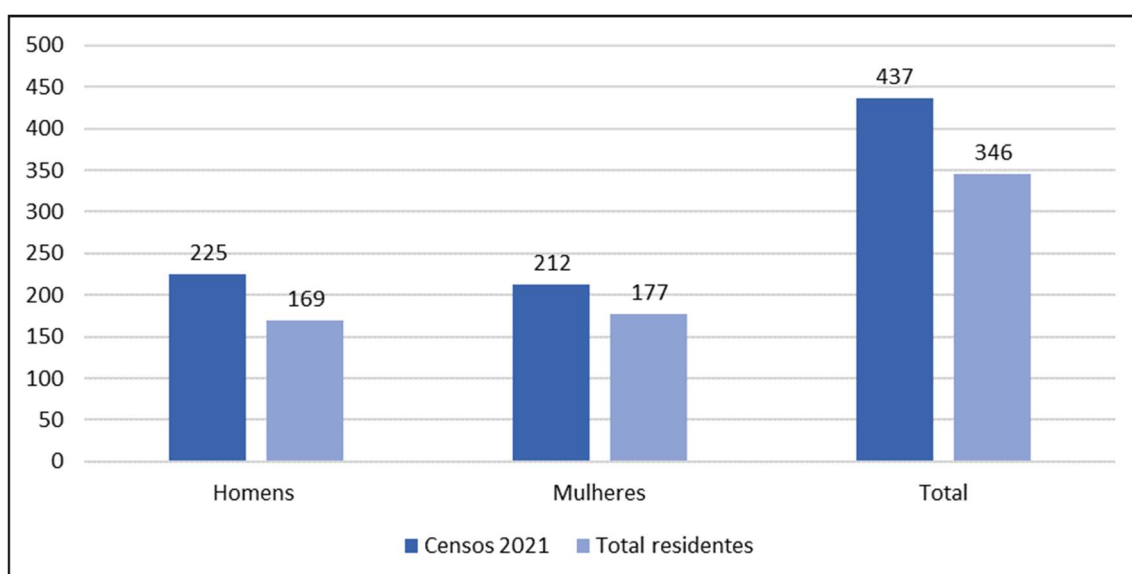
O Gráfico 25 permite-nos fazer uma comparação do número de residentes por sexo, e verificar que o equilíbrio é notório em cada uma das aldeias. Consideramos interessante verificar a diferença entre os dados oficiais e os dados recolhidos pelo que, o Gráfico 26, mostrar essa discrepância.

Gráfico 25 - População residente (nº) por local de residência e sexo, a 31 de dezembro de 2022



Fonte: elaboração própria, com base nos dados recolhidos

Gráfico 26 - População residente (nº) valor dos censos 2021, valor total apurado (UF) por sexo



Fonte: elaboração própria com base dos dados recolhidos

Os gráficos supra apresentados foram elaborados com base na contagem numérica da população com ajuda dos moradores que melhor conhecem cada uma das aldeias. É evidente que foram contabilizadas menos pessoas do que aquelas que nos são apresentadas pelos censos uma vez que não estão incluídos os moradores dos montes

que pertencem à UF e que com ela tem menor relação¹³⁶ e, ainda, porque os critérios utilizados nas contagens foram seguramente diferentes.

Como já foi explicado a análise mais aprofundada do tema da população e da sua estrutura desenvolveu-se durante o trabalho de campo no Carrascal onde fui tendo oportunidade de conhecer melhor a realidade e perceber “quem é esta gente”. Mesmo assim assumo não ter sido uma tarefa fácil. Ter vivido mais de 20 anos fora (embora com visitas mais ou menos mensais) implicaram ter perdido “o fio à meada”. Muitos são os que ainda cá estão, muitos morreram, outros mudaram de residência e muitos chegaram de novo. Ou porque regressaram como eu, ou porque vieram de novo, com origens que a generalidade dos residentes mais antigos desconhece.

Concluída esta apresentação sumária como a população se distribui por sexo e grupos etários, deixamos algumas considerações que nos parecem relevantes.

Em primeiro lugar, o facto de o grupo etário com valores mais elevado de residentes ser a faixa etária dos 40 aos 49 anos, embora os grupos seguintes, até aos 80 anos tenham valores aproximados são mais baixos. Se tivermos em conta que as pessoas até aos 65 anos não são ainda consideradas velhas, do ponto de vista teórico, podemos alargar um pouco este conceito, tão amplamente debatido, e dizer que o grosso da população tem entre os 40 e 70 anos, 56 residentes (praticamente metade da população total). O grupo entre os 70 e 80 anos tem 13 representantes e com mais de 80 são 23 representantes. Quando, mesmo entre a população se diz, “só há é velhos” estamos a falar de todos os que tem mais de 65 anos ou daqueles que já passaram a barreira dos 80? Estamos perante uma população envelhecida ou estamos perante uma população ativa, quer do ponto de vista profissional quer do ponto de vista da capacidade de continuar a desempenhar várias atividades e a viver com autonomia e qualidade de vida?

Do que podemos observar, conclui-se que o conceito de envelhecimento é efetivamente muito relativo e considerar como velho, ou idoso alguém só porque tem mais de 65 anos é quase uma ofensa para os visados, ninguém nessa faixa etária se considera velho e mesmo os mais velhos com 80 ou mais anos sabem que são velhos mas o facto de serem ativos e independentes, a residir na sua própria casa, gerindo o seu dia a dia sem ajuda, ou com ajudas pontuais relacionadas apenas com questões burocráticas (as idas ao banco, as declarações de IRS, a marcação de consultas, etc.) consideram que a velhice só lhe retirou algumas faculdades, não todas. Além disso há sempre o exemplo de alguém mais velho que consegue fazer o mesmo ou ainda mais. Durante a fase de observação constatamos que havia apenas 4 ou 5 situações de apoio domiciliário promovido pela Santa Casa da Misericórdia do Vimieiro ou de Arraiolos. O peso retirado a estas pessoas nas suas tarefas domésticas é praticamente só pelo facto de não terem de confeccionar

¹³⁶ A justificação desta não contabilização prende-se em primeiro lugar com a extensão da freguesia do ponto de vista geográfico, bem como por questões de tempo e logísticas para fazer esse levantamento.

as refeições e em alguns casos o tratamento da roupa e a limpeza da casa (pouca na opinião dos próprios). Contudo estas pessoas, dependendo da maior ou menor mobilidade, continuam a ter uma vida doméstica diária independente, levantam-se, deitam-se, aquecem as refeições, lavam a loiça, vão ao quintal fazer o que ainda são capazes (colher umas ervas, apanhar umas laranjas, semear salsa ou coentros, etc.). Fazem tudo isto sozinhos ou com a preciosa colaboração do marido ou da mulher. Se necessário vão à mercearia, ou sentam-se à porta a ver quem passa e vão falando com quem lhes dá dois dedos de conversa. Mesmo quem por norma não sai à rua, vai recebendo pontualmente a visita dos familiares ou vizinhos mais próximos nem que seja só para saber como estão. O tempo é passado dentro de casa com a companhia da televisão e de um jornal ou revista já fora de prazo, mas que alguém lhes deu.

Não registámos situações de residentes incapacitados ou acamados, com dependência total. Todos são ainda capazes de estar em casa sozinhos, embora muitas vezes, aos olhos dos outros, “já deviam ter ido para o lar”. Em rigor é isso que acaba por acontecer algum tempo antes de uma efetiva dependência de terceiros. Em caso de doença súbita são acompanhados ao hospital e dependendo da situação podem ou não voltar a casa. Por norma não voltam, são encaminhados para as estruturas de apoio mais adequadas.

Nas situações em que não há um quadro de doença súbita, os próprios, os filhos, os familiares ou as próprias instituições que já os acompanham garantem a entrada a título permanente não chegando a haver verdadeiras situações de incapacidade vivenciadas em espaço doméstico, como era comum em tempos passados.

Daqui inferimos que o envelhecimento ativo e a promoção de condições para prevenir ou evitar situações de solidão e isolamento estão garantidas. Embora como veremos as ajudas e as visitas sejam pontuais entre os residentes, e até mesmo entre familiares, ninguém está sozinho nem vive isolado (a não ser por opção própria). Antes que a dependência chegue, as instituições de acolhimento dão a resposta necessária.

Poderíamos até dizer que hoje todos envelhecem no lar se não considerarmos o fator idade e apenas considerarmos o envelhecimento como a perda generalizada de capacidades e autonomia física e psicológica. Do ponto de vista genético é isso que acontece e cada um acaba por morrer no lar ou no hospital. Mas não podemos deixar de referir situações em que a ida para o lar trouxe melhorias quer a nível físico quer psicológico. As atividades propostas, a alimentação cuidada e a vigilância constante das condições de saúde e da toma de medicação são fatores essenciais. Dai que há residentes da aldeia institucionalizados há mais de 10 anos mantendo alguma independência física e psicológica.

Esta gente não é velha, não são o grupo etário mais representativo, e os que são efetivamente mais velhos não se consideram como tal nem o querem demonstrar, pela forma de viver, pela forma como se vestem e pelos hábitos que foram apreendendo dos mais novos. Até na forma de pensar, alguns aspetos sociais podem ser falados, criticados,

mas são aceites com naturalidade. O facto de alguém viver ou fazer algo que possa ser socialmente fora do padrão “dito normal” não altera a forma como a generalidade da população se relaciona (mais ou menos) com essa pessoa. A tolerância e a capacidade de perceber que hoje “já tudo é normal” permite que cada uma viva tranquilamente a sua vida sem qualquer constrangimento público. Poderíamos dar vários exemplos destas situações que fazem parte do presente, mas que na realidade sempre estiveram presentes na vida social desta população. Se fosse possível descrever numa frase o que se sente ao conhecer esta população seria: “cada um tem a sua vida e eu não tenho nada a ver com isso”. Esta atitude generalizada reflete-se na falta de solidariedade para com os pares, na falta de interesse pelas instituições e pelas poucas atividades propostas, pelo desagrado manifestado pelo comportamento da UF sem que haja qualquer iniciativa para alterar o sistema instalado.

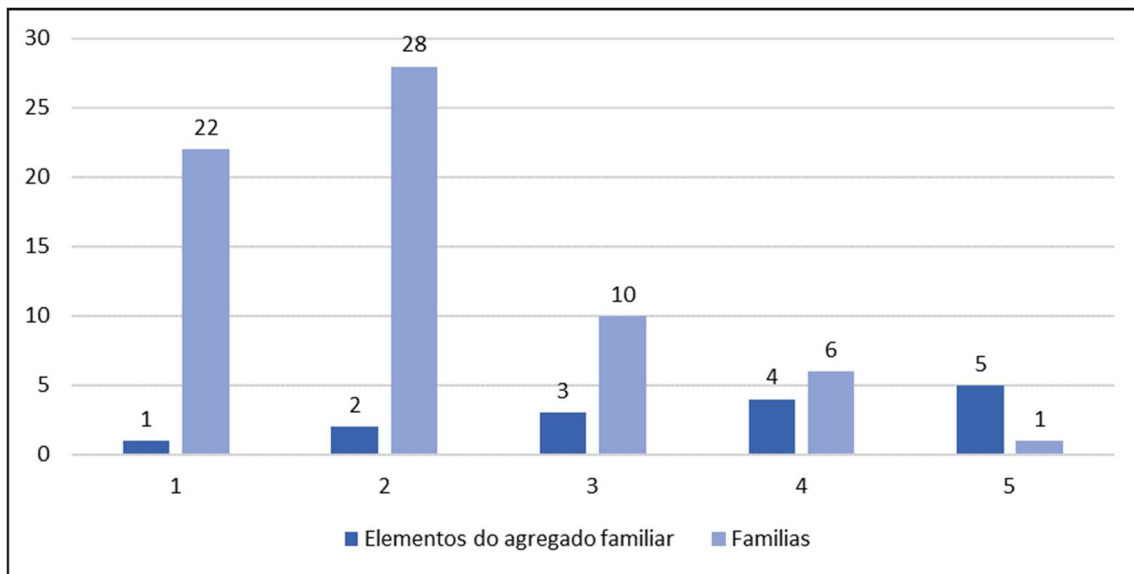
5.4.2. As famílias

Quase dá vontade de dizer que “cada caso é um caso”. Numa aldeia com 137 habitantes a diversidade de situações familiares, de residência, de relação e identificação com o espaço é de tal ordem diversificada que a correlação entre os fatores não se consegue fazer exclusivamente pelos números e com dificuldade se faz pela observação.

Começámos por identificar cada um dos moradores por sexo e grupo etário o que nos permitiu contabilizar o número de pessoas residentes na aldeia. Esta contabilização foi elaborada em Setembro de 2022 pelo que à data desta última revisão várias alterações ocorrerem. Vamos considerar, por uma questão de operacionalização que os valores apurados dizem respeito ao número de moradores a 31 de dezembro de 2022.

Ao agruparmos os residentes por família, considerando os elementos que residem na mesma habitação e que apresentam laços familiares, verificamos que a tipologia das famílias não é uniforme. Há famílias com 1 elemento, homens e mulheres que vivem sozinhos, sendo realidade transversal aos grupos etários a partir dos 40-50 anos. Esta situação ocorre, por morte do marido ou da mulher, por divórcio ou separação ou por morte dos pais, com quem viviam nunca tendo constituído família nem saído da casa onde viveram desde criança.

Gráfico 27 - Número de famílias de acordo com o número de elementos do agregado familiar a 31 de dezembro de 2022



Fonte: elaboração própria com base dos dados recolhidos

O Quadro 27 procura ilustrar esta realidade, ou seja, o número de famílias existentes considerando o número de elementos que a compõem.

O mesmo gráfico, permite-nos verificar quantas famílias existem, discriminadas por número de elementos do agregado familiar, no contexto da população total (67 famílias). A família mais numerosa é composta por um casal e três filhos (crianças) e que não tendo qualquer relação antecedente na aldeia aqui se fixou e reside há cerca de 5 anos, é caso único na atualidade. A maioria das famílias é composta por 2 elementos (28 casos) e em segundo lugar surgem as famílias com apenas um elemento (22 casos). As famílias com 3 elementos são 10 e com 4 são apenas 6. Na totalidade das famílias estão referenciadas 9 famílias sem filhos.

Se tivermos em conta os dados apurados na amostra, dos 26 inquiridos a quem foi colocada a questão sobre o número de filhos (independentemente da idade dos mesmos e local de residência), verificamos que todos responderam, assim, foram identificados 21 filhos de residentes o que perfaz uma média de 0,84% de filhos por inquirido. A idade média deste grupo é de 63 anos, o que comprova que mesmo quem é hoje mais velho teve poucos filhos. Em valores absolutos as respostas estão entre zero e dois filhos.

Neste mesmo gráfico estão representados o número de elementos do agregado familiar independentemente da relação entre os seus elementos como veremos mais adiante pelo que não podemos aferir o número de filhos. Sabemos que a maioria das famílias residentes, com filhos adultos, fora do agregado familiar atual tiveram no máximo 4 filhos (um caso), todos os outros tiveram menos. Mesmo nas gerações mais velhas, de 80 e mais anos, que reside na aldeia já não se registam casos de famílias numerosas.

Digo, já não se registam, porque efetivamente tal aconteceu com os seus pais e avós, esses sim ainda tiveram em alguns casos 5 ou 6 filhos ou até mais. Mas também houve algumas situações de casais sem filhos (por opção, ou por que razões relacionadas com a fertilidade do casal assim o ditaram).

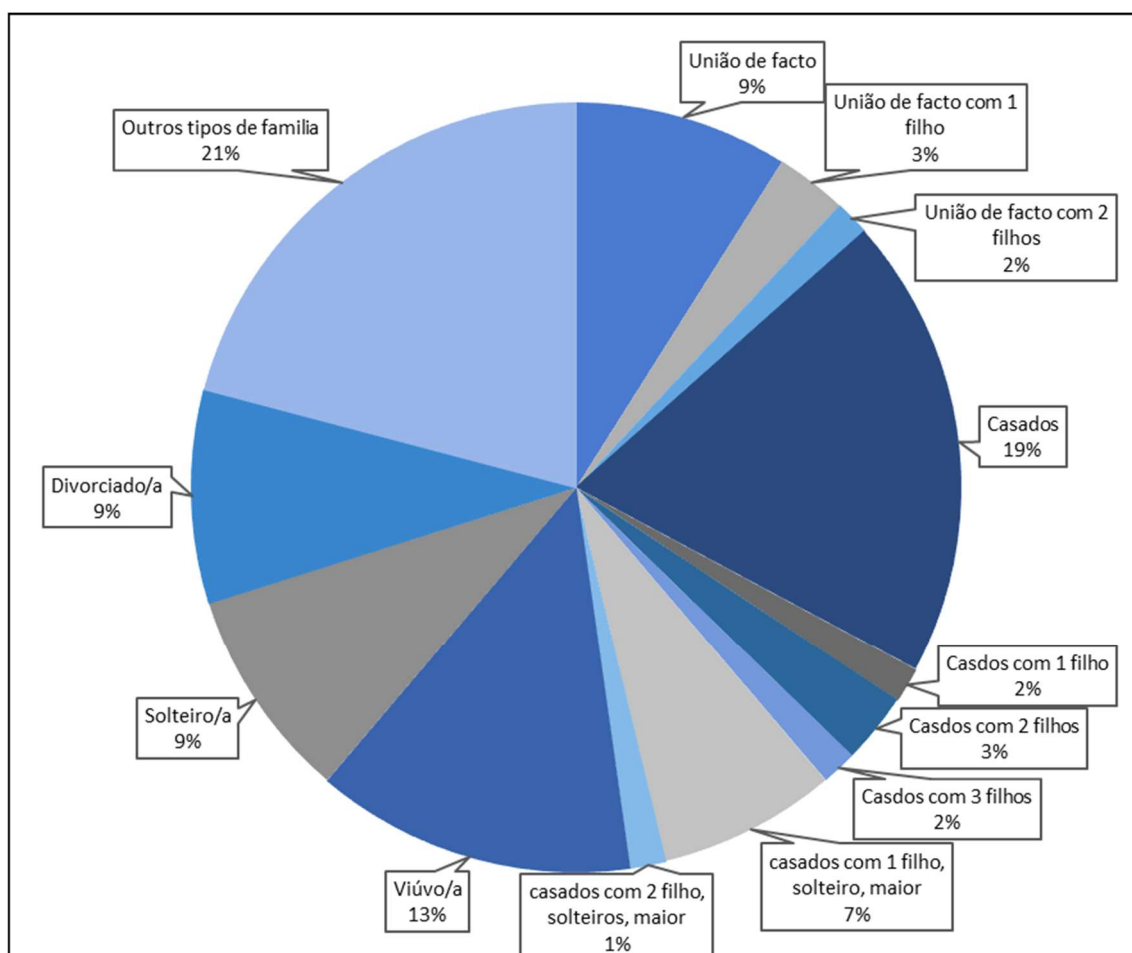
Procuramos identificar os vários tipos de família existente na aldeia. Consideramos assim a família, como o conjunto de pessoas, independentemente da relação entre si, residem na mesma casa em comunhão de bens. Desta forma consideramos várias categorias de família de acordo com a sua situação (solteiros, divorciados, separados, a viver em união de facto, e casados com ou sem filhos, maiores ou menores a viver em coabitação. Consideramos depois todas as situações diferentes destas como “outro tipo de família”. Por considerarmos que este grupo tem uma dimensão significativa elaboramos o quando infra (Quadro 1) que identifica a relação entre os elementos que partilham a mesma casa. O gráfico circular (Gráfico 28) permite perceber a distribuição percentual por tipo de família no contexto do total das famílias.

Quadro 1 - Identificação das famílias que ficam fora dos padrões tradicionais, identificação do estado civil e relação de parentesco

| Número de elementos do agregado familiar | Composição do agregado familiar e relação de parentesco |
|--|---|
| 2 | Pai – divorciado 1 filho, maior, divorciado |
| 4 | União de facto 1 filho 1 filho – (mãe) |
| 3 | União de facto 1 filha – (mãe) |
| 1 | Separada |
| 2 | Pai separado 1 filha – (pai) |
| 3 | Casados Mãe - viúva |
| 2 | Pai – viúvo Filho - divorciado |
| 2 | Genro – viúvo Sogra - viúva |
| 2 | Filho – divorciado Mãe - viúva |
| 4 | Filho – divorciado Pai viúvo 2 filhas/netas |
| 2 | Madrinha – solteira Afilhada – divorciada |
| 2 | Mãe – divorciada 1 filha – (mãe) |
| 2 | Mãe – solteira 1 filho, maior, solteiro (mãe) |
| 2 | Mãe – separada 1 filho, maior, solteiro (mãe) |

Fonte: elaboração própria com base dos dados recolhidos

Gráfico 28 – Distribuição (%) por tipo de família no contexto global



Fonte: elaboração própria com base dos dados recolhidos

A primeira leitura que se pode fazer desta exposição gráfica (Gráfico 28) diz respeito ao tipo de família que predomina na aldeia. Tal como já havia referido a diversidade é de tal ordem que a percentagem mais elevada é a de outros tipos de famílias, para que se entenda esta diversidade elaboramos o quadro supra identificado.

O Segundo grupo mais representativo é dos elementos casados, sem filhos a residir na mesma casa. Isto significa que são casais sem filhos (apenas um registo) ou que os mesmos, porque atingiram a idade adulta, saíram de casa dos pais para constituir o seu próprio agregado familiar. Também neste domínio temos situações dispare. Alguns casaram, ou vivem em união de facto e estão a morar aqui na aldeia, outros saíram, vivem sozinhos ou casaram e vivem noutros locais do país (normalmente na zona de Lisboa ou em Évora).

Esta predominância também se explica porque falamos dos casais mais velhos cujos filhos tem hoje 30, 40 ou 50 anos. Os agregados que ainda tem os filhos a viver em casa são mais novos e os filhos são também mais novos, mas não são caso único. Há situações

em que os filhos saíram de casa dos pais, casaram e agora pós divórcio ou mesmo casados voltaram a casa dos pais, seja por razões de conforto ou oportunidade seja por razões profissionais.

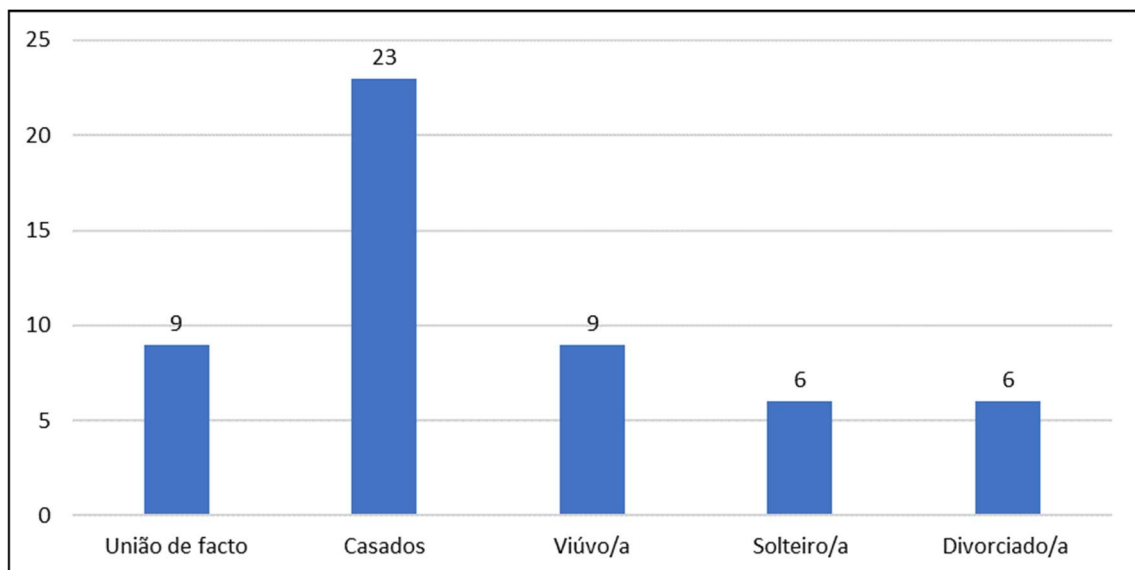
Os casais mais novos, com filhos ainda crianças ou adolescentes por norma vivem em união de facto, não casaram e genericamente sentem orgulho em dizer que são solteiros.

Os solteiros que vivem sozinhos não são jovens em início de vida, são pessoas que por diversos motivos nunca casaram e que sempre viveram com os pais até à morte destes. Mantiveram a casa e aí residem. Mas isto não é válido para todos os casos. Alguns já residiram noutros locais e desde há algum tempo a esta parte fixaram residência na aldeia, por norma em casas alugadas. Registamos também situações de filhos já na casa dos 40 anos que vivem com a mãe, solteira ou separada.

Voltando às pessoas que vivem sozinhas, a maioria são os mais idosos, mulheres viúvas. Contudo há 2 situações de viuvez em homens de meia-idade. Não identifiquei viúvas na mesma situação. Todas as mulheres nesta condição são de classes etárias mais elevadas. Mas também há registo de mulheres solteiras a viver sozinhas.

Quanto aos que vivem sozinhos fruto de divórcio ou separação, são tanto homens como mulheres (sem relação entre si, os ex-maridos/mulheres vivem noutras localidades), é algo transversal aos vários grupos etários e são situações que não ocorrem recentemente. Na maior parte é muito provável que não voltaram a casar ou a viver com outra pessoa.

Gráfico 29 – Agregados familiares por estado civil



Fonte: elaboração própria com base dos dados recolhidos

Do ponto de vista mais global, olhando ao estado civil dos residentes, agrupamos os valores por estado civil mais comum. De salientar que nos outros tipos de família (aqui não estão contabilizados os elementos cujo estado civil é um dos mais comuns; solteiro/a, casado/a e viúvo/a). Aqui estão representadas as famílias que vivem em comunhão com os maridos, ou mulheres ou sozinhas de acordo com o seu estado civil. Importa salientar desta agregação que em termos de estado civil a viver como tal o número mais expressivo é da população casada. Falamos essencialmente dos mais velhos como já referimos. Os que vivem em união de facto são os que não casaram entre si, mas vivem juntos podendo ser solteiros ou divorciados no que respeita ao estado civil de cada um. Os solteiros, viúvos ou divorciados são aqueles que assumem esta condição e formam o seu próprio agregado familiar vivendo sozinhos. Assim temos atualmente na aldeia 21 pessoas que vivem sozinhas. O número de solteiros e divorciados é igual (6), os viúvos são 9. Se distribuíssemos esta população por sexo e grupos etários concluiríamos que estão de tais modos dispersos que não podemos afirmar que os viúvos são os mais velhos e os solteiros os mais novos, ou os divorciados os de “meia-idade”. Face a esta dispersão evidente não consideramos relevante retratar graficamente esta realidade.

5.5. Emprego, escola, salários e pensões de reforma

5.5.1. O emprego e o desemprego e as profissões

Um outro indicador que interessa dar nota diz respeito à taxa de desemprego da população da UF, com base nos dados recolhidos podemos apenas referir-nos aos dados do município de Arraiolos¹³⁷. A média anual de desempregados inscritos no IEFP passou de 237 em 2009 para 103 em 2022. Os anos em que se registou a média mais elevada foi em 2012, 2013 e 2014¹³⁸ sendo 385, 392 e 377 o total de inscritos. Depois desses anos os valores foram sempre em trajetória descendente. Pese embora não possamos desdobrar estes indicadores por freguesia fica a nota da diminuição do número de desempregados inscritos. Na última revisão dos dados em Setembro de 2023 podemos aferir que estão disponíveis 15 ofertas de emprego em Arraiolos e 89 em Évora. Se considerarmos apenas Arraiolos facilmente se percebe que a oferta de mão de obra é muito superior à procura. Se considerarmos também as ofertas de emprego em Évora os valores são praticamente iguais (103 desempregados em 2022, para 104 ofertas de trabalho) Haverá, contudo, desempregados disponíveis para ocupar as vagas em aberto ou estamos também perante um desajuste entre a oferta e a procura? Este é mais um tema que fica como pista para futuros trabalhos.

Do ponto de vista profissional e pese embora os números que apresentamos para Arraiolos no que respeita aos inscritos no IEFP¹³⁹ à procura de emprego, podemos afirmar que no Carrascal não há desempregados. Diria mesmo que o que falta é mão de obra para as solicitações e as necessidades que existem na população. Todos os residentes em idade ativa (até à idade da reforma) estão empregados, quer sejam homens ou mulheres. Há uma exceção por baixa médica prolongada que não podemos considerar desemprego. Existe um caso em que a pessoa não tem um emprego fixo, mas sempre que é solicitado vai desempenhando várias funções em várias empresas agrícolas, conforme as necessidades. Existe ainda uma outra situação que entendemos não enquadrar como desemprego, dados tratar-se de uma jovem adulta, que durante alguns anos trabalhou em Évora e que, ao que tudo indica, por opção deixou de trabalhar e vive em casa dos pais. Em termos de resposta às entrevistas, falamos com uma residente no grupo etários dos 49-50 que nos referiu estar desempregada por opção.

¹³⁷ PORDATA – Estatísticas sobre Portugal e a Europa. Fundação Francisco Manuel dos Santos. Disponível em: <https://www.pordata.pt/>

¹³⁸ Foi durante estes anos que, em Portugal, fizeram sentir os efeitos do programa da Troika (recessão, aumento do desemprego, da dívida pública e redução dos salários)

¹³⁹ IEFP - Instituto do Emprego e Formação Profissional. Disponível em: <https://iefp.pt/>

Saiu de um emprego e ainda não procurou outro. (Sabemos que pouco depois da data da entrevista já estava a trabalhar)

Identificamos as localidades onde cada residente trabalha e também o fizemos ao recolher os dados na nossa amostra, consideramos que não se justifica neste campo revelar os dados da amostra uma vez identificados os dados da população (a diferença praticamente não se regista), além disso a amostra inclui residentes da aldeia da Serra e no caso em apreço estamos só a trabalhar os residentes do Carrascal. No que respeita ao total da população verificamos a seguinte distribuição e salientamos o facto de 15 pessoas trabalharem na UF. Évora e Arraiolos concentram o maior número de trabalhadores e ninguém trabalha fora do Distrito de Évora. Estamos a falar de 45 pessoas que exercem atualmente uma atividade profissional. Se considerarmos o total de residentes (137) falamos de 32,84% dos residentes. Destes, como vimos, 15 trabalham dentro da UF o que representa 33,33% do total de empregados. Os dados apurados não nos permitem comparar com outras aldeias ou regiões, contudo considerando os números aqui apresentados não podemos deixar de concluir que a UF, embora não absorva toda a mão de obra disponível consegue criar um número relevante de postos de trabalho. Tendo ainda em conta que se registam fluxos de trabalhadores agrícolas e da construção civil, quase em permanência, vindos de outras regiões do país e até mesmo do estrangeiro pode concluir-se que o que falta é mão de obra e não postos de trabalho.

Sem ser nosso objetivo desenvolver esta questão parece-nos oportuno referir a questão da habitação, ou da falta dela, para dar resposta à procura existente. No início de 2021 foram vendidas algumas das casas deixadas em herança por um casal de residentes já falecidos. Todas foram vendidas a não residentes que as adquiriram para voltar a vender ou para habitação futura fruto da disponibilidade financeira e da vontade de “mudar de vida” ou pelo menos de local de residência. O preço a que foram vendidas não se pode considerar baixo se tivermos em conta que qualquer uma precisava de obras de remodelação profundas para se tornarem habitáveis. Passados 2 anos duas estão já habitadas e são agora a habitação principal dos seus proprietários, as outras 5 continuam à venda e do que se sabe o processo de legalização não tem andamento junto das entidades competentes. O objetivo seria transformar cada uma numas antigas casas em lotes distintos e fazer a venda em separado. Existem atualmente mais 3 casas à venda duas delas na parte antiga da aldeia e outra numa das ruas mais recentes. Face aos preços que estão a ser vendidas é expectável que venham a ser adquiridas por não residentes para habitação principal ou secundária. Não há registo de casas para arrendar a longo ou curto prazo. Pese embora também não se conheça procura por parte dos residentes, os preços praticados, qualquer uma das habitações não está acessível a quem porventura queira reiniciar aqui a sua vida e encontrar trabalho na UF ou na zona, pelo menos para alguém considerado de “classe média”. Não conhecemos qualquer projeto a nível local ou municipal que envolva a construção de habitação a preços

controlados que possam atrair, para a UF, população que procure residência e emprego na zona.

Quadro 2 – Distribuição da população ativa (nº), por local e localidade onde trabalha

| Número de residentes | Localidades onde trabalham |
|----------------------|---------------------------------------|
| 7 | (UF) Herdade das Mouras |
| 1 | (UF) Padaria (Carrascal) |
| 3 | (UF) UF (Carrascal) |
| 1 | (UF) UF (Vale do Pereiro) |
| 1 | (UF) Herdade da Cabeceira |
| 1 | (UF) Monte do Funchal |
| 1 | (UF) Herdade da Comenda |
| 10 ¹⁴⁰ | Évora (vários locais) |
| 4 | Vimieiro - Santa Casa da Misericórdia |
| 2 | Estremoz (locais diferentes) |
| 10 | Arraiolos (vários locais) |
| 1 | Montemor-o-Novo |
| 2 | Bardeira (locais diferentes) |
| 1 | Pavia |

Fonte: elaboração própria com base dos dados recolhidos

Esta questão, da localização do posto de trabalho, torna-se também pertinente na medida em que se pode relacionar diretamente com a questão das acessibilidades de que já falamos. Podemos desde já adiantar que cada uma destas pessoas, quer trabalhe fora da UF ou na UF, tem carro próprio e desloca-se para o trabalho com recurso aos mesmo. Se falarmos de um casal, cada um tem o seu automóvel próprio, havendo mesmo algumas situações em que um casal tem mais do que duas viaturas. A exceção é a de um colaborador da UF que conduz a viatura da própria instituição e a leva ao final do dia para o estaleiro da UF situado em espaço contíguo à sua residência.

¹⁴⁰ Destes, um residente está em regime de teletrabalho

As empresas não oferecem transporte e não há transportes públicos compatíveis com os horários de trabalho. Como já referimos os transportes públicos que chegam ao Carrascal tem como função principal fazer o transporte dos alunos para Arraiolos de manhã e voltar à tarde com esses mesmos alunos embora seja da Rodoviária do Alentejo. Os alunos do primeiro ciclo e pré-escolar são transportados para o Vimieiro numa carrinha da Santa Casa da Misericórdia do Vimieiro. O transporte, apoiados pela CMA, são para alunos e não para trabalhadores, o que de alguma forma se justifica face aos horários de trabalho diferenciados e à distribuição geográfica. O percurso mais longo é feito pelos que trabalham em Évora, fazem cerca de 70 Km por dia para ir e voltar do trabalho.

Não apuramos com exatidão as profissões de cada um dos residentes, dada a diversidade das mesmas, contudo, deixamos alguns exemplos: enfermeiro, psicólogo, motorista, operário fabril, empregado de comércio, ajudante familiar, trabalhadores agrícolas¹⁴¹, agente de forças de segurança e proteção civil, entre outras. Em termos de amostra o resultado foi idêntico, a dispersão é quase total em termos de atividades profissionais, o destaque vai para a profissão de tapeteira, com 5 respostas¹⁴². Estas tapeteiras, todas mulheres, encontraram na manufatura dos Tapetes de Arraiolos uma alternativa ao trabalho agrícola numa altura (anos 80) em que esta indústria teve a sua grande expansão e já eram menos os postos de trabalhos disponíveis na agricultura. Para fazer tapete de Arraiolos havia sempre lugar, quer fosse em casa, quer fosse nas fábricas em Arraiolos. Em casa recebia-se ao m² e este rendimento era importante para o agregado familiar e até para as adolescentes que nas férias escolares se dedicavam a esta tarefa (única possível) para ganhar algum dinheiro. Hoje a realidade é completamente diferente e poucas são as mulheres que ainda “cosem” da mesma forma que a maioria das fábricas em Arraiolos fechou portas.

Mais uma vez fica patente também a este nível a diversidade, quer nas profissões exercidas quer na dispersão de locais onde são sem esquecer a diversidade de horários de trabalho, cada um tem o seu, pelo que cada um usa o seu meio de transporte (carro) Reforçamos, contudo, o número de pessoas que trabalha na Herdade da Mouras e a importância desta fonte de absorção de mão de obra. Sabemos, pelas conversas que fomos tendo com estes trabalhadores que estão na empresa há mais de 20 anos, outros foram chegando depois havendo alguns mais recentes que saíram de outros empregos e tendo em conta as relações de amizade ou familiares facilmente encontraram trabalho na Herdade que emprega também outras pessoas vindos das várias aldeias e vilas das redondezas, nomeadamente da Aldeia da Serra.

¹⁴¹ De relembrar o que foi dito relativamente às funções que são hoje desempenhadas nas empresas agrícolas.

¹⁴² Estas respostas são na sua maioria de residentes na Aldeia da Serra onde a tradição relacionada com a confecção dos tapetes era, e ainda é, muito mais evidente que no Carrascal. Uma das fábricas de Arraiolos chegou mesmo a abrir uma “filial” nesta aldeia em que as mulheres trabalhavam e recebiam um salário fixo. (Anos 70 do século passado)

5.5.2. A escola

Parece-nos importante nesta caracterização da população residente dar ainda nota de alguns dados adicionais que nos ajudam a perceber de que população estamos a tratar. Falamos da taxa de analfabetismo que registava em 2011 um valor global de 11,49% (7,92% nos homens e 15,04% nas mulheres). Em 2021 este valor baixa para 6,25% (6,05% nos homens e 6,47% nas mulheres)¹⁴³. Estamos em crer que a razão desta redução se deve ao facto de, no período em causa, terem morrido parte dos residentes mais idosos que alimentavam estes números. Na atualidade não se conhecem casos de pessoas mais jovens ou jovens adultos analfabetos.

Já fomos dando algumas indicações relativamente aos mais novos embora não tenhamos falado do peso que tem na população da UF e mais em concreto no Carrascal, voltando aos números da população e considerando o número de residentes em idade escolar (alargando até aos 29 anos) contamos 18 moradores (7 dos 0-9; 7 dos 10-19 e 4 dos 20-21 anos). Importa referir que este número está empolado na medida em que consideramos todas as crianças que vivendo em guarda conjunta (filhos de pais separados em que um deles reside na aldeia) passam algum tempo na aldeia e de alguma forma participam na dinâmica da vida social, participam nas festas populares anuais, vão ao café (muito raramente e apenas uma ou duas), ou simplesmente ficam em casa (como acontece com os residentes a tempo inteiro). Podemos ainda confirmar a sua participação nas atividades profissionais dos pais relacionadas com a agricultura ou com a criação de gado.

De qualquer forma importa, neste campo, dar nota de que, tendo a escola primária, ou escola do ensino básico encerrado na aldeia em Junho de 2006¹⁴⁴, à data com 4 alunos, um residente no Carrascal, um menino na Aldeia da Serra e duas meninas na Bardeira¹⁴⁵, estes passaram a frequentar a escola de Arraiolos ou Vimieiro. Atualmente as crianças e jovens frequentam a Cresce e o Pré-escolar no Vimieiro, bem como o Ensino básico até ao 4º ano e depois do 5º até ao final do Secundário (12º ano) em Arraiolos. O Ensino Universitário implica outro tipo de deslocação, mas do que sabemos os mais velhos estudam na Universidade de Évora. Os transportes escolares como também já referimos estão assegurados até ao final do ensino secundário (desde que se faça em Arraiolos).

¹⁴³ Instituto Nacional de Estatística. Disponível em: <https://www.ine.pt/>

¹⁴⁴ A escola do Carrascal foi inaugurada em 1949. Antes os alunos frequentavam um espaço, adaptado a escola, localizado na Freguesia, ou seja, em São Gregório. Vídeo participativo por ocasião do encerramento da escola primária de S. Gregório. Disponível em: <https://www.youtube.com/>

¹⁴⁵ As escolas primárias destas localidades encerram ainda antes da escola do Carrascal, Vale do Pereiro encerrou na mesma altura.

No Carrascal o edifício da antiga escola está atualmente sob alçada da UF e tem sofrido algumas obras de remodelação com vista a torná-lo um espaço com condições para a realização de bailes e festas populares, bem como almoços ou jantares de convívio, podendo ser utilizado o espaço interior ou exterior. Os residentes podem requerer o espaço à UF para determinada data, sendo que esta cobra um determinado valor referente ao tempo utilizado. No fundo, aluga o espaço recebendo uma compensação financeira que não sendo significativa, existe.

Não se registam situações em que as crianças fiquem a tempo inteiro à guarda dos avós ou de outros familiares, embora a ajuda familiar exista no que respeita aos mais novos (a criança mais pequena a residir na aldeia nasceu em 2019, faz em Novembro deste ano 4 anos). São os avós que, quando o horário de trabalho dos pais não o permite, fazem a entrega à carrinha da escola e os recebem ao final do dia, tornando desta forma compatível o facto dos pais trabalharem fora e não terem de levar as crianças consigo. Mais uma vez esta não é a única situação, alguns são os pais que os levam à escola (Vimieiro ou Arraiolos) outro caso ainda em que a criança está numa escola do ensino básico em Évora, local de trabalho da mãe. As crianças em guarda conjunta na sua maioria frequentam as mesmas escolas, Vimieiro ou Arraiolos.

O relacionamento existente entre estas crianças e jovens acontece em contexto escolar. Todos se conhecem, mas é raro vê-los juntos na aldeia. Os mais novos não brincam juntos em espaços públicos, raramente vão ao parque infantil ou ao campo de jogos a não ser acompanhados pelos pais e em grupos familiares ou de vizinhança próxima. Podem eventualmente brincar com um vizinho, mas em casa. Os mais velhos também raramente são vistos na rua. Por vezes as raparigas pré-adolescentes juntam-se duas a duas e vão caminhar pela aldeia principalmente no Verão ao final da tarde ou à noite. Claro que os telemóveis fazem parte dos adereços que nunca ficam em casa, estão sempre na mão, raras vezes no bolso. Não se juntam em grupo, não interagem pessoalmente, não há relações de sociabilidade a não ser as que apontamos. Não há pontos de encontro nem um local de atração para os jovens. Não sabemos se eventualmente comunicam entre si pelas redes sociais, mas é provável. O seu espaço por natureza é a casa. O facto de viverem numa aldeia, a acessibilidade ao campo ou a espaços ao ar livre não os motiva, sair à rua por si só não é motivo, encontrar outros jovens para conversar não é necessário, isso faz-se no computador ou no telemóvel. A escola ocupa, é certo, a maior parte do tempo, mas ao fim de semana ou nas férias o cenário é igual. Acabamos por encontrar semelhanças com os mais velhos para quem a casa representa o conforto e a paz em que querem e gostam de viver.

5.5.3. Salários e Pensões de Reforma

Compete ainda dar ainda uma nota adicional no que respeita aos salários e às pensões de reforma auferidas pelos residentes. Sabemos que, pelas profissões que exercem, ou exerceram, há necessariamente uma grande variedade ao nível dos rendimentos de cada um, contudo em termos gerais podemos dizer que são baixos. Nas entrevistas realizadas esta foi uma das questões colocadas, questionamos se o rendimento do agregado familiar era inferior ou superior ao ordenado mínimo nacional (cerca de 700 eur). Das 19 respostas consideradas (em que a mesma foi clara e assertiva) 9 inquiridos respondem que os rendimentos são superiores ao salário mínimo, 10 referem que são inferiores. Pela análise dos dados e pelo conhecimento da população facilmente podemos inferir que quem trabalha, quem tem vida ativa, tem rendimentos superiores (mesmo que individualmente possam ser aproximados ao salário mínimo), quem está reformado recebe menos, a maioria das pessoas na aldeia recebe pensões de valor entre 300 e 400 eur. Dai a referência feita aos níveis de pobreza e ao facto de ser viver ou não abaixo desse nível teoricamente definido.

A intervenção do estado nesta matéria foi determinante para a autonomia económica principalmente dos mais idosos. O facto de todos receberem agora uma pensão de reforma permite que possam viver com melhores condições de vida, mesmo que na generalidade esse valor seja muito baixo. A segurança social promove uma serie de apoios sociais para a população, principalmente para os mais idosos quais se incluem: Serviço de apoio domiciliário; centro de convívio e centro de dia; centro de noite, acolhimento familiar, estruturas residenciais e centros de férias e lazer. Contudo como também referimos, o acesso a este tipo de serviços e/ou apoios está dependente da disponibilidade dos serviços na área de residência e de haver ou não disponibilidade por parte da população para a sua utilização.¹⁴⁶

Este tipo de serviço nem sempre está disponível quando é necessário, existem casos de institucionalização a nível privado com custos que mensais muito superiores aos valores recebidos da segurança social.

Importa ainda referir eu não se conhecem casos de residentes a receber apoios sociais do estado tais como subsídio de desemprego ou rendimento mínimo garantido quando muito alguns recebem um complemento solidário para idosos e benefícios adicionais para redução das despesas de saúde.

¹⁴⁶ Segurança Social. Disponível em: <https://www.seg-social.pt/>

5.6. Habitação e condições de vida

5.6.1. A habitação

Importa referir que o Carrascal caracteriza-se fisicamente por ter essencialmente duas ruas, como são conhecidas, Rua da Frente e Rua de Trás, e estas foram durante muitos anos as únicas ruas da aldeia.

A Rua da frente chama-se Rua Joana de Brito Calhau e deve o seu nome à Senhora que, após o 25 de abril, doou a cada um dos moradores, um “pedaço” de terra junto a sua casa para daí poder fazer o quintal. Desta forma todas as habitações têm um ou mais quintais. Antes esta rua chamava-se Rua Dr. Oliveira Salazar. A Rua de Trás chama-se agora Rua da República, nome também atribuído depois do 25 de abril de 1974, mas sempre foi identificada como rua de trás, nunca teve outro nome.

Há cerca de 30 ou 40 anos foram edificadas novas habitações, assim a aldeia passou a ter mais ruas. A primeira foi a Rua Nova onde estão edificadas 5 moradias, 3 tem construção completa e são habitadas, sendo uma delas é habitação secundária, duas tem praticamente só fachada e são propriedade de moradores (um residente e um não residente) da aldeia. Não são usadas como habitação apenas servem para arrumos. Estes foram os primeiros lotes a ser construídos fora da estrutura da aldeia original. Em frente a esta rua, com construção apenas de um dos lados, com acesso direto à estrada principal de acesso à aldeia, foram edificadas 2 moradias. Em ambas residem casais de meia-idade, com filhos ainda jovens. Numa delas reside um casal que antes vivia noutra localidade da UF, na outra uma “Sra. de Lisboa”¹⁴⁷. O nome desta rua é Rua do Tanque (provavelmente porque dá acesso ao tanque público).

A Rua da Escola, deve o seu nome ao facto de dar acesso à antiga Escola Primária inaugurada em 6 de novembro de 1949 e encerrada em 13 de junho de 2006. O último ano letivo que recebeu alunos foi o ano de 2005/2006. Tinha nesse ano, 4 alunos, dois vindos da Aldeia da Serra, dois do Carrascal¹⁴⁸. Neste documento são ainda referidos os nomes dos primeiros alunos da escola, altura em que eram mais de 50 de todas as classes (da 1ª à 4ª classe) e onde dominava o rigor e não eram excluídos, o que mesmo

¹⁴⁷ Esta designação não é literal, em algumas situações desconhece-se a origem dos novos residentes e não residentes, por isso, são assim identificados pela generalidade da população. Com exceção dos estrangeiros que permanecem em geral pouco tempo. Adotamos esta expressão por considerar que ilustra e identifica todos os que não tem origens ou familiares na aldeia, todos “Vieram de Lisboa”.

¹⁴⁸ Vídeo participativo por ocasião do encerramento da escola primária de S. Gregório. Disponível em: <https://www.youtube.com/>

à data, se consideravam “maus-tratos” aos alunos quer pelo seu comportamento quer mesmo pelas dificuldades de aprendizagem que manifestavam.

Mas, estávamos a referir a origem da Rua da Escola, eram terrenos municipais loteados apenas a residentes da freguesia a preços acessíveis com o objetivo de fixar a população mais jovem. Passaram vinte anos e nem todos os lotes foram vendidos ou pelo menos não tem casas edificadas. Outros já foram vendidos e são hoje segundas habitações. Falamos de 11 moradias geminadas construídas e 3 lotes sem construção. No início desta rua, do lado mais antigo da aldeia, e na parte de trás das casas foi construído o parque infantil, que antes estava situado na Rua da República junto ao edifício do Centro de Saúde e da Junta de Freguesia (hoje sede da UF)

Nas costas da Rua da Escola está a Rua do Poço Novo. Com origem no mesmo tipo de lotes que foram sendo comprados e onde foram construídas mais 6 moradias, havendo à data da investigação 2 lotes sem construção. A sua denominação deve-se ao facto de estar de frente para o Poço Novo (só tem construção de um lado da rua). Hoje este poço, perdeu basicamente a sua função, mas durante muitos anos foi a fonte de abastecimento de água da população da aldeia e bebedouro de animais. Era também utilizado pelos residentes mais próximos como lavadouro público.

Sem deixar de parte a aldeia que deu nome à freguesia e continua hoje presente no nome da UF, importa fazer referência a São Gregório, atualmente, é falar de uma aldeia praticamente despovoada. Tem 2 habitante, um casal. Tem várias casas em vias completamente degradadas, sem telhado e paredes a cair. Uma das casas foi comprada por uns “Srs. de Lisboa” há já alguns anos. Fizeram obras e agora usam o espaço como segunda habitação, contudo a frequência das visitas é rara e se e quando o fazem não abandonam o espaço e não frequentam locais públicos no Carrascal. Muito raramente foram vistos por aqui. Outra das casas é uma residência secundária de antigos habitantes da aldeia que residem na zona da grande Lisboa. Há ainda uma casa à venda, do casal mais velho que já faleceu, e uma casa que foi remodelada onde residiu um casal durante alguns anos, mas que acabou por sair.

Identificamos cada uma das casas¹⁴⁹ da aldeia do Carrascal para em rigor perceber quem é que reside em cada uma, quantas pessoas são e se o fazem de forma permanente, há mais ou menos tempo, ou se só regressas de vez em quando, ou raramente¹⁵⁰. Procuramos saber se a cada casa é a habitação principal e permanente ou a habitação

¹⁴⁹ Pese embora nos possamos referir à residência de cada agregado familiar como habitação ou moradia, o termo que é usado pelos habitantes é casa. “vou à casa da Maria”, “é a casa do António”, “foi ali perto da casa do Francisco”. São alguns dos exemplos de expressões onde esta designação de aplica.

¹⁵⁰ Esta categorização da frequência com que cada um ou cada família “visita” a sua segunda habitação não tem uma quantificação nem uma escala quantitativa associada, foi construída com base na forma como os residentes identificam estas visitas. “Uns vem todos os fins de semana, outros vem de vez em quando e os outros raramente ou quase nunca”

secundária da família. De forma genérica e utilizando uma frase popular “existe de tudo um pouco”.

No que respeita ao número de casas, contabilizamos 111 casas de habitação, divididas por 6 ruas. Não existe uma praça ou um local considerado “central”, as ruas são em linha reta em que as portas principais estão voltadas umas para as outras (quando existem casas dos dois lados da rua) Não podemos dizer que existe uniformidade nas habitações. Temos casas construídas na década de 20 e 30 do século passado que mantem exteriormente as características originais, casas térreas pintadas de branco com “pé” azul ou amarelo¹⁵¹, casas de dois pisos edificadas há cerca de 20 anos, na Rua da República. As casas mais recentes procuram manter a traça original embora apresentem janelas e portas muito maiores que as que podemos encontrar nas casas mais antigas. Normalmente são casas em banda com quintal na parte de trás embora algumas estejam isoladas com quintais à volta. A entrada principal é virada para a rua.

Muitas destas casas já sofreram obras de remodelação principalmente a nível interior, na grande maioria provocadas pela canalização da água até ao interior de cada residência. Este “acontecimento” marcou definitivamente a melhorias das condições de vida da população. Desde essa data, há cerca de 35 anos a esta parte, a população pode construir uma casa de banho, remodelar a cozinha e ter acesso a eletrodomésticos que até então estavam excluídos do dia a dia (a máquina de lavar roupa foi a primeira a chegar). A dimensão da grande maioria das casas suportou estas alterações sem necessidade de construção exterior.

Destas 111 casas, 67 são habitações permanentes, ou seja, são a residência principal de cada uma das famílias que nelas habitam de forma permanente à mais ou menos anos, conforme o número de famílias identificadas. Das restantes 44 casas, algumas estão desabitadas e com algum grau de degradação, ou seja, são casa onde ninguém reside nem permanentemente nem por períodos curtos. Algumas destas estão à venda e a grande maioria são habitações secundárias com mais ou menos utilização.

Quem reside de forma permanente, tem em casa própria que comprou ou herdou de família. Existem apenas 4 situações em que a família vive de forma permanente em casa arrendada. Três delas o senhorio reside na aldeia, a outra, o senhorio vive fora da UF. O valor das rendas oscila entre os 50 eur e os 200 eur.

Não há registo de casas arrendadas para segunda habitação. Estas ou foram adquiridas ou herdadas de familiares. Sem uma contagem efetiva diria que o número se equivale.

¹⁵¹ Faixa pintada na base inferior da casa com cerca 50 centímetros de altura e que podem estar apenas na frontaria (parte da frente da casa) ou em redor da mesma se a localização isolada assim o permitir e os proprietários assim entenderem. Esta faixa azul prolonga-se muitas vezes em sentido horizontal delimitando a frontaria da casa com a casa do lado. Há ainda situações de faixas mais estreitas por cima ou à volta das portas e janelas.

Importa ainda referir que quando falamos de casas, falamos de espaços amplos com várias divisões, o número varia entre as 11 e as 3 sendo que a maior parte das respostas refere 5 ou 6 divisões. Cozinha e casa de banho são hoje dados adquiridos, uma sala, por vezes uma casa de jantar, e quartos são os necessários para a família e para receber as visitas ou a família, filhos e netos.

Na grande maioria os residentes do Carrascal já vivem há muitos anos ou sempre viveram na aldeia. Principalmente a população mais velha que ficou na terra onde os pais já viviam, outros vieram pelo casamento, mas não vieram de longe, ou de algum monte, ou da Bardeira, ou da Aldeia da Serra. O normal era que os casamentos acontecessem entre moradores pelo que são poucos os que vieram de longe. Compraram casa aqui e ficaram. Alguns moravam com os pais, os pais morreram e ficaram a morar nessa casa. A motivação para sair para os que ainda cá estão não foi muita, a promessa de melhores condições de vida nas grandes cidades só começou a ser uma realidade para os mais novos. As oportunidades também não surgiram e “fui ficando” é uma das expressões mais utilizadas.

No caso dos mais novos, alguns escolheram a aldeia para morar. Tendo sido residentes, estiveram fora durante muitos anos e voltaram ou porque já tinham casa ou porque compraram. E outros residindo noutros locais das redondezas escolheram a aldeia porque gostam de morar na aldeia e ou tem família que aqui reside.

Quando questionamos o motivo pelo qual escolheu a aldeia para residir as respostas foram várias. Deixamos alguns exemplos dessas respostas recolhidas nas entrevistas:

“Morava com os pais e fiquei a residir na mesma casa depois da morte destes, mas casa também é dos meus irmãos” (residente, solteira, vive sozinha, 60-70 anos)

“Sempre moramos aqui, fomos ficando” (residente, solteira, divide casa com a irmã, 60-70 anos)

“Sou daqui, conheço tudo” (segunda habitação, com origens na aldeia, mas residiu na zona de Lisboa durante a vida ativa)

“Olha fui ficando, fui ficando pronto e não procurei outra coisa (risos) fui-me acomodando” (residente, 60-70 anos)

“Várias, a principal era porque tinha casa e precisava e porque gosto” (residente, viveu muitos anos fora e voltou para a aldeia, 40-50 anos, divorciada)

“Era o meu avô que tinha aqui este terreno e deu-me o terreno e a gente construiu aqui” (residente, morava noutra aldeia próxima, constituiu família e veio viver para a aldeia, 40-50 anos)

“Falta de condições na outra casa, sem casa de banho, a chover constantemente lá dentro, falta de condições” (residente, vive com os pais, 20-30 anos)

“Sempre, aqui nasci aqui fui criada e aqui vivo (...) às vezes tinha, às vezes tinha, mas pronto abalava pra onde? Para onde é que eu vou sem conhecer ninguém? E agora então já depois de velha... deixa-te estar” (residente, 70-80 anos)

“Não, vivi depois de casado, em solteiro vivia no montinho das galhardas (...) É pá, decidimos, eu vim para a cidade, eu vivia num Monte vim para a cidade naquela altura (risos) e com o emprego dela fixo, a trabalhar como está, é pá, optamos por ficar aqui” (residente, 50-60 anos)

Não abordamos neste estudo os hábitos de consumo ou o tipo e a base da alimentação dos residentes. Necessariamente esta questão está relacionada com a necessidade de comprar mais ou menos alimentos ou outros bens de primeira necessidade, logo a frequência com que se compra e o que se compra. O número de elementos do agregado familiar bem como a idade dos seus membros também é importante na definição das necessidades de fazer ou não mais compras bem como a diversidade das mesmas. Pese embora se fale muito, do ponto de vista teórico, das dificuldades económicas e da pobreza entre os mais velhos em espaço rural, não detetamos qualquer situação de dificuldade económica grave que impeça cada um ou cada família de ter acesso aos bens de primeira necessidade nem com dificuldades reais que os impeçam de pagar as despesas mensais e os medicamentos. Há uma gestão dos recursos que permite viver em condições medias de vida, sem excessos, mas sem falta do que é mais importante. A maioria dos reformados tem pensões de reforma de valores mínimos, mas mesmo assim como referem *“vai-se gerindo”* ou *“se a gente fechar as mãos é, mas tem que se fechar as mãos (...) pago renda de casa, pago luz, pago do telemóvel”* (reformada com pensão na ordem dos 400 eur, 70-80 anos)

Não entramos em detalhe sobre o valor do património mobiliário, dado que é um tema que cada um guarda a *“sete chaves”*, mas é do conhecimento geral que as famílias mais velhas têm poupanças que dão alguma tranquilidade para o futuro. As famílias mais jovens em comparação, podem ter mais dificuldade em gerir o valor dos ordenados dado os diferentes modos de vida e os diferentes hábitos de consumo, contudo também não há situações, visíveis, de dificuldades económicas, muito menos de pobreza. Claro que esta perspetiva da realidade sai fora do considerado pelas entidades competentes quando definem a taxa de pobreza e o que é viver abaixo do limiar da pobreza que como vimos anteriormente está em valores aproximados do ordenado mínimo nacional. Se utilizarmos esta medida, temos a grande maioria da população a viver muito abaixo do limiar da pobreza. Consideramos por isso que este tema tem de ser analisado à luz do contexto local, da história de vida de cada um, e daquilo que, como verificamos, cada um considera viver com qualidade de vida. De lembrar que a maioria da população vive em casa própria da qual não paga crédito à habitação e quem vive em casas alugadas paga um valor considerado adequando aos rendimentos que auferem.

No que respeita às despesas mensais com água, luz e gás, e em muitas situações despesas relacionadas com a saúde (medicamentos para doenças crónicas), bem como televisão, internet, telefone e telemóveis, verificamos que no que respeita à amostra quando questionamos sobre estes valores e o peso dos mesmos na economia familiar, não obtivemos um número significativo de respostas. Há quem não pense muito no assunto, quem refira que tenta poupar ao máximo nessas despesas, e são os mais novos que referem pagar entre 100 e 200 eur por mês incluindo todos os serviços (os pacotes de televisão, internet e telemóveis) que fazem parte do quotidiano destas famílias. Não referenciamos as dificuldades acrescidas para fazer face a estas despesas. O facto de cada casa ter um quintal que permite o cultivo de alguns alimentos base (couves, espinafres, alfaces, batatas, cebolas, feijão verde, e até curgetes, que nunca se tinha visto nem se sabia o que era). Manter um galinheiro com galinhas que põem ovos todos os dias ajuda nesta gestão dos gastos com os consumos diários e mais ainda porque os desperdícios alimentares vão praticamente todos para as alimentar. É um facto que esta realidade está cada vez menos presente (porque algumas pessoas mais velhas já não o conseguem fazer) mas continua a ser uma realidade e que vai ganhando novos adeptos junto dos mais novos embutidos também num espírito mais ecológico e atual da utilização do seu espaço privado sem descurar a tradição e a forma como sempre viram fazer aos pais e avós.

5.6.2. O quintal

O quintal representa para a maioria dos residentes muito mais do que uma potencial fonte de alimentos que pode ajudar a equilibrar as contas mensais. O quintal não produz tudo e muitas vezes o trabalho e esforço que representa, para que já tem algumas dificuldades físicas não compensa. Na mercearia, nos vendedores ambulantes, ou nos supermercados de Arraiolos, Évora ou Estremoz, a fruta, os legumes e as hortícolas, com mais ou menos qualidade, estão acessíveis a todos com mais ou menos regularidade. Da mesma forma acontece com o peixe a carne e todos os outros bens de consumo necessários para a gestão dia a dia.

Importa, a propósito do quintal, deixar algumas notas. O quintal é, daríamos, o meio termo entre o espaço público e o espaço privado da casa. A imagem do quintal que está por norma à vista de todos reflete o espaço privado da casa. Um quintal tratado e limpo indicia que quem cuida assim do quintal melhor o faz com a casa. E para quem conhece as casas e os respetivos quintais pode comprovar isto mesmo. O quintal como vimos continua a ter uma função importante na economia familiar, mas tem também uma função lúdica e de entretenimento principalmente para os mais velhos que já não têm de se preocupar com o horário de trabalho e não chegam cansados a casa. No quintal há sempre algo para fazer, mas não tem hora marcada, pode ser de manhã quando está

fresco, à tarde quando já não está calor, ou quando não chove. Esta liberdade e poder escolher quando se vai fazer alguma coisa, mesmo que o esforço físico seja algum, é uma recompensa do trabalho produzido. O quintal é também um motivo para que os mais velhos se mantenham ativos, quer do ponto de vista psicológico quer físico. É uma distração e uma alternativa à monotonia do sofá e da televisão. E ambas as atividades podem ser intercaladas. Pese embora seja mais frequentado pelos homens as mulheres também têm uma palavra a dizer no que toca à gestão do quintal, compete-lhe mantê-lo limpo e arrumado, tal como faz em casa e na hora de decidir o que plantar normalmente conquistam sempre um espaço para flores e também lhes dedicam algum tempo. No fundo plantar, ver crescer, e colher para comer, para dar a um vizinho, ou para decorar a casa acaba por ser a recompensa que muitas vezes não se consegue ver noutra tipo de atividades pensadas e dedicadas aos mais velhos com vista a proporcionar um envelhecimento ativo. Podemos perceber esta realidade aqui na aldeia nas conversas que fomos desenvolvendo com a população.

As atividades propostas e disponíveis proporcionadas pela entidades competentes não são mal vistas e como sabemos alguns (poucos) aderem e participam aproveitando para conviver e socializar com pessoas com quem não estão todos os dias e que até vêm de outras aldeias, outros há que não lhe reconhecem qualquer benefício nem interesse e não podemos dizer que estes não se mantem ativos e que não tem um envelhecimento tranquilo, ao seu ritmo e de acordo com os seus interesses que, do ponto de vista cultural e da tradição, estão muito mais vincados e presentes. Deixamos este exemplo, sugerir a alguém que frequente aulas de hidroginástica pode até ser atrativo, mas será que o é para alguém com 80 anos que nunca vestiu um fato de banho, nunca foi à praia e nunca entrou numa piscina? É verdade que esta não é a única atividade proposta, muitas outras se poderiam adequar, mas a nota que queremos deixar é que, e de acordo com o que nos foi possível observar nesta população o facto de haver uma serie de atividades, promovidas pelas entidades locais (CMA e Monte) dedicadas aos mais velhos, a partir dos 65 anos, não é considerado um fator determinante para manter a população ativa, evitar situações de isolamento e solidão porque em bom rigor não há sequer a consciência desse tipo de realidade. Os mais novos mesmo não trabalhando encontram forma alternativas de ocupar o tempo, saem de casa, são autónomos em termos de mobilidade, convivem com amigos, organizam almoços e jantares, passam férias fora se assim o entenderem, e há na aldeia residentes que o fazem. Não tem nem querem compromissos nem horários para cumprir. Os mais velhos já com alguma falta de mobilidade e autonomia não se sentem motivados para sair de casa, quando muito o quintal continua a ser uma forma de ocupação do tempo, mesmo que seja por um curto período e para tarefas menores que não impliquem um esforço físico demasiado. Não sendo uma população numerosa, e como já referimos várias vezes há uma dispersão muito grande na forma como cada um entende, mesmo que não assimile o conceito, a questão do envelhecimento e em concreto do envelhecimento ativo. Aqui ninguém está parado horas a fio em casa sem fazer nada, sair nem que seja para ir dar uma volta ao

quintal representa encontrar sempre uma forma de ocupar o tempo. Com sorte o vizinho do lado pensou o mesmo e ainda trocam algumas palavras. Sentar-se no banco na rua, observar o que se vai acontecendo mesmo que não seja nada, ver os carros passar (e cada vez são mais), identificar o pássaro que cantou, esperar que apareça alguém para “umas lérias”, ou simplesmente ver a “Praça da Alegria” ou o “Preço certo” não deixa ninguém em situações de solidão ou isolamento. Além de tudo isto ainda existe a família presente fisicamente ou à distância e um telefone, sempre à mão que permite estabelecer contacto com os que estão mais longe, mesmo que seja dentro da aldeia.

5.7. Informação, conhecimento, espaços públicos e rotinas

5.7.1. O acesso à informação

Falar de informação e conhecimento quando estamos a tratar de uma população com as características que já falamos não é à partida uma tarefa fácil. Já referimos que a informação transmitida pelos meios de comunicação social chega a todos, a televisão é o canal por excelência e “as notícias” são referidas como um dos programas mais vistos. Desta forma todos podem aceder à informação, saber o que se passa no país e no mundo e a partir daí formar a sua opinião sobre cada um dos assuntos. Não é um hábito generalizado de comprar ou ler um jornal ou uma revista, são muito poucos os que os fazem e pelo que foi possível perceber, é algo que não foi adquirido aqui na aldeia, mas sim durante a vida ativa quando o local de trabalho numa cidade ou vila permitiam o acesso fácil a este tipo de comunicação. No café da aldeia há por norma um jornal e algumas revistas para quem queira ler enquanto bebe um café ou uma média. O jornal é o Correio da Manhã e as revistas as que este oferece. Há também com regularidade um jornal desportivo. Os leitores não são muitos e como já referimos são na sua maioria residentes que ganharam esse hábito fora daqui. Não há jornais à venda na Aldeia, quem os quiser adquirir terá de se deslocar a Arraiolos ou ao Vimieiro (vilas mais próximas) para o poder fazer.

A dispersão em relação a este tema coloca-se na forma como a informação é apreendida por cada um. Há quem valorize e consiga entender as mensagens que são transmitidas, contudo a maioria dos idosos, mesmo atentos às notícias que passam na televisão revelam alguma dificuldade na apreensão dos conteúdos ou porque não compreendem o que é dito ou porque o que é dito diz respeito a realidades muito fora daquilo que são os seus elementos de referência.

Alguns residentes mais novos porque tem acesso a outras formas de acesso à informação desvalorizam a televisão chegando mesmo a dizer que não vêem televisão. O computador e principalmente o telemóvel ocupam esse espaço. Vem as notícias que lhes interessam

e ocupam o tempo a ver vídeos ou a jogar, quer seja em casa quer seja nos espaços públicos.

A apreensão de conhecimentos não é um tema que encaixe na generalidade da população. A ida à escola aconteceu fruto de uma necessidade imposta e não como algo que muitos desejassem. O reconhecimento da importância e a valorização da mesma são temas recentes, embora alguns dos residentes hoje no grupo etário dos 60-70 anos já tenham ido além da escola primária seguindo os seus estudos até à escola comercial permitindo que desta forma ter acesso a empregos nas áreas dos serviços, fora da aldeia e com remunerações acima da média. Fruto desta maior escolarização muitos saíram e não voltaram, ficando a residir nas cidades onde estudaram, nomeadamente em Évora.

A geração seguinte praticamente toda estudou até pelo menos ao 9º ano em Arraiolos e alguns depois em Estremoz ou Évora completaram o 12º ano e alguns os estudos Universitários. Os percursos foram depois individualizados e a dispersão de situações levou cada um para seu lugar. Se tivermos em conta os resultados da amostra temos respostas em termos de escolaridade que vão desde a 1ª classe até ao mestrado. Sendo que prevalece a 4ª classe e o 12º ano. Não há registo de analfabetos. A nossa inquirida mais velha (com mais de 100 anos) sabe ler referindo que sempre gostou muito de ler livros, sobretudo romances e que o fez até há pouco tempo. “cheguei, cheguei a andar na escola na freguesia e depois fui para casa do Sr. Francisco Calhau e havia lá escola, lá onde andava a menina (...) não havia anos era só ler e escrever”. Certamente este foi um privilégio de poucos à data, mas fica a nota de que aprender a ler e escrever já era uma possibilidade.

5.7.2. Os espaços públicos, ou a falta deles

Como já referimos o Carrascal não tem um espaço público por natureza, isto é, um sítio onde as pessoas que vivem nos vários locais da aldeia se possam juntar apenas pelo convívio e pelas sociabilidades. Não há uma praça, um jardim, ou algo que promova a atração da população para um espaço comum. Nunca houve, daí que a rua, ou melhor as ruas, e se quisermos ser ainda mais rigorosos, parte dessas ruas são os espaços públicos por natureza. A UF remodelou o espaço onde foi em tempos o parque infantil, junto às suas instalações, plantou umas árvores, umas flores e colocou uma mesa de madeira com bancos corridos ao centro, a verdade é que o espaço nunca foi utilizado pelos residentes, em rigor não tem qualquer função, vale pelo facto de o espaço estar limpo e arrumado.

Desta forma os espaços públicos com maior peso em termos de interação e sociabilidades são a rua, o café e a mercearia. Os outros momentos em que há interação entre a população são pontuais e vamos descrevê-los no “diário de eventos”.

Não é fácil distinguir estes espaços sociais na medida em que muitas das relações de sociabilidade na rua, passam, muitas vezes, pelo café e pela mercearia, à chegada ou à partida destes lugares.

Começamos por falar da rua, ou das ruas e como já referimos o Carrascal é composto por 6 ruas. A rua principal, a Rua Joana de Brito Calhau, é de dimensão idêntica à rua da República, mas tem uma maior densidade populacional. Aqui estão localizados os dois “pontos de encontro” mais significativos, o café e a mercearia, de que falaremos mais adiante. Podemos dizer que a junta de freguesia e o posto médico situados na Rua da República, já foram também pontos de encontro da população com alguma dimensão, hoje essa função não lhe pode ser reconhecida. Os serviços oferecidos pelas duas entidades não são suficientes para atrair grupos de residentes. Pontualmente uma ou outra pessoa procura os serviços para resposta a alguma necessidade pontual.

A rua continua a manter-se como espaço de encontro e de sociabilidades, mas numa dimensão muito menor hoje do que aquela que já conhecemos. A diminuição da população com disponibilidade para estar na rua diminuiu as relações de sociabilidade entre a população. Da mesma forma e ao mesmo tempo que o espaço privado da casa oferece agora cada vez mais conforto e entretenimento, a televisão é uma companhia que muitos não dispensam. As tarefas domésticas executadas pelos mais velhos, principalmente pelas mulheres, demoram agora muito mais tempo, a agilidade e a dinâmica foi-se perdendo com os anos. Não sobra tempo para ir à rua e não há aparentemente motivação para o fazer a não ser para beber um café ou comprar alguma coisa à mercearia e quando tal acontece o tempo de permanência na rua é muito curto, na maioria das vezes não se encontra ninguém para “dois dedos de conversa”. É muito frequente, seja a que horas for do dia ou da noite, não se ver ninguém na rua. O verão e o tempo quente, quando está mais fresco, à noite, ajudam a alterar este cenário. Por norma não há ajuntamentos nem grupos de conversa, os que (r)existem são grupo de vizinhos (na maioria mulheres) se sentam na rua, à noite, em cadeiras próprias ou nos bancos públicos instalados pela junta de freguesia há mais de 10 anos, depois do jantar e aí permanece até à hora de deitar (que nunca é muito tarde). São grupos pequenos, 3 ou 4 pessoas no máximo que residem nas casas contíguas. Ou seja, formam-se 3 ou 4 grupos em lugares específicos e pré-determinados, mas estes não interagem entre si. Por norma ninguém sai da sua zona de residência para ir juntar-se a outro grupo, nem os grupos se juntam mesmo que a distância física possa não ser muita. É um fato que estes grupos têm vindo a diminuir de tamanho, os mais velhos já morreram ou estão institucionalizados, mas também muitos outros (mesmo os mais velhos) não se juntam a estes grupos preferindo manter-se sozinhos na rua (uma minoria) ou permanecendo em casa onde a televisão é a companhia por excelência.

Um outro momento de convívio e sociabilidade está relacionado com um fenómeno relativamente recente, pelo menos, nestas paragens e que tem a ver com o hábito de caminhar ou fazer caminhadas. Todos reconhecem que é um hábito saudável, mas não

acessível a todos, mesmo assim, principalmente no início da noite, ou ao final da tarde há um pequeno grupo de 2 a 4 ou 5 pessoas que, quase todas as noites se junta para ir caminhar, uma ou duas voltas à aldeia ou um percurso um pouco mais longo que não deixa de ser um momento de sociabilidade entre o grupo e deste com alguma pessoa que possam eventualmente encontrar. Este grupo embora não seja fechado é constituído por mulheres que residem nas proximidades umas das outras, são vizinhas. À semelhança do que falamos para os grupos que se juntam na rua, também aqui não há participação de outras mulheres que residam fora deste contexto. Podemos até encontrar pontualmente uma ou outra pessoa que também “vai dar um passeio”, mas vai sozinha (o) ou com alguém que também lhe é próximo (família ou amigos).

Chegadas as noites mais frias, os grupos desaparecem, cada um fica em sua casa, ninguém vai a casa do outro para conviver ou evitar estar sozinho e se alguém o faz quase sempre é alvo de crítica porque “anda na casa dos outros”. Muito menos alguém almoça ou janta em casa de um vizinho. Não registei qualquer situação em que alguém tenha promovido um jantar ou almoço e convidado alguém, quando muito pode acontecer entre as famílias mais jovens, mas tem por base uma data festiva (Natal, passagem de ano, ou aniversário) e normalmente os convidados são da família ou amigos mais próximos já de longa data. Algumas famílias podem, a este nível, ter uma relação mais próxima, mas decorre entre pais, filhos, genros, noras e netos.

Face a esta realidade não se pode estranhar, quando saímos à rua, a meio da manhã ou da tarde, o facto de não se ver ninguém na rua. De manhã é menos provável, a ida ao café, à mercearia, alguém que vai ao ecoponto levar o lixo ou alguém que vai fazer uma caminhada (uma ou duas pessoas individualmente). Depois, os poucos que vão à rua, regressam a casa. No verão porque está calor, no Inverno porque está frio, nos outros dias porque não há motivos para ir à rua. As idas ao Centro de Saúde e à UF são esporádicas e muito pontuais. A ida a casa de alguém só se faz por motivos de doença do visitado e também muito raramente, até esse hábito se perdeu com o tempo, mas a verdade é que agora também não há doentes em casa por longos períodos. Outro motivo para ir a casa de um vizinho é para pedir alguma coisa “simbólica” um ramo de coentros ou salsa, nem se entra em casa. Se ambos vão ao quintal pode dar azo a uns minutos de conversa, mas nunca por muito tempo. São as mulheres que assumem estas interações relacionadas com o domínio privado dos afazeres domésticos, da mesma forma que são ou melhor, eram as mulheres que visitavam os doentes (uma representação do lado mais humano das sociabilidades). Os homens têm os seus motivos e espaços próprios de interação e sociabilidade, o café, a esplanada do café e a rua em frente ao café.

É nesta rua principal, num espaço confinado a 10 metros que temos, o café e a mercearia que são os principais espaços de atração da população, mas não da população na sua totalidade. No que respeita à mercearia, há residentes que vão todos os dias à mercearia, nem que seja para comprar pão. Alguns vão mais que uma vez por dia. No geral, estas são as mesmas pessoas que também vão ao café “beber café” logo de manhã

como termos oportunidade de descrever. São mais mulheres que homens, reformados. Temos ainda os que vão à mercearia uma ou duas vezes por semana e que por regra não bebem café ou que vão muito pontualmente quando surge uma necessidade que não pode ser adiada. Mas também existem alguns residentes que nunca são vistos nem na mercearia nem no café. Uns, acreditamos por decisão própria, outros porque as condições físicas já não o permitem. Voltaremos a este tema. Importa agora perceber como estes dois pontos de atração são também os mais visíveis em termos de sociabilização e de interação entre a população, ou pelo menos entre aqueles que os frequentam com frequência. Beber um café de manhã faz-se pelo gosto da bebida em si, mas também é um motivo para sair de casa e ver outras pessoas, falar com elas, durante mais ou menos tempo. Ficar no café e depois na rua a falar com outra pessoa durante um curto espaço de tempo, onde se fica a saber uma “novidade” ou se fala de algum assunto do presente ou do passado, é bem aceite, contudo, ficar uma hora na rua à conversa já passa para o lado da crítica e do controlo social isto porque, por norma, falamos das mulheres independentemente da idade ou estado civil. O lugar da mulher, quando não está a trabalhar, ou já está reformada, continua a ser em casa. É em casa que está o trabalho doméstico que nunca tem fim, há sempre mais qualquer coisa para fazer, logo se uma mulher passa muito tempo na rua pode indiciar que descursa as tarefas e os afazeres da casa, daí que estejamos a falar de tempos de sociabilização e convívio muito curtos. Juntar ao café a ida à mercearia faz aumentar estes tempos, mas tudo se faz no máximo em uma hora.

Quando os encontros se dão na rua, fora do contexto do café ou da mercearia, a regra é a mesma, o tempo é sempre pouco e estes momentos são normalmente vividos entre os que residem mais próximo, entre vizinhos, como já tivemos oportunidade de falar.

A interação entre o café e a rua é visível principalmente nas noites mais quentes de verão. O café tem uma esplanada que fica mesmo em frente da porta do café, é frequente que se atravesse a rua para levar ou trazer uma bebida (um café ou uma média). Para alguns que só vem à rua nesta altura um gelado é um bom motivo para justificar a ocupação do espaço. A lei que proibiu que se pudesse fumar dentro dos espaços comerciais, também traz muitos à rua, beber médias, dar “dois dedos de conversa” puxa um cigarro que se fuma na rua, sozinho se os clientes forem poucos ou eventualmente em grupo dependendo do número de homens a frequentar o espaço. Desta forma não podemos separar os espaços, ambos são ocupados pelas mesmas pessoas que vão intercalando o café e a rua. Assim a interação e as relações de sociabilidade atingem aqui o seu nível mais elevado.

5.7.3. As atividades recreativas e de lazer, ou a falta delas

Não existe no Carrascal nenhum espaço exclusivamente dedicado a atividades recreativas e de lazer a não ser a Sociedade Recreativa 1º de Novembro que pelo facto de estar sempre encerrada, abrindo apenas pontualmente como veremos, não manifesta capacidade para assumir esta função na sua plenitude. Coloca-se aqui uma questão que tivemos oportunidade de debater com os dirigentes e com a população. Como em outras situações nesta aldeia a conversa acaba muitas vezes com a velha história de quem é que nasceu primeiro, foi o ovo ou a galinha. Aqui discute-se quem é que morreu primeiro, foi a Sociedade ou foi o seu público? Não é uma pergunta de fácil resposta. A verdade é que em tempos a Sociedade desempenhou este papel, estava aberta, o bar estava aberto e alguns homens (as mulheres não permanecem neste tipo de espaço para além do tempo necessário ao consumo do café) acabavam por ficar, conversar, jogar às cartas, às damas ou qualquer outro jogo que os pudesse ajudar a passar as tardes principalmente ao fim de semana, nesta sequência vinha um petisco e um copo de vinho. A verdade é que muitos dos homens que ocupavam este espaço já morreram ou estão institucionalizados e ninguém os substituiu. Apesar do público ser cada vez menos, houve outros fatores de ordem pessoal e familiar que pesaram no encerramento o bar que acabou por fechar (em Dezembro de 2021) e nesta sequência de acontecimentos perdeu-se um dos espaços de convívio diário. De acordo com a opinião do Presidente da Direção *“(…) quem esteve lá no bar sempre me disse que não estavam a enriquecer, mas que tiravam um o ordenado mínimo (...)*. Ou seja, manter o bar da Sociedade aberto implica investimento, quem aceitar o desafio tem de pagar uma renda, as despesas correntes e dedicar uma grande parte do dia ao espaço para “aproveitar” o máximo de clientes. Se quiser fazer a diferença tem de cozinhar, inovar e manter o espaço atraente. Diríamos que não haverá muitos candidatos com este perfil.

Recentemente, com ar aberto ao domingo a Sociedade vai ganhando outro público, mas agora o convívio e as relações de sociabilidade desenvolvem-se só à volta da mesa. Ao domingo à tarde a Sociedade tem o bar aberto e também tem clientes. Normalmente são poucos, o público típico destes espaços ainda não retomou o hábito de ir beber café à sociedade depois do almoço ou do jantar. Este perdeu-se com o encerramento do bar que deixou de estar aberto diariamente. Após a reabertura do mesmo, iniciativa do presidente da direção da Sociedade que dedica a tarde de domingo à tarefa de empregado de balcão, mas que também se senta à mesa com os clientes que se foi formando um grupo que ocupa a mesa central para o petisco e para as sucessivas rodadas de medias. Os elementos aqui presentes já cultivavam uma relação de amizade pelo que poder usufruir de um espaço público praticamente privado tornou-se um hábito. Os homens são os primeiros a chegar pouco depois da meia tarde. Se for

necessário os próprios preparam, cozinham e servem a sua própria mesa com as iguarias que reinventam todas as semanas. Tratam o espaço como seu, contudo sem qualquer tipo de comportamento “abusivo” ninguém tira uma cerveja do frio sem antes pedir ao “empregado de mesa” e por norma espera que este lha dê.

Não raras vezes as mulheres e as filhas (jovens adolescentes) destes homens chegam mais tarde, mas também marcam presença, por norma não comem nem bebem, mas participam nas conversas e no convívio à volta da mesa. São normalmente estas que incentivam ao fim da festa. Que quase os empurram para fora do espaço com o argumento de que “amanhã é dia de trabalho”, não será pelo adiantado da hora (9/10 horas da noite) mas porque é domingo à noite. O “empregado de mesa” que não reside na aldeia também não incentiva à continuidade, depois de todos saírem, com a ajuda da sua esposa, que só chega a esta hora é tempo de limpar a sala, a cozinha, lavar as mesas, as casas de banho e o chão, deixar tudo arrumado. E assim se passou mais uma tarde de domingo bem-disposta e animada. Aliás qualquer um dos presentes à hora da saída já estão muito mais animados do que quando chegaram. O álcool tem este efeito e esta gente sabe disso há anos.

Os convívios à volta da mesa continuam a ser uma das formas mais significativas de interação e sociabilidade entre os moradores da aldeia. Embora em grupos mais ou menos estanques e compostos pelas mesmas pessoas. Mesmo as outras formas de ajuntamento e sociabilidade como por exemplo o jogo da malha que acontece uma ou duas vezes por ano e as festas da aldeia uma vez por ano, ou os almoços e jantares organizados pela sociedade com ou sem a colaboração da UF tem presente este aspeto fundamental, a possibilidade de conviver, conversar, rir, descontraír, mas sem descurar a possibilidade de comer e beber sem o limite da censura.

No que respeita à função da Sociedade, enquanto instituição com fins recreativa e de lazer, caberia a esta criar mecanismos para continuar a atrair novos públicos, desenvolver atividades lúdicas, chamar o público a participar, ou os potenciais frequentadores são tão poucos que não vale a pena investir? E se houvesse um motivo de atração haveria público? Entrevistamos o Presidente da Direção da Sociedade e falamos inúmeras vezes informalmente sobre este tema. Deixo alguns dos excertos dessa entrevista que ilustram a dificuldade entre distinguir o que é a causa e a consequência.

Nas palavras do Presidente, que mantém relação com a Sociedade há mais de 30 anos, sempre nos órgãos eleitos o problema passa pelo envelhecimento da população e pela falta de adesão dos mais novos às atividades propostas, mesmo as que acontecem pontualmente.

“Malta nova não temos lá na aldeia, com meia dúzia de pessoas vamos fazer uma atividade e estamos à espera que venha gente de fora é um risco muito grande. Temos que fazer as atividades contando com as pessoas que lá estão. (...) as tais atividades que nós fazemos para os sócios, os almoços, os convívios essas coisas, nesse aspeto há

aderência. (...) Quando começámos tínhamos 20 pessoas agora só já temos 10 a colaborar, muitas das pessoas que colaboravam já morreram, outros já cá não estão ou já não estão em condições de lá ir ajudar, vão, mas já muito debilitadas porque já não têm coiso e a malta nova não adere”

Podemos constatar esta realidade, os potenciais frequentadores deste espaço, ou seja, os que ainda estão em condições físicas e psicológicas de o fazer, e de poder ajudar na realização de algum evento, não manifestam grande disponibilidade nem interesse. No que respeita à amostra 14 pessoas referiram que não participam em qualquer atividade recreativa ou de lazer, as que responderam afirmativamente referiram o café e a Sociedade quando está aberta. Há 6 pessoas entre os inquiridos que responderam que participavam nas atividades desenvolvidas pela CMA e/ou pela Associação Monte¹⁵². Uma das inquiridas (100 + anos) respondeu *“ler gosto muito de ler, olha as revistas leio tudo”* Há quem refira que não tem tempo para atividades e não quer participar nas que são propostas pelas instituições promotoras.

Daqui, e da observação realizada, se pode concluir que o tema das atividades recreativas e de lazer não são algo que motive em especial esta população, cada um encontra a sua forma de passar o tempo, diria que o lazer e o recreio são conceitos não aprendidos pela população embora a oferta de atividades pontuais (normalmente pela CMA), dirigidas normalmente aos mais velhos sejam fator de atração (as excursões, os almoços, os convívios). Não se registam ofertas semelhantes para a população em idade ativa ou para os mais novos.

5.7.4. As Rotinas

Podemos ir um pouco mais longe e afirmar que as atividades de lazer e recreativas não fazem parte das rotinas desta população. Quando falamos com a população sobre este tema, as rotinas aparecem normalmente relacionadas com as tarefas domésticas e com atividades desenvolvidas em casa. Ir e voltar do trabalho, arrumar a casa, cozinhar, lavar roupa, etc. Para os que estão em casa a resposta é semelhante, a casa surge sempre como uma rotina na medida em que é um trabalho que nunca acaba, está sempre em constante renovação. A rotina da casa é quebrada pela ida ao café, às compras eventualmente uma ida ao médico ou uma ou outra saída pontual, estas mais frequentes quando falamos da população mais jovem. As respostas obtidas nas entrevistas são poucas e confirmam esta ideia de rotina, aquilo que, com ou sem vontade, temos de fazer todos os dias. Ficam alguns exemplos:

“coisas em casa e horta e galinhas”

¹⁵² Relembramos que na amostra estão incluídos inquiridos residentes na Aldeia da Serra

“Ora, levanto-me às 8 e meia 9 horas e às vezes já passa, e até não me levanto mais tarde porque tenho que vir comer. Levanto-me, lavo que tenho para lavar e venho pôr a insulina, essa é a logo a alevantada da cama e depois vou comer, se já tenho que comer feito, faço a cama, o que é que tenho mais para fazer? Andar todos os dias a varrer a casa, aí menina (...) um bocadinho a televisão e depois ir até lá ao quintal e depois volto para aqui e daqui vou ao quintal e pronto, ou à casa de banho, é aqui, aqui em casa pois”

“olha limpar a casa, apanhar roupa, estender roupa, sentada aqui no sofá a ver series ou fazer umas caminhadas, sei lá”

“trabalhar faço as coisas da casa descanso às vezes apetece-me mais descansar do que fazer alguma coisa”

“é trabalho e casa”

Não importa nesta situação identificar cada um dos entrevistados, as respostas são semelhantes independentemente do sexo e da idade. Mesmo que a ida ao café seja uma rotina diária, para alguns e sabemos que sim, ela não é aqui referida. Eventualmente porque a ida ao café tenha outro sentido. Ir beber o café ou uma cerveja é mais um momento de convívio e sociabilidade do que uma rotina que tem uma conotação mais pesada e menos aprazível. Existe ainda um outro fenómeno que também não é referido, mas que faz parte das rotinas de alguns residentes, diria, de muitos mais do que seria expectável, falamos daqueles (homens e mulheres, mais novos ou mais velhos) que, de manhã, à tarde ou à noite, vão ao café (ou iam ao bar da sociedade) e investem na compra de raspadinhas. Este tipo de lotaria popular emitida pela Santa Casa da Misericórdia, chegou e foi ganhando adeptos. Atualmente são sempre os mesmos a jogar, a expectativa é ganhar algum dinheiro, normalmente para voltar a jogar. Desta forma as raspadinhas passaram a ser “um passatempo” e os valores envolvidos, do que pudemos apurar, são de tal maneira elevados que, para quem as vende, “até parece mentira, numa aldeia tão pequena”.

5.8. Relações familiares e sociais

5.8.1. A família e os vizinhos

Uma vez que falamos de famílias, da forma como os residentes estão “agrupados” por agregados familiares importa referir alguns dos dados recolhidos e que tem a ver com as relações entre as famílias residentes e destas com os filhos ou os pais que estão noutros locais a residir ou institucionalizados. Não alargamos a nossa investigação à família mais alargada dada a diversidade de situações e por considerarmos que não seria relevante.

Como temos vindo a referir esta população caracteriza-se pela diversidade e no que respeita à relação entre os ascendentes e descendentes em 1º grau não é diferente embora possamos dizer que de modo geral são relações cordeais, de interajuda e sem conflitos visíveis.

Registamos situações em que pais e filhos residem na mesma aldeia, mas em agregados familiares distintos sem partilha de habitação. São conjuntos familiares em que os pais e pelo menos um dos filhos (que já constituiu família) residem na mesma aldeia. Vivem em situação de independência económica e familiar, mas a interajuda (principalmente com as crianças mais novas) os contactos e as visitas a casa uns dos outros são praticamente diários. Há sempre contacto, presencial ou por telefone. *“Várias vezes ao dia”* (mãe e filha que moram na mesma aldeia). *“é conforme, ainda ontem estive de conversa com ela”* (mãe e filha que mora fora aldeia, mas em localidade próxima).

Pontualmente reúnem-se, normalmente na casa dos pais, para uma refeição em família. A exceção acontece quando pais e filhos vivem na mesma aldeia e não frequentam a casa uns dos outros, não se visitam, e não se conhecem práticas de interajuda. Há um afastamento maior colmatado por um ou outro contacto telefónico. Não significa que sejam relações conflituosas, diria que são mais frias e distantes. *“não, às vezes nem a vejo em toda a semana. O meu filho vem cá uma vez por semana”* (filha que mora na mesma aldeia, filho mora numa vila próxima).

No que respeita às relações entre os residentes que têm filhos a residir fora da aldeia, as situações também não são todas iguais. Uns visitam os pais com mais regularidade, há quem venha todos os fins de semana e às vezes durante a semana, são normalmente os que vivem mais perto, mas também há os que vivendo perto (Évora ou Arraiolos) só visitam os pais pontualmente. Outras vezes são os pais, com autonomia para o fazer que visitam os filhos em suas casas. Pelas respostas dadas nas entrevistas percebemos que o telefone e o telemóvel vieram encurtar estes tempos e praticamente todos, pais e filhos, falam diariamente. Mas também há que só o faz uma ou duas vezes por semana. Independentemente disso a grande maioria considera que as relações com a família são boas.

Podemos dizer que são muito poucos aqueles que, tendo nascido na aldeia e/ou passado aqui a sua infância, voltam regularmente e quando o fazem passam a grande maioria do tempo em casa dos pais ou dos sogros, e por períodos muito curtos, um almoço, um jantar, uma parte do dia. Não há registo de alguém que resida fora e que venha passar um fim de semana, muito menos uma ou duas semanas de férias em casa dos pais. Das poucas vezes que vêm é ainda mais raro o seu aparecimento em locais públicos, no café ou mesmo na rua e muito menos em convívio uns com os outros. Os que saíram e reconstruíram as suas vidas noutros locais perderam praticamente a ligação à aldeia, e aos outros com quem partilharam a infância e a juventude. Os pais enquanto estão vivos, são o único elo à aldeia. Quando os pais morrem quebram-se todos os laços e mesmo

que ainda residam outros familiares as ligações, os contactos vão sendo cada vez mais raros. *“não há tempo, cada um tem a sua vida”*.

A exceção a este desligamento ocorre quando um familiar mais próximo morre e este, já morto, ainda consegue reunir alguns familiares que não se viam há meses ou mesmo anos. Mas também a esse nível a adesão é cada vez menor. Veem os mais próximos e por pouco tempo, marcam presença e vão embora. Outro momento por excelência de convívio familiar eram os casamentos que hoje também já praticamente não existem, os mais novos quando constituem o seu núcleo familiar, o que acontece cada vez numa idade mais avançada, por norma não casam, *“juntam-se”*. Pelo que podemos apurar, na aldeia nestes últimos dois anos, só tem havido um casal de namorados, ele reside no Carrascal com os pais e ela reside também com os pais noutra aldeia próxima (ambos rondam os 30 anos), não se prevê que venham a casar, quando muito vão morar juntos e formar outro agregado familiar autónomo. A procura de estabilidade financeira e profissional, a dificuldade em encontrar uma casa para comprar ou mesmo arrendar, a um preço compatível com os vencimentos auferidos (que podemos considerar baixos), vai adiando esta decisão, principalmente como no caso deste casal que trabalha no concelho e não pretende sair para outra zona. Mesmo entre os mais novos não são assumidas as relações de namoro, estas a existirem, normalmente entre adolescentes, passam pelo contexto escolar ou pelas redes sociais.

Visto o tipo de relação existente entre grupos familiares diria que estes exemplos definem muito bem a relação entre a generalidade da população.

Os residentes não vivem em comunidade, vivem de forma independente em que os momentos de interajuda são pontuais e por motivos de força maior. As relações entre vizinhos acabam por ser mais frequentes por essa mesma razão, a proximidade da residência permite um maior convívio e relações de sociabilidade. As relações são normalmente diárias, contudo há reservas que nos foram relatados no que respeita à relação com os vizinhos:

“olha os meus vizinhos do lado vêm cá ao fim de semana, quando vem, o meu vizinho , quando o vejo é bom dia, boa tarde e tá feito. A vizinha Maria lá em baixo e pronto” (residente numa das zonas mais recentes da aldeia, 30-40 anos)

“não, somos vizinhos, amigos, mas visitar não” (residente, 40-50 anos, entretanto saiu da aldeia e foi morar numa cidade próxima)

“os vizinhos, falo com eles e falo com eles todos os dias, mas quanto menos melhor (...)” (residente entre 70-80 anos)

“Aqui com a Ti , quando calha vejo-a.” (residente 60-70 anos, vive num dos extremos da aldeia, era a pessoa que morava mais próxima e que, entretanto, foi institucionalizada)

*“Eu onde vou é à da minha e pouco, muito é onde vou mais é lá, de resto, à da são meses, à da meses são”*¹⁵³ (os residentes aqui identificados moram nas portas da frente da entrevistada no grupo etário dos 80-90 anos)

“Não andava de casa em casa, nunca foi essa a minha criação, foi sempre estar em casa, fazer o que tinha a fazer, se fosse preciso ia, mas se não fosse preciso eu não ia e dava-me bem com toda a gente”. (residente mais velha, que nos últimos tempos já não saía da rua. entretanto foi institucionalizada, fora da UF e do concelho de Arraiolos)

“Olha, foi quando o meu marido morreu (...) Então compro cá uma casa (...) Mas hoje estou arrependida (...) as pessoas são muito difíceis, aqui. (...) Ia para Évora” (residente há poucos anos, mas com origens na aldeia)

Destas afirmações, em especial da residente mais velha, revelam que culturalmente e pelas regras de socialização o convívio, a interação e as sociabilidades não passam pelo espaço privado de cada um. Estas tiveram e tem ainda hoje o seu espaço próprio, a rua, as festas, os bailes e outros momentos promovidos por várias entidades, antes muito mais frequentes e diversificados. Ouvimos as histórias verídicas do cinema na rua ou na sociedade projetado num lençol branco, do circo e dos mágicos que percorriam as aldeias e que por vezes ficavam durante uma semana. Da ida das mulheres, em massa, à Sociedade para ver o Benfica jogar na televisão, das idas à missa com a igreja cheia, do trabalho no campo feito por grandes grupos de homens e mulheres que debaixo de sol ou chuva encontravam sempre motivos para contar uma história ou partilhar momentos de interajuda, entre muitos outros momentos que fizeram com que esta gente que pouco tinha e muito trabalhava tivesse vontade de percorrer quilómetros a pé para ir a um baile que havia noutra aldeia. “havia muita gente, agora não há ninguém”, tudo isto se foi perdendo num tempo curto que passou a correr.

Estas posições, relacionadas com a vizinhança, não podem ser identificadas com o grupo dos mais idosos ou dos mais novos, a posição é transversal independentemente da idade ou do sexo do inquirido, pese embora as relações de vizinhanças sejam mais vividas pelas mulheres. Por exemplo o grupo que faz caminhadas diariamente é composto só por mulheres. O espaço de convívio do homem é por excelência o café e esse não está limitado às relações de vizinhança. Os homens não vão a casa de outras pessoas e as mulheres raramente o fazem, vão pontualmente como visita, ficam algum tempo à conversa e a “visita está feita, não há vagar”. Se alguém tem um comportamento diferente e vai com regularidade a outras casas, este é socialmente reprovado e censurado. É visto como uma intrusão no espaço privado do outro com o objetivo de ver e saber o que o outro tem em casa para depois poder contar. Nunca é visto como um aspeto positivo na medida em que proporciona momentos de conversa e sociabilização, solidariedade, ou ajuda a prevenir e combater o isolamento e a solidão dos mais velhos que vivem sozinhos. Na generalidade não há este tipo de perceção. Estas questões não

¹⁵³ Os espaços em branco ocultam o nome dos residentes mencionados pelos entrevistados.

fazem parte da cultura e da forma de estar destas pessoas. Quem vive sozinho, mesmo que não tenha sido por opção, sente-se bem com a situação, manifestam até algum conforto por poderem “estar à vontade” e não terem de partilhar o conforto da casa com mais ninguém.

Podemos ir ainda mais longe, há seguramente muitas pessoas residentes na aldeia que não tem qualquer tipo de contacto com outros residentes nem que seja visual. Não frequentam o mesmo espaço, não tem os mesmos hábitos, logo não se cruzam nem estabelecem qualquer tipo de relação. Podem eventualmente encontrar-se em algum evento promovido pelas entidades locais, mas mesmo assim com dificuldade isso acontece. Existem ainda casos de residentes que há muitos anos não são vistos pela maior parte da população, não saem de casa e quando o fazem é pontual e fugazmente, para levar o lixo, por exemplo. Só são vistos por mero acaso.

5.9. Relação com as Instituições, Empresas e Serviços

Importa antes de mais referir quais as Instituições, as empresas e os serviços que vamos agora apresentar.

A instituição por natureza que, em teoria, mais relacionamento deveria ter com a população é, em nosso entender, a UF, ou seja, é a instituição que pela definição das suas funções deveria promover o bem-estar, a melhoria das condições de vida e promover a qualidade de vida dos residentes, não residentes e forasteiros que se deslocam às aldeias mesmo que pontualmente.

Os serviços de saúde são do ponto de vista da poluição um dos temas que levanta mais preocupação, não pela qualidade dos serviços prestados, mas pela falta dos mesmos.

As associações recreativas e de reformados continuam a ter um papel importante na promoção de atividades de lazer e convívio proporcionando momentos de sociabilidades entre a população, contudo são, como já falamos cada vez menos e atraem cada vez menos público.

Das igrejas da UF não há muito que contar, ou já estão em ruínas ou para lá caminham. Veremos em detalhe cada uma das situações.

5.9.1. A UF de São Gregório e Santa Justa

A União de Freguesias de São Gregório e Santa Justa nasceu da Reorganização Administrativa do Território das Freguesias, em 2013, fruto da Lei n.º 11-A/2013, de 28

de janeiro - Reorganização administrativa do território das freguesias, contudo a Lei n.º 39/2021, de 24 de junho vem definir o regime jurídico de criação, modificação e extinção de freguesias e revoga a Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro, que procede à reorganização administrativa do território das freguesias.

A Assembleia da República decreta, nos termos da alínea c) do artigo 161.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º - Objeto

1 — A presente lei dá cumprimento à obrigação de reorganização administrativa do território das freguesias constante da Lei n.º 22/2012, de 30 de maio.

2 — A reorganização administrativa das freguesias é estabelecida através da criação de freguesias por agregação ou por alteração dos limites territoriais de acordo com os princípios, critérios e parâmetros definidos na Lei n.º 22/2012, de 30 de maio, com as especificidades previstas na presente lei.

Falamos da Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, conforme publicado em Diário da República 1ª série – n.º 19 – 28 de janeiro de 2013.¹⁵⁴

A leitura atenta da referida lei permite perceber que a UF nasce por agregação de duas freguesias já existentes, São Gregório e Santa Justa e que “A circunscrição territorial das freguesias criadas por agregação corresponde à área e aos limites territoriais das freguesias agregadas.

Tal como acontecia antes, com as freguesias isoladas, sete ao todo, Arraiolos, como concelho, passa agora a integrar esta UF (São Gregório e Santa Justa) e a União de Freguesias de Gafanhoeira (São Pedro) e Sabugueiro, e ainda as freguesias de Arraiolos, Igreja e Vimieiro.

Ainda em relação a esta matéria, foi publicado no dia 24/06/2021, em Diário da República n.º 121/2021, Série I de 2021-06-24, páginas 3 – 59 a Lei n.º 39/2021. Esta define o regime jurídico de criação, modificação e extinção de freguesias e revoga a Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro, que procede à reorganização administrativa do território das freguesias.

A Lei n.º 11-A/2013 dá cumprimento à obrigatoriedade de reorganização administrativa do território. Esta nova lei, que revoga a anterior, acrescenta:

Artigo 1º - define o regime jurídico de criação, modificação e extinção de freguesias e revoga a Lei n.º 11 -A/2013, de 28 de janeiro, que procede à reorganização administrativa do território das freguesias.

¹⁵⁴ Diário da República - Reorganização administrativa do território das freguesias. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/>

Artigo 2º que: “A criação de freguesias só pode concretizar-se se o respetivo procedimento revelar a viabilidade de todas as freguesias envolvidas no processo.”¹⁵⁵

Esta nova lei acaba por incluir um fator que, alegadamente, não tinha sido considerado e que se prende com o facto de qualquer processo de criação de freguesias deva ser viável para as envolvidas. Neste caso em concreto não encontramos nenhum fator objetivo que inviabilizasse a junção das freguesias embora, como veremos mais adiante há vários fatores que ainda hoje dificultam o processo.

Assim, a Freguesia de São Gregório, que incluía as aldeias de S. Gregório, Carrascal, parte da Aldeia da Serra (uma pequena parte pertence à freguesia de Arraiolos) e parte da Bardeira (a maior parte da aldeia pertence à freguesia do Vimieiro) e ainda a aldeia da Casa Nova, e a Freguesia de Santa Justa, que incluía Santa Justa (Igreja e cemitério) e Vale do Pereiro passaram a ser uma só, a União de freguesias de São Gregório e Santa Justa.

A UF tem atualmente dois espaços com atendimento ao público. Um no Carrascal, outro em Vale do Pereiro. A sua sede está localizada no Carrascal, no mesmo local onde era a sede da Junta de Freguesia de São Gregório. Trata-se de um edifício relativamente recente, com fácil acesso, construído de raiz para o efeito no início dos anos 80, tendo vindo a sofrer alguns melhoramentos ao longo dos anos. Tem um gabinete para atendimento ao público, gabinetes internos e uma sala ampla para reuniões ou outros eventos organizados pela UF. Dispõe ainda do “espaço net” onde qualquer pessoa pode usar o computador e aceder à internet e uma minibiblioteca onde os moradores podem ler e requisitar livros. Há semelhanças entre os espaços físicos e a forma como estão organizados e nos serviços que são disponibilizados ao público. Contudo podemos dar como exemplo o facto dos serviços de correio (CTT) já serem disponibilizados na delegação da UF em Vale do Pereiro há alguns anos ao passo que só muito recentemente (2023) os mesmos terem passado da mercearia para os serviços da UF no Carrascal. Sabemos também que a minibiblioteca de Vale do Pereiro é muito solicitada e tem um vasto público ao passo que no Carrascal muito poucos sabem da existência da mesma. O mesmo acontece com o “espaço net”. Em Vale do Pereiro muitos recorrem aos serviços da UF para entregar a declaração de IRS, no Carrascal esse serviço nunca foi divulgado à população pelo que, provavelmente, nunca foi utilizado. Uma outra “tarefa” assumida pela UF e que funciona de forma semelhante nas duas localidades é o apoio dado ao Centro de Saúde (ambos situados em edifícios contíguos aos da UF) no que respeita ao pedido e entrega de receitas médicas, neste caso as colaboradoras da UF recebem as receitas que depois, ou os interessados vão buscar ou elas próprias levam a casa de cada um.

¹⁵⁵ Diário da República - Reorganização administrativa do território das freguesias. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/>

Podemos assim dizer que também é diferente a forma como a população de cada aldeia interage e tira partido do que lhe é oferecido. Há uma relação muito mais dinâmica em Vale do Pereiro do que no Carrascal facto que já se verificava muito antes da união das freguesias. Por curiosidade, o Presidente da junta de Freguesia de Vale do Pereiro foi durante muitos anos, um senhor “nascido e criado” em São Gregório, mas que há muitos anos reside em Vale do Pereiro. Conhece muito bem a realidade das duas localidades.

Como já se percebeu, este processo de agregação das freguesias não foi pacífico, ou seja, não foi bem aceite por nenhuma das partes envolvidas. Pese embora atualmente ninguém se recorde de como tal aconteceu, sabe-se apenas que passados 10 anos esta junção continua a não ser vista com bons olhos por parte dos residentes. Aliás, do que me foi possível perceber este não foi um processo propriamente aberto à população, foi apresentado como um dado adquirido fruto de uma decisão do governo.

Do que foi possível saber sobre este tema a população, no geral, nunca percebeu a razão desta agregação e que benefícios/prejuízos podiam daí advir, por isso, para muitos não é tema que interesse desenvolver. Continua a falar-se da junta, do que faz ou não faz, mas raras vezes é referido o facto da junção ter tido impacto para a população.

De acordo com a informação recolhida, a união das freguesias foi um processo incomodo e com alguns pontos de discórdia entre os eleitos e entre estes e os colaboradores que forçosamente passaram a ter de trabalhar em conjunto.

As pessoas não se conheciam, cada um vivia e trabalhava com uma realidade específica, quer no que diz respeito à forma de fazer, fruto da experiência e conhecimento adquirido, quer no que respeita à população com quem diretamente se relacionava. De uma forma mais ou menos repentina, tudo muda.

Inevitavelmente foi necessário, pelo menos, tentar conciliar, formas muito diferentes de trabalhar e de se apresentar à população. O início deste processo ocorreu no mandato em que foi eleita uma Senhora como Presidente da Junta de Freguesia de São Gregório, o que por si só foi algo novo. A eleição desta Senhora, candidata independente pela CDU, veio interromper um ciclo de 4 mandatos do atual Presidente. Ou seja, num só mandato ocorreram mudanças profundas que nem sempre são fáceis de assimilar, nem por parte dos colaboradores nem da população.

Perante a pesquisa efetuada, para além das leis e decretos-lei que consolidaram esta agregação sabemos que a origem desta tomada de posição, de acordo Rocha e Silva (2017) teve por base o acordo celebrado em 17 de maio de 2011 entre o Estado Português e as três institucionais internacionais (Fundo Monetário Internacional, Comissão Europeia e Banco Central Europeu), no designado de “Memorando de Entendimento sobre as Condicionalidades de Política Económica”. Resumidamente ficou acordado que, até 2012, teria de haver uma reorganização ao nível das estruturas da administração local, com vista à sua maior eficiência, o mesmo é dizer que o estado

português entendeu que a melhor forma de o conseguir era diminuindo o número de estruturas de poder local, algo que conseguiu pela agregação de freguesias. Não há registo de que tenha feito a nível de municípios. Os autores salientam ainda o facto de não ter sido feito qualquer estudo de viabilidade económica que viesse a confirmar que esta nova estrutura era mais eficiente, ou seja, que prestaria um melhor serviço à população com menores custos. Vão mais longe quando afirmam que essa eficiência continua a não ser visível e que esta medida em parte contraria a Constituição da República Portuguesa que defende a existência de entidades de poder local, nomeadamente as freguesias dotadas de atribuições próprias com o enfoque “no valor da proximidade que revela aos cidadãos” (p. 179)

Na sequência, em concreto, da junção das freguesias de São Gregório e Santa Justa, o Partido Comunista Português (PCP) apresentou ao Parlamento o Projeto de Lei N.º 1002/XII/4.^a em 17 de junho de 2015, com vista à reposição da situação anterior (duas freguesias distintas)¹⁵⁶. Apresentou como argumentos vários factos que descrevem o nascimento da freguesia de S. Gregório bem como a sua evolução até aos nossos dias. Foram ainda apresentadas algumas referências às infraestruturas existentes nas freguesias consideradas como fundamentais ao bem-estar da população. Contudo, numa perspetiva claramente de oposição política chega mesmo a considerar:

“A extinção da Freguesia de São Gregório visa o emburrecimento e agravamento das condições de vida da população, o objetivo da Lei nº 11-A/2013, foi pelo governo e pelo PSD e CDS-PP uma afronta aos direitos dos cidadãos e contra o Poder Local Democrático que sempre desenvolveu e continua a desenvolver esforços pelas melhores as condições de vida das populações. Envolto em falsos argumentos como a eficiência e coesão territorial, a extinção de freguesias conduziu à perda de proximidade, a redução de milhares de eleitos de freguesia, a redução da capacidade de intervenção e do empobrecimento do nosso regime democrático. E contrariamente ao prometido, o governo reduziu ainda a participação das freguesias nos impostos diretos ao espaço ao Estado.”

Em consulta ao site do Parlamento podemos verificar que o dito Projeto de Lei está revogado desde 22 de outubro de 2015. Por esta via foi também possível ter acesso aos pareceres solicitados à respetiva Assembleia de freguesia da UF à Assembleia Municipal de Arraiolos e à Câmara Municipal de Arraiolos, elaborados à data e que eram favoráveis à desintegração das freguesias, tal como propunha o PCP.

Foram usados nestes documentos, enviados à Comissão parlamentar do ambiente, ordenamento do território e poder local, os mesmos argumentos apresentados pelo PCP.

¹⁵⁶ PCP - Partido Comunista Português. Criação da Freguesia de São Gregório, no Concelho de Arraiolos, Distrito de Évora. Disponível em: <https://www.pcp.pt/>. Este documento não apresenta fontes pelo que nos remete para uma descrição sem caráter “científico”. Não sendo o tema neste trabalho não se justifica desenvolver este aspeto.

Tal como referimos, o Projeto de lei está caducado e por isso a situação não se alterou, continuamos a ter a UF conforme decretado em 2013. Independentemente da lei que já este ano revogou a que lhe deu origem. O PCP fez exatamente o mesmo exercício, com igual discurso, no que diz respeito a Vale do Pereiro. O resultado foi também idêntico.

Ainda no rescaldo desta agregação, no ano de 2022, o tema foi retomando publicamente, tendo havido uma consulta popular por meio de um abaixo-assinado com vista à desagregação das freguesias. Por várias vezes tentamos saber quem o promoveu e que resultados teve, mas nunca conseguimos obter resposta.

Desta forma se percebe que o tema não está encerrado, pelo menos do ponto de vista das entidades e da população visada embora já não se fale muito do assunto.

Uma das questões que se levanta neste capítulo da junção das freguesias é o facto de não haver, nem nunca ter havido, qualquer tipo de proximidade entre as populações das duas freguesias, a não ser em situações pontuais e lúdicas, mas sempre com uma expressão muito reduzida. A exceção poderá ter acontecido, há muitos anos atrás, quando os montes e as campanhas agrícolas chamavam a si grandes quantidades de mão de obra e que nessas alturas alguns trabalhadores rurais se tenham cruzado e conhecido. Uma das questões que coloquei à população do Carrascal foi neste sentido, se conheciam ou tinham algum tipo de relacionamento com algum morador de Vale do Pereiro e a resposta foi sempre negativa.

Hoje sabemos que algumas das iniciativas para os idosos, promovidas quer pela CMA quer pela Associação Monte, têm promovido algumas atividades conjuntas podendo a este nível dizer-se que passou a haver alguma interligação entre a população, mas sempre num número muito pequeno de envolvidos e restrita àquela circunstância. Assim, perante este distanciamento social, mantém-se a não compreensão e aceitação do facto de todos pertencerem à mesma freguesia. Com a agravante de existir uma imagem coletiva de que Vale do Pereiro tem sido privilegiado pela UF e por isso “tem mais coisas”, mas não se consegue concretizar porque de facto não se conhece a realidade nem o esforço desenvolvido para que de facto possa “ter mais coisas”.

Do que me foi dado a perceber na investigação que levei a cabo a posição da população de Vale do Pereiro é idêntica, mas em sentido contrário e quiçá mais justificada. Deixaram de ter sede da Junta de freguesia, embora tenham uma delegação com uma colaboradora em exclusividade. Consideram que perderam autonomia, é como se tivessem sido obrigados a pertencer a São Gregório.

Um dos colaboradores da UF, que presta serviços em Vale do Pereiro, é de São Gregório tal como o Presidente da UF que já ocupava o cargo muito antes de haver a junção das freguesias. Vale do Pereiro passou a ter uma gestão local em que a sede e o poder de decisão estão fora da sua localidade, mais ainda o presidente é alguém que não é da terra. Tem havido, contudo um esforço grande por parte da colaboradora da UF e de

outros elementos para manter ativa a dinâmica da UF junto da sua população, reivindicando e promovendo, dentro do possível, todos os esforços para que a população não perca qualidade de vida. O sentimento é de que perante a inércia da UF no desenvolvimento de uma série de eventos e atividades que antes eram proporcionados à população e deixaram de o ser, há um descontentamento geral com esta situação.

Para além destas questões de perceção de desigualdade de tratamento por parte da UF, a Aldeia da Serra é de alguma forma a que mais sente essa discriminação embora em termos factuais tal não se consiga confirmar. É um facto que não tem qualquer instalação da UF pelo que qualquer assunto que seja necessário tratar tem de se deslocar ao Carrascal onde funciona a sede e o atendimento ao público. Tem elementos da sua população representados na Assembleia de Freguesia que de alguma forma podem reclamar direitos e apresentar propostas sobre algo que possa faltar. Mas é público que houve “um desentendimento” entre alguns dos elementos da UF o que não tem facilitado a relação entre as duas aldeias a nível dos órgãos do poder local.

Em suma, podemos dizer, que a junção das freguesias não aproximou as populações das aldeias mais representativas a nível de população, pelo contrário veio trazer mais desconforto e desconfiança. E aqui reside o cerne desta questão, as populações em si não têm nada a apontar umas contra as outras, não existe proximidade social ou relações de afinidade ou empatia, as pessoas não interagem a não ser em situações muito pontuais, mas isso não constituiu um problema, aliás é uma das características destas populações, existe um grau de afastamento em relação ao outro, mesmo dentro das próprias localidades como será explicado, que permite a inexistência de qualquer tipo de conflito pessoal ou coletivo. Se tiver de haver interação a mesma decorre sem qualquer problema. Mas se existe este clima de paz e de coexistência pacífica das populações entre si por que motivo existe e se manifesta este mau estar em relação à ideia pré feita de rivalidade e de benefícios de uns em relação aos outros?

Estamos em crer que a gestão dos órgãos de poder local, em concreto a UF¹⁵⁷ não conseguiu lidar com esta dinâmica que, quer queiramos quer não, lhe foi imposta. O mandato em que foi introduzida esta alteração, coincidiu com um interregno de quatro mandatos sucessivos do mesmo Presidente, de 1997 até 2013¹⁵⁸. Nesta altura foi presidente uma Senhora, na casa dos 40 anos que, não sendo “da terra”, já residia e trabalhava no Carrascal e concorrendo numa lista da CDU, naturalmente ganhou as eleições e exerceu o seu mandato. Do que consta tentou introduzir algumas alterações quer na forma de gestão quer na forma de comunicação com as populações. Do que foi

¹⁵⁷ Sabemos que a União de freguesias não é um órgão desprovido de indivíduos e que são estes que melhor ou pior têm de tomar decisões no que respeita aos assuntos relacionados com a população, contudo, preferimos neste campo não falar de nomes nem cargos para não personalizar o tema.

¹⁵⁸ O atual presidente da UF, é do sexo masculino, tem cerca de 70 anos a 4ª classe e é reformado. Trabalhou na CMA, como assistente operacional, até à idade da reforma.

possível apurar esta dinâmica diametralmente oposta à inércia instalada não foi bem sucedida e findo o mandato não voltou a concorrer.

Iniciou-se assim mais uma série de mandatos do anterior presidente que cumpre o seu 6º mandato¹⁵⁹ como presidente, primeiro como presidente da junta de freguesia de São Gregório e depois em 2017, já como presidente da UF, eleito pela lista da CDU, que a nível local tem ganho sempre as eleições. O desgaste é notório, a forma de gestão levanta dúvidas e incertezas na população e, de alguma forma, é isso que provoca o sentimento de rivalidade entre as populações que nunca sentiram na UF uma entidade agregadora, mas “indiferente” às especificidades e às necessidades próprias de cada uma das aldeias (e acredite-se são muitas as diferenças).

A falta de presença física dos representantes do povo, junto do povo, a comunicação inexistente entre a população e a UF e desta para com a população (as reuniões abertas aos público não são muitas vezes anunciadas e quando o são não há nenhum residente que sinta interesse ou motivação para nelas participar porque sabe que a sua voz nunca será ouvida, vai haver sempre um argumento desmotivador). Mesmo entre os próprios eleitos a relação tem vindo a degradar-se, não há partilha de informação, nem consulta para tomada de decisão. Tudo isto que acaba sempre por ser do conhecimento da generalidade da população e tem vindo a gerar um clima de desconfiança que nada abona a favor da imagem que as populações têm da UF.

Não tem havido, nos últimos anos, qualquer iniciativa ou obra feita que seja da exclusiva responsabilidade da UF. A população na sua generalidade não reconhece qualquer tipo de empenho em melhorar as suas condições de vida ou em trazer qualquer benefício às populações. As intervenções a nível local são poucas e quando acontecem (algumas obras de melhoramento das ruas, instalação ou melhoramentos em equipamentos desportivos ou outros) são sempre apresentados como sendo de iniciativa ou responsabilidade da CMA, não se vislumbra, nem esta o manifesta, que tenha havido por parte da UF qualquer intervenção quer seja no campo da iniciativa, planeamento, decisão ou da execução.

É um facto que as competências exclusivas da UF são muito diminuídas¹⁶⁰ e abrangem apenas alguns aspetos que, sendo desenvolvidos no dia-a-dia, não causam o mesmo impacto que as “obras maiores”, salientamos a gestão e manutenção de espaços públicos, como jardins e parques, a limpeza das ruas e a organização de eventos culturais, a manutenção do cemitério e dos fontanários públicos. Contudo, mesmo a este nível, as decisões ou a execução dos trabalhos acaba sempre por ser alvo de alguma

¹⁵⁹ Este mandato terminará em 2025, A função de presidente da UF é exercida a tempo parcial na medida em que o número de residentes/eleitores assim o obriga. Diz-nos que dedica cerca de 3 a 4 horas por dia às tarefas relacionadas com o mandato e função em causa.

¹⁶⁰ Diário da República - Diário da República n.º 219/1999, Série I-A de 1999-09-18, artigo 33 – Competências. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/>

crítica negativa, nem que seja pelo facto da mesma ter sido decidida sem conhecimento da população ou porque os outros eleitos não foram chamados a opinar sobre a matéria.

Durante a realização deste trabalho registamos alguns eventos que foram tornados públicos e que à priori tiveram intervenção da UF mesmo que de forma indireta. Um deles foi a inauguração do polidesportivo no Carrascal¹⁶¹, no qual estive presente e pude recolher em gravação áudio, não só os discursos dos intervenientes como também o relato dos participantes e da Presidente da CMA presente no evento. A CMA reclamou para si a requalificação do espaço, repavimentação, colocação de balizas e cestos de basquetebol, a Sociedade Recreativa 1º de Novembro lembrou que o terreno é seu, mas que ao abrigo do contrato de cedência do mesmo à CMA esta entendeu promover ao seu melhoramento, a UF organizou e ofereceu “um lanche” com comida e bebidas para todos os que estiveram presentes (entidades oficiais do município e população). O presidente da Sociedade agradeceu a intervenção, mas deixou clara a necessidade de melhorias, nomeadamente a nível da construção de balneários e iluminação.

Em Vale do Pereiro também ocorreram algumas iniciativas que a CMA reclamou como suas, por exemplo, a participação da “Sobreira Grande” situada próximo de Vale do Perreiro, no concurso de “Árvore Portuguesa de 2022” promovido pela União da Floresta Mediterrânica¹⁶². “A candidatura ao concurso nacional foi apresentada pela Câmara Municipal de Arraiolos, com o apoio da sua proprietária Dra. Maria Isabel Eusébio Pinto (...) A “Sobreira Grande”, localizada em Vale do Pereiro, no concelho de Arraiolos, ganhou o Concurso da Árvore Portuguesa do ano 2022, promovido pela UNAC – União da Floresta Mediterrânica.”¹⁶³

No dia 24 de março é conhecido o resultado do concurso europeu, a “Sobreira Grande” fica em 3º lugar. A CMA aproveita este feito para divulgar o concelho junto da comunicação social e das entidades envolvidas. Mas o que fica é o nome de Arraiolos.

Na sequência da atribuição deste prémio são desenvolvidas outras iniciativas, nomeadamente a pintura de um muro à entrada de Vale do Pereiro alusivo ao evento, e posteriormente inaugurado o percurso pedonal da Sobreira Grande com algumas obras de manutenção do espaço e preservação da dita árvore¹⁶⁴. Do que me foi dado a

¹⁶¹ Em bom rigor não se tratou de uma inauguração do espaço, mas sim da apresentação das obras de melhoramento que foram executadas pela CMA. O espaço já existia, é propriedade da Sociedade Recreativa 1º de Novembro, e desde há muitos anos estava dedicado à prática desportiva. Trata-se de um campo com dimensões apropriadas a um jogo de futsal, basquetebol ou andebol.

¹⁶² “A sobreira grande” é tal como o nome indica uma árvore de uma espécie típica da floresta mediterrânica de dimensões muito acima da média e com uma longevidade que se vai perdendo no tempo (estimam-se 250 anos).

¹⁶³ Rádio Campanário. Arraiolos: “Sobreira Grande” candidata a Árvore Europeia do Ano! Vote aqui. Disponível em: <https://www.radiocampanario.com/>

¹⁶⁴ Posteriormente foi também pintado um muro junto à sede da UF e do polidesportivo no Carrascal, este com alusão às várias profissões que fizeram ou ainda fazem parte do dia a dia desta população. Outro muro foi pintado na Aldeia

perceber, na inauguração estiveram presentes os representantes da UF, a população de Vale do Pereiro e talvez uma ou duas pessoas do Carrascal. O evento não teve divulgação direta junto da população nem do Carrascal nem da Aldeia da Serra. O mesmo se tem verificado em outros eventos em que estão envolvidos de forma direta ou indireta a UF ou a CMA. Não há partilha/divulgação de informação. A mesma quando chega, a quem ela tem acesso, pelo Facebook, ou por um ou outro cartaz exposto no café da localidade. O mesmo acontece em relação aos eventos realizados nas outras aldeias.

Ficam estes exemplos demonstrativos, da forma como a UF tem interagido com a população. A pouca ou nenhuma comunicação formal com a população deixa a sensação, como referimos de dúvida e desprendimento. Os serviços prestados pela UF à população são poucos pelo que a procura dos mesmos também é muito limitada. Em Vale do Pereiro os serviços dos CTT são prestados na delegação da UF pela colaboradora da UF, esta situação não se regista em São Gregório, ao que se sabe pela indisponibilidade manifestada em acolher esta função.

Tudo o que são obras de melhoramento ou beneficiação das infraestruturas locais são responsabilidade e chamadas a si pela CMA que desta forma anula ainda mais o papel já de si pouco relevante que a UF apresenta perante a população.

Não podemos, contudo, esquecer e dar nota de uma iniciativa que a UF tem vindo a desenvolver nos últimos anos e que se prende com a oferta de um cabaz de Natal a todos os residentes, onde estão incluídos bens alimentares e outras ofertas de como canetas, calendários e outras utilidades com a chancela da UF. Da mesma forma tem assinalado o Dia da Mulher, com oferta de uma flor e/ou de uma outra lembrança (este ano foi-nos oferecida uma carteira em tela com o logotipo e o nome da UF). São pequenos atos que deixam uma marca positiva e um sentimento de agrado junto da população.

Sem entrar em grandes detalhes consideramos relevante dar nota de um fator relacionado com a UF e com a questão política e envolvimento dos eleitores neste tema.

A cor política de cada um sempre foi um tema que não se trata em praça pública. Todos sabem quem é de cada partido político, mas o respeito pelo anonimato a esse nível sempre foi respeitado. Há efetivamente algumas pessoas que o assumem publicamente e que ao longo dos anos têm integrado as listas concorrentes aos órgãos de poder local, mas sempre de forma discreta. Os únicos partidos que apresentaram listas concorrentes, nas últimas duas eleições foram o PCP/PEV e o PS. Desta forma podemos concluir que a

da Serra, o muro à entrada da aldeia delimita o espaço do centro de saúde tendo sido aproveitado um banco já existente para o transformar numa cadeira gigante tipicamente alentejana. As fotografias destas pinturas foram transformadas em calendário de parede oferecido pela UF à população pela altura do Natal. Estas pinturas foram feitas pelo conhecido artista popular Zé Gandaia que desde há muitos anos a esta parte espalha o seu talento pelos muros e paredes do concelho. Por regra estes trabalhos são feitos a pedido da CMA. Fica a nossa referência a este Senhor que tem colorido as ruas e os espaços públicos e ainda os vidrões (redondos) colocados nas ruas de Arraiolos e nas Aldeias. Os mesmos deixaram de ter a cor verde tradicional para estarem decorados com motivos relacionados com a cultura e o modo de vida do município.

maioria dos eleitores se enquadram à esquerda no que respeita aos partidos políticos. A PCP/PEV sempre venceu as eleições autárquicas, no que respeita às legislativas, houve uma alteração e o PS foi o partido mais votado.

Deixamos alguns números que demonstram esta realidade (Eleições Autárquicas)

Nas eleições de 2017, votaram 248 eleitores dos 409 inscritos (60,64%).

Nas eleições de 2021, votaram 296 eleitores dos 432 inscritos (68,52%).

Nestes 4 anos aumentou o número de inscritos e o número de votantes, em termos brutos e percentuais.

Em 2021, os votos da população da UF foram distribuídos da seguinte forma (considerando apenas os 3 partidos mais votados)¹⁶⁵:

Camara Municipal: PCP/PEV 63,31% (157 votos); PS 23,79% (59 votos); PPD/PSD/CDSPP 10,48% (26 votos)

Assembleia Municipal: PCP/PEV 60,48% (150 votos); PS 25,81% (64 votos); PPD/PSD/CDSPP 10,48% (26 votos)

Assembleia de Freguesia: PCP/PEV 56,05% (139 votos); PS 28,63% (71 votos); PPD/PSD/CDSPP 10,08% (25 votos)

Em 2017 e 2021 foram eleitos 5 representantes do PCP/PEV e 2 representantes do PS para a Assembleia de freguesia.

No que respeita às Eleições Legislativas de 2022, os partidos mais votados foram¹⁶⁶:

PS 33,7% (83 votos); PCP/PEV 28,86% (71 votos) PSD 13,82% (34 votos) CH 10,98% (27 votos) IL 3,25% (8 votos) CDS-PP 1,63% (4 votos) BE 1,22% (3 votos). Registaram-se ainda alguns partidos com um voto cada e os restantes sem qualquer votante. Os votos em branco foram 6 (2,44%) e os Nulos foram 7 (2,85%). Desta forma podemos perceber que há alguma dispersão no sentido de voto e que embora a nível local o PCP-PEV tenha ganho sempre as eleições, a nível nacional, o Chega (partido de direita ou extrema-direita, conforme se queira enquadrar) ganha terreno (tal como a nível nacional) e colhe a preferência de 27 eleitores.

Importa ainda referir que votaram 246 eleitores para um total de inscritos de 402, ou seja 61,19% dos eleitores votaram nestas eleições.

Estes resultados espelham a forma como a população se posiciona relativamente à participação no direito ao voto. A taxa de abstenção é de facto muito elevada em ambas

¹⁶⁵ SGMAI – Secretaria Geral – Eleições Autárquicas 2021. Disponível em: <https://www.eleicoes.mai.gov.pt/>

¹⁶⁶ SGMAI – Secretaria-Geral – Eleições Legislativas 2022. Disponível em: <https://www.eleicoes.mai.gov.pt/>

as eleições (ronda os 40%) mas há uma leitura diferente na situação local a nacional que permite alterar o sentido do voto. O PS ganha a nível nacional, o PCP/PEV a nível local.

Como nota adicional referir que em 2019, o partido mais votado para as Eleições Legislativas foi o PCP/PEV com 37,25% dos votos e o PS ficou em segundo lugar com 28,74%. Houve nestes 4 anos uma alteração na tendência de voto que no fundo acompanha a situação a nível nacional e que permitiu ao PS uma maioria absoluta.

Deixamos o Quadro com um resumo dos resultados das eleições autárquicas em 2021 e 2017. O mesmo não elaboração própria por considerarmos que o original é claro e de fácil leitura.

Quadro 3 – Resultados das eleições Autárquicas, na UF, em 2017 e 2021



Fonte: SGMAI – Secretaria Geral – Eleições Autárquicas 2021. Disponível em: <https://www.eleicoes.mai.gov.pt/>

Nesta sequência importa deixar algumas notas referidas pelo Presidente da UF na conversa formal, que só tivemos oportunidade de ter em Janeiro de 2023.

Presidente da UF desde 2021, neste mandato, candidato pela CDU, 70 anos, 4ª classe, reformado, a exercer a função agora a meio tempo. “3/4 horas mais ou menos” por dia.

Funções de rotina: “ver os mails, despachos para assinar e dar volta aos trabalhos aí”; “temos reuniões aí de 3 em 3 semanas (...) sim umas vezes aqui outras em Vale do Pereiro”.

Reuniões com a população: “agora não se tem feito, este mandato ainda não se fez”

Quem é que ganhou as eleições foi o partido ou foi a pessoa? *“pá eu não sei, mas acho que foi a pessoa (risos) nas outras eleições aquilo é ao contrário, ganham outro partido nestas eleições ganhei este, não sei, talvez fosse pela pessoa”*

Qual foi a primeira obra ou mais significativa? *“agora a primeira obra que a gente fez deste mandato, não houve nada quer dizer não foi a gente foi a Câmara que decidiu amanhar ali o campo, o campo de jogos e foi em Vale de Pereiro, foi protocolo com a Câmara, mas foi a junta que mandou fazer aquilo, os balneários lá no campo (...) Então vai começar já estamos, já veio ali a arquiteta fazer o coiso para fazer umas casas de banho ali em baixo”. “Ho pá sei lá, fizemos os parques infantis” “vamos fazer uns gavetões, meia dúzia deles ali.” (a construção dos ossários nos cemitérios de São Gregório e de Vale do Pereiro)*

“Isso há sempre muita coisa só que é a tal coisa a junta sozinha não é capaz de as fazer depois está à espera da Câmara pois tem que ser da Câmara. A Câmara umas vezes tem vaga outras vezes não tem umas vezes tem dinheiro outras vezes não vai se passando.” “a junta sozinha não faz nada, o dinheiro que vem lá do governo para a junta é à conta, agora este ano já levantou outra vez, eles já vão ganhar mais 40 ou 50 EUR cada um, estás a ouvir o dinheiro que de lá vem e à conta.”

E como é que ficou a “história” da Casa Mortuária vai para a frente ou não vai para a frente? *“não, não vai para a frente as pessoas não a querem não a querem pronto. Vão lá para a igreja em ela caindo em cima cai, mais nada!” “E da casa mortuária é assim, a camara estava interessada em fazer” “Na serra é da Camara e da junta pronto, era o mesmo que fazia aqui era da Câmara e da junta pronto. O preço vinha para baixo, tinham as condições todas bem como na serra se é fresco tem calor ou ao contrário, as pessoas não querem, não querem não querem pronto, vão lá para onde quiserem, não há problemas nenhuns. Está tudo encerrado a casa mortuária. As pessoas não querem. E depois as pessoas que querem, eu falei com as pessoas que queriam foram as que não apareceram ali. Só os contras é que ali apareceram. Mas deixa que eles também são velhos.”*

E a igreja? *“isso não sei nada disso, isso é lá coisa do padre não me meto nisso. Já bastantes vezes andei a falar com o padre, não vai, não vai. Então pronto se não vai não vai”*

Falta de habitação aqui no concelho, não há muita habitação aqui? *“aqui há uma porção de casas, mas eles não querem vender, não querem nada, pronto. Bem como está aqui o meu vizinho, não vem pra cá nem nada e não querem vender isto”*

Uma associação? *“Atão essas associações aqui não há porque não querem!” mas é fazerem! A junta ou a camara dão-lhe apoio para essas coisas. Então não fazem porquê? e não chegas! com esta população aqui não chegas. Quantas vezes é que eles não*

começaram já a formar isso que era para... esbarra tudo! Um não quer outro não vem. Isso não me ensinam nada eu sei o que está aí.”

Como é que procura conhecer as necessidades e as preocupações da população? *“às vezes pronto, encontram-me aí na rua e dizem-me. Pronto à quarta-feira está estipulado que à tarde, quarta-feira à tarde, quem quer alguma coisa vai à junta, até este momento ninguém lá apareceu, ninguém”*

Há um serviço que está a funcionar muito bem (é a recolha dos lixos e dos monos), *“que até é demais, os monos essas coisas tá bem, mas é uma coisa, lenhas de oliveiras e essas coisas, quintais que há aí com essas coisas, queimavam aquilo que se pode queimar e não! passa o homem um dia inteiro aí a carregar 3 ramos de oliveira, mas as pessoas não...”*

Eu hoje estava a ver as ervas ali na rua – *“aí da coxia, aí? Agora tem estado a chover a ver se depois ele faz, já tem estado aí pior, antigamente tudo barria a rua, agora não! É a junta!”*

Como é que a União de Freguesias vê a Chegada dos novos moradores? *“é bom virem, é bom virem pra cá so que é que eles não vêm! pode vir um ou outro porque, não há escola, não há isto não há aquilo, não há trabalho, as pessoas não vêm pra cá. Podem vir alguns para dormir à noite e no outro dia raspam-se, ou vem cá passar um fim de semana e pronto ou agora para morar ou coisa”*

Responsável pelos sinais de trânsito? *“os sinais, a Câmara já tem um projeto, andou aí um gajo mesmo o ano passado a ver onde é que estavam os sinais”* E os bancos na rua? *“sim da junta pois, os bancos foi a junta que pôs ali”*. E os caixotes do lixo, estes verdinhos? *“esses é da junta”*

A entrevista durou algum tempo e outros temas foram abordados, contudo consideramos que não se enquadram diretamente no que procuramos dar a conhecer, essencialmente a relação entre a UF e a população. Muitos outros assuntos foram falados, mas não transcritos por estarem fora de contexto. Aliás situação que ocorreu em praticamente todas as entrevistas.

5.9.2. Os Centros de Saúde da UF

Não podíamos deixar de falar dos Centros de Saúde existentes nas 3 aldeias mais povoadas da UF. Este é um tema muito caro à população, principalmente à mais envelhecida, na medida em que representa o seu acesso à saúde e em consequência ao seu bem-estar físico e psicológico. É também por isso um motivo de preocupação.

O centro de saúde do Carrascal tem as suas instalações contíguas ao edifício da sede da UF, foram construídos na mesma altura. O espaço é amplo e bem conservado. Uma sala para consultas, uma sala de enfermagem e administrativa, uma sala de espera, casas de banho e arrecadação. Na Aldeia da Serra foi construído também de raiz na mesma época, um espaço com as mesmas funções e o mesmo tipo de instalação. O edifício de Vale do Pereiro é também contíguo às instalações da UF e apresenta o mesmo tipo de estrutura.

O problema não reside nos espaços, reside na falta de quem o frequente, mesmo servindo a população da aldeia, dos montes da Bardeira que pertencem à UF e de todos os outros montes contíguos. A situação tem vindo a modificar-se com o passar dos anos. Numa primeira fase todas as semanas o médico vinha a cada aldeia e dava consulta a quem dele precisasse, mais tarde passou a ser por marcação e com número limitado de utentes, chegando a haver situações em que o médico se recusava a ver mais um doente que fosse. Por norma todos tinham médico de família, embora de cada vez que vinha um médico novo ficava cada vez menos tempo. Ultimamente as consultas são por marcação feita no centro de saúde de Arraiolos que pertence ao Agrupamento de Centros de Saúde do Alentejo Central, e só em determinados dias de acordo com a agenda do médico que vem prestar o serviço. Esta prática em nada facilita o acesso aos cuidados médicos promovidos na própria aldeia. O médico vem uma vez por semana quando pode. Na Aldeia da Serra o médico praticamente deixou de ir à aldeia, alegadamente porque não se justifica dada a escassez de população. Desta forma os residentes, embora poucos de facto, quando precisam de cuidados médicos, mesmos os mais rotineiros, tem de recorrer ao centro de saúde de Arraiolos com as dificuldades de deslocação que isso acarreta o que faz com que muitos acabem desistir ou ir adiando. O mesmo acontece com os cuidados de enfermagem. Embora esteja definido um dia para que o enfermeiro vá a cada um dos centros de saúde se não houver marcações já não vai. A alternativa é ir ao Centro de Saúde de Arraiolos. Se por exemplo um paciente precisar de cuidados 2 ou 3 vezes por semana, uma vez pode ser tratado no seu centro de saúde, as outras vezes terá de se deslocar a Arraiolos e caso não tenha transporte próprio ou familiares que o possam acompanhar, pagar a deslocação em serviço de táxi. Em situação de doença súbita, o recurso é chamar uma ambulância e ir para Arraiolos ou diretamente para o Hospital de referência em Évora.

De tempos a tempos a população é chamada para fazer rastreios de possíveis situações ainda não identificadas. Normalmente este tipo de apoio é prestado por enfermeiros.

É um facto que a população que precisa de cuidados médicos com maior frequência são os mais idosos e na grande maioria das situações apenas precisam que o médico passe uma receita para continuar o tratamento que já vem de anos a esta parte. Desta forma este serviço é assegurado por um administrativo que se desloca às aldeias uma vez por semana para recolher os pedidos. Cada utente que precisa, leva a lista dos medicamentos em falta, esta é recolhida e depois um médico em Arraiolos passa as receitas que chegam pela mesma via, uma ou duas semanas depois, quando chegam. Do

que foi possível apurar pelo menos no Carrascal e na Aldeia da Serra deixou de haver médico alocado (médico de família) dada a falta de profissionais e as alterações no quadro de pessoal do Centro de Saúde de Arraiolos. Em Vale do Pereiro a situação é idêntica à que descrevemos para as outras aldeias.

Sem ser necessárias muito mais considerações, podemos inferir que existe neste campo estamos perante uma gestão de recursos humanos que se vai fazendo à medida da disponibilidade dos mesmos e tendo em conta a necessidade manifestada de cuidados de saúde da população. Os recursos são cada vez mais escassos, mas a procura também é cada vez menor. A necessidade de cuidados primários é muitas vezes desnecessária quando o acompanhamento de uma determinada patologia é acompanhado pelo médico da especialidade (e esta situação é frequente). Por outro lado, quando se agravam as condições de saúde e de dependência, os mais idosos acabam por ser institucionalizados passando a ter cuidados médicos e de enfermagem nas próprias instituições. O médico de família acaba por ter um papel secundário nesta dinâmica, é solicitado para passar uma baixa médica, uma receita, ou exames que o médico da especialidade indicou, ou para registar na ficha do paciente o resultado dos exames que já foram avaliados pelo médico que acompanha determinada patologia.

Serão estes motivos suficientes para afastar os médicos de família, ou cuidados primários da restante população? Nesta situação é a falta de oferta que diminui a procura ou a falta de procura que faz diminuir a oferta? Deixamos em aberto esta questão que entendemos, merece aprofundamento, mas que não cabe neste nosso trabalho.

A população revela preocupação com este tema como procuramos demonstrar com alguns excertos das entrevistas realizadas. Verifica-se, contudo, que há diferentes opiniões se considerarmos a população da Aldeia da Serra e do Carrascal. Admitimos que de facto a prestação dos serviços também é de facto diferente. No Carrascal e em Vale do Pereiro a UF dá algum apoio no que respeita aos pedidos e entrega das receitas médicas. A aldeia da Serra não tem sequer esse apoio. Também registamos situações de pessoas que nunca foram ou foram muito poucas vezes ao Centro de Saúde na aldeia.

“olha, há 2 ou 3 meses que não vem aí a doutora” (residente na Aldeia da Serra)

“O médico não vem à aldeia. Consulta só em Arraiolos e se houver (...) eu com esta idade podia ir medir a tensão 1 vez por mês. Tenho colesterol e há 2 anos que não sei nada” (residente na Aldeia da Serra)

“Não há médico de família para acompanhar a população pois não está a servir as pessoas” (residente na Aldeia da Serra)

“Aí é que estamos muito mal servidos, mas isso não é só no nosso concelho ou na nossa freguesia é a nível nacional” (residente na Aldeia da Serra)

“Outras não, o posto médico nem funciona já, temos um posto medico bom, não funciona que os médicos não veem cá, mas isso na sei (...) eu acho que a pandemia já chega, agora desde janeiro que a medica cá não vem. (...) deviam-se mexer nisso, porque eu acho que eles já estão mesmo para deixar de vir, cá por mim.” (residente na Aldeia da Serra)

“Eu cá não tenho razão de queixa, a _____ as coisas que precisava eu telefonava e ela até me marcava as consultas, agora é o meu (...) _____ (residente no Carrascal)¹⁶⁷

“A gente até nesse sentido não está mal, a médica vem quase todas as semanas, remédios se quiserem vêm nos aqui trazer, vem buscar as receitas vêm...” (residente no Carrascal)

“Nunca fui (...) eu não sei se já tenho medico de familia aqui. A minha medica reformou-se e agora não sei.” (residente no Carrascal)

“Já tenho ali ido ao médico é pouca vez porque ela é pouca vez que cá vem, acho que aí também devia melhorar um bocadinho” (residente no Carrascal)

“ahhh podia funcionar melhor, agora dava jeito às vezes eu cá graças a Deus por enquanto não tem feito muita falta, mas acho que podia ser melhor não era?” (residente no Carrascal)

“ah o posto médico está cada vez pior de oferta (risos) o posto médico é verdade que as pessoas são pouquinhas, também é verdade que se não existe oferta existe cada vez menos procura, uma população envelhecida, cada vez tem mais necessidade, a pandemia ainda veio trazer um fosso maior. (...) eu acho que as minhas colegas estão a tentar recuperar um bocado” (residente no Carrascal)

“A medica podia vir cá mais vezes, pelo mesmo motivo, uma população tão envelhecida penso que... ela vem cá uma vez por semana, quando vem. Esta semana era para vir e já não vem, desmarcou as consultas todas” (residente no Carrascal)

“Não frequento, não tem opinião” (residente no Carrascal)

5.9.3. As associações da UF

Sem entrar em profundas considerações teóricas sobre a questão do associativismo, deixamos apenas algumas notas sobre o tema. Vamos isso sim, tentar mostrar como a este nível há uma diversidade grande não só na dinâmica das próprias associações como da relação destas com a população e vive versa.

¹⁶⁷ Os espaços em branco ocultam os nomes referidos pelo entrevistado

De uma forma muito genérica, as associações representam um grupo de pessoas criado com uma finalidade e um objetivo comum. Estas nascem fruto da democracia e da crescente necessidade de “democratizar a democracia”. De acordo com Fernandes (2004), citado por Coelho (2008) a concentração de poder político e económico é o principal obstáculo da democracia. Para que esta situação seja superada com sucesso, urge atuar ao nível das instituições políticas, através da descentralização, e ao nível da sociedade civil, com o intuito de alcançar a participação, a inclusão social e política e a diminuição das desigualdades, sem as quais a democracia não atinge a sua plenitude (Fernandes (2004) citado por Coelho, 2008, p. 2/3)

Neste contexto pode entender-se que “Entre os actores da sociedade civil estão os movimentos sociais e as organizações não-governamentais, que lutam pela resolução de problemas sociais, ampliação dos direitos políticos e da consciência da cidadania. Estas associações reúnem indivíduos interessados em efectivar a sua condição de cidadãos de uma forma activa, isto é, que pretendem agir e intervir na sociedade procurando, deste modo, transformá-la. (Coelho, 2008 p. 4)

Na sequência desta primeira abordagem sobre o papel das associações e/ou coletividades¹⁶⁸ na sociedade onde estão inseridas, importa referir o destaque e a importância que é prestada, pelo menos do ponto de vista teórico, a estas entidades, pelo poder político local. Desta forma, fazemos referência ao destaque dado pela CMA, no seu Portal Oficial que dedica a este tema um espaço próprio, denominado Desporto e Associativismo. Fica a posição oficial da CMA sobre este tema.

O associativismo cultural, desportivo e recreativo continua a persistir como disposição fundamental para a dinâmica social do presente. O Município de Arraiolos tem vindo a adotar uma política assente no seu desenvolvimento, pois reconhece nas associações e coletividades um ponto de ligação da maior importância entre a população (...) O Município de Arraiolos pretende manter “Vivo” o movimento associativo, pois reconhece-lhe um papel fundamental, enquanto motor de participação social e cívica e pretende que o papel desta parceria contribua para o desenvolvimento ativo das localidades, tanto a nível cultural, desportivo, recreativo e inclusivamente a aproximação dos jovens através das atividades promovidas pelas associações com maior foco nesta faixa etária.¹⁶⁹

Voltamos ao Portal da CMA para perceber as “novidades” sobre este tema uma vez que a página foi atualizada em 7 de março de 2023. O discurso de apresentação é exatamente

¹⁶⁸ Numa tentativa de distinguir associações de coletividades percebemos que as primeiras podem ou não ter fins lucrativos e possuem por natureza personalidade jurídica ao passo que as segundas podem ser consideradas como grupos informais sem personalidade jurídica. Os objetivos são similares e prendem-se com o desenvolvimento de atividades culturais, recreativas ou desportivas.

¹⁶⁹ Município de Arraiolos. Disponível em: <https://www.cm-arraiolos.pt/>

igual ao que transcrevemos em 2021, as associações recreativas do município são as mesmas, tal como as associações de jovens, desportivas e culturais. Não verificamos qualquer alteração decorridos quase 2 anos. Considerando esta informação, as associações surgem divididas em 4 categorias, recreativas (8 associações), juventude (4 associações), desportivas (18 associações) e culturais (8 associações). Esta informação puramente descritiva nada nos diz do ponto de vista da existência de atividade nestas associações, número de sócios ou qualquer outro dado que permita perceber a dimensão e o impacto que possam ter junto da população. Não sendo nossa intenção trabalhar este tema, deixamos ainda a informação divulgada por outras fontes no que respeita à quantidade de associações. Neste caso procuramos apenas as registadas na UF.

De acordo com o que foi possível verificar em pelo menos uma das várias fontes de informação¹⁷⁰ sobre o tema existem, em novembro de 2021, 36 empresas e associações registadas com sede na UF de São Gregório e Santa Justa. Uma leitura da mesma fonte em 13 de outubro de 2022 dá conta de 25 empresas. Na nossa última revisão dos dados, em Setembro de 2023, o número de empresas mante-se nas 25. Esta fonte só refere empresas excluindo as associações registadas com sede na UF.

Na mesma data, consultamos outra fonte¹⁷¹ que identifica empresas e associações. A sua base de pesquisa é o código postal da UF bem como as extensões que identificam ruas ou lugares (montes)¹⁷², forma apresentados 22 resultados para a pesquisa efetuada. Sabemos que, mediante análise dos dados apresentados, algumas das entidades referidas já não existem na UF, é o caso da Escola Básica do 1º ciclo de São Gregório e o supermercado de Maria Casmarrinha Figueiredo, na Aldeia da Serra, que fechou portas há mais de 10 anos. Consultamos ainda na mesma data uma outra fonte¹⁷³, que consideramos a mais completa e atual e que em Setembro de 2023 revelava 42 empresas registadas na UF sendo na sua maioria, por atividade, relacionadas com Agricultura, Produção Animal, Caça, Floresta e Pesca.

Concluimos assim, que dependendo do critério de seleção, são identificadas mais ou menos associações e/ou empresas. Desta forma recorreremos à nossa análise e conhecimento para identificar as que efetivamente estão ativas e dedicadas à população

¹⁷⁰ Universia Portugal. Disponível em: <https://guiaempresas.universia.pt/>

¹⁷¹ Código Postal - Entidades da Freguesia de União Das Freguesias de São Gregório e Santa Justa - Todas as Categorias. Disponível em: <https://codigopostal.ciberforma.pt/>

¹⁷² O código postal é 7040 e as extensões: 303 (Santa Justa – 4 entidades), 401 (São Gregório ARL – 5 entidades), 402 (São Gregório ARL – 4 entidades) e 419 (São Gregório ARL – 7 entidades). Código Postal - Entidades da Freguesia de União Das Freguesias de São Gregório e Santa Justa - Todas as Categorias. Disponível em: <https://codigopostal.ciberforma.pt/>

¹⁷³ Elinforma – informação de empresas – diretório de empresas. Disponível em: <https://infoempresas.jn.pt/>

da UF, embora cada uma desenvolva as suas ações tendo em vista em primeiro lugar a população da sua aldeia.

As associações registadas na UF são na sua maioria recreativas e com finalidades lúdicas. São responsáveis pela grande maioria dos eventos festivos e desportivos realizados em cada uma das localidades, contando na grande maioria das vezes com apoios da UF e/ou da CMA. Neste caso falamos da Sociedade Recreativa 1º de Novembro em São Gregório¹⁷⁴, da Sociedade Recreativa da Aldeia da Serra¹⁷⁵ e do Grupo Musical e Recreio Valpereirense¹⁷⁶. Como deixamos em nota, todas elas fundadas em datas muito próximas, início dos anos 60 do século passado. Têm resistido ao passar do tempo procurando adaptar-se às rápidas mudanças sociais verificadas nestas aldeias.

A relação de proximidade entre estas associações reside apenas na data da sua constituição e no facto de terem nascido e mantido o mesmo objetivo, não há registo de iniciativas conjuntas nem de intercâmbios entre as atividades realizadas, nem entre os membros dos órgãos sociais. Cada uma organiza os seus eventos e gere individualmente apoios e subsídios atribuída pela UF ou, e principalmente pela CMA.

A maior parte dos eventos organizados pelas sociedades recreativas são dirigidos ao público em geral, é o caso das festas populares, dos bailes, dos almoços convívio, dos torneios da malha, da sueca ou de futsal ou ainda de outras quaisquer iniciativas que cada uma entenda promover. Mesmo nestas situações a participação da população de uma aldeia num evento da outra é pontual. Até mesmo entre São Gregório e da Aldeia da Serra, que sempre pertenceram à mesma freguesia, esta interação não é significativa. A exceção são de facto as festas populares, sendo que se verifica um número maior de residentes do Carrascal na Aldeia da Serra do que ao contrário, facto que se explica pelo facto de haver menos população e porque quem é natural da Aldeia da Serra e vive fora não vem, por norma, às festas do Carrascal como faz quando são as festas da “sua” aldeia.

No que respeita aos órgãos diretivos, todos se conhecem, mas não há qualquer tipo de relacionamento institucional, mais ainda porque as festas populares, realizadas uma vez por ano, que são sem dúvida o evento com mais expressão e ordem de grandeza, foram ganhando calendário próprio. Não é necessário articular datas uma vez que esta “pré-definido” que as Festas populares em São Gregório são no 2º fim de semana de julho, as de Vale do Pereiro no último fim de semana de julho e as festas da Aldeia da Serra no meado de Agosto. As festas da Bardeira este ano (2023) realizaram-se no mesmo fim de semana que as de Vale do Pereiro não trazendo isso qualquer prejuízo para ambas as coletividades porque o público alvo é diferente, vem de locais diferentes. Eventualmente

¹⁷⁴ Fundada em 1958, Os primeiros estatutos. a que tive acesso, foram assinados em 15 de maio de 1962.

¹⁷⁵ Fundada em 2 de julho de 1960

¹⁷⁶ Fundado em 20 de março de 1963

algumas pessoas, face à proximidade geográfica, possam ter visitado as duas localidades destes dias.

A divulgação destes eventos é feita por meio de cartazes que são distribuídos pelas localidades mais próximas (dentro ou fora da UF) e, como agora é comum, nas respetivas páginas de Facebook própria de cada uma. O objetivo é divulgar e trazer a cada uma das localidades o máximo de pessoas possível e desta forma compensar o esforço e trabalho realizado, por alguns, aumentando os lucros da coletividade.

As atividades realizadas ao longo do ano são semelhantes em São Gregório e em Vale do Pereiro, as festas populares da aldeia¹⁷⁷, os almoços convívio com a mesma ementa (sopa de tomate e sardinhada) e ainda a organização dos torneios do jogo da malha ou do jogo da sueca. Vale do Pereiro acolheu este ano um torneio de futsal, realizado entre equipas vindas de fora da UF e tem promovido outras iniciativas como um arraial de Santos Populares, noite de fados, e um almoço comemorativo do aniversário da coletividade.

Os bailes, que antes ocorriam com muito mais frequência são agora pontuais e ocorrem no Natal, no Carnaval, na Pascoa e em alguma data comemorativa. Esta prática é idêntica nas três aldeias. Da mesma forma cada uma das coletividades se associa às comemorações do 25 de Abril promovidas pela UF e pela CMA recebendo nas suas instalações, o jantar de dia 24 e o torneio da malha que vai sendo realizado pelas várias aldeias do município potenciando desta forma o convívio entre os participantes (jogadores) que vão percorrendo as várias localidades. Esta iniciativa de caráter municipal é um dos exemplos de como não há intenção de aproximação entre as populações. Cada coletividade organiza o evento para a sua população e neste caso o mesmo nem sequer é dirigido ao público em geral.

Pode dizer-se que Vale do Pereiro apresenta uma maior dinâmica na promoção de eventos (podemos confirmar isso na página de Facebook) e na sua divulgação antes e depois da sua realização. O bar da sede do Grupo Musical está aberto todos os dias, os quadros dirigentes são jovens, em parte, residentes na aldeia, daí se justifique uma maior dinâmica a nível das redes sociais. São maioritariamente os mais jovens que frequentam este espaço. A presidente do Grupo Musical e Recreio Valpereirense é a secretária/colaboradora da UF que também acumula o cargo de Presidente da Associação de Reformados de Vale do Pereiro. Ou seja, a interligação entre as entidades

¹⁷⁷ As festas têm os mesmos moldes e o mesmo tipo de programa, são realizadas ao fim de semana, começando sexta-feira à noite e acabam ao domingo à noite. Em cada um dos dias há um baile com música ao vivo e durante o dia são desenvolvidas outras atividades (os almoços temáticos) música popular, jogos tradicionais, etc. O nome da festa também varia, de aldeia para aldeia, em 2023, em São Gregório a festa foi identificada como *Festas na Aldeia* (o destaque é dado ao nome das aldeias – São Gregório-Carrascal) em Vale do Pereiro foram identificadas como *Festas de Verão* (o destaque do programa é dado ao nome da Aldeia) e na Aldeia da Serra apelidadas como *Festas Tradicionais de Verão*, (o destaque do programa também é dado ao nome da Aldeia) e nas Bardeiras, *Grandiosas festas em Bardeiras* (aqui o nome da localidade aparece em destaque e incluído no próprio nome da festa).

não poderia ser mais próxima. Há um esforço conjunto em que ambas procurem satisfazer as necessidades da população cada uma dentro do seu campo de intervenção. Diz-se que a população é mais unida, e como veremos também é em maior número o que de alguma forma pode justificar esta maior dinâmica na promoção de eventos.

Por outro lado, a Aldeia da Serra acaba por revelar uma dinâmica menor a este nível pese embora o Presidente da Direção seja uma pessoa jovem, mas a população é muito reduzida. O bar da sociedade só abre ao fim de semana, havendo um ou dois sócios responsáveis por fazer essa gestão. Se for solicitada para alguma iniciativa da responsabilidade da CMA, um evento cultural, um almoço na sequência de uma caminhada, por exemplo, ou mesmo iniciativas de particulares a Sociedade manifesta a sua disponibilidade e sede as suas instalações.

A sociedade 1^o de Novembro tem resistido ao passar dos anos graças à teimosia de “meia dúzia” de pessoas que, se pode dizer, herdaram o gosto e a vontade de manter viva esta instituição que sempre se dedicou à organização das atividades lúdicas da aldeia. No início os bailes tradicionais, as festas populares anuais e mais recentemente os almoços e os jantares temáticos dirigidos à população não só da aldeia como a todos os que se querem juntar para momentos de convívio e diversão.

De lembrar que a Sociedade também teve um papel muito importante no que respeita à prática desportiva na medida e que patrocinou nos anos 70/80 uma equipa de futebol na qual os jovens adultos do sexo masculino podiam exhibir as suas capacidades físicas e desportivas em torneios realizados com equipas de outras aldeias. Às raparias, às mulheres, às crianças e aos mais velhos, estava reservado o lugar de público que acorria em massa para ver a sua equipa jogar futebol. O campo de futebol ficava situado a cerca de 500 metros de um dos limites da aldeia. Era de terra batida, tinha 2 balizas em ferro que ainda hoje se mantém de pé pese embora o campo de jogo tenha sido deixado ao abandono por falta de população capaz de manter viva uma equipa de futebol com 11 elementos, no mínimo. Atualmente a Sociedade não desenvolve qualquer atividade desportiva.

Depois da aquisição do edifício e de realizadas as obras de melhoramento, a Sociedade passou a ter o bar aberto todos os dias sendo que, com a cessão do último contrato de cedência, em dezembro de 2021, o mesmo ficou de portas fechadas só abrindo em caso de haver algum evento que o justificasse. Já durante o ano de 2023 o presidente da coletividade tomou a iniciativa, e com o acordo dos membros dos órgãos sociais, de abrir o bar todos os domingos à tarde e parte da noite permitindo assim uma alternativa como espaço de convívio, com bebidas e petiscos, ao único café da aldeia.

Em suma podemos dizer que estas instituições com finalidade recreativa e lúdica cumprem o seu papel proporcionando à população momentos de reencontro, convívio e sociabilidade. A grande dificuldade com que se debatem é com a falta de público e de envolvimento e adesão da população às iniciativas realizadas. Exceção feita às festas

populares que reúne sempre mais população não só residente como também vinda de outras localidades das redondezas que aproveitam para “beber umas imperiais” e/ou jantar no recinto da festa com amigos ou familiares. É também nesta altura que alguns dos que saíram da aldeia e moram agora na grande Lisboa (não há nestas aldeias registo significativo de emigrantes no estrangeiro) voltam à aldeia em família, nalguns casos de 3 gerações não só para participar e ajudar na realização da festa como para rever amigos e família. Contudo, esta realidade não é igual e esta dinâmica não se desenvolve da mesma forma em cada um dos lugares.

Não tendo reunido muitos elementos sobre a forma como esta dinâmica da população se desenvolve em Vale do Pereiro em torno da festa da aldeia, podemos com segurança, falar da realidade da Aldeia da Serra e do Carrascal uma vez que, pese embora a proximidade das aldeias, não só em torno da festa, mas na generalidade das situações o comportamento da população é significativamente diferente. Durante o ano em que estive no terreno tive oportunidade de observar e participar em várias destas atividades (na Aldeia da Serra apenas enquanto observadora), promovidas pela Sociedade 1º de Novembro, participei também na organização e execução. Fiz parte dos eventos até ao seu ponto final em todas as tarefas que são necessárias desenvolver nos bastidores para que ao público chegue, dentro do possível, o melhor.

No que diz respeito à Aldeia da Serra, e em concreto às Festas Tradicionais de Verão, a grande maioria da população que saiu da aldeia nos anos 70 ou 80 e mesmo aqueles que vêm menos vezes, voltam não só como espetadores, vêm também para participar na organização e nas tarefas necessárias à realização da festa. Muitos deles mantiveram a casa dos pais e até já fizeram remodelações para acomodar toda a família, pais, filhos e netos. Durante o decurso das festas, e enquanto observadora, é perceptível que organizam uma escala de trabalho para cada um dos postos de trabalho. Esta escala vai sendo cumprida a cada número de horas definido à priori. No dizer dos próprios intervenientes, desta forma podem ajudar a festas e estar na festa. Cada um sabe que posto vai ocupar a cada hora nos dias em que a festa decorre, sexta-feira à noite, sábado e domingo. Em termos de ementa não várias das demais, frango assado, bifanas, salada, batatas fritas, sopa e claro as famosas imperiais que agora são a única forma possível de beber cerveja, pese embora não seja esta a bebida de eleição da esmagadora maioria dos convivas¹⁷⁸.

No carrascal a dinâmica é completamente diferente, à semelhança da Aldeia da Serra a festa também tem na base a sociedade recreativa como organizador principal. Alguns meses antes, a Sociedade entrega a toda a população um convite para estar presente na reunião preliminar e onde cada um deve manifestar a sua vontade de participar, ou não,

¹⁷⁸ Por imperativo legal as bebidas não podem ser servidas em recipientes de vidro, logo as tão afamadas e consumidas “medias” não fazem parte do cardápio. Valem as imperiais servidas em copos de plástico, alguns deles à semelhança das festas urbanas, recicláveis, com logotipo da festa ou da entidade que os ofereceu (normalmente a CMA).

na organização em todas as atividades que permitam a concretização das festas. São posteriormente agendadas outras reuniões. A adesão é mínima e temos verificado que, de ano para ano, são sempre as mesmas pessoas a assumir o comando das operações. O presidente da direção da Sociedade e a sua esposa chamam a si a maior parte das ações (Compras, contactos com fornecedores e contratação dos músicos, gestão dos valores, contactos com outras entidades). Participam também nestas reuniões os seus filhos, jovens adultos (um deles com cargo de presidente da assembleia geral da sociedade), o presidente da UF e a sua esposa, bem como, a colaboradora da UF e o seu marido (que também faz parte da direção da sociedade) e o seu filho também residente, na casa dos 30 anos. Um outro casal jovem (com cerca de 40 anos) residentes na aldeia há cerca de 15 anos. Um casal na casa dos 70 anos que sendo naturais da aldeia moram muitos anos fora e que agora residem quase em permanência num monte próximo da aldeia e mantem relações de amizade com alguns residentes na aldeia. Marcam presença ainda um residente na casa dos 60 anos, solteiro e um outro residente recente na aldeia, mas que antes vivia numa aldeia próxima, que também quis participar nesta organização. Não podemos dizer que se trata de uma comissão de festas, como acontecia no passado, durante muitos anos, mas são estas as pessoas que acabam por assegurar o grosso das funções necessárias, antes e durante o desenrolar das festas. Não há escalas de trabalho definidas e nos dias das festas cada um tenta fazer o que pode para que tudo corra pelo melhor.

Nos dias das festas chegam sempre outros para ajudar, alguns deles da terra outros não. Mas não passam de ajudas pontuais que sendo importantes não assumem um caráter de responsabilização perante a organização e gestão dos meios. O que não significa que sejam isentos de opinião e que não a possam emitir causando por vezes algum desconforto a quem está presente desde o início e tomou a responsabilidade das tarefas como suas, mas que acaba muitas vezes por não as querer assumir na sua plenitude. Esta gestão de recursos humanos por vezes não é fácil como também não é assumir a responsabilidade de tomar uma decisão quando é necessário tomá-la. Os dois elementos mais envolvidos na organização, pelo maior número de funções e responsabilidades que assumem, estão sempre a ser solicitados para, perante várias opiniões, tomar a decisão final seja em relação a temas da cozinha, do bar, dos tempos e da forma como uma determinada ação vai decorrer. Nem a experiência de anos passados e o *modus operandi* instalado facilitam este processo.

Apesar de alguns momentos de tensão, pode dizer-se que nestes dias as relações de sociabilidade são visíveis e decorrem com naturalidade e alegria facto que raramente acontece no dia a dia em que as pessoas não se cruzam nem estabelecem relações de sociabilidade entre elas. Ao contrário do que acontece na aldeia da Serra a grande maioria dos “colaboradores” são residentes, ou considerados como tal, e não pessoas da terra que voltam para ajudar. Na grande maioria não voltam nem como espetadores.

Falámos das associações, nas atividades desenvolvidas e principalmente naquelas que tem mais peso na medida em que são as que chamam a si mais participantes, mais interação e sociabilidades entre residentes e entre estes e os forasteiros.

Importa deixar uma nota sobre a associação de reformados de Vale do Pereiro, única do género na UF e que desempenha, pelo que nos foi dado a conhecer um papel muito importante na dinâmica da população local. A data de constituição desta Associação é de 9 de junho de 1999.

A Associação de Idosos e Reformados 25 de Abril de Vale do Pereiro, é uma Instituição Particular de Segurança Social, sem fins lucrativos, que tem como principal objetivo promover o bem-estar e qualidade de vida das pessoas idosas residentes na União de Freguesias de S. Gregório e Santa Justa do concelho de Arraiolos.¹⁷⁹

A associação de reformados tem as portas da sua sede abertas todos os dias e além do Centro de Convívio onde são promovidas atividades de entretenimento diárias e eventos diversos é neste espaço que se reúnem os mais velhos para jogar às cartas ou outros jogos de equipa, ver televisão e também podem ter acesso ao bar.¹⁸⁰ No ano de 2021 a aldeia de Vale do Pereiro viu ser encerrada a sua única mercearia o que deixou os moradores dependentes de alguém que pudesse ir a outras vilas ou cidades comprar até os bens de primeira necessidade. Para comprar na aldeia restavam os vendedores ambulantes que embora possam trazer nas suas carrinhas praticamente tudo, também são livres de praticar o preço que mais lhe convém. Perante esta realidade decidiu a associação de idosos interferir e solicitar à segurança social um alargamento das suas funções originais e desta forma poder vender nas suas instalações, a um preço justo e acessível a todos os bens de primeira necessidade, as mercearias. O projeto foi aceite e hoje a Associação pode proporcionar mais este serviço à população, facto que é do agrado de todos.

As restantes associações registadas na freguesia são as Associações de caçadores. Identificamos as seguintes: Associação de caçadores da Aldeia da Serra; Associação de caçadores de Vale do Pereiro; Associação Desportiva cinegética Das Lages Grandes; Associação livre dos caçadores de Oleira; Associação de Caçadores da Cabeça da Bardeira e A Associação de caçadores “o Tirinho”¹⁸¹ Identificamos ainda outra Associação, registada em Arraiolos, mas cuja atividade de desenvolve em torno de duas das herdades da UF, falamos da Sociedade de Caça e Pesca do Cabido e Mendo Marco

¹⁷⁹ Associação de Idosos e Reformados 25 de Abril de Vale do Pereiro. Disponível em: <https://air25abrilvaledopereiro.pt/>

¹⁸⁰ Disponíveis na página de Facebook e apresentados no plano de atividades (no caso em pareço de 2022)

¹⁸¹ ElInforma – informação de empresas – diretório de empresas. Disponível em: <https://infoempresas.jn.pt/>

Lda. Esta foi fundada em 1991 e não conseguimos apurar se mantém, ou não, atividade no âmbito de Caça e repovoamento cinegético¹⁸².

Não reunimos muitos elementos sobre estas associações na medida em que, pese embora, representem e permitam momentos de convívio entre os sócios são frequentadas por uma pequena parte da população, exclusivamente homens. Algumas destas associações foram criadas na sua maioria há cerca de 30 anos quando os caçadores (e praticamente todos os homens das aldeias eram ou são caçadores) começaram a verificar no terreno a falta de caça (coelhos, lebres, perdizes, rolas e pombos). A fauna animal desceu consideravelmente pelo que houve necessidade de regular esta prática tornando-a mais eficaz na gestão dos recursos cada vez mais raros e de limitar os excessos e as más práticas que vinham sendo verificadas. As associações foram inicialmente constituídas pelos proprietários das terras e a reserva onde as mesmas delimitaram os seus terrenos sendo que as mesmas foram abertas a todos os que, mediante condições previamente definidas e pagamento de uma cota, passaram a fazer parte da associação e assim ter acesso e poder caçar. Os terrenos livres praticamente deixaram de existir. Desta forma a prática da caça foi sendo regulada e definida em função das espécies disponíveis em cada um dos locais. Se num local se pratica mais intensamente a caça ao coelho, noutras as caçadas ao javali são um dos principais fatores de atração. Se porventura se verifica que, pese embora a caça à rola, por exemplo, é permitida por lei, mas se a quantidade de animais dessa espécie for visivelmente escassa, a associação limita ou mesmo impede que se abatam essas aves. O produto final da caçada é normalmente colocado num “molho”¹⁸³ e depois distribuído pelos participantes mediante regras previamente acordadas, nomeadamente ao número de peças que cada um vai levar para casa. De salientar que associada à prática da caça há uma outra tradição que reforça e permite fortalecer os laços de amizade e companheirismo intrinsecamente presentes, falamos dos almoços da caça. Um almoço convívio para os participantes, confeccionado por alguns dos participantes. São relevantes nestes convívios as relações de sociabilidade entre os elementos do grupo constituído exclusivamente por homens de todas as idades. Tentamos oportunamente contacto com os órgãos sociais de uma destas associações com vista a podermos conhecer melhor as atividades desenvolvidas, contudo não foi manifestada disponibilidade para tal pelo que fica apenas o registo da sua existência e da sua atividade geral.

No que respeita às associações importa ainda referir que na UF não se regista qualquer associação de moradores, associação de jovens, culturais ou ambientais. Houve há uns anos a esta parte intenção de constituir uma associação de reformados no Carrascal, mas a mesma não chegou a ser concretizada. O movimento associativo assume um caráter essencialmente lúdico e recreativo, que cada vez mais tem dificuldade em chegar

¹⁸² Racios - Sociedade de Caça e Pesca do Cabido e Mendo Marco Lda. Disponível em: <https://www.racios.com/>

¹⁸³ Significa que todas as peças de caça ficam num mesmo espaço, cada um deixa no local combinado o que caçou.

à população. Os mais velhos ou já não podem de facto participar nas atividades face à sua condição física ou psicológica em que o conforto do lar é mais apelativo, ou se podem ainda vão participando em algum almoço convívio, mas não mais que isso. Os mais jovens quando participam é pela motivação promovida pelos pais que ainda vão participando nos eventos. Os de “meia-idade”, aqueles que teoricamente poderiam participar ativamente não manifestam motivação nem interesse, ou porque não reconhecem interesse nos eventos ou porque não se identificam com as associações ou com quem mais regularmente as frequenta. Esta dificuldade é ainda mais evidente quando se “procuram” pessoas para assumir os cargos dos órgãos sociais. “Ninguém quer assumir responsabilidades”, muitas vezes mesmo os eleitos renunciam ao cargo por não querer qualquer tipo de vínculo com a Sociedade e diria mesmo com qualquer outro movimento coletivo em que o objetivo seja “trabalhar” para o outro sem qualquer benefício direto em troca. Existe sempre o argumento de que, sobre qualquer coisa que se faça, existem vozes contra e críticas destrutivas pelo que o melhor é estar afastado e não ter nada a ver com o assunto.¹⁸⁴

O Monte – Desenvolvimento do Alentejo Central, criada em 1996, e cuja área de atuação (NUT III) inclui a UF em apreço, apresenta-se como entidade privada sem fins lucrativos cuja missão é:

“Incentivar o desenvolvimento económico e social sustentável das regiões rurais e promover os processos de governança local.”

Esta é a Associação que promove a maior parte das atividades realizadas na aldeia, na antiga Escola Primária, cedida pela UF e com apoio ao nível da limpeza do espaço da Sociedade Recreativa, alguns dos nossos inquiridos participam nestas atividades. Acontecem duas vezes por semana, e reúnem residentes do Carrascal, Aldeia da Serra e Bardeira. O grupo completo não chega aos 10 elementos. A associação fez a divulgação das atividades no seu site, mas também veio à aldeia apresentar as mesmas aos potenciais interessados.¹⁸⁵

5.9.4. As Igrejas da UF

Como diria o povo: - essa é outra!

Não é fácil falar da igreja. A mesma foi construída em 1632 e desde aí segundo foi possível apurar a mesma terá sofrido obras de remodelação, cujo registo escrito não se

¹⁸⁴ Falamos aqui da realidade verificada no Carrascal, onde desenvolvemos uma observação mais atenta destes fenómenos.

¹⁸⁵ Monte - Desenvolvimento Alentejo Central, A.C.E. Disponível em: <https://monte-ace.pt/>

conhece. Da mesma forma que não se conhece muita da sua história pese embora os esforços já desenvolvidos por quem se dedica mais esta matéria.

Sabemos que as últimas obras que foram realizadas para manutenção do espaço decorreram há cerca de 40 anos e do que nos é possível verificar hoje, aos olhos daquilo que conhecemos as mesmas descaracterizaram e de alguma forma permitiram que se perdesse muito do espólio que a igreja possuía. Na altura o objetivo foi proporcionar à população melhores condições do espaço sem ter em conta que de um monumento histórico se tratava. Muitos dos livros e registos em completo estado de degradação que ainda restavam nas instalações, bem como alguns exemplares de Santos em madeira quase ou totalmente apodrecida foram levados para o lixo. Falo hoje com certa mágoa porque estive presente nesses momentos. Não houve pessoa ou instituição que pudesse ou tivesse capacidade técnica ou científica para impedir que tal acontecesse.

Como referia o objetivo era fazer obras na igreja para melhorar as suas condições. Uma das alterações mais visível foi retirar uma grade de ferro que dividia o altar principal da sala onde a população se sentava para assistir às cerimónias, fossem elas batizados casamentos, festas ou velórios. A grade foi retirada e o espaço ficou aberto, talvez o objetivo fosse criar uma maior proximidade entre quem presidia às cerimónias de quem a elas assistia. Foi recuperado o telhado que já na altura apresentava sinais de degradação. Foi retirado o chão de madeira, já com alguns buracos, e colocado em seu lugar tijoleiras de barro mais resistentes ao passar dos tempos. Foram retirados os bancos corridos mais velhos, podres e sem condições de segurança e mantidos os que ainda hoje servem de acento a quem ainda vai à igreja.

No espaço em que estava guardado o espólio que havia na igreja, tudo foi limpo e reconstruído com o objetivo de aí ser feita uma casa de banho que servisse a população enquanto permanecia no espaço. Esta necessidade decorreu do facto de que, nessa altura, algo que não acontecia antes, ter sido transferido para a igreja, o velório dos mortos. Esta prática de “acompanhar os mortos” entre a hora da morte e a hora do enterro decorria na casa de cada um. Era no espaço familiar que na grande maioria das situações a morte vinha a ocorrer. A partir do momento em que os serviços médicos e os hospitais passaram a estar cada vez mais acessíveis a população passou a ser também convidada a levar os doentes para o hospital e deixar que aí ocorresse a morte. Desta forma, trazer os mortos para casa já não fazia sentido e, à semelhança do que já acontecia noutros locais, os mortos passaram a ser velados na igreja implicando assim longas horas de permanência no espaço.

Por outro lado, havendo a tradição realizar as festas anuais da aldeia em espaço contíguo à igreja e não havendo infraestruturas que permitissem o acolhimento das pessoas na sua plenitude a pertinência de construir uma casa de banho dentro das instalações da igreja, mais em concreto, na sacristia falou mais alto. É certo que o espólio que se perdeu para sempre poderia ter sido guardado e encaminhado para restauro, mas, como referi

nenhuma entidade mesmo a igreja, ou o padre, manifestou esse interesse ou disponibilidade. Ficaram os Santos que ainda hoje estão seus altares e as Opas, ou seja, as vestimentas do padre, do sacristão e do povo que, nas festas em honra dos Santos Padroeiros, as envergava para carregar às costas em cada um dos Santos no seu respetivo andaime. São Gregório, São Sebastião, Nossa Senhora de Fátima e o menino Jesus.

Com a realização deste estudo percebemos que a igreja representa, para a população do Carrascal e da Aldeia da Serra, uma preocupação pese embora sejam cada vez menos os seus frequentadores. Ninguém quer ver a igreja cair à semelhança do que aconteceu com a igreja de Santa Justa junto a Vale do Pereiro. Todos querem e esperam que a igreja seja recuperada, que seja alvo de intervenção a nível da estrutura, do telhado e do interior, que apresentem evidentes sinais de degradação.

Esta necessidade tem se feito sentir nos últimos anos da mesma forma que têm sido desenvolvidos vários esforços por parte de alguns populares no sentido de alertar e reclamar junto do padre responsável pela paróquia esta necessidade da intervenção. A resposta tem sido sempre a mesma, nenhuma, no sentido em que nada pelo menos que se conheça e que se possa ver tenha sido feito até agora. A UF deu-me nota de que também tentou esforços no sentido de alertar o padre para a situação que preocupa a população, da mesma forma não foi dada qualquer resposta que pudesse, pelo menos dar algum indício de que a situação estaria a ser tratada. Da parte da CMA foi dito, na reunião que ocorreu no Carrascal, no âmbito da apresentação projeto para a construção da casa Mortuária, que também já tinha desenvolvido esforços nesse sentido embora sem resposta. Ficou dito que a CMA manifestava todo o interesse em colaborar no que fosse necessário para a concretização das obras, mas que para tal teria de haver as necessárias autorizações. Foi também referido que iriam serem tentados novos esforços junto das entidades competentes para que este processo não fosse esquecido e pudesse arrancar o mais rapidamente possível. Até à data em que escrevemos este texto que seja do conhecimento da população nada foi feito.

Importa clarificar que, pese embora a maioria desta população, São Gregório, Carrascal e Aldeia da Serra seja católica, não é praticante, pelo que as deslocações à igreja são pouco frequentes e ocorrem em número cada vez menor. A exceção dá-se quando alguém que morreu e está a ser velado na igreja mesmo assim os mais velhos já não se sentem em condições de ir os mais novos não têm qualquer motivação a não ser que seja alguém da família e mesmo assim nalguns casos decidem fechar a igreja à noite, como é hábito noutros locais e ao contrário do que aqui sempre aconteceu em que era hábito passar a noite junto do falecido.

Em tempos houve uma comissão da igreja que geria e tratava de alguns assuntos relacionados com a mesma, no fundo eram os representantes da população junto da instituição. Tentei apurar em que condições funcionava e quando deixou de existir, mas não obtive resposta. Não se sabe, as pessoas mais diretamente envolvidas já morreram

e quando deixaram de ser capaz a comissão extinguiu-se. Contudo alguma duvidas ficaram. Ao que se sabe a igreja tinha património com valor (situação referida por uma das moradoras) que agora não se sabe onde está. Nenhum morador tem ou tinha devoção suficiente para de dedicar e acompanhar estes assuntos e os mesmos foram-se perdendo como passar dos anos. Só são tema como algo relacionado com o passado.

O último casamento que se realizou na Igreja terá sido há mais de 10 anos e foi de alguém que não era natural da freguesia, mas que à data aqui residia. O último casamento de moradores do Carrascal a ser celebrado na igreja ocorreu no ano 2000. O último batizado de que a população se recorda terá sido em 2014. Tentamos apurar quem possa ter estes registos, mas todos desconhecem. Eventualmente o padre.

Desta forma fica claro que a preocupação e a indignação da população relativamente ao que se passa com a degradação evidente e o esquecimento, o abandono por parte das entidades competentes não está diretamente ligada com uma questão de fé mas sim com a tradição, com um hábito que se foi perdendo e com o facto da igreja representar mais do que um local de culto, um monumento que, no entender de quase todos, vai acabar por cair por falta de interesse e de intervenção de quem tem obrigação de o fazer.

A população tem dúvidas sobre quem sobre quem pode ou deve intervir nesta matéria. A UF não se considera responsável e diz que já fez o que podia. a CMA está disponível para ajudar, mas essa ajuda não chega. O padre nem sequer ouve a população porque não vêm à igreja, mas a população também já não vai à igreja. Tive oportunidade de registar um evento que terá sido a exceção da descrição apresentada e que relata o dia a dia.

No âmbito deste trabalho questionamos as entidades que nos pareceram as mais adequadas e colocamos algumas questões com vista a esclarecer quem é que de facto tem responsabilidade e pode e deve intervir no sentido de permitir que uma estrutura, um monumento religioso se perca com o passar do tempo.

A minha primeira comunicação foi dirigida à SIPA – Sistema de informação para o património arquitetónico, que prontamente me respondeu dando nota de que deveria encaminhar as minhas questões para a Direção Regional da Cultura do Alentejo¹⁸⁶ entidade responsável pelo monumento. Assim fiz e também prontamente recebi respostas que pretendia e que aqui resumo.

“As obras de conservação dos bens culturais é uma responsabilidade do respetivo proprietário ou detentor, tal como decorre da Lei n.º 107/2001 de 8 de setembro.”

“As obras realizadas em imóveis classificados, como é o caso da Igreja em questão, são autorizadas e acompanhadas pela administração do património cultural competente

¹⁸⁶ EPortugal.gov.pt - Direção Regional de Cultura do Alentejo. Disponível em: <https://eportugal.gov.pt/>

(Direção Regional de Cultura do Alentejo e Direção-Geral do Património Cultural). Por outro lado, a intervenção encontra-se sujeita a licenciamento municipal. Encontra-se, por isso, sujeita a controlo prévio do Município de Arraiolos.”

“Cabendo ao proprietário ou detentor do bem cultural assegurar a respetiva conservação, caberá ao mesmo suportar o custo com a realização das mesmas, embora exista um Fundo – o Fundo de Salvaguarda do Património Cultural – que poderá permitir aceder a financiamento para a realização de obras ou intervenções de conservação ou recuperação em bens classificados ou em vias de classificação.”

A outra igreja que havia na freguesia de vale do Pereiro, na localidade de Santa Justa, onde não há registo de que tenha havido habitantes, acabou por ruir. Resta apenas o cemitério que ainda continua a servir a população de Vale do Pereiro e as ruínas da escola primária que a seu tempo foi edificada na aldeia de Vele do Pereiro e, entretanto, encerrada. Da mesma forma foi construída uma capela próxima da aldeia onde que desempenha agora as funções de igreja (católica) e casa mortuária.

Nesta matéria há efetivamente uma proximidade grande entre as aldeias de Santa Justa, e São Gregório, que deram nome às freguesias e agora à UF. Em tempos desempenharam (na segunda metade do séc. XX) um papel importante na dinâmica da população. O facto de terem a Igreja, o cemitério e a escola primária (e no caso de São Gregório, vários moradores) pode inferir-se uma dinâmica populacional importante. O número de população era muito superior ao que é hoje. Nessa altura, por exemplo em São Gregório, chegou a haver mais de 50 alunos na escola, do 1º ao quarto ano, todos na mesma sala e sobre as ordens “militares” de uma só professora. São frequentes os relatos de maus-tratos infringidos aos alunos, reguadas, puxões de orelhas, castigos que implicavam que as crianças chegassem a percorrer as ruas da aldeia com “umas orelhas de burro” e que tivessem de limpar o chão da escola (de madeira) de joelhos com uma escova, um pano e um balde de água. Estas práticas transitaram da escola de São Gregório para a escola primária que veio a ser contruída no Carrascal durante o Estado Novo, enquadrada no plano de expansão das escolas a nível nacional. Da mesma forma este também foi o percurso da escola primária que passou de Santa Justa para Vale do Pereiro. O cemitério em ambas as aldeias mantêm o local de origem. Esta semelhança no percurso deixa ainda mais a convicção nos moradores do Carrascal e da Aldeia da Serra que, mais dia menos dia, a igreja vai cair como aconteceu em Santa Justa.

5.9.5. Os cafés da UF

Sendo o café o espaço público diariamente aberto e que permite que os moradores e forasteiros se juntem para uma bebida ou para uma refeição importa apresentar este espaço e descrever a forma como a população dele faz uso.

O café chama-se “O Telheiro - Restaurante Snack-Bar”, mas na aldeia é conhecido como “o café”, ou como “o café do Carlos”, é o único na aldeia do Carrascal e fica situado praticamente numa das entradas da aldeia.

O café, como assim será designado, reúne nas mesmas instalações o restaurante, daí a designação apresentada da página de Facebook, com várias fotografias das refeições e petiscos à disposição dos clientes. A última publicação data de 31 de Dezembro de 2022, onde se pode ler “Bom ano para todos os nossos clientes e amigos.”. A anterior é de novembro do mesmo ano e faz a seguinte alusão “As tradições do dia de São Martinho”

O espaço agora ocupado pelo café era antes uma das tabernas da aldeia, havia duas (falamos dos últimos 50 anos). Há cerca de 40 anos o espaço sofreu obras profundas e foi totalmente remodelado. A antiga taberna era propriedade de um senhor de idade que veio a falecer pouco tempo depois de deixar o negócio. A taberna, onde entrei várias vezes em criança, tinha um balcão comprido em frente à porta de entrada que dividia o espaço dos clientes do espaço privado do taberneiro e da sua esposa que por norma estava numa outra divisão com entrada por trás do balcão. Só aparecia se porventura alguém a chamava quando o “Ti Pinoca” não estava. Havia uma pequena entrada que dividia o balcão em dois sendo que esta era a passagem de serviço. O balcão era verde e tinha uma pedra mármore branca (que de branco tinha pouco). Ia às escondidas da minha tia (dona da outra taberna) comprar bombons de chocolate com recheio, embrulhados em papel prata de várias cores. Quem era da família do dono da taberna não tinha qualquer motivo para entrar em qualquer outro espaço similar.

Hoje o café tem o mesmo aspeto e a mesma decoração datada dos anos 80, quando foi reconstruído, nada mudou. O espaço que antes era ocupado pela taberna e pela divisão de apoio foi transformado no café. O balcão é alto, construído em madeira castanha e alumínio cinzento, em parte forrado com azulejos escuros numa imitação de tijolos antigos, em forma de canto, do lado esquerdo de quem entra pela única porta da entrada. A porta da cozinha fica dentro do balcão e está sempre fechada por 2 portas desenhadas para esse efeito. A porta da rua está sempre aberta, mas protegida por uma outra porta corta vento sempre fechada. Esta tem a forma de um quadrado de alumínio branco e vidros pouco transparentes que cria uma verdadeira barreira entre a rua e o espaço interior do café. O mais peculiar é mesmo a existência de um sem telhado típico do Alentejo, com telhas de barro, que serve de teto ao balcão. Um género de telheiro que dá o nome à casa. O restaurante, ou seja, o espaço destinado a servir refeições fica na parte de trás do café. Não tem entrada independente nem nenhum anúncio da sua existência. Quem conhece a casa, já sabe o caminho, um corredor uma porta de madeira abre e fecha e uns degraus, casas de banho à direita entre o café e o restaurante. Quem não conhece o Sr. Carlos, que trabalha sozinho nos três espaços, indica o caminho.

Uma vez apresentado o espaço do único café/restaurante da aldeia do Carrascal importa agora falar das pessoas que frequentam este espaço, escuro, com pouca iluminação,

cadeiras de madeira castanho-escuras mesas e mesas da mesma cor com tampo de vidro.

O café abre todos os dias por volta das 9 horas da manhã, digo “por volta” porque não há rigor na hora de abertura, não são raras as vezes que as primeiras clientes ficam sentadas na rua, num dos bancos de madeira já gasta que povoam a aldeia, ou na esplanada situada no pátio da casa do Sr. Carlos e que fica mesmo em frente ao café, do outro lado da rua, à espera que o café abra. Estes clientes são sempre os mesmos, ou as mesmas porque a esta hora as mulheres estão em maioria. O primeiro grupo composto por 3 mulheres reformadas na casa dos 70 anos¹⁸⁷, é o primeiro a chegar, depois vem uma senhora sozinha e depois outra. Por volta das 9.30 h chega mais uma senhora acompanhada de um senhor de família¹⁸⁸. Todos reformados aproveitam este momento do dia, que pode durar até meia hora, quarenta minutos para “pôr a conversa em dia”. Fala-se de tudo um pouco. Do que aconteceu com alguém ou com alguma família, se alguém está doente ou foi ao hospital, do gato que morreu atropelado e de quem o atropelou, da morte e da forma como cada uma a entende, das notícias que passaram no telejornal, da festa ou do baile que já houve ou vai haver, da roupa que alguém vestiu, enfim é praticamente impossível enumerar todo o tipo de conversas que assisti ao longo deste ano em que também eu fiz parte deste grupo.

Falo em cerca de 7 ou 8 mulheres e um homem. Pontualmente uma ou duas mulheres mais novas e ainda em idade ativa juntam-se a este grupo que embora no mesmo espaço podem não estar sentadas à mesma mesa. Está já implícito que cada uma tem o seu lugar embora pontualmente alguma/algum se possam sentar noutra mesa desde que o espaço já esteja ocupado pelas que não vem todos os dias.

O objetivo primeiro deste grupo é beber café, quando muito acompanhado pelo copo de água. Com ou sem açúcar, com adoçante o Carlos¹⁸⁹ já sabe, mas não deixa de perguntar quando alguém entra se quer alguma coisa ou o que quer, mesmo sabendo, admito, que nunca houve qualquer alteração nestes hábitos de consumo. Ocasionalmente uma ou outra cliente come um bolo “tipo pastelaria” que recentemente passaram a estar expostos dentro de uma caixa de plástico descartável em cima do balcão. São entregues pelo “Sr. dos bolos” que vem, numa carrinha, uma vez por semana. Aliás importa referir que praticamente tudo o que consome no café, no restaurante e na mercearia chega à aldeia nas carrinhas., cada uma de um vendedor

¹⁸⁷ Uma é solteira, a outra separada e a outra divorciada

¹⁸⁸ Madrinha e afilhado este também solteiro, na casa dos 60 anos. A Senhora é casada, 80 anos, mas o marido não a acompanha, aliás nunca o fez. Quando este frequentava o café, não era certamente para beber café e também não era de manhã e claro também a esposa não o acompanhava. Nem sequer nessa altura havia o hábito das mulheres irem beber café à rua de manhã e algumas à hora do almoço. Este comportamento que hoje está perfeitamente integrado e aceite tem poucos anos de vida.

¹⁸⁹ Os residentes tratam o dono do café/restaurante e da mercearia por Carlos, mesmo que não seja “por tu”. Só quem reside há menos tempo ou quem vem de fora o trata por Sr. Carlos daí termos optado por tratá-lo também aqui por Carlos e não Sr. Carlos

especializado, lá trazem tudo o que faz falta e por norma “há de tudo”. Em complemento a estas entregas, o Sr. Carlos no dia de folga (segunda-feira) vai aviar-se a Évora, comprar o que falta e lá está a forma repete-se, vem tudo na carrinha. Abre o café de manhã e à noite, mas durante o dia está fechado.

Pontualmente uma das clientes habituais desta hora toma o pequeno-almoço, facto que por vezes é motivo de comentários pelos outros presentes, mas, diria, em sentido de “brincadeira” e não como uma crítica pejorativa.

Também os elementos desde grupo de base têm pontualmente ausências. Estas ou foram anunciadas ou são seguramente alvo de curiosidade em que cada um aponta o motivo que lhe parece mais adequado. Por vezes estas questões levantadas tocam em aspetos mais íntimos da vida familiar de cada uma. Fulana hoje não veio, deve estar aborrecida, deve ter ido aqui ou ali, tem aí a filha/filho, todas as possibilidades são postas em cima da mesa. A primeira a descobrir a verdadeira razão da ausência não hesita em contar o que sabe, viu ou ouviu dizer. Aliás a grande maioria das intervenções começa ou acaba com esta expressão “ouvi dizer, disseram-me” é muito mais frequente do que dizer “eu sei porque vi. Mas também acontece com frequência alguém ter “uma notícia em primeira mão” e guardar segredo é muito mais difícil do que partilhar. Se num dia se fala do tema por meias palavras, no dia seguinte já alguém sabe mais alguma coisa e o tema volta a ser debatido, cada um opina e por norma cada um tem uma opinião ou posição diferente sobre aquele facto, acontecimento ou boato. Quando o tema é sensível acontece muitas vezes que o mesmo não é falado no grupo, no espaço público, mas é depois partilhado na rua ou numa visita a casa da outra em que aí sim se podem contar todos os pormenores. O ditado popular “o segredo é aquilo que se conta baixinho a toda a gente” faz todo o sentido dentro deste grupo, mas pode ser aplicado a toda a comunidade. Não raras vezes a mesma informação sigilosa chega de várias fontes. A comunicação das notícias faz-se pessoalmente, mas também por telefone ou telemóvel entre os que não estão fisicamente presentes. Relembre-se que todas as casas têm telefone fixo e a grande maioria das pessoas tem telemóvel.

Mas falava do café e dos primeiros clientes da manhã. Com um perfil completamente diferente e com um tipo de presença muito mais fugaz aparece para o café um senhor que mora num monte próximo do Carrascal e que de passagem entre o tratamento do seu rebanho e o regresso a casa estaciona para beber café, não se senta e por norma não participa nas conversas. São também presença, logo ao início da manhã, “os homens das obras”. Escolhem o lugar do balcão oposto as mesas onde estão sentadas as mulheres, e vem um de cada vez ou em pequenos grupos, dois ou três no máximo. Depende das obras que estão “ativas”. São ucranianos, brasileiros, alguns portugueses. Os que bebem café sentam-se na esplanada para poderem acompanhar o café com um cigarro. Os que não bebem café bebem um cálice pequeno de uma qualquer bebida alcoólica e aproveitam para levar uma garrafa (normalmente um litro de cerveja ou vinho) para consumo na obra. Este ritual repete-se várias vezes ao dia.

Quem vai ao café a esta hora aproveita também para ir à mercearia, fica na porta em frente e também é do Carlos que corre de um lado para o outro para poder atender todos os clientes, no café e na mercearia. Aqui fazem-se as compras do dia, o pão, a fruta, os queijos alentejanos, os enchidos e tudo o resto que se deu conta estar em falta. A mercearia tem praticamente tudo. Pão, bolos, iogurtes, queijos, fruta, legumes, guardanapos, detergentes, inseticidas, baldes, vassouras, etc. Quando não se encontra pede-se e o Carlos diz onde está ou vai buscar!

Voltando ao café, um pouco mais tarde chegam alguns homens da aldeia ou de aldeias vizinhas também para beber café ou não raras vezes a primeira cerveja do dia. Estão reformados, tem transporte próprio e isso dá-lhe tempo e liberdade para se deslocarem. Mas chegam sozinhos, as esposas não vêm. Juntam-se à conversa e vão ficando por algum tempo, meia hora, quarenta e cinco minutos. Conversa-se e fica-se sentado nos lugares já deixados vagos pelas mulheres. Mas estas ainda vão voltar ao café da parte da manhã, chegam mais tarde, são 2 casais e uma senhora. Chegam à mesma hora o que evidencia que a hora foi combinada. Acredito que neste grupo a interação via telemóvel é ainda maior e a presença nas redes sociais como o Facebook é constante. Troca-se fotos, gostos e comentários. Diria que é a geração Facebook, o mais velho não tem acesso e os mais novos pouco ou nada publicam ou comentam. Falamos essencialmente de mulheres entre os 60 e os 70 anos cujas profissões foram desenvolvidas na área dos serviços e cuja escolaridade está alguns anos acima do verificado no primeiro grupo. Neste grupo há ainda uma particularidade que o distingue do primeiro, aqui joga-se! A compra de raspadinhas faz parte do ritual, pagamentos e ganhos são em grupo e para o grupo. Voltaremos a este tema por nos parecer de interesse principalmente pelos valores monetários que envolve não só neste grupo, mas na população em geral.

Outras pessoas, ou as mesmas voltam ao café ainda antes do almoço, são homens, as mulheres só voltam para ir à mercearia. Mesmo as que não fazem parte do ritual do café da manhã, vem à mercearia por isso vem mais tarde, ou mesmo da parte da tarde. Este horário é em parte condicionado pelas condições metrológicas, como alias, muitas das tarefas que se desenvolvem relacionadas com a casa, com o quintal e com os animais domésticos. No verão por causa do calor faz-se tudo de manhã “pela fresca”, no Inverno espera-se pelas horas de menos frio, o início da tarde ou o fim da manhã.

Chegada a hora de almoço é tempo de o Carlos preparar as refeições, mas só o faz por encomenda. Raramente alguém da aldeia vai comer ao restaurante a não ser por alguma ocasião festiva ou de convívio previamente marcado. Quem frequenta o restaurante à hora do almoço são os homens das obras ou das atividades agrícolas sazonais que se desenvolvem nas redondezas. E isto não acontece todos os dias. Há certamente muitos dias em que não é servida uma única refeição. O trabalhador estrangeiro das obras não tem poder económico para almoçar ou jantar no restaurante. Compram na mercearia e fazem as refeições na obra ou na casa onde vivem alugada para enquanto a obra decorre.

Também há quem vá beber café só à hora do almoço, ritual muito mais verificável ao fim de semana na medida em que quem vai a esta hora e nestes dias são os clientes que trabalham durante a semana, só ao fim de semana se podem “dar ao luxo” de ir beber um café e ficar uns minutos à conversa. O café (bebida) representa sem dúvida o escape e o motivo para sair de casa.

Ao fim da tarde, antes da hora do jantar, o café também tem os seus clientes habituais, homens, junta-se normalmente em grupos de dois ou três e comem “um petisco”, que em bom rigor tem mais aspeto de refeição, acompanhado de vinho ou cerveja. Não frequentam a sala do restaurante. O mesmo é servido na, ou nas mesas do café. Vão ficando adiando o regresso a casa, é como se estivessem em família, são sempre os mesmos e não haja dúvida, é diferente estar com a família do que estar na taberna, esta representa seguramente um local de convívio e conversa muito mais aprazível do que aquele que se tem em casa, a família e os amigos neste caso não se misturam. Obviamente que esta “conclusão” levanta uma série de outras questões relacionadas com o estudo das famílias e dos contextos familiares que não nos compete aqui desenvolver.

Podemos ainda encontrar à hora do jantar mais um ou dois homens da aldeia que vivem sozinhos e que porque o salário assim o permite e a motivação para cozinhar é pouca, acabam por jantar e ainda levar para o almoço do dia seguinte o que sobrou da dose mais ou menos bem servida. É em contexto de refeição que o vinho “sai da box” dentro de pequenos jarros e substitui a tradicional “media” ou “mini” para os mais contidos. É a partir desta hora que o café é totalmente controlado pelos homens, raras vezes uma mulher frequenta o café a esta hora. Esta é a hora em que a mulher, teoricamente, está a fazer o jantar, têm de estar em casa. Os homens podem estar sem constrangimentos, não há censura ou controle social, entre o trabalho e a família o café é passagem obrigatória, faz parte dos rituais do dia a dia, contudo este hábito apenas se verifica entre os mais velhos, que mesmo já não trabalhando consideram este momento do final da tarde como o mais apreciado para ir ao café, e entre os que trabalham na aldeia ou nas redondezas. Os mais novos, os que trabalham fora e chegam à aldeia cada um a sua hora não tem este hábito, mas não o tem a esta hora como em nenhuma outra. O café não é seguramente um local de passagem entre o trabalho e a residência. Do que foi dito podemos inferir que o café é o local privilegiado para a produção de sociabilidades, mas, mais uma vez, não o é para todos.

A esta hora não há mulheres no café, nem vem beber café depois do jantar. Isto pode acontecer no Verão, porque as temperaturas mais altas convidam a sair de casa, mas quem vem à noite não são as mesmas mulheres que vêm durante o dia. E são em número muito menor, duas ou três no máximo e por norma instalam-se na esplanada.

Visto desta forma podemos afirmar que o café não deixa de ter clientes ao longo do dia. São sempre poucos diria o Carlos, mas a verdade é que na maior parte do dia há sempre

alguém a entrar e a sair. O ritmo e a quantidade de pessoas que frequenta o café está como já vimos dependente das estações do ano. O Verão é mais apelativo e convida a sair à rua principalmente ao final da tarde e à noite, principalmente para os residentes. Esta dinâmica e fluxos de clientes no café ganhou uma nova dimensão que está diretamente relacionada com o número de obras¹⁹⁰ em curso na aldeia, chegaram a ser seis em simultâneo, cada uma com um grupo maior ou menor de trabalhadores, homens, que necessariamente fazem “romarias” individuais ou em grupo ao café fazendo aumentar e muito o número de clientes diários eu frequentam o espaço.

A parte da tarde, principalmente ao fim de semana, representa para alguns dos moradores mais jovens (40-50 anos) o momento de eleição para o convívio e para mais uma cerveja. Junta-se um grupo ou dois, essencialmente homens sendo que as mulheres e namoradas marcam também presença a qual se podem ainda juntar outras mulheres, solteiras ou divorciadas. As mulheres casadas só estão presentes se os seus maridos estiverem presentes e não são todas. As que estão presentes acompanham as rodadas de medias ou minis que cada um vai pagando quando chega a sua vez. As mulheres não pagam. Essa é uma obrigação do homem, pagar a bebida da sua mulher e das mulheres dos seus amigos. É um dado adquirido. Ambos entendem como normal, faz parte das regras de conduta masculina que marca teoricamente o seu domínio e a sua maior capacidade financeira. Quem chega de novo com intenção de beber, pergunta sempre se alguém quer beber alguma coisa e por norma a resposta é positiva e lá vem mais uma rodada. Quem não tem intenção de participar deste ciclo vai buscar uma bebida ao balcão, paga e só depois de aproxima do grupo. E pode fazê-lo. Ninguém leva a mal ou censura este comportamento que porventura podia ser entendido como antissocial.

Este comportamento de grupo está cada vez mais consolidado nas relações de sociabilidade entre os moradores da aldeia e raras são as vezes em que há forasteiros a não ser alguém que venha ao fim de semana porque tem cá casa e/ou família. Não se vislumbram comportamentos de repulsa ou de não inclusão daqueles que só estão pontualmente, pelo contrário, são integrados e rapidamente passam a fazer parte das rodadas que vão sendo pedidas. Se alguém diz que não quer mais, todos incentivam a que beba o que acaba quase sempre por acontecer.

Ao domingo à tarde a Sociedade tem o bar aberto e também tem clientes. Normalmente são poucos, o público típico destes espaços ainda não retomou o hábito de ir beber café à sociedade depois do almoço ou do jantar. Este perdeu-se com o encerramento do bar que deixou de estar aberto diariamente. Após a reabertura do mesmo, iniciativa do presidente da direção da sociedade que dedica a tarde de domingo à tarefa de empregado de balcão, mas que também se senta à mesa com os clientes que se foi formando um grupo que ocupa a mesa central para o petisco e para as sucessivas rodadas de medias. Os elementos aqui presentes já cultivavam uma relação de amizade

¹⁹⁰ Falamos de obras de remodelação e reconstrução de casas antigas compradas pelos “Srs. de Lisboa”

pelo que poder usufruir de um espaço público praticamente privado tornou-se um hábito. Os homens são os primeiros a chegar pouco depois da meia tarde. Se for necessário os próprios preparam, cozinham e servem a sua própria mesa com as iguarias que reinventam todas as semanas. Tratam o espaço como seu, contudo sem qualquer tipo de comportamento “abusivo” ninguém tira uma cerveja do frio sem antes pedir ao “empregado de mesa” e por norma espera que este lha dê.

Não raras vezes as mulheres e as filhas (jovens adolescentes) destes homens chegam mais tarde, mas também marcam presença, por norma não comem nem bebem, mas participam nas conversas e no convívio à volta da mesa. São normalmente estas que incentivam ao fim da festa. Que quase os empurram para fora do espaço com o argumento de que “amanhã é dia de trabalho”, não será pelo adiantado da hora (9/10 horas da noite) mas porque é domingo à noite. O “empregado de mesa” que não reside na aldeia também não incentiva à continuidade, depois de todos saírem, com a ajuda da sua esposa, que só chega a esta hora é tempo de limpar a sala, a cozinha, lavar as mesas, as casas de banho e o chão, deixar tudo arrumado. E assim se passou mais uma tarde de domingo bem-disposta e animada. Aliás qualquer um dos presentes à hora da saída já estão muito mais animados do que quando chegaram. O álcool tem este efeito e esta gente sabe disso há anos.

Os convívios à volta da mesa continuam a ser uma das formas mais significativas de interação e sociabilidade entre os moradores da aldeia. Embora em grupos mais ou menos estanques e compostos pelas mesmas pessoas. Mesmo as outras formas de ajuntamento e sociabilidade como por exemplo o jogo da malha que acontece uma ou duas vezes por ano e as festas da aldeia uma vez por ano, ou os almoços e jantares organizados pela sociedade com ou sem a colaboração da UF tem presente este aspeto fundamental, a possibilidade de conviver, conversar, rir, descontraír, mas sem descurar a possibilidade de comer e beber sem o limite da censura.

Temos ainda o tipo de público caracterizado pelos casais mais jovens (30/40 anos), esse já vem juntos, tem os mesmos hábitos de consumo, bebem café, mas principalmente cerveja, às vezes petiscam, ou chegam mesmo a fazer uma refeição, normalmente o jantar). Se tem filhos pequenos este também vem. Mas quase nenhum dos casais que frequenta o café tem filhos. A estes juntam-se normalmente os outros rapazes da mesma idade ou mais novos, solteiros e que os acompanham nas rodadas da cerveja. Este hábito é mais visível no verão, na esplanada, mas não deixa de acontecer, embora com menos frequência no Inverno.

Pesem embora o número de adolescentes e jovens não seja relevante na população a verdade é que não há nenhum que frequente o café ou a sociedade. Eventualmente um ou outro jovem podem aparecer com os pais, mas é raro. O frequentador assíduo mais jovem do café é um jovem adulto com cerca de 25 anos.

Em resumo podemos dizer que existem vários públicos no café, mulheres e homens mais velhos tem hábitos de consumo diferentes, as mulheres só bebem café, os homens além do café por norma bebem uma outra qualquer bebida alcoólica. Vem, por norma, em grupo, mas não acompanhados dos maridos ou das mulheres, mas também é verdade que a maior parte não tem. Vem a horas diferentes, os homens vão e voltam, as mulheres não. Os homens têm por hábito o consumo de bebidas alcoólicas, algumas vezes em excesso levando mesmo a situações de embriagues. As mulheres que consomem álcool fazem-no por norma em menor quantidade e de forma mais contida evitando excessos. O tempo de permanência no café é muito maior por parte dos homens embora algumas mulheres também passem algum tempo no café, afinal aqui na aldeia não há outro sítio para ir ou para “passar o tempo”.

Importa ainda referir um outro aspeto que nos parece interessante quando falamos da permanência no café e até mais em concreto na esplanada. O facto de estarem várias pessoas no mesmo espaço não significa forçosamente que estejam em interação. Se são mais pessoas o normal é estarem divididas por pequenos grupos e a interação dá-se entre os elementos do grupo, se são poucos podem ou não surgir temas de conversa que unam os participantes. Já não é novidade que cada um esteja com o seu telemóvel, a jogar, ver vídeos, nas redes sociais, enfim, no seu mundo. O estar presente fisicamente não significa estar em interação permanente. Vai acontecendo. Relembro que quem frequenta estes espaços não são os jovens, mas sim os adultos de 40, 50 ou 60 anos. Os mais velhos não marcam presença.

Falámos do café, importa agora dar algumas noções sobre a mercearia enquanto espaço público potenciador de sociabilidades.

Também a este nível há uma grande dispersão no tipo de comportamento. A maioria dos residentes não faz a totalidade das compras necessárias para o dia a dia na mercearia. Os vendedores ambulantes têm uma palavra a dizer nesta matéria. Param à porta da casa de cada um e a oferta vai dos detergentes às frutas e legumes, passando pelos queijos, entre outros produtos. Quase todos compram alguma coisa a estes senhores, com mais ou menos regularidade. Sabem a que dia da semana passam pela aldeia e os produtos que trazem para vender. Se houver alguma “falta” esta pode ser suprimida sem necessidade de “andar muito” e ir à mercearia. A escolha muitas vezes também é condicionada pela qualidade dos produtos e pelo preço a que são vendidos. Outras situações há, principalmente entre os mais novos, que preferem ir fazer as compras noutros locais, Arraiolos, Évora ou Estremoz, por isso só compram na mercearia em caso de grande necessidade. No que respeita aos mais velhos que já não se podem deslocar, ou não tem meios para o fazer, são os filhos que, residindo perto (em Évora por exemplo) e vindo com regularidade, trazem da cidade a grande maioria dos bens necessários à satisfação das necessidades diárias. Justifica-se pela incapacidade dos próprios, e pelo dado adquirido de que os preços são mais baixos e a oferta é maior. Por regra, podemos

afirmar, que quem trabalha fora da aldeia, raramente ou nunca faz compras na mercearia.

5.10. Os resultados dos inquéritos, justificação e análise

Como referimos, não consideramos na população residente todos que não tem residência permanente no Carrascal, mas não podemos esquecer que representam um número significativo de pessoas. Tal como já referimos a população está em constante dinâmica e estas alterações que vão acontecendo quase diariamente dificultam a identificação e até mesmo a contabilização daqueles que só permanecem na aldeia por um curto período. Mesmo dentro deste grupo há diferenças formas de comportamento relativamente à forma como se relacionam com a restante população.

Quando contabilizamos as habitações da aldeia identificamos cerca de 111 habitações, 67 das quais são habitadas pelas famílias residentes, de forma grosseira podemos dizer que as outras 44 pertencem a alguém que não reside permanentemente na aldeia. Destas algumas em estado de alguma degradação estão à venda, na expectativa de que alguém “com dinheiro” as possa comprar e recuperar. A possibilidade de ser algum residente a fazer esse investimento está fora de questão. Uma casa no Carrascal, em bom estado de conservação ou quase uma ruína está a ser vendida a preços não acessíveis a esta gente. Espera-se que os Srs. de Lisboa apareçam e invistam na compra de casa, como aliás tem vindo a acontecer desde o início da década de 90 quando os primeiros forasteiros chegaram e ainda por cá continuam a residir ou apenas a passar um fim de semana de vez em quando. Uns aparecem mais vezes, quase todos os fins de semana, participam nas festas e nos convívios, vão ao café, por vezes ao restaurante e à mercearia e não raras vezes trazem amigos para conhecer esta terra e estas gentes. Claro que também há que venha uma vez por ano, limpa a casa e fica por lá. Não há interação nem relações de sociabilidade pelo que o impacto no quotidiano da população residente é praticamente nulo. Ainda há que resida cá e lá, ou seja divide o tempo entre esta habitação e outra que tem na cidade.

Quando aplicamos o inquérito foi com o objetivo de recolher informação sobre os motivos que levaram estas famílias a escolher o Carrascal para residir. Foi com surpresa que algumas destas famílias indicaram que moram aqui há mais de 10 anos, e de facto foram incluídos nos residentes, contudo alguns não nasceram cá nem tem laços familiares à aldeia.

Os inquiridos são famílias de vários grupos etários, com ou sem filhos ainda crianças. As profissões indicadas são várias, mas genericamente apresentam-se como mais

qualificados que os residentes mais antigos. Logo as habilitações literárias também se revelam na generalidade mais elevadas. Estas pessoas escolheram viver na aldeia, não “foram ficando” como muitas vezes ouvimos dizer. As razões apontadas passam pelo facto de gostarem de viver no campo, na tranquilidade e segurança que isso representa. Para estes residentes mais ou menos permanentes ou antigos a qualidade de vida aqui possível é apontada como motivo para a decisão de viver nesta aldeia. O quadro elaborado a partir das respostas escritas permite aferir esta realidade uma vez que as respostas foram transcritas na íntegra. O anonimato dos participantes não está integralmente protegido face à especificidade de cada família, mas esse aspeto foi salvaguardado pela opção em responder ou não às questões colocadas.

A mais-valia da aplicação deste questionário foi mostrar que existe uma diferença de atitude e de conceito de vivência na aldeia diferente entre os que aqui nasceram e os que escolheram viver aqui e que na grande maioria pretende continuar a fazê-lo embora a sua presença em espaços públicos seja praticamente nula e o relacionamento e as relações de sociabilidade com outros moradores sem muito pontuais e esporádicas. Residem cá, mas quase de pode dizer que não vivem cá.

5.11. Passado, presente e perspetivas de futuro

Este capítulo foi propositadamente deixado para último no que diz respeito à análise dos dados e da informação que recolhemos, e foi muita mais do que aquela que aqui deixamos.

Quando falamos com os residentes com mais idade, os velhos da aldeia de quem já falamos, quer seja num contexto mais ou menos informal, corremos o risco de ficar muito tempo à conversa. São vidas longas repletas de histórias, de acontecimentos de experiências de uma realidade que hoje já não existe, mas pela qual passaram quase sem dar conta, tudo foi mudando e a adaptação a novas realidades aconteceu de forma tranquila. Não há registo de situação sociais ou demográficas ou até mesmo de acontecimentos que tenham afetado a vida coletiva destas gentes. E se os houve foram mais os positivos que os negativos, embora quando perguntamos se se recordam de um acontecimento eu os tenha marcado há sempre uma pausa, um silêncio antes da resposta (facto que também acontece com os mais novos).

A noção do tempo passado está cada vez mais esvaída na memória dos mais velhos que só com algum esforço se conseguem lembrar de uma data, sabem que aconteceu, mas não quando. As capacidades físicas e mentais foram-se perdendo e ouvimos dizer que algo aconteceu há 10 anos logo depois do 25 de abril é materializar esta relação com o tempo. Dai não ser de estranhar que quando se pergunta por exemplo em que ano foi inaugurada a luz elétrica ou quando abriu a escola primária no Carrascal muito poucos

consigam dizê-lo e se o fizerem tem de fazer primeiro um exercício de conjugação de fatores, alguém que morreu ou nasceu nesse ano, ou ser alguém que participou ativamente nesse acontecimento e o marcou efetivamente.

O passado destas gentes está a perder-se com as suas memórias cada vez mais afetadas pela rapidez e panóplia de acontecimentos que os acompanham no dia a dia, as notícias da televisão, a rapidez e quantidade de carros que passam na aldeia seja de dia ou de noite, os filhos os netos, as institucionalizações nos lares, a preocupação com o futuro, a morte que não assusta mas que também ninguém quer, e tantas outras situações do presente que vão apagando o passado e a memória coletiva desta gente.

Os que estão hoje na meia-idade entre os 40, 50 e 60 anos estão ocupados com as suas vidas atuais, o trabalho, os filhos, a casa e o passado só aparece quando se diz, “lembraste disto ou daquilo”. E de fato também estes já passaram por grandes alterações nas condições e na qualidade de vida, menos acentuada do que aqueles que já fizeram 80 ou 90 anos. Quanto aos mais jovens, embora não tenhamos recolhido informação direta, vamos percebendo que o passado ainda não existe, afinal nasceram quando já havia tudo, haverá diferenças entre o passado e o presente? Haverá certamente, mas não sabemos quais são.

Nas entrevista pedimos que nos identificassem um acontecimento marcante nos últimos 10 anos. As respostas foram muito poucas, mas deixamos 2 exemplos que refletem a posição dos mais velhos e dos mais novos e nos nesta matéria. Os primeiros não sabem ou acham que não aconteceu nada marcante, os mais novos falam das festas do pós-covid.

“nada, nada, eu acho que não”

“nada”

“(silencio) não sei”

“se calhar o voltar outra vez da festa que estive parada uns anos e agora nos últimos anos se tentou outra vez, sim a festa de verão”

“aqui o Carnaval deste ano (2023) (...) passagens de ano que não se via aqui (...) em termos de foguetes se calhar foi melhor que na madeira”

Quando falamos de mudanças registadas nos últimos 10 anos as respostas, dividem-se em dois grupos, os eu dizem que não mudou nada, que está tudo igual, outros referem a falta de população, o facto de haver cada vez menos pessoas.

E o futuro, como é que se perspectiva o futuro para os próximos 10 anos?

“A minha preocupação é agora daqui para o futuro, se vem alguma doença ou uma coisa qualquer que venha ter ca à gente, pronto, mas isso já se sabe que a vida é assim”

“Só tenho pena de ser tão velha, mas não tenho pena ainda sou capaz de andar, gostava de ser mais nova, mas atã nasci em 1918”

“Se calhar nada... se calhar um bocadinho ali o acesso ao supermercado, criava ali algum dinamismo, no café, no supermercado, procurava que aquilo fosse mais acessível às pessoas e com mais simpatia e com mais dinâmica se calhar”

A partir desta amostra podemos generalizar estas respostas que se confirmam com a opinião que fomos recolhendo das várias conversas tidas com os residentes. Todos acham que se pode melhorar alguma coisa, mas quando perguntamos o que é que mudava as respostas demoram e claro está cada um mudava uma coisa diferente de acordo com o que valoriza e gostava de ter.

Se tínhamos dúvidas sobre a forma como os residentes se relacionam com o passado, com o presente e com o futuro, a primeira ideia que fica é que há uma ligação forte dos mais velhos com o passado que serve de comparação por exemplo para avaliar as melhorias sentidas ao nível da qualidade e da e das condições de vida. Estas pessoas na sua generalidade passaram por dificuldades económicas e sociais. A escola ocupou uma curta parte das suas vidas, o trabalho ocupava os dias de sol a sol, eram poucos os que não trabalhavam no campo em condições difíceis. Não se passava fome, mas a comida era pouca e à base do que a terra produzia, hoje nada disto acontece. Todos têm uma casa, um rendimento que mesmo sendo pouco “vai chegando para o que faz falta”. O presente vive-se acomodado, o futuro com muita incerteza fruto de toda a informação que chega. A grande preocupação é a saúde, “enquanto houver saúde, vai-se passando”. Não há esperança de grandes mudanças, estas vão ocorrendo no dia a dia e a adaptação vai-se fazendo, aliás como sempre aconteceu!

6. Discussão dos resultados

Sem querer retirar o valor a esta parte importante em qualquer trabalho científico, importa referir que ao longo do trabalho, quer na parte relativa ao enquadramento teórico quer quando apresentamos os resultados da nossa investigação fomos tendo oportunidade de confrontar posições de abordar a forma como a literatura, as comunicações institucionais, as iniciativas e programas destinados ao mundo rural e aos idosos estão muitas vezes longe da realidade que aqui encontramos. Salvuardamos o facto de que ao falarmos de um “estudo de caso” não podemos aferir de que forma estas ações ou intenções dos poderes políticos tem de facto impacto direto na vida daqueles a quem são dirigidas. Aqui no Carrascal isso não se verifica. E também não há registo, a não ser os programas e atividades da Associação Monte, dirigidas ao idosos de outros programas ou projetos que visem melhorar as condições e a qualidade de vida destas pessoas. Mesmo a nível local o impacto das políticas de desenvolvimento é nulo, se é que existem ou já foram pelo menos pensadas.

Podemos sim dizer que o impacto positivo das medidas governamentais e políticas que tiveram lugar já na era da democracia foi o facto de permitir, com o pagamento de pensões de reforma cada um e cada família possa ter o seu próprio rendimento mensal após a vida ativa e de forma vitalícia. Estes rendimentos permitem autonomia financeira dos descendentes e também eles lutam por um rendimento mensal que suporte no mínimo as despesas mensais. A criação e a difusão das instituições de suporte a pessoas idosas, muitas delas com apoio direto do estado permitem também hoje que não se registem situações familiares com pessoas dependentes física ou psicológica, antes que isso possa acontecer a institucionalização está salvuardada com melhores ou piores condições a um preço mais ou menos elevado, mas que todos vão conseguindo suportar.

Os exemplos que referimos não são exclusivos dos residentes em espaço rural nem em territórios de baixa densidade populacional, são um direito que assiste a qualquer um onde quer que viva, na cidade ou no campo. Se quisermos falar de algum impacto direto quando muito podemos falar dos projetos e apoios nacionais e europeus que são dedicados aos agricultores e que estes certamente atentos não deixam passar em claro, hoje os agricultores e a agricultura são um negócio, uma forma de investimento que pouco ou nada se reflete na vida daqueles que vivem nas aldeias rodeadas de herdades que produzem vinho, leite, fruta, animais que poucos conhecem. Ouviram falar. Deixamos a ressalva para as duas empresas com impacto direto na população por via da criação de postos de trabalho. No carrascal a Herdade das Mouras e em Vale do Pereiro a Pepe Aromas.

A população vive ao seu ritmo, cada um no seu tempo. Os que trabalham saem de casa cedo e voltam ao final do dia, as crianças e os jovens vão à escola, dito desta forma qual

é a diferença entre o rural e o urbano? Nenhuma, ou muita se quisermos considerar as distâncias e principalmente as acessibilidades.

Os mais velhos estão em casa e ocupam o seu tempo como vimos entre a rua, a casa e o quintal. Os que participam nas atividades que já referimos não o fazem pela mesma razão e pelos mesmos motivos com que as mesmas são pensadas e postos em prática. Para os primeiros são mais uma forma de passar o tempo, para os segundos o combate ao isolamento, à solidão e à promoção do envelhecimento ativo, conceitos que os primeiros aparentam desconhecer.

Uma nota final para as questões das sociabilidades que também já foram debatidas. Estas são cada vez menos frequentes, promovidas em pequenos grupos de vizinhança ou amizade. A exceção são as festas e os convívios, mas mesmo nesses momentos se podem verificar as poucas interações com aqueles com não se convive no dia a dia. Os homens continuam a ter um acesso mais livre e diversificado ao espaço público e o café representa e aí o convívio faz-se necessariamente à volta da mesa e de muitas “médias” a bebida da moda que todos fazem questão de beber. A casa, o espaço privado é cada vez mais o local de conforto e o mais desejado. “sair daqui para ir onde?” é a questão que muitas vezes se coloca e que ficou clara que ir a casa do outro é tido como uma intrusão uma invasão do espaço pelo que só acontece se estritamente necessário.

Os comentários, o ouvi dizer fazem parte do dia a dia dos poucos que ainda se encontram, principalmente entre as mulheres, mas não passa disso mesmo, a tolerância e o “não tenho nada a ver com isso” é sempre o ponto final da conversa. A solidariedade a empatia pelo próximo são temas cada vez mais em desuso. Só se ajuda alguém com alguma coisa em casos muitos pontuais. O conceito de comunidade rural não cabe nesta aldeia.

Apresentação da UF em fotografias e imagens

Esta pequena apresentação de fotografias que deixamos para a posteridade foi propositadamente deixada sem legendas ou qualquer outro tipo de comentário.

O seu autor teve a paciência de escolher estas, entre um conjunto infinito que possui, e que mostram a aldeia do Carrascal, nos seus mais ínfimos pormenores. Tendo em conta as várias conversas que desenvolvemos sobre este trabalho, a escolha foi sem dúvida muito bem conseguida. Todas as fotografias têm um nome, dado pelo autor, que fiz questão de retirar por considerar que cada um de nós deve dar a estas fotos um nome, um comentário, em suma, a sua forma de interpretar o que se mostra.

Quero desde já agradecer, do fundo do coração, ao autor destas fotografias e de todas as outras que estão guardadas, o meu sobrinho David Cacheira. Bem-haja e que um dia possas, se assim o entenderes, mostrar esta forma de ver o mundo. Fica aqui o meu simples contributo.

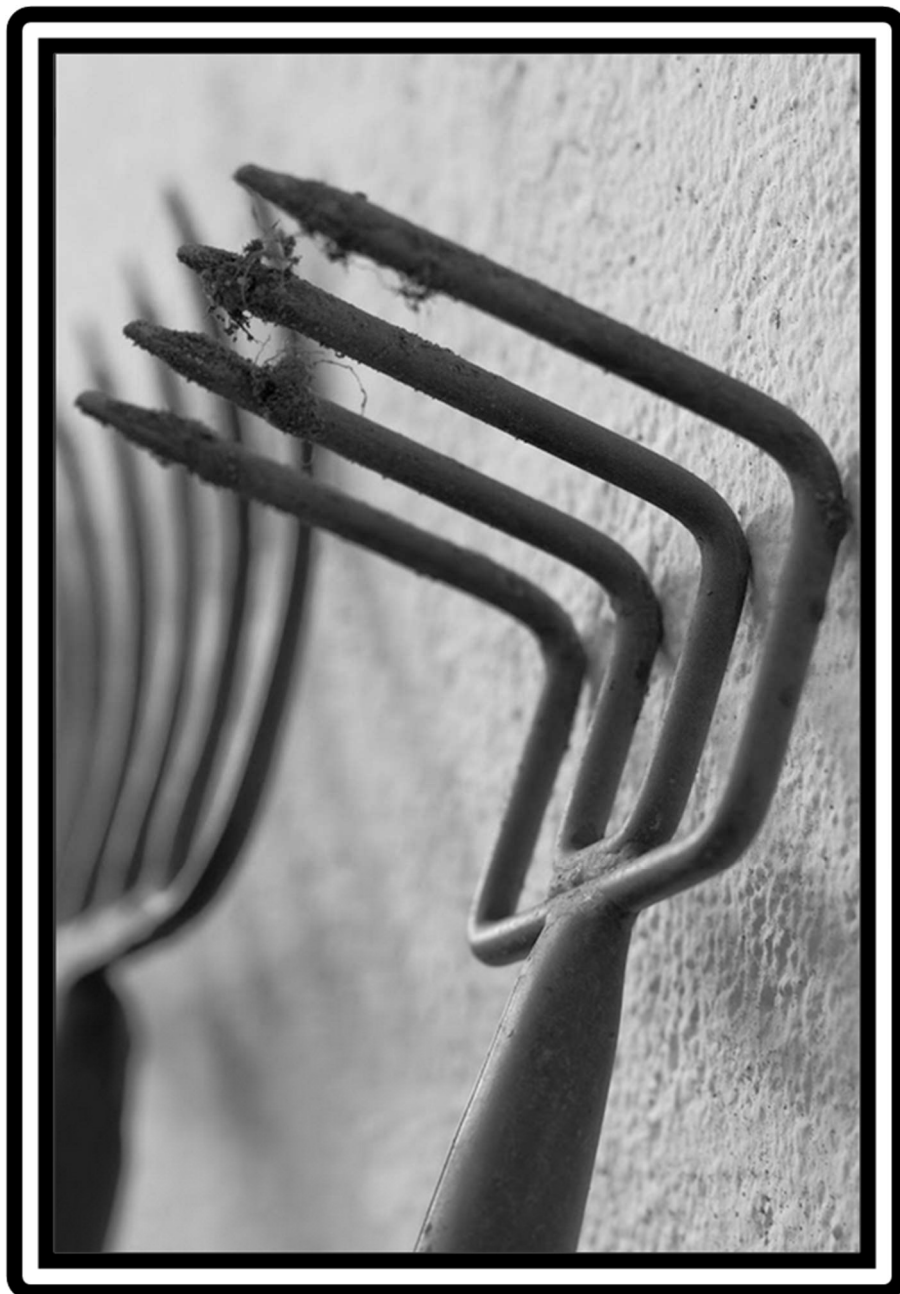
Numa segunda perspetiva recorreremos às imagens, acessíveis a todos, para deixar uma referência a cada uma das aldeias que compõem a UF.

Fazemos apenas referencia ao facto de termos incluído nesta mostra, as armas e as bandeiras de cada uma das antigas sedes de Freguesia agora unificadas. No que respeita às armas as mesmas se mantêm separadas, pese embora exista a possibilidade de, após união das freguesias a freguesia que nasce de novo poder ter uma nova arma unificando os nomes e os detalhes de cada uma das que se extingue.









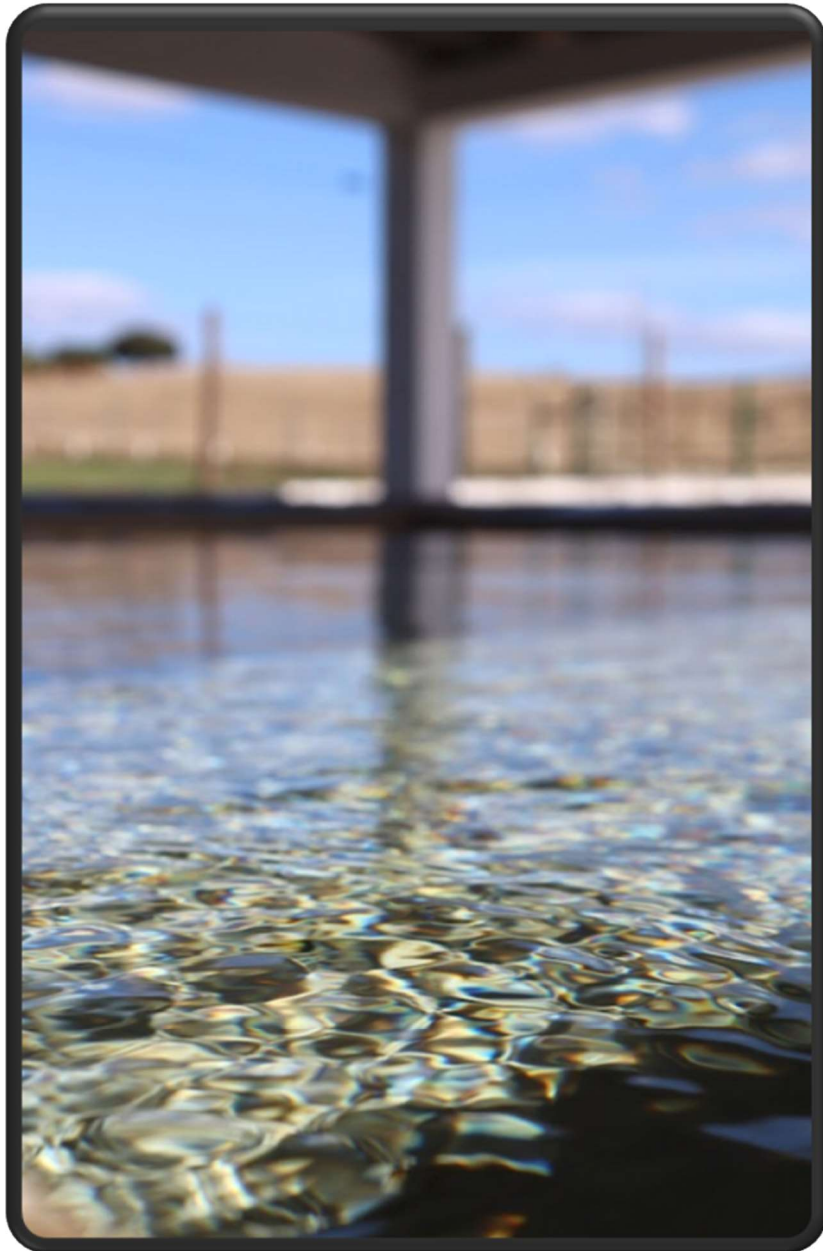










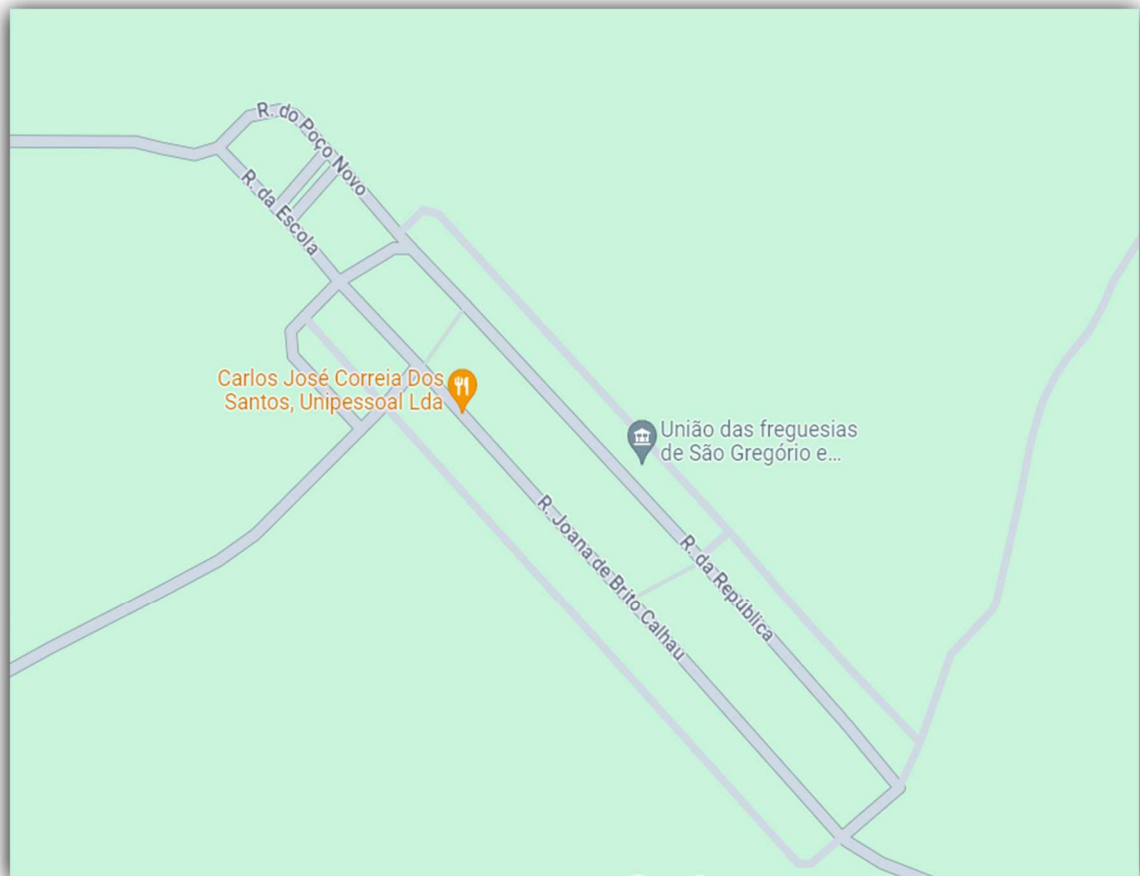






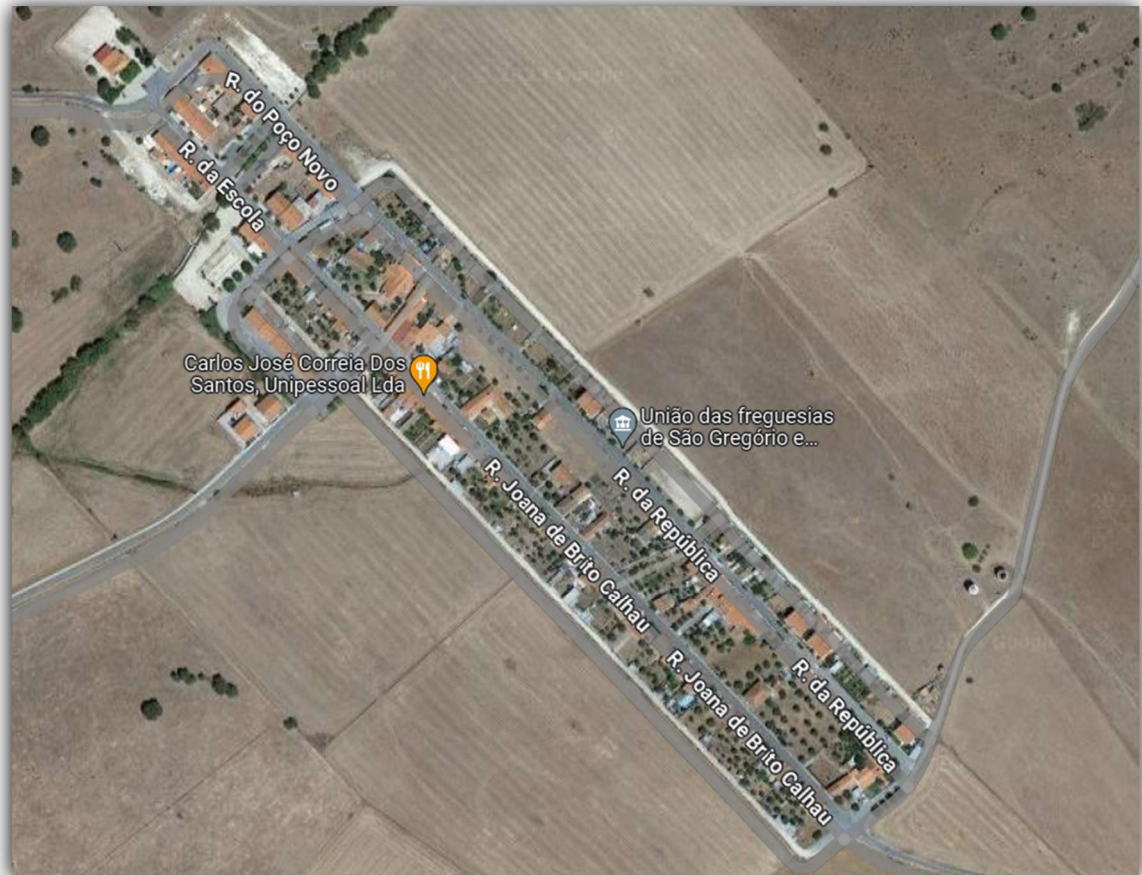
Apresentação das aldeias da UF em imagens

Carrascal



Fonte: Google Maps - União das freguesias de São Gregório e Santa Justa. Disponível em: <https://www.google.com/>

Carrascal



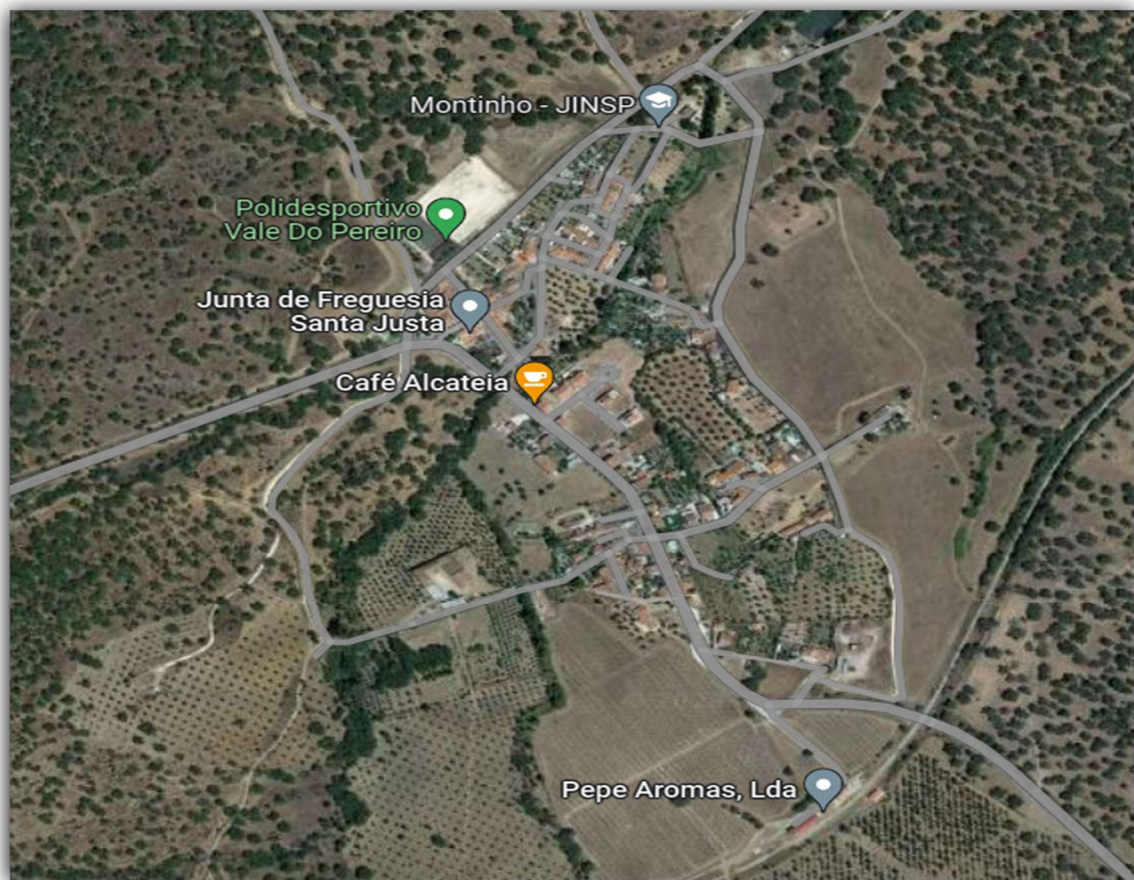
Fonte: Google Maps - União das freguesias de São Gregório e Santa Justa. Disponível em: <https://www.google.com/>

São Gregório



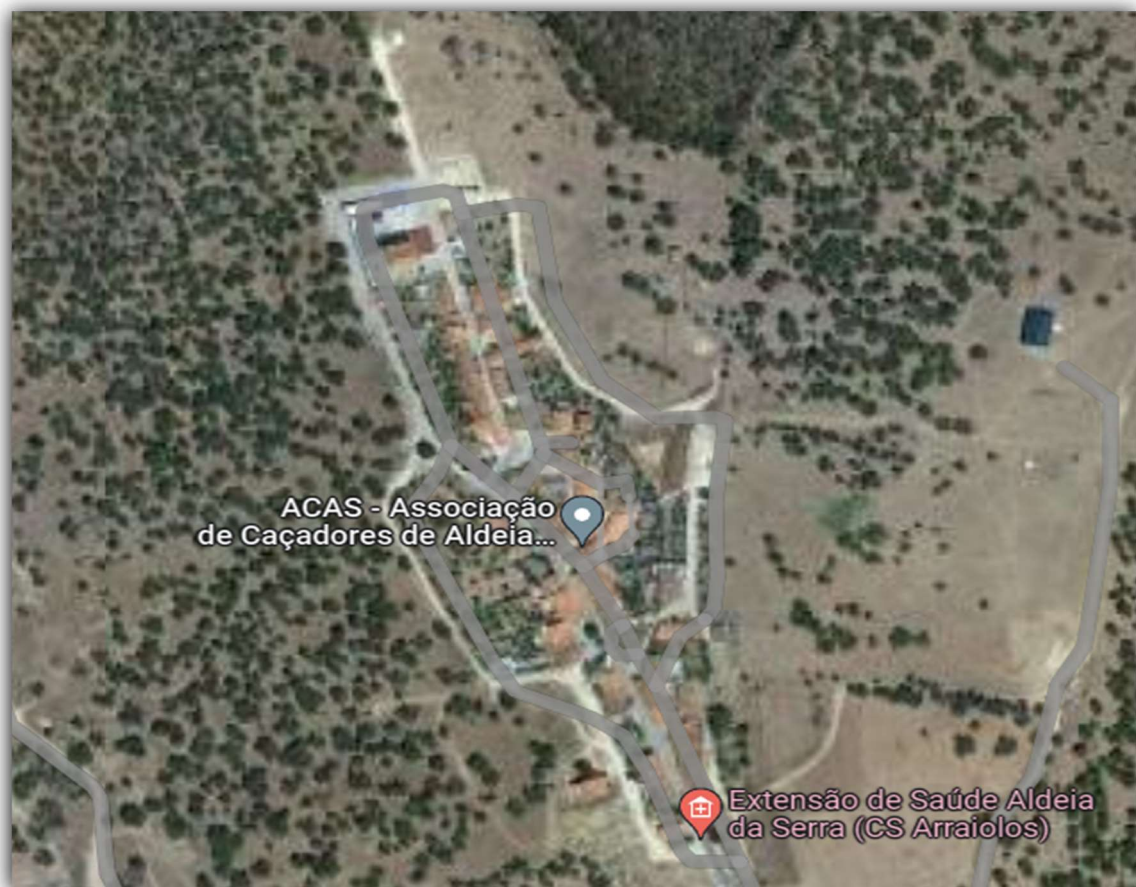
Fonte: Google Maps - União das freguesias de São Gregório e Santa Justa. Disponível em: <https://www.google.com/>

Vale do Pereiro



Fonte: Google Maps - União das freguesias de São Gregório e Santa Justa. Disponível em: <https://www.google.com/>

Aldeia da Serra



Fonte: Google Maps - União das freguesias de São Gregório e Santa Justa. Disponível em: <https://www.google.com/>

Armas e Bandeiras de São Gregório e de Santa Justa





De branco, cordões e borlas de prata e verde. Haste e lança de ouro



De vermelho, cordões e borlas de prata e vermelho. Haste e lança de ouro.

Fonte: Município de Arraiolos. Disponível em: <https://www.cm-arraiolos.pt/>

7. Conclusão

A presente dissertação, elaborada no âmbito do mestrado em Sociologia da Universidade de Évora – Recursos humanos foi pensada para ser devolvida à população que permitiu e colaborou na sua concretização. Procuramos conhecer a população da freguesia de São Gregório e Santa Justa no Concelho de Arraiolos, Alentejo Central, numa perspetiva sociológica e revelar *quem é esta gente*.

O ponto de partida foram os resultados (provisórios) dos censos 2021 que mostravam uma diminuição da população na ordem dos 22,6% tendo este valor sido corrigido para 22,79% na apresentação dos dados definitivos. Estes dados são efetivamente expressivos tendo em conta um período de 10 anos. Podemos ainda verificar que esta tendência já se faz sentir pelo menos desde 2011. Tendo sido esta a nossa base de partida e após análise no terreno com informação recolhida por via de entrevista, questionário e observação direta estamos em condições de confirmar a efetiva redução da população residente na UF, contudo é necessário introduzir outros elementos para mostrar que apesar dos números o fazerem parecer estas aldeias não caminham para a desertificação. Salvaguardo desde já que a realidade social e as dinâmicas populacionais são muito diferentes entre as 3 aldeias da UF com mais população. Tendo em conta esta situação e na incapacidade de aprofundar esta análise nas 3 aldeias, optamos por fazê-lo no Carrascal tendo em conta a proximidade com a população pelo facto de residir na aldeia.

O Carrascal tem visto a sua população residente diminuir, é um facto, mas importa referir que esta diminuição da população se deve essencialmente a dois fatores, a morte dos mais velhos (a partir dos 85 anos, por norma) e da saída dos que ainda ficam para as instituições de apoio residencial para idosos (lares). Já ninguém morre em casa nem chega a ficar totalmente dependente. A institucionalização é prática instalada e embora não seja vista com bons olhos pelos próprios quando é feita a primeira abordagem, depois acabam por reconhecer as vantagens associadas a este processo. São vários os casos em que os residentes nestas condições acabam por viver ainda alguns anos no Lar que os acolheu. Mas se estes partem, temos assistido a um aumento de novos moradores permanentes ou em segunda habitação vindos de outras partes do país, nomeadamente da zona da grande Lisboa (não há estrangeiros, ainda). Não podemos precisar se os números são equivalentes, mas seguramente podemos afirmar que quem vem de fora é mais novo, vem à procura de uma nova forma de vida, trabalha (alguns casos em teletrabalho), têm filhos pequenos ou já adultos, e por norma trazem com eles os comportamentos daríamos tipicamente urbanos, compram as casas, fazem obras (debatem-se com a falta de mão de obra), fazem piscinas no quintal, trazem os amigos e

nalguns casos vão passear pela aldeia estabelecendo assim laços mais fortes com os velhos residentes que vão encontrando. São bem recebidos, gostam do sossego da aldeia e vêm para ficar. Sem querer alargar mais este tema que foi debatido ao longo do trabalho, pode concluir-se que a população pode estar a diminuir por um lado, mas a crescer por outro e este outro lado é muito mais dinâmico e empreendedor que os velhos que vão saindo. Dos que nos foi dado a perceber esta realidade, caso se mantenham as condições atuais, só terá uma estagnação fruto da falta de habitações disponíveis para venda. E se realidade da população é esta podemos dizer que a desertificação está longe de ser uma realidade. Assistimos sim a uma alteração, a uma substituição da população onde predominam cada vez mais os comportamentos ditos “urbanos” assimilados também pelos que residem ou sempre residiram na aldeia.

A questão que também tratamos foi a questão do envelhecimento da população, mas como já referimos mais que uma vez, os velhos desta terra não querem ser velhos e como tal encontram, cada um à sua maneira, uma forma de ir envelhecendo de forma saudável sem que o isolamento a solidão ou a pobreza faça parte do seu dia a dia.

Pode não ter sido esta a ordem pela qual organizamos o trabalho, uma vez que começamos por enquadrar o mundo rural, ou seja aquilo que acontece fora da aldeia, nos campos que a envolvem. É evidente a separação que hoje se verifica entre o que se vive na aldeia e o que acontece à sua volta. Não se conhecem os proprietários das herdades, sabe-se que há gado a pastar, mas não se sabe de quem é, nunca vi um pastor. Tudo está montado para funcionar de forma praticamente autónoma. E porque já falamos da forma como se faz agricultura hoje, podemos dizer que quem trabalha hoje numa adega, desde a plantação até ao produto final pode bem ser considerado um empregado fabril, a diferença é que estas fábricas dotadas de tecnologia estão rodeadas de vinha e não de outras fabricas como acontece nas zonas industrializadas das cidades.

Concluimos fazendo uma referência breve às relações de sociabilidade que também foram abordadas, são poucas, confinadas aos vizinhos mais próximos, e por curtos períodos, a exceção são as noites de verão que trazem mais gente às ruas, uns que passam e outros que estão ficam confinados à porta de sua casa. Dois dedos de conversa breve é o máximo que podemos observar, há sempre alguma coisa para fazer, nem eu seja estar em casa a ver televisão no conforto do sofá e se necessário do ar condicionado instalado na grande maioria das habitações. As festas populares são os momentos onde a população se pode reunir e reencontrar, mas só acontecem uma vez por ano.

Muito ficou por dizer, muita informação recolhida que ficou por tratar, “esta aldeia é um mundo” e esse foi o principal desafio deste trabalho. Fica a sensação de dever cumprido, a satisfação em poder colocar no papel parte da experiência que é viver nesta aldeia com 137 residentes, mas cujos números estão muito longe de explicar. Se por um lado se verificam algumas carências que colmatadas poderiam trazer mais condições e melhor qualidade de vida a esta população a verdade é que quem está se sente bem e quem

vem de novo quer ficar. Estão reunidas as condições mínimas para que a aldeia possa manter-se ou crescer ao seu ritmo natural sem intervenções externas que como tivemos oportunidade de mostrar nada trazem de novo a não ser um sem número de palavras difíceis de entender por quem quer apenas saúde e tranquilidade para viver um dia de cada vez. Que assim seja.

Fica a nota para quem teve a coragem de aqui chegar, nesta leitura, de que muito há para fazer nesta aldeia. Muito há para receber e para dar. Os números, as políticas económicas e sociais ficam longe desta terra que está sempre disponível para receber mais alguém, venha de onde vier. Fica o convite.

8. Referências Bibliográficas

Bibliografia

Alberto, D., & F. Almeida, J. P. (s.d.). Evolução da agricultura portuguesa no período 1989/2010. Análise de indicadores relevantes. In *Gestão de bens comuns e desenvolvimento regional sustentável - 17º Congresso da APDR, Bragança-Zamora* 29 de junho a 2 de julho de 2011

Almeida, M. A. P. d. (2007). O Mundo Rural e os Novos Desafios. In *Periferias e espaços rurais - Comunicações apresentadas ao II Congresso de Estudos Rurais* (T. Dentinho & O. Rodrigues, Coordenadores; pp. 295-318). Principia.

Almeida, M. V. (1995). *Senhores de Si - Uma interpretação antropológica da masculinidade*. Etnográfica Press.

Amaro, R. R. (2003). Desenvolvimento - um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria. *Cadernos de estudos africanos*, (4), pp. 35-70.

Araújo, W. d. R. M., & Higa, A. Y. (2019). Interações e sociabilidades digitais na sociedade informacional. *Reves - Revista de Relações Sociais*, 2(2), pp. 291-301.

Augusto, D. D., Pinho, J. C., & Rodrigues, C. J. (2010). Espaço Rural – Análise integrada multissetorial e pluridimensional no território. *Revista turismo e desenvolvimento*, (13 14), pp. 499-511.

Avillez, F. (2016). *A Agricultura Portuguesa-As últimas décadas e perspectivas para o futuro*. Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Azevedo, A. B., & Ferreira, P. M. (2017). *Anos vividos e anos remanescentes: Duas perspectivas sobre O envelhecimento demográfico* (POLICY BRIEF 2017). Instituto do Envelhecimento.

Baronet, P. R. (2012). Porque se dá o despovoamento das regiões do interior: A construção social das trajetórias de saída. *Oficina do CES - Centro de Estudos Sociais Universidade de Coimbra*, (383).

Barreto, A. (2003). *Tempo de incerteza*. Relógios d' Água Editores.

Barreto, A. (2017). *Anatomia de uma revolução: A reforma agrária em Portugal, 1974-1976*. Publicações Dom Quixote.

Barros, A. D. (1990a). As noites de Sociologia. *Sociologia Problemas e Práticas*, (8), pp. 154-155.

- Barros, A. D. (1990b). A Sociologia Rural perante a problemática do espaço. *Sociologia Problemas e Práticas*, (8), pp. 43-43.
- Brandão, A. M. (2014). *Uma introdução à abordagem sociológica das identidades*. Edições Húmus.
- Cabral, M. d. L. L. (2016). *Envelhecimento: Perspetivas, representações, solidariedade intergeracional*. Mais Leituras.
- Cabral, M. V., & Ferreira, P. M. (s.d.). *Envelhecimento ativo em Portugal - Trabalho, reforma, lazer e redes sociais*. Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Calil, S. O. d. A. (2016). *Pobreza existe? Um estudo sobre pobreza rural e desenvolvimento*. Editora e livraria Appris
- Carmo, R. M. D. (2009). A construção sociológica do espaço rural: Da oposição à apropriação. *Sociologias*, (21), pp. 252-280.
- Carmo, R. M. D. (2017). *De aldeia a subúrbio: Trinta anos de uma comunidade alentejana*. Imprensa de Ciências Sociais.
- Carvalho, P. (2011/12). Património e desenvolvimento em ambiente rural: Lugares, rotas e redes. *Cadernos de Geografia*, (30 31), pp. 3-16.
- Cascais, M. d. J. M. d. T. V. F. (1993). *A urbanização dos homens e a urbanização dos espaços* [Dissertação de Doutoramento não publicada]. Universidade de Évora.
- Coelho, S. L. (2008). *Participação social e associativismo em Portugal: breves apontamentos de um estudo de caso de uma associação de promoção do Comércio Justo*. Repositório da Universidade do Porto, p.p. 1-18
- Cutileiro, J. (1972). Ricos e pobres no Alentejo: uma análise de estrutura social. *Análise Social*, Vol. IX (2.º), (n.º 34), pp. 265-292
- Dorsa, A. C. (2020). O papel da revisão da literatura na escrita de artigos científicos. *Interações*, 21 (4), pp. 681-683
- Espada, M. A., Noruegas, S., & Arco, H. R. d. (2022). Os idosos e as quedas: Intervir para prevenir. *R I A S E - Revista Ibero-Americana de Saúde e Envelhecimento*, 8 (3), pp. 313-327.
- Espírito Santo, M. (1990). As noites de sociologia. *Sociologia Problemas e Práticas*, (8), pp. 149-188.
- Fáisca, C. M. (2019). A produção agrícola no Alentejo (1929-2018): Uma primeira abordagem. *Revista de Estudios Económicos y Empresariales*, (31), pp. 39-64.

- Fernandes, A. A. (2001). Velhice, solidariedades familiares e política social: Itinerário de pesquisa em torno do aumento da esperança de vida. *Repositório do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa*, (36), pp. 39-52.
- Fernandes, A. A. (2008). *Questões demográficas - demografia e sociologia da população*. Edições Colibri.
- Ferrão, J. (2018). Despovoamento em áreas rurais: Entre a inevitabilidade e a capacidade de transformação. *CULTIVAR - Cadernos de Análise*, (11), pp. 13-19.
- Ferreira, P. M., Manso, L. P. & Azevedo, A. B. (2018). *Envelhecimento e Qualidade de Vida (POLICY BRIEF 2018)*. Instituto do Envelhecimento.
- Ferreira, P. M., Manso, L. P., & Azevedo, A. B. (2018). *Envelhecimento e qualidade de vida (Policy Brief 2018)*. Instituto do Envelhecimento.
- Fidalgo, A. (1999). Nova Corte na Aldeia. Internet e ruralidade. In *Diálogos raianos - ensaios sobre a beira interior*. Edições Colibri, pp. 89-99.
- Fonseca, A. M., Paúl, C., Martin, I., & Amado, J. (2007). Condição psicológica de idosos rurais numa aldeia do interior de Portugal. In *Periferias e espaços rurais - comunicações apresentadas ao II congresso de estudos rurais* (T. Dentinho & O. Rodrigues, Coordenadores;). Principia, pp. 259-268.
- Freitas, E. C. d., & Prodanov, C. C. (2013). *Métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho académico* (2ª ed.). Editora Feevale.
- Frúgoli Jr, H. (2007). *Sociabilidade urbana*. Zahar.
- Gomes, N. F. M. (2017). A sociabilidade do homem simples: Cotidiano e história na modernidade anômala de José de Souza Martins. *ACTA Geográfica*, 11 (26), pp. 173-176.
- Greenwood, E. (1963). Métodos de investigação empírica em Sociologia. *Revista Mexicana De Sociologia*, XXV (2), pp. 541-574.
- Irigaray, T. Q., & Trentini, C. M. (2009). Qualidade de vida em idosas: A importância da dimensão subjetiva. *Estudos de Psicologia*, 26 (3), pp. 297-304.
- Jesuíno, J. C. (1989). O Método experimental nas ciências sociais. In A. S. Silva & J. M. Pinto (Orgs.), *Metodologia das ciências sociais*. Edições Afrontamento, pp. 215-249.
- Jollivet, M. (1997). La «vocation actuelle» de la sociologie rurale. *Ruralia Sciences Sociales Et Mondes Ruraux Contemporains*, pp. 1-17.
- Laubstein, F. C. (2011). A Ruralidade Ontem e Hoje: Uma Análise do Rural na Contemporaneidade. *Aurora*, V (8), pp. 92-102.

- Lima, A. V. d. (2006). A valorização social e económica dos recursos dos territórios rurais no contexto das sociedades modernas. *Cidades - Comunidades e Territórios*, (12/13), pp. 151-158.
- Lopes, A. (2017). Envelhecimento, dependências e fragilidades: Tensões e desafios no Portugal contemporâneo. In P. M. Ferreira, M. V. Cabral & A. Moreira (Orgs.), *Envelhecimento na Sociedade Portuguesa, pensões família e cuidados*. Imprensa de Ciências Sociais - Universidade de Lisboa, pp. 155-163
- Maia, A. C. B. (2020). *Questionário e entrevista na pesquisa qualitativa*. Pedro & João Editores.
- Marconi, M. d. A. M., & Lakatos, E. M. (2003). *Fundamentos de metodologia científica* (5ª ed.). Editora Atlas.
- Mingioni, E., & Pugliese, U. (1987). A difícil delimitação do "urbano" e do "rural": Alguns exemplos e implicações teóricas. *Revista Critica de Ciências Sociais*, (2), pp. 83-99.
- Moreira, M. J. G. (2020). *Como Envelhecem os Portugueses - envelhecimento, saúde, idadismo*. Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Moreira, W. (2004). Revisão de Literatura e Desenvolvimento Científico: Conceitos e estratégias para confecção. *Janus*, (1), pp. 20-30.
- Nazareth, J. M. (1988). *Portugal os próximos 20 anos*. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Neri, A. L. (Org.). (2016). *Qualidade de vida e idade madura*. Papiros Editora.
- Neto, P., & Natário, M. (2009). O novo paradigma de desenvolvimento rural: Os polos de excelência rural. *CEFAGE - Universidade de Évora*.
- Pais, J. M. (1986). Paradigmas sociológicos na análise da vida quotidiana. *Análise Social*, XXII (90), pp. 7-57.
- Pais, J. M. (2003). *Culturas juvenis*. Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Pais, J. M. (2016). *Nos rastros da solidão: Deambulações sociológicas*. Edições Machado.
- Pais-Ribeiro, J. (2012). Felicidade, bem-estar, qualidade de vida e saúde. *Psicologia na Actualidade*, 8, pp. 22-31
- Pereira, O. & Marques, A. (2014). Viver e resistir numa aldeia alentejana: reflexões estratégicas de desenvolvimento local para a preservação da identidade de Penedos, *Atas do VIII Congresso Português de Sociologia - 40 anos de democracia(s): progressos, contradições e prospetivas, 14 a 16 de Abril de 2014*, Évora, pp. 1-12.
- Pinheira, V. & Moreira, M. J. G. (2018) - Processos de decisão na criação de serviços e organizações: avaliação das necessidades e expectativas de comunidades envelhecidas. *Atas do X Congresso Português de Sociologia - Na era da "pós-verdade"? Esfera pública*,

cidadania e qualidade da democracia no Portugal contemporâneo, 10 a 12 de julho de 2018, Covilhã, pp. 1-8

Portas, C. M. (1967). O Alentejo: Situação e perspectivas socio-económicas. *Análise Social*, V (18), pp. 185-206.

Prodanov, C. C., & Freitas, E. C. d. (2013). *Metodologia do trabalho científico: Métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico* (2ª ed.). Novo Hamburgo.

Queiroz, G. (s.d.). Sociedade e Sociabilidade Segundo Georg Simmel. *Jusbrasil*.

Quivy, R., & Campenhoudt, L. V. (1998). *Manual de investigação em ciências sociais* (2ª ed.). Gradiva Publicações.

Ramos, F. M. (1996). *Textos antropológicos*. ADIM.

Ramos, F. M. (1997). *Os proprietários da sombra: Vila Velha revisitada*. Universidade Aberta.

Ribeiro, J. L. P. (1999). Escala de satisfação com o suporte social (ESSS). *Análise Psicológica*, (XVII) (3), pp. 547-558.

Rios, J. A. (1979). O que é e como surgiu a sociologia rural. *Ciência & Tropicó*, 1 (7), pp. 85-103.

Rocha, J. F., & Silva, P. C. e. (2017). Capítulo 12: Municípios em Portugal. *Municipalismo, perspectivas da descentralização na América Latina na Europa e no Mundo*. Repositório da Universidade do Minho, pp. 171-211.

Silva, C. A. d., & Rocha, F. G. (2011). Contribuições da sociologia rural norte-americana e europeia aos conceitos de rural, urbano e suas relações. *Cuadernos De Geografía Revista Colombiana De Geografía*, 20 (2), pp. 9-19.

Simmel, G. (2006). *Questões fundamentais de sociologia - individuo e sociedade*. Zahar.

Souza, L. O. C. d. (2010). A Sociabilidade do homem simples: Cotidiano e história na modernidade anómala. *O Social em Questão*, 24, pp. 189-196.

Stecanela, N. (2009). O cotidiano como fonte de pesquisa nas ciências sociais. *Conjectura*, 14 (1), pp. 63-75

Varela, J. A. S. (1992). *A agricultura e o espaço rural*. Ministério da Agricultura.

Vaz, D. (2022/2023). Cidades em Territórios de Baixa Densidade: Interfaces metodológicas e questões de investigação. *Desenvolvimento e Sociedade*, 11, pp. 7-18

Veiga, J. F. F. d. (2007). Que actores para o desenvolvimento rural? In *Periferias e espaços rurais - Comunicações apresentadas ao II Congresso de Estudos Rurais* (T. Dentinho & O. Rodrigues, Coordenadores). Principia. pp. 351-362.

Vieira, M. M., Diogo, A. M., & Marques, A. P. (2020). Ética e deontologia no exercício da sociologia. Novos desafios. *Sociologia on line*, 23, pp. 31-50

Vieira, R. (2009). *Identidades pessoais - interações, campos de possibilidade e metamorfoses culturais*. Edições Colibri.

Documentação

Água e ambiente – Portal Ambiente online. Disponível em: <https://www.ambienteonline.pt/>

Alentejo caiado de fresco – Disponível em: <https://www.visitalentejo.pt/>

ANIMAR - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local. Disponível em: www.animar-dl.pt

Arraiolos – Informação Municipal e Arraiolos Suplementos – publicação semestral do Município de Arraiolos, (2022), Ano 26

Associação de Idosos e Reformados 25 de Abril de Vale do Pereiro. Disponível em: <https://air25abrilvaledopereiro.pt/>

Associação Portuguesa de Sociologia. Disponível em: <https://aps.pt/>

CNE – Comissão Nacional de Eleições. Disponível em: <https://www.cne.pt/>

Código Postal - Entidades da Freguesia de União Das Freguesias de São Gregório e Santa Justa - Todas as Categorias. Disponível em: <https://codigopostal.ciberforma.pt/>

Comenda Grande – Vinho Regional Alentejano. Disponível em: <https://comendagrande.pt/>

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo. Disponível em: <https://www.ccdr-a.gov.pt/>

Comissão europeia. Disponível em: <https://commission.europa.eu/>

Conceito de - Exclusão. Disponível em <https://conceito.de/>

Conceitos De Significados e Aprendizagem. Disponível em: <https://conceitosde.com/>

Conceitos do Mundo - Pirâmide de Maslow. Disponível em: <https://conceitosdomundo.pt/>

Constituição da República Portuguesa. Assembleia da República. Disponível em: <https://www.parlamento.pt/>

Diário da República - Diário da República n.º 219/1999, Série I-A de 1999-09-18, artigo 33 – Competências. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/>

Diário da República - Reorganização administrativa do território das freguesias. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/>

Elinforma – informação de empresas – diretório de empresas. Disponível em: <https://infoempresas.jn.pt/>

Ensaio e Notas – Cultura Geral. Disponível em: <https://ensaiosnotas.com/>

EPortugal.gov.pt - Direção Regional de Cultura do Alentejo. Disponível em: <https://eportugal.gov.pt/>

EPortugal.gov.pt - Direção-Geral do Património Cultural. Disponível em: <https://eportugal.gov.pt/>

EPortugal.gov.pt – O seu portal de serviços públicos. Disponível em: <https://eportugal.gov.pt/>

Eurostat. Disponível em: <https://ec.europa.eu/>

Expresso – Disponível em: <https://expresso.pt/>

Gabinete de Estratégia e Planeamento – Carta Social. Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social. Disponível em: <http://www.gep.mtsss.gov.pt/carta-social>

GAF – Gabinete de Atendimento à Família. Disponível em: <https://gaf.pt/pt>

GEP – Gabinete de Estratégia e Planeamento. Disponível em: <http://www.gep.mtsss.gov.pt/>

Google Maps - União das freguesias de São Gregório e Santa Justa. Disponível em: <https://www.google.com/>

Herdade da Cabeceira. Disponível em: <https://herdadedacabeceira.com/>

Herdade das Mouras de Arraiolos. Disponível em: <https://www.mouras.pt/>

IEFP - Instituto do Emprego e Formação Profissional. Disponível em: <https://iefp.pt/>

Instituto Nacional de Estatística – Censos 2021. Disponível em: <http://censos.ine.pt>

Instituto Nacional de Estatística. Disponível em: <https://www.ine.pt/>

IRN – Instituto dos Registos e do Notariado. Disponível em: <https://irn.justica.gov.pt/>

Kompass. Disponível em: <https://pt.kompass.com/>

Lares Online. Disponível em <https://www.laresonline.pt/>

Monte - Desenvolvimento Alentejo Central, A.C.E. Disponível em: <https://monte-ace.pt/>

Monte do Pintor. Disponível em: <https://www.montedopintor.com/>

Município de Arraiolos. Disponível em: <https://www.cm-arraiolos.pt/>

Na Sombra do Alentejo – Turismo Rural. Disponível em: <https://na-sombra-do-alentejo.webnode.pt/>

Nações Unidas – Centro Regional de Informação para a Europa Ocidental. Disponível em: <https://unric.org/pt/>

OCDE – Better Life Index. Disponível em: <https://www.oecdbetterlifeindex.org/>

PAHO – Pan American Health Organization/World Health Organization - Década do Envelhecimento Saudável 2020-2030. Disponível em: <https://iris.paho.org/>

PCP - Partido Comunista Português. Criação da Freguesia de São Gregório, no Concelho de Arraiolos, Distrito de Évora. Disponível em: <https://www.pcp.pt/>

Pepe Aromas. Disponível em: <https://www.pepearomas.com/>

PORDATA – Estatísticas sobre Portugal e a Europa. Fundação Francisco Manuel dos Santos. Disponível em: <https://www.pordata.pt/>

Racios -Sociedade de Caça e Pesca do Cabido e Mendo Marco Lda. Disponível em: <https://www.racius.com/>

Rádio Campanário. Arraiolos: “Sobreira Grande” candidata a Árvore Europeia do Ano! Vote aqui. Disponível em: <https://www.radiocampanario.com/>

Relatório Mundial de envelhecimento e saúde - Resumo. (2015). Disponível em: <https://www.who.int/>

República portuguesa – Agricultura e Alimentação. Disponível em: <https://agricultura.gov.pt/pt/>

República portuguesa – Economia e Mar. Disponível em: <https://www.gee.gov.pt/>

Segurança Social. Disponível em: <https://www.seg-social.pt/>

Serviço Nacional de Saúde - Estratégia nacional para o envelhecimento ativo e saudável 2017-2025. Disponível em: <https://www.sns.gov.pt/>

SGMAI – Secretaria Geral – Eleições Autárquicas 2021. Disponível em: <https://www.eleicoes.mai.gov.pt/>

SGMAI – Secretaria Geral – Ministério da Administração Interna. Disponível em: <https://www.sg.mai.gov.pt/>

SGMAI – Secretaria-Geral – Eleições Legislativas 2022. Disponível em: <https://www.eleicoes.mai.gov.pt/>

Universia Portugal. Disponível em: <https://guiaempresas.universia.pt/>

Universidade de Évora. Serviço de Biblioteca e Informação documental. Disponível em: <https://www.uevora.pt/>

Vídeo participativo por ocasião do encerramento da escola primária de S. Gregório. Disponível em: <https://www.youtube.com/>

World Population Review. Disponível em: <https://worldpopulationreview.com/>

Apêndices

Apêndice 1

População residente, por grupo etário e sexo a 31 de dezembro de 2022 (Carrascal)

| Grupo etário | Homens | Nº | Mulheres | Nº | Total |
|--------------|--------|----|----------|----|-------|
| 0/9 | | 4 | | 3 | 7 |
| 10/19 | | 5 | | 6 | 11 |
| 20/29 | | 4 | | 1 | 5 |
| 30/39 | | 5 | | 7 | 12 |
| 40/49 | | 9 | | 12 | 21 |
| 50/59 | | 10 | | 6 | 16 |

| | | | | | |
|-------|--|----|--|----|----|
| | | | | | |
| 60/69 | | 11 | | 11 | 22 |
| 70/79 | | 5 | | 10 | 15 |
| 80/89 | | 12 | | 12 | 24 |
| 90/99 | | 0 | | 3 | 3 |
| 100 + | | 0 | | 1 | 1 |

Fonte: elaboração própria com base nos dados recolhidos

Apêndice 2

População residente, ordenada por estado civil a 31 de dezembro 2022 (Carrascal)

| Familia | Nº de elementos | Relação entre si |
|---------|-----------------|--------------------------------------|
| | 2 | União de facto |
| | 2 | União de facto |
| | 2 | União de facto |
| | 2 | União de facto |
| | 2 | União de facto |
| | 2 | União de facto |
| | 2 | União de facto |
| | 3 | União de facto 1 filho |
| | 4 | União de facto 1 filho 1 filha |
| | 3 | União de facto 1 filha |
| | | |
| | 2 | Casados |
| | 2 | Casados |
| | 2 | Casados |
| | 2 | Casados |
| | 2 | Casados |
| | 2 | Casados |
| | 2 | Casados |
| | 2 | casados |
| | 2 | casados |
| | 2 | casados |
| | 2 | casados |
| | 2 | casados |

| | | |
|--|---|---|
| | | |
| | | |
| | 3 | Casados 1 filho |
| | 4 | Casados 1 filho 1 filha |
| | 4 | Casados 1 filho 1 filha |
| | 5 | Casados 2 filhos 1 filha |
| | 3 | Casados 1 filho, maior, solteiro |
| | 3 | Casados 1 filho, maior, solteiro |
| | 3 | Casados 1 filho, maior, solteiro |
| | 3 | Casados 1 filha, maior, solteira |
| | 3 | Casados 1 filha, maior, solteira |
| | 4 | Casados 2 filhas, maiores, solteiras |
| | 1 | viúvo |
| | 1 | viúva |
| | 1 | viúva |
| | 1 | viúva |
| | 1 | viúva |
| | 1 | viúva |
| | 1 | Viúva |
| | 1 | viúva |
| | 1 | solteiro |
| | 1 | solteira |
| | 1 | solteira |
| | 1 | solteira |
| | 1 | solteiro |
| | 1 | solteiro |
| | 1 | divorciado |
| | 1 | divorciado |
| | 1 | divorciada |
| | 1 | divorciada |

| | | |
|--|---|---|
| | 1 | divorciada |
| | 1 | divorciado |
| | 1 | divorciado |
| | 2 | Pai – divorciado 1 filho, maior, divorciado |
| | 4 | União de facto 1 filho 1 filho – (mãe) |
| | 3 | União de facto 1 filha – (mãe) |
| | 1 | separada |
| | 2 | Separado 1 filha – (pai) |
| | 3 | Casados Mãe - viúva |
| | 2 | Pai – viúvo Filho - divorciado |
| | 2 | Genro – viúvo Sogra - viúva |
| | 2 | Filho – divorciado Mãe - viúva |
| | 4 | Filho – divorciado Pai viúvo 2 filhas/netas |
| | 2 | Madrinha – solteira Afilhada – divorciada |
| | 2 | Mãe – divorciada 1 filha – (mãe) |
| | 2 | Mãe – solteira 1 filho, maior, solteiro (mãe) |
| | 2 | Mãe – separada 1 filho, maior, solteiro (mãe) |

Fonte: elaboração própria com base nos dados recolhidos

Apêndice 3



Apresentação do estudo e objetivos do inquérito

Exmos. Senhores e Senhoras

O meu nome é Maria da Luz Ana, sou aluna de Mestrado em Sociologia – Recursos Humanos, na Universidade de Évora.

Resido atualmente no Carrascal e estou a desenvolver um estudo (dissertação de mestrado) com o objetivo de conhecer, do ponto de vista sociológico, a população da União de Freguesias de São Gregório e Santa Justa.

Neste sentido, procuro recolher informação junto da população, residente/presente, através do inquérito que se junta a esta apresentação.

O mesmo tem, propositadamente, uma dimensão reduzida uma vez que o objetivo é conhecer as motivações/razões que o/os levaram a escolher o Carrascal como local de primeira ou segunda habitação.

Deixo claro que a informação recolhida através deste inquérito servirá apenas e exclusivamente para a realização deste trabalho, de natureza académica.

Fica desde já garantido que não haverá divulgação do nome verdadeiro do participante. Aliás o mesmo não é sequer solicitado permitindo o anonimato dos participantes.

É importante, também, saber que não existem respostas certas ou erradas. O inquérito não tem uma duração pré-definida, dado que o inquirido pode responder livremente à questão colocada com a dimensão que considerar necessária e oportuna. O participante deve sentir-se à vontade para não responder a algumas questões, ou até mesmo desistir de participar neste estudo, se for essa a sua vontade.

Certa da V/ melhor colaboração, apresento os meus melhores cumprimentos

Maria da Luz Ana

Setembro 2023

Questionário

Admitindo, pelo conhecimento que tenho da população, que recentemente comprou/alugou casa na aldeia do Carrascal, para habitação principal ou secundária (fins de semana, férias, ou outros períodos de curta duração) diga por favor:

- qual ou quais os motivos que o/os levaram a escolher esta aldeia.
- Pretende continuar a “viver” na aldeia ou tem intenção de sair (a longo ou curto prazo)
- Como avalia a integração/interação com a população local, as relações de vizinhança e a relação com as instituições locais (ex. União de freguesias, Camara Municipal de Arraiolos entre outras)

Informação de carater pessoal para enquadramento da resposta supra formulada

- Local da morada anterior ou da habitação principal:

- Nº de anos ou meses a “viver” no Carrascal:

Nº de elementos do agregado familiar, idade e sexo dos mesmos:

Nº de elementos do agregado familiar que residem e/ou visitam com regularidade a residência na aldeia:

- Profissão atual e local onde trabalha (por elemento do agregado familiar):

- Outros dados que considere relevantes serem enunciados no que respeita à experiência de “viver” no campo e em concreto no Carrascal:

Nota: Muito agradeço a sua colaboração e devolução do inquérito (respondido ou não) até ao dia 15 de Setembro de 2023. Pode entregar-me em mão, ou deixar na minha caixa de correio (Rua Joana de Brito Calhau, nº 11). Manifesto desde já total disponibilidade para qualquer esclarecimento ou informação adicional sobre este inquérito ou sobre os objetivos gerais da tese de mestrado que estou a desenvolver. (Maria Ana – 962473321)

Apêndice 4

Guião para as entrevistas

Aldeia _____

Monte _____

Casa nº _____

Residente permanente _____ outra habitação, onde _____

Residência intermitente, frequência/motivo _____

Outra residência _____ onde _____

Nº de residentes _____

Nº de anos na residência _____

Relações familiares entre residentes _____

Nº de homens _____

Idades _____

Nº de mulheres _____

Idades _____

Algem da família mais alargada vive na UF/aldeia _____

Onde ficam as crianças nos tempos livres? _____

Frequência de visitas à família/outros _____

Frequência com que recebe visitas à família/outros _____

Situação profissional por elementos (idade, sexo, posição na família) _____

Estudante _____

Empregado conta de outrem _____

Empregado conta própria _____

Desempregado _____

Reformado _____

Rendimento medio/mensal por agregado e origem _____

Recebe apoio de alguma instituição (qual e como) _____

Local de trabalho _____

Local da escola _____

Meios de transportes _____

Nº medio de horas fora de casa _____

Condições de habitação, nº de divisões _____ casa de banho (S/N) _____

Casa própria ou arrendada (valor mensal da prestação/renda) _____

Custos médios (água luz e gás) _____

Compras/mensais/ diárias, onde, quem faz _____

Roupa/moveis/eletrodomésticos, onde _____

Que empresas conhece na UF _____

Conhece alguém que trabalhe nessas empresas _____

Conhece todos os moradores da aldeia _____

Instituições da UF ou /aldeia quais são _____

Qual o desempenho _____

Junta de freguesia _____

Posto/serviço médico _____

Agrupamento das freguesias _____

Sociedade Recreativa _____

Igreja/casa funerária/capela _____

Serviços: café, restaurante, mercearia, cabeleireiro, etc. _____

Apêndice 5

Entrevistas transcritas, resumo dos dados, em destaque, transcrição das respostas dos entrevistados

POPULAÇÃO, EDUCAÇÃO e FAMILIAS

| Identificação da entrevista | Nome/Cargo do entrevistado | Sexo | Idade | Escolaridade | Estado civil | Nº de elementos do agregado familiar e composição | Número de filhos |
|-----------------------------|---------------------------------------|------|-------|--------------|--------------|--|------------------|
| 1 | Presidente da UF | M | 69 | 4ª classe | Casado | 2 – o próprio e a mulher | 1 |
| 2 | Presidente da Sociedade 1º Novembro | M | 48 | 9º ano | Casado | 4 – o própria, a mulher e os filhos, de 21 e 18 anos | 2 |
| 3 | Andrea (UF Vale do Pereiro) | F | 30 | 12º ano | Casada | 4 – a própria, o marido e os filhos | 2 |
| 4 | Representante Associação Monte | F | - | Licenciatura | - | - | - |
| 5 | Sérgio 2 Plant - agricultura, Lda. | M | 43 | Licenciatura | Casado | 4 – o própria, a mulher e os filhos de 14 e 11 anos | 2 |
| 6 | | F | 68 | 2ª classe | Solteira | 1 – a própria | 0 |

| | | | | | | | |
|----|--|---|-----|---|--------------------------|---|---|
| 7 | | F | 65 | 9º ano (novas oportunidades) | Solteira | 1 – a própria | 0 |
| 8 | | F | 77 | 4ª classe | Solteira | 1 – a própria | 0 |
| 9 | | F | 65 | 4ª classe | Solteira | 1 – a própria | 0 |
| 10 | | M | 73 | 4ª classe | Viúvo | 1 – o próprio | 0 |
| 11 | | F | 66 | 4ª classe | Solteira | 1 – a própria | 0 |
| 12 | | F | 100 | cheguei, cheguei a andar na escola na freguesia e depois fui para casa do Sr. Francisco Calhau e havia lá escola lá onde andava a menina (...) não havia anos era so ler e escrever | sou viúva há muitos anos | 1 – a própria sim, sozinha na minha casa, estou muito contente, só aqui é que me sinto bem | 2 |
| 13 | | M | 83 | 4ª classe | Casado | 2 - marido e mulher | 2 |
| 14 | | F | 81 | 4ª classe | Casada | 2 – marido e mulher | 2 |
| 15 | | F | 87 | 3ª classe Andava na terceira classe, tinha 11 anos, fazia-se exame ainda nessa altura foi quando morreu a minha mãe, em 46 | Solteira | 1 – a própria | 0 |

| | | | | | | | |
|----|--|---|----|---|------------|--|---|
| 16 | | F | 49 | Frequência universitária | Divorciada | 1 – a própria | 0 |
| 17 | | F | 81 | 4ª classe | Divorciada | 1 – a própria Eu só, ando a querer amansar um gato! (risos) | 1 |
| 18 | | F | 30 | 12º ano | Solteira | 3 - vive maritalmente, 1 filho, com 8 anos | 1 |
| 19 | | F | 45 | 4ª classe só tenho a 4ª classe | Solteira | 3 - vive maritalmente, 1 filha com 11 anos | 1 |
| 20 | | F | 65 | 4ª classe | casadinha | 2 – a própria e o marido | 1 |
| 21 | | F | 47 | Mestrado | Solteira | 3 – a própria e os pais (para efeitos fiscais é só uma pessoa) | 0 |
| 22 | | M | 25 | 12ª | Solteiro | 3 – o próprio e os pais (para efeitos fiscais é só uma pessoa) | 0 |
| 23 | | F | 39 | 12ª | Divorciada | 2 – a própria e uma filha com 17 anos | 1 |
| 24 | | F | 85 | 1ª classe ainda sei ler e escrever alguma coisa, só a vista é que já me falta. | Viúva | 1 – a própria | 1 |

| | | | | | | | |
|----|--|---|----|--|--------|---|---|
| 25 | | F | 78 | Fiz até à 3ª classe, mas ainda estudei a 4ª | Viúva | 1 – a própria | 2 |
| 26 | | F | 84 | fiz até ao segundo, mas era no tempo em que se fazia exame e não cheguei a fazer o exame | Viúva | 1 – a própria | 1 |
| 27 | | M | 57 | 6º ano, tirei agora já mais tarde (...) Foi nisso das novas oportunidades | Casado | 3 – o próprio, a esposa e o filho, de 29 anos | 1 |

EMPREGO, ESCOLA, SALARIOS e PENSÕES de REFORMA

| Identificação da entrevista | Nome/Cargo do entrevistado | Situação profissional atual | Profissão atual ou na vida ativa | Local de trabalho atual ou na vida ativa | Local da escola dos filhos hoje em idade escolar | Meios de transporte Trabalho Escola | Rendimentos médios mensais por agregado familiar |
|-----------------------------|-------------------------------------|-----------------------------|----------------------------------|--|--|-------------------------------------|--|
| 1 | Presidente da UF | Reformado PUF a meio tempo | Cantoneiro CMA | Arraiolos Carrascal | - | - | - |
| 2 | Presidente da Sociedade 1º Novembro | Empregado | Cantoneiro limpeza CME | Évora | Évora/Beja | Automóvel | Mais que salário mínimo |
| 3 | Andrea | Empregada | Administrativa UF | Vale do Pereiro | Arraiolos | Automóvel | Mais que salário mínimo |
| 4 | Representante Associação Monte | Empregada | Coordenadora de área de projetos | Arraiolos | - | - | - |

| | | | | | | | |
|----|---------------------------------------|--|--|---|---------|----------------------|--|
| 5 | Sérgio 2 plant - agricultura, Lda. | Trabalhador por conta própria | Empresário Agrícola | Carrascal | Cascais | Automóvel | Mais que salário mínimo |
| 6 | | Reformada | Trabalhadora agrícola | Aldeia da Serra | - | - | Menos que salário mínimo |
| 7 | | Reformada, <i>faço tapete para ajudar a minha irmã</i> | Tapeteira | Aldeia da Serra | - | - | Menos que salário mínimo |
| 8 | | Empregada | Tapeteira | Aldeia da Serra | - | - | Menos que salário mínimo |
| 9 | | Trabalhador por conta própria | Empregada de balção | Aldeia da Serra | - | - | <i>os rendimentos são mesmo só aqui os rendimentos do trabalho</i> |
| 10 | | Reformado | Soldador | Almada | - | Transportes públicos | - |
| 11 | | <i>Doméstica não tenho nenhuma profissão definida</i> | <i>trabalhei nos tapetes e pronto mais nada assim de especial</i> | Aldeia da Serra | - | - | - |
| 12 | | Reformado | <i>não, no campo só por conta do meu pai (...) não tinha, so fazia se queria, o meu marido era o encarregado, eu ia com ele mas eu so fazia se queria (...) fiz 4 colchas, fiz muita renda</i> | Vários locais dentro do concelho de Arraiolos | - | - | Menos que salário mínimo |
| 13 | | Reformado | Motorista CMA | Arraiolos | - | - | Menos que salário mínimo |

| | | | | | | | |
|----|--|--------------------------|---|-----------|-----------|--|--|
| 14 | | Reformada | Doméstica | - | - | - | Menos que salário mínimo |
| 15 | | Reformada | Empregada doméstica/costureira | Évora | - | - | - |
| 16 | | Desempregada (por opção) | - | - | - | - | Menos que salário mínimo |
| 17 | | Reformada | Tapete, primeiro andei a guardar vacas, mas isso não sei se queres... (...) Andei 15 anos a guardar vacas | Carrascal | - | - | Menos que salário mínimo |
| 18 | | Empregada | Empregada fabril das 7.30 às 7.30 (...) agente trabalha 4 dias, descansa 4 dias | Évora | Vimieiro | Automóvel/ Carrinha da Escola para entregar/receber é sempre a minha sogra quando eu estou a trabalhar | Mais que salario mínimo |
| 19 | | Empregada | Cozinheira agora faço 12 horas por dia, trabalho 2 dias tenho folga 2 dias | Vimieiro | Arraiolos | Automóvel/ Autocarro | Mais que salario mínimo |
| 20 | | Reformada | Tapeteira | - | - | - | Deve ser aí a meio (refere apenas os seus rendimentos) |
| 21 | | Empregada | Enfermeira | Évora | - | Automóvel | Mais que salario mínimo |
| 22 | | Empregado | Operador de linha e armazém | Carrascal | - | Automóvel | Mais que salario mínimo |

| | | | | | | | |
|----|--|--|---|-----------------------|-------|-------------------------|--|
| 23 | | Empregada | no lar do vimieiro (Santa casa da misericórdia do vimieiro) | Vimieiro | Évora | Automóvel/ Autocarro | Mais que salario mínimo |
| 24 | | Reformada | Trabalhadora agrícola/cozinheira | Carrascal Monte da UF | - | - | Menos que salário mínimo Recebe apoio domiciliário da Santa Casa da Misericórdia de Arraiolos |
| 25 | | porque eu tenho epilepsia (...) aos 25 anos estava reformada | no trabalho do campo, todo | Carrascal | - | - | Menos que salário mínimo |
| 26 | | Reformada | trabalhava na saúde oral | Estremoz | - | - | - |
| 27 | | Empregado | Motorista/distribuição | Évora | - | Arraiolos | Mais que salário mínimo |

Caraterização da amostra – HABITAÇÃO e CONDIÇÕES de VIDA

| Identificação da entrevista | Nome/Cargo do entrevistado | Habitação | Número de divisões | Número de anos na habitação atual | Motivo da escolha da UF para residir | Despesas mensais Água, luz e gás | Função do quintal |
|-----------------------------|-------------------------------------|-----------|--------------------|-----------------------------------|--------------------------------------|--|-------------------|
| 1 | Presidente da UF | - | - | - | - | - | - |
| 2 | Presidente da Sociedade 1º Novembro | - | - | - | - | - | - |

| | | | | | | | |
|----|---------------------------------------|-------------------------------------|---|--|--|---|--|
| 3 | Andrea | - | - | - | - | - | - |
| 4 | Representante Associação Monte | - | - | - | - | - | - |
| 5 | Sérgio 2 plant - agricultura, Lda. | Secundária | - | 5 | Gosto pelo Alentejo Projeto aprovado para a plantação de mirtilos Compra do terreno Compra de casa na aldeia mais próxima do local da exploração tendo em conta a necessidade de estar presente em permanência na exploração | - | - |
| 6 | | Familiar, permanente | - | sempre, aqui nasci e tenho vivido sempre aqui (risos) | Morava com os pais e ficou e ficou a residir na mesma casa depois da morte destes | 50/60 eur | Produção de alimentos |
| 7 | | Própria, permanente | 5 | - | Sempre moramos aqui, fomos ficando | São um pouco elevadas face aos rendimentos | Produção de alimentos |
| 8 | | Própria, permanente | 5 | - | Sempre moramos aqui, fomos ficando | - | Produção de alimentos |
| 9 | | Familiar, permanente | - | - | - | - | Sem utilização |
| 10 | | Secundária, primaria no Barreiro | - | - | Sou daqui, conheço tudo | - | Produção de alimentos |
| 11 | | é de familia permanente | 6 | à trinta e tal anos que eu vivo aqui | olha fui ficando, fui ficando pronto e não procurei outra coisa (risos) fui-me acomodando | sei lá o que é que eu gasto, nunca fiz caso, na sei, na posso, sei lá | não é muito porque isso não vale a pena porque a água está muito cara, está caríssima, só já temos ali umas cebolas e umas arvores. Cultivar muito é |

| | | | | | | | |
|----|--|---------------------|---|---|---|----------------------------|--|
| | | | | | | | porque não quero, mas tenho. Ainda agora fui buscar nabiça para o almoço (risos) |
| 12 | | Própria, permanente | - | - | - | - | tenho uma galinha, que a outra morreu! (risos) morreu há pouco tempo, vou lá ao galinheiro, limpo o galinheiro, dou comer à galinha e venho-me sacudindo, vou agarrada aquela cacherinha, se a velha pender e cair depois quem é que me levanta? Se cair e bater com a cabeça é o fim da velha, tem que ser um dia (...) só tenho a laranjeira e um pessegueiro com pêssegos |
| 13 | | Própria, permanente | 7 | Cerca de 35 | Casamento e casa oferecida pelo pai da noiva | - | Produção de alimentos |
| 14 | | Própria, permanente | 7 | Cerca de 35 | Sempre murou na aldeia, casa oferecida pelo pai após o casamento | - | Produção de alimentos |
| 15 | | Própria, permanente | 8 sirvo-me delas todas, todos os dias abro as portas todas, assim não sabem quantos é que cá há (...), moro aqui sozinha | Cerca de 38, tendo em conta a data da morte do irmão Eu sei que so ca estive dois anos com ele. Eu agora digo tanta vez, eu nunca devia ter saído de Évora, mesmo assim ainda hoje estava a ganhar dinheiro (...) lá era para a costura" | O monte era dos meus pais, mas já tínhamos feito a herança da morte dos meus pais | - | Produção de alimentos Aí Chico, pimentão para fazer um rego de pimentão e outro de tomateiros (...) olha eu tenho-me fartado de gastar água |
| 16 | | Própria, permanente | 7 | 2 | várias, a principal era porque tinha casa e precisava e porque gosto | 150 talvez, não, não chega | Produção de alimentos e pecuária. Agricultura biológica - é um monte! |
| 17 | | Própria, permanente | 4 | | | | Produção de alimentos este ano semeei uma dúzia de favas ainda comi favas de lá não sei quantas vezes, couves, as que eram de comer já eu as comi |

| | | | | | | | |
|----|--|--|---|---------------------------------|---|---|--|
| 18 | | Própria, permanente | 7 | 5 | é a aldeia, ele era alem da Bardeira, sei lá, agente não gosta da cidade (risos) | 190 eur mais ou menos | tem quintal, piscina ainda não tenho, tem jardim, uns vasos (risos) |
| 19 | | Própria, permanente | 6 | 15 | era o meu avô que tinha aqui este terreno e deu-me o terreno e a gente construiu aqui | à volta dos 200 eur | (risos) piscina por enquanto ainda não |
| 20 | | mesmo minha, eu não sei é qual parte é se é aquela de cima se esta de baixo (...) mesmo minha eu não sei é qual parte é se é aquela de cima se esta de baixo | 11 (das duas moradias) usas todas todos os dias - tudo, é tudo meu, tá tudo aberto habitação secundária? isso queria eu | 41 | era o que havia, eu era de cá | 50 eur | Produção de alimentos |
| 21 | | Reside em casa dos pais, têm segunda habitação na mesma aldeia | 9 | Sempre moraram aqui | porque é cómodo porque aqui é calminho (...) (viver com os pais) sim não há stress | | Produção de alimentos |
| 22 | | Reside em casa dos pais | 8 | 5 | falta de condições na outra casa, sem casa de banho, a chover constantemente lá dentro, falta de condições | - | Espaço para os animais |
| 23 | | Própria, permanente | 5 | | olha divorciei-me e tinha esta casa que não ia pagar renda, foi por isso (...) foi a decisão mais fácil | com tudo, mais ou menos 250 eur | Espaço para os animais |
| 24 | | Própria, permanente | 6 | 44/45 anos | pelo trabalho do meu marido e pelo meu por alguns dias que ainda fiz | sim, vai dando. também tenho muito medicamento. Gasto muito nos medicamentos. (e o apio domiciliário? Sim dá | Produção de alimentos pois cada vez menos, o que é que eu ali vou fazer filha para ter que andar a regar e fazer essas coisas |
| 25 | | Arrendada | 3 | olha já há 30 e tal perto de 40 | sempre, aqui nasci aqui fui criada e aqui vivo (...) às vezes tinha, às vezes tinha, mas pronto abalava pra onde? Para onde é que eu vou sem conhecer ninguém? E agora então já depois de velha... deixa-te estar | se a gente fechar as mãos é, mas tem que se fechar as mãos (...) pago renda de casa, pago luz, pago do telemóvel | Produção de alimentos |

| | | | | | | | |
|----|--|--|---|---|---|---|--|
| 26 | | Própria, permanente | - | 4 | Olha, foi quando o meu marido morreu (...) Então compro cá uma casa (...) Mas hoje estou arrependida (...) as pessoas são muito difíceis, aqui. (...) Ia para Évora | | Jardim e lazer |
| 27 | | Quem comprou foi o meu sogro, a casa ainda por cima é dele | 6 | | Não, vivi depois de casado, em solteiro vivia no montinho das galhardas (...) É pá, decidimos, eu vim para a cidade, eu vivia num Monte vim para a cidade naquela altura (risos) e com o emprego dela fixo, a trabalhar como está, é pá, optamos por ficar aqui | Não são exageros porque a gente não estamos em casa, a água é mais para os banhos é para alimentação, o resto, o gás? a fazer o almoço e o jantar gasta-se gás, mas não é a coisa mais cara. Eletricidade, a gente evita o máximo | Tenho quintal, mas não tenho piscina. (...) No quintal e semear coisas no inverno, quando não precisam de muita água, favas, batatas (...) O jardim são 4 roseiras ou 5. Nem piscinas nem nada disso |
| | | | | | | | |

INFORMAÇÃO, CONHECIMENTO, ESPAÇOS PÚBLICOS e ROTINAS

| Identificação da entrevista | Nome/Cargo do entrevistado | Acesso à internet | Televisão Telefone e Telemóvel | Tipo de Programas, Canal mais visto | Espaços públicos | Atividades recreativas e lazer | Rotinas |
|-----------------------------|-------------------------------------|-------------------|--------------------------------|-------------------------------------|------------------|--------------------------------|---------|
| 1 | Presidente da UF | Sim | Sim | - | - | Não | - |
| 2 | Presidente da Sociedade 1º Novembro | Sim | Sim | - | - | - | - |
| 3 | Andrea | Sim | Sim | - | - | - | - |

| | | | | | | | |
|----|---------------------------------------|---|---|--|--|--|---|
| 4 | Representante Associação Monte | - | - | - | - | - | - |
| 5 | Sérgio 2 plant - agricultura, Lda. | Sim | Sim | - | - | Não | - |
| 6 | | Não | Televisão Telefone Telemóvel, mas não usa | vejo é os malucos - big brother | Café, e sociedade (quando está aberta) | Sim, atividades da CMA, ginástica e piscina | - |
| 7 | | Sim | Sim | Notícias e Entretenimento, RTP Radio | - | Sim, atividades da CMA, ginástica e piscina | já estou na reforma vou fazendo tapete para ajudar a minha irmã |
| 8 | | Sim | Sim | Notícias e Entretenimento, RTP Radio | - | Não | - |
| 9 | | Sim | Sim | - | - | não, só tenho vagar para isto (trabalho) | - |
| 10 | | Sim | Sim | Notícias | café e sociedade (quando está aberta) | Não | - |
| 11 | | Não, nada, nada que não sou nada dessas coisas (risos) | Sim | a televisão às vezes também é uma chaga e que é sempre o mesmo, mas vejo. Gosto muito de ver notícias, as novelas não, não gosto de ver novelas... | café | Não | |
| 12 | | Não | Sim, não tem telemóvel | eu gosto de ver tudo | Não frequenta | ler gosto muito de ler, olha as revistas leio tudo | |

| | | | | | | | |
|----|--|--|--|--|---|--|--|
| 13 | | Sim, não usa internet | Sim, não tem telemóvel | Bonecos (risos) | Não frequenta eu bebo à hora do almoço, depois à tarde já não bebo e de manhã também não (em casa) | Não | |
| 14 | | Sim, não usa internet Pois, isso eu não percebo eu nada disso | Sim, usa telemóvel | - | Café | Não | |
| 15 | | Não | Sim | Isso então as notícias | Não frequenta Café faço cá em minha casa | Não | - |
| 16 | | Sim | Sim | Zero, quando digo nada é mesmo nada. As notícias vejo no telefone o que quero ver. | O café para beber café e pouco mais | Não | coisas em casa e horta e galinhas |
| 17 | | Tenho telefone, Internet isso está tudo em nome da minha filha não é meu | Tenho, mas não sei trabalhar com ele, está ali em cima da mesa (telemóvel) | Oh, pois, é todo dia e toda a noite enquanto eu estou acordada (risos) (...) só o vejo os 4 canais (...) vejo novelas, gosto de ver o telejornal, gosto de ver o somos Portugal e esses programas assim, poucos me escapam | O café (...) Só vou à hora do almoço (...) Vou sozinha (...) Se tiver conversa tou um bocadinho, se não tiver, venho-me embora. Às vezes até tenho, mas a conversa também não me interessa muito, venho-me embora. – Eu cá vou-me embora, vou para o meu buraco. – Vais dormira a sesta? – Deixa lá ver | - Às vidas partilhadas, histórias, é vidas partilhadas e mais não sei o quê, é a mesma coisa e à ginástica (atividades promovidas pela CMA) - Lá (Arraiolos) ou aqui (Carrascal), a ginástica é aqui e as vidas partilhadas é uma vez lá e uma vez cá. (...) Então a gente agora quando foi aos figos foi com as do Monte (associação Monte) | Ora, levanto-me às 8 e meia 9 horas e às vezes já passa, e até não me levanto mais tarde porque tenho que vir comer. Levanto-me, lavo que tenho para lavar e venho pôr a insulina, essa é a logo a alevantada da cama e depois vou comer, se já tenho que comer feito, faço a cama, o que é que tenho mais para fazer? Andar todos os dias a varrer a casa, aí menina (...) um bocadinho a televisão e depois ir até lá ao quintal e depois volto para aqui e daqui vou ao quintal e pronto, ou à casa de banho, é aqui, aqui em casa pois |
| 18 | | Sim | Sim Não tem computador | Vejo. Os dos filmes, tudo o que seja de filmes, nos últimos 2 anos raramente vejo notícias, é pá tou farta de ouvir, tou farta da guerra, tou farta da miséria em Portugal, series e filmes, ouço música no you tube, pronto é assim | é pá, assim públicos? O campo de futebol lá em cima, vou. (...) Uma crítica muito grande, não ter iluminação. era isso e porem iluminação ali no caminho para o tanque | sim, na sociedade quando há alguma coisa | olha limpar a casa, apanhar roupa, estender roupa, sentada aqui no sofá a ver series ou fazer umas caminhadas, sei lá |

| | | | | | | | |
|----|--|--------------------|--|---|--|--|--|
| 19 | | Sim | Sim só há um computador | Novelas (...) vejo só Morangos com Açúcar | o café e a mercearia só | não | trabalhar faço as coisas da casa descanso às vezes apetece-me mais descansar do que fazer alguma coisa |
| 20 | | Sim | Oh, pois, às vezes e eu sou muito é telefonía, mas é verdade todo dia a minha telefonía toca. A minha televisão durante o dia é de manhã e ao meio-dia. Depois de manhã fecho-a. Ponho-a ali a tocar toca todo o dia na RFM... | tudo, novelas é que ando agora um bocadinho parada, não ando a gostar de nada | Não frequenta | Eu? A minha casa e chega, já me dá trabalho e fezes (...) nada, não quero | fazer o meu serviço, quando tenho vagar fazer um bocadinho de renda, andar até ao Monte |
| 21 | | Sim | Sim | | Não frequenta | Não | - |
| 22 | | Sim, graças a Deus | Sim | nada é muito raro eu tenho televisão no quarto e não vejo | vou ao café, vou ao parque e agora neste caso ao campo de futsal, ao polidesportivo | - | é trabalho e casa |
| 23 | | Sim | Sim | | Café | eu vou a festa e tenho que participar da festa, eu para ir à festa vou à festa do vizinho (atividades da sociedade) | - |
| 24 | | Não | Televisão Telefone Telemóvel, tenho além um, mas não me sirvo dele | Vejo. (...) Af filha eu não sou de andar de canal em canal. vejo o gordo, vejo o preço certo e pronto, e as coisas principais que vejo. | Café, não. não tenho por hábito beber café | Sim | - |
| 25 | | Não | Televisão e telemóvel | olha, eu gosto muito de ver o "Portugal em Direto", o que dá agora às 6 horas e gosto de ver o Gordo (o preço Certo) e depois o Telejornal para ver as notícias e depois a seguir às notícias vejo o joker. Quando acaba o joker às vezes vou à CMTV para ver o que é que se passa que eles dizem | fazia falta outra pessoa, ou com mercearia ou com café, aquele não andar sempre para trás e para adiante a gente às vezes à espera que lá chegue para estar num lado não pode estar no outro | Atividades da Associação Monte/CMA sim participo (...) agora tenho o Ponto Cruz, já fiz à volta, mas não sei qual é o desenho que elas querem ao meio, ainda não fiz mais nada (...) Vamos ter aulas nos computadores (...) não, a dos computadores, as outras são, agora a dos computadores temos que ir à arraiolos a escola porque, para servirmos dos computadores das crianças (...), há e temos as histórias contadas, vidas partilhadas (...) estão todos, se eu quisesse as | - |

| | | | | | | | |
|----|--|--------------|---|--|---|--|---|
| | | | | | | aulas todas tinha todos os dias ocupados | |
| 26 | | Sim, não usa | Sim | - | Não frequenta | Não | - |
| 27 | | Sim | <p>Sim Computador Pessoal não, o computador está lá em casa redes sociais Tenho, mas não utilizo muito, mas tenho</p> | <p>Eh pá, eu mudo muito os canais ando a ver tudo, mas na minha casa é mais a TVI mas não sei porquê</p> | <p>(café) Vir beber um café, passar um bocadinho de tempo, ver se está lá alguém para falar, muitas vezes chego além e não está lá ninguém. Ora eu agora pá aí há mês e meio, começou a estar mais calor, chegava, tomava banho, jantava e já não vinha cá abaixo. Vinha cá abaixo fazer o quê? não estava cá ninguém, agora nem tá aí ninguém da minha idade, venho prá ia fazer o quê, bebo café em casa e pronto</p> | - | - |

RELAÇÕES FAMILIARES e SOCIAIS

| Identificação da entrevista | Nome/Cargo do entrevistado | Relações com familiares | Frequência e forma de contacto | Sentimento face a essas relações | Relações com amigos e vizinhos | Frequência e forma de contacto | Sentimento face a essas relações |
|-----------------------------|----------------------------|------------------------------|--|----------------------------------|--------------------------------|---|--------------------------------------|
| 1 | | - | - | - | - | - | - |
| 2 | | - | - | - | - | - | - |
| 3 | | - | - | - | - | - | - |
| 4 | | - | - | - | - | - | - |
| 5 | | Sim | Diárias, telefone Semanais, presencialmente | Boas | Diárias | | Boas, no início com algumas reservas |
| 6 | | Sim | Diárias, presenciais, na mesma aldeia, mensais com os que residem fora | Boas | Diárias | Presencialmente, <i>sim estamos na rua às vezes estamos na conversa</i> | Boas |
| 7 | | Sim, na aldeia irmã e primos | - | Boas | - | - | - |
| 8 | | Sim, na aldeia irmã e primos | - | Boas | - | - | - |

| | | | | | | | |
|----|--|---------------------------------|---|------|---|----------------------------|------|
| 9 | | Sim | Diárias, na mesma aldeia, semanais fora da aldeia | Boas | Diárias | Presencialmente | Boas |
| 10 | | Sim | Diárias, na mesma aldeia, semanais fora da aldeia | Boas | Diárias | Presencialmente | Boas |
| 11 | | Sim é só a minha irmã | todos os dias | Boas | Diárias | Presencialmente | Boas |
| 12 | | Sim | Diárias, na mesma aldeia, semanais fora da aldeia | Boas | não andava de casa em casa, nunca foi essa a minha criação, foi sempre estar em casa, fazer o que tinha a fazer, se fosse preciso eu não ia e dava-me bem com toda a gente | Presencialmente e telefone | Boas |
| 13 | | Sim, filha mora na mesma aldeia | Várias vezes ao dia | Boas | - | - | - |
| 14 | | Sim, filha mora na mesma aldeia | Várias vezes ao dia | Boas | - | Presencialmente e telefone | Boas |
| 15 | | Sim, sobrinho | Com frequência, presencial e telefone | - | - | - | - |
| 16 | | Não, tia e primo | - | - | Diárias, com os mais próximos | Presencialmente | Boas |
| 17 | | Sim tenho os meus irmãos | é conforme, ainda ontem estive de conversa com ela (filha, os irmãos moram nas casas ao lado) | - | Há (convívio), eu ainda nunca me dei mal com nenhum, só com esta bandalha que morou aí ao lado, também nunca brigamos vez nenhuma. Essa Márcia não sabes qual é? nunca brigamos | - | - |

| | | | | | | | |
|----|--|---|--|---------|--|--|---|
| | | | | | vez nenhuma nem discutimos coisa nenhuma, mas... (...) eu onde vou é à da minha Ilda e pouco, muito é onde vou mais é lá, de resto, à da Filipina são meses à da Zelinda meses são | | |
| 18 | | Diretas não, só dele. (marido) | dia sim, dia não | - | olha os meus vizinhos do lado vêm cá ao fim de semana, quando vem, o meu vizinho Manel, quando o vejo é bom dia, boa tarde e tá feito. A vizinha Maria lá em baixo e pronto | nada, excelente | - |
| 19 | | familiares diretos não | sim todos os dias | - | (risos) não tenho muitos vizinhos | relação normal bom dia boa tarde como está? | Relações de convivência muito restritas e que acontecem no café, de manhã, eventualmente na rua ou na sociedade e sempre com as mesmas pessoas. |
| 20 | | Só o Zé Manel coitadito, que é meu primo direito | Diariamente, telefone. Presencialmente 1 ou 2 vezes por semana | Boas | aqui com a Ti Maria, quando calha vejo-a. | Não é todos os dias, não vou lá de propósito | tudo fino |
| 21 | | Sim, primos | é uma relação próxima a gente vai-se vendo. Presencialmente e telefone | Boas | - | - | - |
| 22 | | Sim, pais, irmãos e sobrinhos | Diária, presencial | Boas | Diárias | | |
| 23 | | Tenho, tenho a minha madrinha | todos os dias e alguns dias várias vezes ao dia | | não, somos vizinhos, amigos, mas visitar não | - | - |
| 24 | | Filha e netos Com a filha, Dia sim dia não Com os netos não, até muito pouca vez... | Por telefone Presencialmente uma vez por mês ou menos | Normais | - | - | - |
| 25 | | Filha, irmã | não, às vezes nem a vejo em toda a semana (filha) O meu filho vem cá uma vez por semana | - | os vizinhos, falo com eles e falo com eles todos os dias, mas quanto menos melhor (...) | - | - |

| | | | | | | | |
|----|--|-----------------------------------|---|---|---|--|---|
| 26 | | - | - | - | - | - | - |
| 27 | | Uma irmã, 2 sobrinhos e os primos | - | Sim, falamos uns com os outros, graças a Deus | - | Tudo bem, eu dou-me bem com toda a gente | - |

RELAÇÃO COM AS INSTITUIÇÕES, EMPRESAS e SERVIÇOS

| Identificação da entrevista | Nome/Cargo do entrevistado | UF | Centro de saúde | Sociedade Recreativa | Café/restaurante/mercearia | Igreja | Sentimento face às prestações das entidades |
|-----------------------------|----------------------------|----|-----------------|----------------------|----------------------------|--------|---|
| 1 | | - | - | - | - | - | - |
| 2 | | - | - | - | - | - | - |
| 3 | | - | - | - | - | - | - |
| 4 | | - | - | - | - | - | - |
| 5 | | - | - | - | - | - | - |

| | | | | | | | |
|----|--|---|---|---|--|--|--|
| 6 | | - | olha, há 2 ou 3 meses que não vem aí a doutora | não, não sei nada... festas vais lá? vou! tenho ido. | vou às vezes beber um café lá acima, de semana é aqui, quando está aberto lá em cima vou lá acima. Mercearia? vou, coisas poucas vou ali | idas à missa? Ah, isso não, dou pouco... | Ela diz que na merece a pena cá vir, é só cá velhos, são 2 ou 3. Atão e estes 2 ou 3 não ande viver, ainda têm mais preciso |
| 7 | | Não há pessoas para fazer, eu já fiz o que podia, a ver se vai indo assim | O medico não vem à aldeia. Consulta só em Arraiolos e se houver (...) eu com esta idade podia ir medir a tensão 1 vez por mês. Tenho colesterol e há 2 anos que não sei nada | - | - | - | Desagrado pela falta de medico que acompanhe a população |
| 8 | | - | Não há medico de familia para acompanhar a população pois não está a servir as pessoas | - | Compras diárias na aldeia (a maior parte). Arraiolos ou Évora se tiverem transporte (aguem particular ou autocarro) também compram a vendedores ambulantes | é uma pena a igreja cair | Desagrado pela falta de medico que acompanhe a população |
| 9 | | havia tanta coisa para melhorar, faz aquilo que quer quando quer. Por acaso quando precisei de ir à vacina deram me transporte para isso, mas há coisas que podiam ser resolvidas melhor | - | - | - | - | Refere-se à UF, não fala das outras instituições |
| 10 | | Eu não sei, se calhar podia fazer melhor, mas sei lá, podem não ter condições para as fazer. Não consigo avaliar as possibilidades que a junta tem. | Aí é que estamos muito mal servidos, mas isso não é só no nosso concelho ou na nossa freguesia é a nível nacional | - | Um café e a sociedade, aqui na aldeia é só | faz muita falta, as pessoas estão aqui mais próximas quando se morre, na é, os familiares estão aqui mais próximos (casa mortuária) | para mim é só aqui a questão das ruas, de resto... água temos saneamento também, temos isso tudo não há necessidade de muito mais que isso (...) não, não é como eu digo, isto está tudo muito parado, anda pouco. Não há desenvolvimentos tá sempre tudo igual... |
| 11 | | ah isso é como tudo o mais, agente acha sempre que podia ser diferente..., mas isso (...) ah devia, mas sei lá, olha, sou assim também me acomodo um bocadinho, podia fazer mais, mas isso é como tudo mais, eles é que sabem as coisas (...).ah devia, mas sei lá, olha, sou assim também me acomodo um bocadinho, podia fazer mais, mas isso é como tudo mais, eles é que sabem as coisas (...) certas melhorias nas estradas | outras não, o posto médico nem funciona já, temos um posto medico bom, não funciona que os médicos não veem cá, mas isso na sei (...) eu acho que a pandemia já chega, agora desde janeiro que a medica cá não vem. (...) deviam-se mexer nisso, porque eu acho que eles já estão mesmo para deixar de vir, cá por mim. | a sociedade está aberta ao fim de semana sempre dá algum movimento, pelo menos as pessoas vêm cá acima... | às vezes vou outras não. Agora já não vou sempre, depende (...) mas é assim eu gosto muito de beber o café em casa, não é pelo covid, gosto (...) Na minha familia é tudo assim, os meus sobrinhos não vão sair para beber um café | pois eu também não sou católica por isso (risos) (...) eu não sou crente, mas eles incentivam à descrença (risos) os padres deixaram de existir pra já (...) e muitos não são padres | Podia fazer-se mais, mas não sabe o quê nem onde |

| | | | | | | | |
|----|--|---|---|---|---|---|--|
| 12 | | eu agora já há muitos anos que não saio à rua | - | - | - | - | - |
| 13 | | - | - | - | - | - | - |
| 14 | | - | - | - | - | - | - |
| 15 | | Eu acho que o coiso, não está não (silencio) (...) Eu sei lá, agora aquela coisa que já está lá arranjado, no dia que fui ao cemitério que lá passei e que vi aquilo, já tem aqui mais uma coisita qualquer (polidesportivo e daquele jardinzinho) Ai é da camara, não é da junta? Ahhhh Atão por isso é que lá está, atão está bem, eu julgava que era a junta (...) nunca tem nada para pedir para são Gregório (...) o que é que faz falta? Se calhar faz falta muitas coisas, ouço dizer que há coisas em vale do pereiro que aqui não há | Eu cá não tenho razão de queixa, a Cidália as coisas que precisava eu telefonava e ela até me marcava as consultas, agora é o meu Joaquim Manel (...) | Não, tu não acreditas que eu nunca mais fui à Sociedade, ia lá à sociedade quando havia aquelas coisas dos reformados aí ia | Não frequenta | - | Podia fazer-se mais, mas não sabe o quê nem onde. Tem ideia de que a outra aldeia tem mais coisas que Gregório |
| 16 | | ahhhh não vais entrar por aí isso tinha muita coisa para dizer, mas não é agora assim de repente | Não frequenta, não tem opinião | não sou socia, não uso, não vou, não frequento | frequento, não muito, mas sim conheço (...) é o que há! Não temos escolha, não temos alternativa. É miserável, mas não há mais nada e também não tens massa, publico para abrires outra coisa que eu já pensei nisso, mas não há (...) cá eu vou à mercearia, espreito aqui à minha porta e já sei quando está aberto e quando está fechado. Quando está aberto faz escuro ali por baixo e quando está fechado vejo o trinco da porta (risos) | - | - |

| | | | | | | | |
|----|--|--|---|--|--|--|--|
| 17 | | Olha uma casa de banho (publica) (...) vá lá que agora já deram pelo Natal uma coisinha que jeitos tenha, dantes dava uma flor a um jornal ou um calendário, agora já deu também um doce, já deu azeite, já deu um bolo, já deu mais não sei o quê, vá lá! (...) já deu um bocadinho, mais de resto... | a gente até nesse sentido não está mal, a médica vem quase todas as semanas, remédios se quiserem vêm nos aqui trazer, vem buscar as receitas vêm... | a sociedade vai também morrer em calhando, ninguém quer ir, mas também não há aí ninguém, a razão também é essa, porque às vezes ao sábado e ao domingo e à sexta-feira não há aqui ninguém, nem um automóvel aqui há, até as pessoas de Longe deixaram de aqui vir. As pessoas habituaram se a estar em casa (...) até os homens se habituaram a estar em casa. (...) e depois é assim, a nossa, a nossa idade tá tudo pfff (caído, sem vontade) era quem ainda fazia alguma coisa, agora gente nova não está em ninguém e depois tudo tem automóveis vão para aqui vão para ali vão para outro lado e pronto | | mal-empregada! Deixarem-na dar de cabo (silêncio) (...) também não sei, não percebo nada de igreja. Quem manda, quem manda, não vou ser eu que vou dizer o que é que devem fazer, quem manda..., mas ainda cai como aquela de Santa justa e quando ela cair roubam tudo quanto lá há assim fizeram lá em Santa justa | |
| 18 | | eu até à data nada correu mal porque qualquer assunto mais complicado vou a arraiolos (risos). Muitas vezes a porta está fechada por isso (...) Só vou lá requisitar a escola para festas, às vezes pagar a água e tá feito | nunca fui (...) eu não sei se já tenho medico de familia aqui. A minha medica reformou-se e agora não sei. | aqui das festas? ah pra mim é top (risos) é o melhor que temos | pra mim é tranquilo, é bom, é ok uma vez, gostei também (restaurante) | não tenho opinião | |
| 19 | | não sei se calhar podia melhorar qualquer coisa não sei | já tenho ali ido ao médico é pouca vez porque ela é pouca vez que cá vem, acho que aí também devia melhorar um bocadinho | sim acho que devia estar devia estar aberta mais tempo, (risos) todos os dias (...) mas sim acho que fazia falta | fazia porque na aldeia por exemplo na mercearia fazia falta estar sempre aberto para a gente poder ir quando precisasse de ir. Mas numa aldeia pequenina se calhar também não dá para ter mais | frequente pouco (risos). acho que devia ser arranjado sim acho | |
| 20 | | não sei filha | ahhh podia funcionar melhor, agora dava jeito às vezes eu cá graças a Deus por enquanto não tem feito muita falta, mas acho que podia ser melhor não era? | ahhh tá fechada. Abre ao fim de semana aquele bocadito eu também não vou pra lem a não ser uma festa ou um almoço, deixa ver quando aparece outro | não nunca mais fui desde a pandemia (...) ehhhhh quando agente tem que o ir chamar ao café é que me aborrece mais | ó filha, olha a cair não vejo ali outra solução que aquilo tenha | |
| 21 | | Os empregados suficientes eu acho que até tem, está o Luís, está uma serie deles, acho que sim. O serviço... eu acho que podia sempre prestar um serviço | ah o posto médico está cada vez pior de oferta (risos) o posto médico é verdade que as pessoas são pouquinhas, também é verdade que se não existe | A sociedade recreativa dinamiza aí umas coisas, o bar neste momento está fechado, mas se calhar se tivesse aberto as pessoas também não iam, portanto | Eu acho aquilo às vezes acima de tudo não tem alguma humildade para saber gerir porque por exemplo ele podia dizer assim, peço desculpa, mas esperem só um bocadinho que eu estou aqui a fazer isto. | A igreja é uma preocupação porque acho que aquilo vai cair rapidamente, acho que aquilo está assim um | Falta dinâmica e iniciativa para melhorar/aumentar os serviços prestados à população, falta motivação à população para estimular serviços as entidades a |

| | | | | | | | |
|----|--|--|--|---|---|--|--|
| | | melhor, ser mais dinâmico, não é um serviço melhor, porque não está a prestar um mau serviço, ser mais dinâmico vá lá ter uma gestão mais dinâmica mais pró-ativa em determinadas coisas (...) que pudessem ajudar os idosos porque é a população que no fundo mais necessita. | oferta existe cada vez menos procura, uma população envelhecida, cada vez tem mais necessidade, a pandemia ainda veio trazer um fosso maior. (...) eu acho que as minhas colegas estão a tentar recuperar um bocado | também é bocadinho por aí. Porque a população cada vez vai sendo menos e as pessoas acabam por deixar, e a pandemia veio também afastar um bocadinho as pessoas... | | bocadinho a precisar de obras (risos) | prestar cada vez mais e melhores serviços |
| 22 | | - | - | - | bastava outro café | - | - |
| 23 | | Podiam tentar ajudar mais, por exemplo, ajuda nas compras, se precisam de ajuda, se precisam que alguém lá vá porque já não são capazes, acho eu, mas também não percebo nada disso | A medica podia vir cá mais vezes, pelo mesmo motivo, uma população tão envelhecida penso que... ela vem cá uma vez por semana, quando vem. Esta semana era para vir e já não vem, desmarcou as consultas todas | se puder continuar com as atividades, promover mais atividades, mas depois as pessoas também não vão, tas a ver? (risos) Por embirração, embirram umas com as outras ou com o trabalho dos outros (...) Porque as pessoas não querem fazer e ninguém se quer responsabilizar (...) A parte do dinheiro é uma delas porque acham sempre que uma pessoa fica com o dinheiro no bolso | Vou ao café (...) olha isso depende da companhia, porque eu vou ao café para beber café, mas estando acompanhada por pessoa para conviver. Se por exemplo estiver sozinha, se calhar não vou, porque o objetivo desde que comecei a ir foi pelo convívio e não pelo café | a igreja supostamente devia ser arranjada, mas não é arranjada porque está lá no coiso não sei da onde não podem mexer (risos) e vai cair! Como ela está, se vier um terramoto outra vez ela cai. Mesmo que não caia pode chegar ao ponto de não estar em condições de segurança para as pessoas lá estarem | - |
| 24 | | olha a gente acha que deviam sempre fazer mais coisas, porque a gente acha que o que tem nunca está bom, mas eu olha estou como o outro, nem acho para bem nem acho para mal. Cada um faz o que pode. | isso devia funcionar melhor é o que eu acho, é a coisa que eu mais me tenho servido e mais tenho visto porque não faz falta, porque de outras coisas. É que eu acho que devia ser pelo menos todas as semanas a gente ter a certeza de que vinha alguém, sem ter que andar preocupado a marcar ou deixar de marcar ou essas coisas, isso é que eu acho, acho que devíamos estar mais acompanhadas por que somos velhos, não temos condições para nada e não temos aqui na aldeia essas condições para nada | nunca tive grandes relações em saber o que se passava na sociedade e como se passava. O marido é que foi muitos anos muitos anos além na sei o quê | pois não há alternativa para nada. Não dá para ir a outro lado é sempre ali e depois tem o problema de ele ter o café e a mercearia | olha, a igreja é que eu tenho muita pena, muita pena de ver a nossa igreja como está. não sei que meios é que podiam andar com alguma coisa para a frente, mas era importante que andassem por que a igreja se não for tratada em pouco tempo começa a cair toda. Já têm buracos que se vê os fios cá do lado de fora, ao pé da entrada da sacristia até já os fios se vêm cá de fora, lá dentro está toda rachada, não é caiada não é nada aquilo está tudo ao abandono. E o facto do padre também não vir cá? pois essa é outra (...) haver alguém que o substitua se | Há sempre coisas a melhorar, tem razões pessoais que a desagradam face ao comportamento da UF (proximidade dos contentores do lixo, vidro e vitrina) |

| | | | | | | | |
|----|--|---|---|--|--|--|--|
| | | | | | | ele cá não está onde não pode cá estar para alguma coisa | |
| 25 | | - | - | - | - | - | - |
| 26 | | Várias considerações sobre a UF | - | Olha acho uma pena porque o teu pai (meu avô) e o meu cunhado que fizeram aquilo e mantiveram aquilo sempre com tanto gosto, tinham mesmo não diria amor, mas dedicação àquilo e agora, compreendo o Nuno não pode vir para aqui tomar na conta daquilo porque precisa do trabalho dele, e ele também gosta daquilo, eu também gosto e faz-me pena aquilo estar assim e tem ali todas as condições. | Não, café eu não posso beber todos os dias, lá bebo um café de vez em quando mas é muito raro (...) os grupos que vão ali ao café são grupos já muito definidos (...) Já fui, já fui, mas ele também não cativa, já uma vez lhe perguntei o que tinha para o almoço. – Há não tenho almoço! Não tem almoço? – Não, eu só faço almoço por encomenda. Se me encomendarem faço se não me encomendarem não faço. Pronto está resolvido | Várias considerações sobre a igreja | Habitante na aldeia à relativamente pouco tempo, tem família (irmãs) nasceu aqui mas sente-se fora deste contexto de aldeia (viveu muitos anos na cidade) |
| 27 | | Da junta de freguesia não sei, se calhar se forem à junta de freguesia se calhar apoiam, para ser explícito, as pessoas se pedirem se calhar são auxiliados, mas se não pedirem ninguém sabe o que é que as pessoas precisam, digo eu não é, isto é a minha opinião. Se por exemplo dissessem agora vamos dar uma casa aquele ali, depois aparecia logo outro a dizer: - eu também quero. Porque quando dás uma coisa a um todos querem | posto médico (risos) e como está no concelho, fizeram um investimento de milhões e agora aquilo não tem lá ninguém, vem aqui o médico de vez em quando, eh pá, por amor de Deus néi, eu acho que está mal, mas se formos dizer que está mal, ninguém ouve ninguém. Se viessem uma vez por semana, mas agora essa médica que vem aí, esta médica não sei se elas têm vindo aí ou não, acho que veio aí na quinta-feira passada, marca consultas, uma consulta ou 2. Uma pessoa vai ao médico quando está doente se vê o médico e não é consultado vem ao médico fazer o quê. | Xiiii, ta um luxo (risos), ta a ser pintada! A sociedade tem aqui um grande problema e é gravíssimo, as pessoas todos criticam, mas ninguém quer fazer nada. Essa é o ponto principal. Chega-se à conclusão, não sei o que é que se passa, e estão zangados e não sei com quem, e há uma reunião e em vez de pôr os problemas aqui vão polos alem à do Carlos. Chega-se à conclusão de que temos uma direção que só tem o teu cunhado. | É o que temos (risos) centro comercial nem chega a dar. Olha Deus queira que ele não feche, se ele não for capaz de manter isto ficamos sem nada. Eu conheço montes de terras que não têm nada já. (...) Nada, porque as pessoas vão (imperceptível) podem ser mais pequenas que esta, mas tem mais população que esta. Esta não é muito grande nem pequena, mas há muitas casas que estão fechadas, não vive lá ninguém, é só fachada, mas não vive lá ninguém (imperceptível). Mas é onde há mais população, as pessoas trabalham em Évora, ou noutros meios e depois levam tudo do sítio, dos supermercados onde estão. As pessoas tinham lá as coisas, como não vendiam fecharam as portas | É pá esse é um assunto que eu nem sei como é que as coisas estão, nem sei de quem é que é a igreja. A igreja aí há um tempo tinha um dono, aí há 2 ou 3 anos tinha um dono, apareceu aí um a dizer que era o dono daquilo, mas também não fazem ali nada. (...) Queremos fazer uma coisa, não! não se pode mexer, mas também não fazem nada, nem fazem nem deixam fazer, é pá acho que é uma coisa que não está muito bem. | Está tudo mal, podia haver melhorias por parte das entidades e mais envolvimento da população. Ninguém quer assumir responsabilidade. Ninguém quer ter trabalho. |

PASSADO, PRESENTE e PERSPECTIVAS DE FUTURO

| Identificação da entrevista | Nome/Cargo do entrevistado | Mudanças nos últimos 10 anos | Acontecimento marcante nos últimos 10 anos | Previsão para os próximos 10 anos | O que mudava? | Sentimento face ao envelhecimento | Sentimento relativamente as pessoas da mesma idade |
|-----------------------------|----------------------------|--|--|--|---|---|---|
| 1 | | - | - | - | - | - | - |
| 2 | | - | - | - | - | - | - |
| 3 | | - | - | - | - | - | - |
| 4 | | - | - | - | - | - | - |
| 5 | | | | | | | |
| 6 | | eu acho que está tudo na mesma, cada vez é mais pobre, cada vez mais não há ninguém ... | nada, nada, eu acho que não | Ahhhh isso é que eu na sei... o dia de amanhã na sei eu... | na sei, calhar não mudava nada (...) olha, faz falta aquilo que não tenho, era os meus pais, isso é que me faz falta... | olha, cada vez tou mais velha e na sei o que é o meu futuro, quem é que faz por mim... é para bem ou para mal... olha deus queira que seja na mesma como o meu pai, é para acabar, tech... acaba-se e pronto. | da minha idade não tem aí ninguém, aqui na aldeia não |
| 7 | | Aqui acho que não, nada de significativo (...) Acho que toda a gente vive mais ou menos como eu. Não há ninguém que se diga que está mesmo a precisar de ajuda (...) não estamos a precisar tanto como antes, por isso | - | - | - | - | - |

| | | | | | | | |
|----|--|--|---|---|--|--|--|
| | | não posso dizer "estamos pior que naquele tempo". | | | | | |
| 8 | | (risos) não, não melhorou nada. As coisas têm sido arranjadas, as casas, essas coisas. Mas já esteve melhor... | - | - | - | - | Falta pessoas que tenham vontade de organizar as coisas (...) pois, e dizem que fazem, fazem e depois não fazem nada |
| 9 | | sei lá, acho que não. Tá tudo igual | - | não vejo grande futuro. Só mesmo se as pessoas se forem reformando e forem vindo. | - | - | - |
| 10 | | ummm tá muito parado, não tem alterado assim muito, na vejo assim grandes melhorias na vejo assim nada | - | nanana... isso então ainda menos, isso atão é que não tenho previsões nenhuma (risos) (...) não tenho uma pequena ideia, eu acho é que isto tá pior em tudo, pois... | devia haver aí mais emprego, mais trabalhos, isso é que era bom é o que não há o mais próximo é Évora. (...) pois, aqui não tem futuro, as pessoas aqui não têm futuro. Uma pessoa para trabalhar tem que se deslocar para Évora, são 30 km. | a minha preocupação é agora daqui para o futuro, se vem alguma doença ou uma coisa qualquer que venha ter ca gente, pronto, mas isso já se sabe que a vida é assim | a situação é muito idêntica, não há cá, isto aqui está ruim para todos |
| 11 | | não, para te dizer a verdade não tou a ver grandes mudanças, cada vez menos pessoas, é a mudança maior que há. | - | há aí muita gente a comprar casa, mas não é para viver não é, não são residentes cá, agora na sei podem ate pensar em vir para cá, sei lá eu, e ainda há aí malta nova, há uns casais novos, meia dúzia deles que ficam por ai, não abalaram também já não abalam (...) - tu já regressaste, e outras pessoas podem regressar | - | - | - |
| 12 | | - | - | não, seguir, seguir com coisas novas (...) ah pois não, a aldeia não vai acabar, mas deve estar pouco melhor có que estava. As vezes ponhóme a contar as casas todas, são as mesmas que à uns anos | - | Só tenho pena de ser tão velha, mas não tenho pena ainda sou capaz de andar, gostava de ser mais nova, mas atão nasci em 1918 | Como é vê as pessoas da sua idade? Não há pessoas da sua idade! se calhar há eu é que não as conheço! (...) aqui na aldeia sou a mais velha |
| 13 | | O que mudou foi que não havia junta (registá-se a falta de noção do tempo passado) | - | - | - | - | - |

| | | | | | | | |
|----|--|--|---------|--|--|--|--|
| 14 | | Estes últimos 10 anos isto tem estado mais ou menos o mesmo desde que foi o 25 de abril (...) arranjaram aqui o rebero (...) foi esta melhoria que fizeram (...) arranjaram aqui o rebero (...) foi esta melhoria que fizeram. (...) ainda houve cá centro de dia, também era bom | nada... | - | - | - | Eu sei lá como é que elas estão (risos), ouço-as queixar tamem, a Bia diz que não tem vontade de fazer nada, não faz nada, a Ti Ilda diz que ela se senta no sofá deixa-se dormir, deixa queimar o comer (risos) |
| 15 | | Eu sei lá, aqui (silencio) mudado cá pela junta de freguesia houve pouca coisa, tanto faz do Zé Artur como agora deste, que sejam eles que andam a pedir, a pedir, a pedir a chatear os da camara é o que os da camara lá se lembram. Eu penso que é assim, que eles não pedem nada. | - | Olha, Deus queira que mude para todos para melhor, mas não me digas que eu ainda cá estou ao fim de 10 anos, aí valha-me Deus, tenho lá a caixinha à minha espera e acho que já não vai para lá mais ninguém, pois fico lá sozinha, dos meus já não deve haver nada | Eu não sei, olha (...) Eles também podiam dar mais apoio aos Montes, procurar se precisam de alguma coisa, não procuram nada. (...) | aí valha-me deus, aí valha-me deus à que agente é e ao que agente chega, valha-me nossa senhora do Carmo, que Deus me ajude e que me leve. Peço logo a Deus, poe-me a dormir num sono profundo e, Maria da Luz, não peço mais nada a Deus. (Choro silencioso) (...) Que Deus me leve, sem eu ter de andar a incomodar os outros e tou só na minha casinha, se levou a minha mãe que fazia tanta falta para criar os filhos e a mim não me põe a dormir porquê? | Olha eu acho que umas estão melhores, olha filha eu de cabeça é que estou muito mal, muito ruim de cabeça estou, muito esquecida, muito distraída, é verdade. Durmo pouco |
| 16 | | nada | nada | Igual. É igual, os últimos 10 Os últimos 20 os últimos 30, não evolui nada. Paramos no tempo! Na mesma como está tudo, e nos próximos 40 vai ser igual se continuarmos e vai ficar. | primeiro tinha que mudar a junta de freguesia, ponto. tinha que mudar a funcionaria da junta de freguesia (...) é ela que manda nem sequer é o Zé Jaquim | - | - |
| 17 | | Eu não sei, nem sei distinguir, mais sossego, há mais sossego, não há ninguém | - | eu nem sei explicar, sou sincera, mas (...) Não sei, acho que vem muita gente de fora e lá naqueles lados está a vida muito cara. Estes que compraram aqui há ti Jaia, é sempre ti Jaia, ti Galdino, ti Nalga Verde, sabe-se sempre quem é (risos) aquela gente. Aqueles da ti Jaia, diz que quando aquilo acabar que vem para cá morar, eles vivem em Setúbal. E aquele da polícia judiciária não vem para aqui porque ela não arranja aqui trabalho se não já cá estavam porque ela é educadora de crianças, o pai dela é medico | olha para ser uma pessoa a cuidar de gaiatos, não há aí nenhuns, que outros têm as avós fazem as avós por elas, os velhos estão até à última para ir para o lar, está até à última para ir para o lar porquê? porque a nossa reforma não dá. | Jesus, de um tempo para cá, sim senhora, mais parrança (presa de movimentos), mais "não me apetece fazer nada", vejo as coisas por fazer: "se fizer hoje faço, se não, faço amanhã" | umas mais ou menos como eu outras mais rebitesas outras menos, mesmo em nova também é assim |

| | | | | | | | |
|----|--|--|---|---|---|---|--|
| 18 | | Vale do Pereiro, não conheço sou sincera acho que só lá fui 3 ou 4 vezes nas festas de verão, se me mandares ir ter a algum café não sei, percorre lá de certeza. É pá sei lá, parece que não vejo muita iniciativa para melhorar alguma coisa, não vejo, por isso, não há qualquer tipo de desenvolvimento. | - | - | melhorava este espaço à frente da minha casa, está um projeto feito há anos para fazer um circuito para andares e isso. Tentava melhorar este espaço para os jovens, era o que eu melhorava. Ali o parque infantil dos miúdos não tem cabimento nenhum ser de areia onde os gatos vão fazer os cocós e os xixis. Podiam mudar o piso daquilo. | ai sinto, ai sinto (risos) sinto... às vezes digo para o Hugo, parecemos 2 velhos que aqui estamos. Chega às 9 horas, aqui estamos, tá frio na rua. Há 10 anos atras andávamos sempre aí no laréu | grande parte delas nem filhos têm, muitas sim, muitas sim e outras pronto andam ainda naquela vida agitada de álcool saídas e assim (risos) |
| 19 | | acho que não mudou nada (risos) acho que não | (silêncio) não sei | - | (risos) sei lá isso é muito difícil (...) o que eu acho que fazia falta e que nunca devia ter fechado era o centro de dia, agora pronto, as pessoas idosas agora também cada vez são menos | sim, a minha filha diz que eu já tou velha (...) certas coisas eu acho que já noto | não sei |
| 20 | | (risos) aí filha, acho que pouco, acho que vejo isto sempre na mesma | aí filha, acho que não, pra mim acho que não vi aí nada, mas como eu não abalo daqui so para ir à minha filha e andar nesta volta | em não vejo isto muito bem-encarado (...) é capaz que daqui a 10 anos ainda haja aí alguém. Eu posso ainda cá estar ou posso já cá não estar. Olha porque eu não posso pegar metade do meu prédio e levar para Montemor se não era já amanhã Hoje já tínhamos ido | eu? Eu nada (...) se mudasse alguma coisa era aqui no meu quintal agora lá no dos outros | e filha! E de que maneira (...) é o meu cabelo branco não vês? pois atão agente nota, uma pessoa com 65 anos e com os problemas de saúde que eu tenho | eh aqui nem vejo assim pessoas da minha idade |
| 21 | | aqui? Olha se calhar o que mudou mais foi a população (risos) (troca de gente?) Sim! | se calhar o voltar outra vez da festa que esteve parada uns anos e agora nos últimos anos se tentou outra vez, sim a festa de verão. | a diminuição da população mais envelhecida, porque as pessoas infelizmente vão falecendo e um aumentar deste tipo de população de fim de semana | Se calhar nada... se calhar um bocadinho ali o acesso ao supermercado, criava ali algum dinamismo, no café, no supermercado, procurava que aquilo fosse mais acessível às pessoas e com mais simpatia e com mais dinâmica se calhar | Ah Sim, que remedio! | Ó pá aqui, há pessoas da minha idade? sim há pessoas da minha idade, mas se calhar porque também faço a vida lá fora não tenho muita, sei lá, se calhar também me começo a identificar mais com as pessoas que vem mais ao fim de semana do que propriamente com as pessoas que residem cá (risos) (...) há 10 anos ia ali ao supermercado, agora não. Faço tudo fora e venho para dormir... |
| 22 | | mas para mim não mudou nada e não muda nada por que as pessoas... (...) Eu Não quero faltar respeito a ninguém, mas isto precisava de alguém e um gajo mais novo. Uma pessoa mais nova. | aqui o Carnaval deste ano (2023) (...) passagens de ano que não se via aqui (...) em termos de foguetes se calhar foi melhor que na madeira | mudança de Presidente para uma pessoa jovem | - | achas que sou um rapaz com 16 anos | - não da minha idade não há ninguém aqui. |

| | | | | | | | |
|----|--|--|---|---|---|--|---|
| 23 | | Rica pergunta, o início das festas outra vez, estiveram paradas e voltaram e agora é só festas. Eu so tenho noção depois de ter vindo para cá. As atividades, as caminhadas. (...) não me lembro de nada, tirando as pinturas. Não quero se injusta, mas se calhar... mas não me lembro de nenhuma obra assim que me tenha dito nada diretamente não | - | - | é pá sei lá, as atividades para os velhos, os jovens são poucos, também fica um pouco limitada a não ser que viessem jovens de fora, por exemplo | - | acho que está tudo mais ou menos igual |
| 24 | | para melhor acho que não tivesse mudado nada. não acho assim nada que tivesse sido para melhor, por mim... | - | - | Olha sei lá, termos aqui também uma casa que desse apoio à gente | com certeza, com certeza (...) é a dificuldade em fazer as coisas, as coisas tornam-se mais difíceis aos anos porque eu não sou capaz de andar sem a gaita do cacheiro, aos anos já | não, olha aquelas que estão mais ou menos para a minha idade eu acho que elas mais ou menos, o equilíbrio disto, uma mais para um lado outra um bocadinho mais para o outro que está equilibrado. Eu acho que estão todas na mesma situação, não sei, as capacidades estão todas mais ou menos vamos fazendo como podemos |
| 25 | | - | - | - | - | - | - |
| 26 | | | Olha um acontecimento marcante é as pessoas que vão desaparecendo e que nó vamos ficando com pena, agora está o Presidente muito mal, diz-se que não se sabe se ele se sabe se não, e isso marca um bocadinho | Não faço ideia, é que não faço ideia. Bem é capaz de se manter assim. É que é assim vão uns, mas vem outros. Agora aqueles que compraram a casa do Ti Manel não vem para cá? É so para terem ca uma casa nova | mudava a assistência ali no posto médico mudava radicalmente, porque um medico com o grupo de pessoas velhas que há aqui. Tem necessidade de mais do que um médico por semana, tem bem mais necessidade para não andarem a pedinchar. Mesmo junto ao porto médico acho que devia funcionar um deposito farmacêutico. A da farmácia do Vimieiro vinha aqui trazer os medicamentos, agora já não vem também | As necessidades de movimentação, tive aí uma tataroia muito grande (...) mas depois passou | São acessíveis (...) convive com elas todos os dias? Não, não, não |
| 27 | | Mudanças, não vejo mudanças em aspeto nenhum, para haver mudanças tinha que haver muita juventude porque a juventude é que move as coisas (...) Todas as raparigas | Um casamento muito importante, para mim foi uma coisa fora do normal, um casamento num trator | Tem futuro desde que as pessoasensem... Para mim o futuro desta aldeia e as pessoas comprarem casa e não deixarem tudo ao abandono e virem para cá nem que seja só os fins de semana pelo menos para | eh pá, mudavam não sei bem, porque eu não sou de mudar muita coisa, eu se as coisas estão a funcionar bem não mudo nada | Sinto, sinto sim Senhora, escuta e tu quando lá chegares daqui a uns anos vais ver, é uma coisa simples, agente nem nota, a gente nem nota, mas depois há certas coisas que agente já se... e muito, muito mesmo | É pá, vejo uns mais novos do que eu, mas vejo outros mais envelhecidos, acho algumas pessoas da minha idade mais envelhecida do que eu e outros estão mais novos, vê-se que estão mais novos |

| | | | | | | | |
|--|--|--|--|--|--|---|--|
| | | que havia da idade dela está tudo fora | | conviver. Chega-se à conclusão de que as pessoas que estão aqui a viver, que não sei de onde vieram, não convivem com ninguém, não se veem, não vão a lado nenhum (...) é a lei da vida, daqui por mais 20 anos está no deserto porque aqui não há, não há quer dizer, alguns tem estado a regressar, mas quem está a regressar são os velhos e os filhos não querem vir para cá | | (...) eu pulava e corria e agora qualquer coisa fico logo cansado e é o excesso | |
|--|--|--|--|--|--|---|--|

Fonte: Elaboração própria com base na análise das respostas das entrevistas

Apêndice 6

Respostas ao questionário dirigido à população que reside no Carrascal há “menos tempo” ou tem habitação secundária

(Setembro de 2023, *transcrição ipsis litteris*)

| | Local da morada anterior | Habitação principal | Nº de anos ou meses a “viver” no carrascal | Nº de elementos do agregado familiar, idade e sexo dos mesmos | Nº de elementos do agregado familiar que residem e/ou visitam com regularidade a residência na aldeia | Profissão atual e local de trabalho (por elemento do agregado familiar) | Outros elementos que considere relevantes e possam ser enunciados no que respeita à experiência de “viver” no campo em concreto no Carrascal |
|----|--------------------------------------|---|---|---|---|--|---|
| Q1 | Morada anterior Setúbal | Desde 2020 Carrascal | Desde 2020 | 2 elementos: -Sexo masculino (67 anos) -Sexo feminino (68) | 2 elementos residentes 3 elementos: filha, genro e neto | Reformados | É bom viver no campo. (stress não existe), o cheiro do campo é mais saudável |
| Q2 | Morada anterior: Maputo, Moçambique. | 10 meses a residir permanentemente no Carrascal | 10 meses a residir permanentemente no Carrascal | 2 elementos. Sexo feminino (64 anos). Sexo masculino (69 anos) | N/A | Reformados | Sendo que sempre vivemos em cidades na África do Sul (Joanesburgo) e Moçambique (Maputo) (nunca tínhamos vivido em Portugal), a adaptação à vida do campo foi rápida. Cremos que isso se deveu ao facto de, a partir de 2017, passarmos todas as nossas férias anuais aqui no Carrascal |
| Q3 | Vimieiro | Carrascal | 10 anos | 4 elementos. Masculino (32 anos e 9 anos) Feminino (31 anos e 5 anos) | 4 elementos da casa | Tratorista (Carrascal); administrativa (Vimieiro) e Estudantes (Vimieiro) | Tranquilidade, silêncio, segurança |
| Q4 | Lisboa (Carnide/Oeiras) | Carrascal | 4 anos | 4 elementos. Sexo masculino (49 anos e 8 anos). Feminino (34 anos e 4 anos) | 4 elementos da casa | Ministério da justiça (polícia judiciária, inspetor chefe), Educadora de infância | O campo/Carrascal é por nós considerado como um elemento fulcral para o sossego/paz que permite/ necessário para contrabalançar todas as adversidades do dia a dia (stress inerente ao decurso do trabalho, de educação, etc.) |

| | | | | | | | |
|----|----------------------|-----------|----------|--|---------------------------------|--|---|
| Q5 | Évora | Carrascal | 32 meses | Feminino (66 anos e 92 anos – 6 meses no ano) | 2 filhos (Feminino e masculino) | Psicóloga (Diretora, Clínica – Consultalen) | Residir no Carrascal é uma experiência maioritariamente boa, pelas razões apontadas. No entanto, poderia haver condições para que uma parte significativa da população tivesse recursos para uma maior qualidade de vida. Seja, para que a aldeia não seja um espaço de isolamento maior. |
| Q6 | Rio tinto - Gondomar | Carrascal | 3 anos | 5 elementos. Masculino (47 anos, 18 anos e 12 anos), feminino (47 anos e 9 anos) | 5 elementos da casa | Programador informático em casa, professora 1º ciclo (Évora), estudante faculdade (Évora), estudante 7º ano (Arraiolos), estudante 4º ano (Vimieiro) | - |
| Q7 | Aldeia da Serra | Carrascal | 17 anos | 4 elementos, masculino, 50 anos, masculino, 17 anos, feminino, 44 anos, feminino, 12 anos | 4 | Pai – militar GNR Mãe – Técnica de Farmácia Filho, estudante em Arraiolos Filha, estudante em Arraiolos | Sempre gostei de viver em aldeia pois foi onde sempre vivi, é um sítio onde me sinto em paz, tenho qualidade de vida, descanso... |

Motivos de escolha da aldeia, perspetivas de futuro e sociabilidades e interações

| | Qual ou quais os motivos que o/os levaram a escolher esta aldeia? | Pretende continuar a “viver” na aldeia ou tem intenção de sair (a longo ou curto prazo)? | Como avalia a integração/interação com a população local, as relações vizinhança e a relação com as instituições locais (UF, Camara Municipal de Arraiolos, entre outras) |
|----|--|--|--|
| Q1 | Porque estou reformada e necessitei de vir para casa do meu pai | A longo prazo talvez um dia volte à cidade | Relações de vizinhança são boas, mas também não gosto muito de socializar com “certa” vizinhança. As relações com (Junta de freguesia) não há muita cordialidade pois desde que daqui saí está tudo está estagnado, voltei anos depois e deparei-me sem atividades, centro de dia nesta aldeia não existe, era altura de mudar e tentar-se fazer coisas diferentes, com uma dinâmica diferente, pois este presidente da junta não tem perfil para o cargo que tem |
| Q2 | Em meados do ano 2017 eu e a esposa passamos mais ou menos 1 semana (estávamos de férias) em casa dos meus cunhados, residentes na aldeia. Gostámos do ambiente, da vida no campo e incentivados pelos meus cunhados, decidimos comprar casa logo que possível. A compra concretizou-se em finais do mesmo ano. No entanto, só fixámos residência, definitivamente, em finais de 2022. | Pretendemos manter, permanentemente, residência na aldeia. | Após um período de adaptação, a integração/interação com a população local tem-se caracterizado pelo “bom dia” /” boa tarde”. Contudo, a relação com a vizinhança mais próxima tem sido bastante boa. Relativamente às relações com as instituições locais (Junta de freguesia, Camara municipal de Arraiolos, registos e notariado, etc.) tem-se desenvolvido de forma satisfatória. |
| Q3 | Sempre vivi em aldeia e gosto muito | Continuar a viver por aqui na aldeia | Boa |
| Q4 | Uma aldeia bem dimensionada, com inúmeros serviços disponíveis, com panificação, restaurante, café parque infantil, parque desportivo, entre outros | Sim, pretendemos continuar a viver na aldeia, ideia que pode tornar-se de caracter permanente | Houve uma ótima aceitação por parte da população residente com respeito À chegada da nossa família, pelo que nos faz considerar o Carrascal como (Casa)! No que respeita a contactos institucionais, a celeridade na resolução de questões emergentes, não é imediata derivada a processos muito burocráticos que por vezes não acompanham a evolução da própria sociedade local, que cada vez mais recebe pessoas de diversos locais do mundo, que aduzem formas de estar sem, no entanto, perturbarem as origens e tradições locais |
| Q5 | Eu não escolhi a aldeia. Depois de vender uma casa em Évora onde vivi (33 anos) num processo de divórcio, fiquei à procura de outra habitação. Queria uma casa com 3 quartos e de construção recente. Apareceu esta casa cuja construção estava suspensa à 11 anos, e que preenchia os meus requisitos. Um dos requisitos importantes era também o custo da nova casa. Em Évora seria muito difícil adquirir uma casa pelo valor desta. Terminadas as obras mudei em 2021. A distância de Évora, onde continuo a trabalhar, só vai sendo pesada por causa dos aumentos que sofreram os custos dos combustíveis, acrescido ao facto de não haver respostas de transportes | Não vejo esta casa como uma residência para a vida. Na questão 1 referi a distância de Évora, mais ou menos 30 km e o custo do combustível. No entanto, esses aspetos, seriam suportáveis a médio e longo prazo se na aldeia existisse “transporte de proximidade”, seja um transporte com horários que servissem as necessidades da população. Nada na minha vida é sentido como sendo “para sempre”. Antecipo que uma das razões que me poderá levar a procurar outra solução, será a mobilidade através do carro, num tempo em que eu tenha menos autonomia | A integração é um processo ainda em curso, as relações com a vizinhança são boas. Cerca de 6 meses após a minha mudança recebi na minha casa um irmão com doença oncológica grave periodicamente reside comigo a minha mãe com 92 anos. Na aldeia encontrei vizinhos acolhedores e uma pessoa disponível para me apoiar na assistência ao meu irmão e à minha mãe, não tenho tido necessidade de (apoio) formal por parte da junta de freguesia e da autarquia, os contactos têm sido poucos e as questões tem sido resolvida com prontidão. Percebo que na generalidade a aldeia é um espaço “bem cuidado”. Gostaria de puder colaborar, contribuir para a vida desta que agora também é a minha comunidade, mas até à data tenho uma vida profissional e pessoal que me ocupa muito. |
| Q6 | Decidimos em família, viver no Alentejo. Quando procuramos casas, a casa no Carrascal foi a que mais gostamos | Pretendemos ficar no Carrascal | Tivemos uma boa integração e cremos que temos uma boa interação com todos. |
| Q7 | Sossego da aldeia, estar perto da família | Sim, pretendo continuar a viver por aqui | Boa relação com a vizinhança e com as instituições locais, pois sendo um meio pequeno conhece-se toda a gente |

